



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**JESUS ANDERSON BEZERRA DE JESUS**

**PATRIMONIALIZAÇÃO DO FORTE DE SANTO ANTÔNIO DO BURACO:**  
**a salvaguarda, a batalha, o silêncio e a ruína.**

RECIFE  
2024

JESUS ANDERSON BEZERRA DE JESUS

**PATRIMONIALIZAÇÃO DO FORTE DE SANTO ANTÔNIO DO BURACO:**

**a salvaguarda, a batalha, o silêncio e a ruína.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

**Área de Concentração:** Sociedades, Culturas e Poderes.

**Orientador:** Prof. Dr. Daniel de Souza Leão Vieira.

RECIFE

2024

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

JESUS, Jesus Anderson Bezerra de.

Patrimonialização do Forte de Santo Antônio do Buraco: a salvaguarda, a batalha, o silêncio e a ruína / Jesus Anderson Bezerra de Jesus. - Recife, 2024.  
260 f.: il.

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

Orientação: Daniel de Souza Leão Vieira.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Forte do Buraco; 2. patrimonialização; 3. tombamento; 4. destombamento; 5. retombamento; 6. Batalha do Forte do Buraco.  
I. Vieira, Daniel de Souza Leão. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

JESUS ANDERSON BEZERRA DE JESUS

**PATRIMONIALIZAÇÃO DO FORTE DE SANTO ANTÔNIO DO BURACO:**

**a salvaguarda, a batalha, o silêncio e a ruína.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 28/08/2024.

**BANCA EXAMINDORA:**

---

Prof. Dr. Daniel de Souza Leão Vieira (Orientador)  
**Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFPE)**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Cristina Martins Guillen (Membro Titular Interna)  
**Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFPE)**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rozeane Porto Diniz (Membro Titular Externa)  
**Programa de Pós-Graduação em História (PGH-UFRPE)**

À minha tia materna, Miriam Gonçalves Bezerra Ribeiro (*in memoriam*), a quem me referia por Tia Nan, que, em sua simplicidade, foi a primeira a apoiar minhas mãos em meus primeiros escritos. Hoje a honro.

*“O que passou, passou. Mas o que passou luzindo resplandecerá para sempre”.\**

---

\* [Johann Goethe]. **O que passou** [...]. (s. l.). (s.d.).

## AGRADECIMENTOS

À Ancestralidade. Aqueles que foram as pontes que me conduziram até este momento, e a força para pisar onde eles não pisaram.

Ao meu porto seguro, minha família, que represento nas figuras do meu avô João Antônio Bezerra (*in memoriam*), de quem guardo a mais preciosa herança: a memória; ele, que dizia “tranquilo e calmo” é quem referencio quando digo “retrato”; e da minha tia Julia Gonçalves Bezerra, pelo amor incondicional, atemporal e imutável, e pela presença mesmo não estando perto.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE) pelo apoio dedicado a esta pesquisa e por ter contribuído significativamente para o meu crescimento intelectual.

Meus mais sinceros agradecimentos ao meu orientador, professor Daniel de Souza Leão Vieira, que no primeiro momento o percebi em sua intelectualidade, e agora acrescento a delicadeza, o dom da acessibilidade e a generosidade em compartilhar seus conhecimentos. Grato pelo privilégio de contar com suas potentes marcações, diálogos e aconselhamentos, suportes essenciais para a conclusão desta investigação.

Em particular, à professora Rozeane Porto, pela delicadeza e partilha, além da ajuda na percepção de novas leituras sobre os personagens deste enredo e, sobretudo, pelo estímulo desde o início do projeto desta dissertação, que foram fundamentais para o desenvolvimento desta discussão; e à professora Isabel Guillen, cujas orientações me levaram a perceber o Forte de Santo Antônio do Buraco sob novas perspectivas, a equalizar o superlativo das minhas questões e a dar uma forma mais apropriada para esta construção.

Ao professor Luiz Manoel Domingues do Nascimento (*in memoriam*), pelas conversas enriquecedoras nos degraus do Centro de Estudos da Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (Cegoe-UFRPE), sobre a Veneza Brasileira de antigamente, a Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios e o Sport Club do Recife; e acima de tudo, pela partilha de seus escritos antes de sua partida.

Também aos professores do PPGH-UFPE, Bruno Miranda, que, além do direcionamento na investigação sobre a Fortificação do Buraco, do envio de seu acervo cartográfico e de seus trabalhos publicados, os quais serviram de fonte nesta pesquisa, agradeço também pelas

valiosas aulas de paleografia, de grande serventia nesta trajetória; e Bruno Boto por meio das aulas de Arquivo, Arte e Fotografia no Brasil, e pela assistência nas traduções em latim. Da mesma maneira, à professora Marcília Gama, em virtude das inesquecíveis aulas de História do Brasil Republicano, ministradas ainda na graduação na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e particularmente pela assistência na consulta aos arquivos do período da Ditadura Civil-Militar do Brasil.

Agradeço ainda a outros autores mencionados neste texto, que, em consequência dos diálogos e trocas ajudaram a solucionar arestas, e assim contribuíram ainda mais para a conclusão deste estudo: Adler Homero Fonseca de Castro, Rodrigo José Cantarelli Rodrigues e Rodrigo Nunes de Oliveira.

Às instituições nas quais realizei minha investigação, e aqui cito nominalmente os profissionais que me receberam em agradecimento pelo auxílio que ultrapassou as atribuições funcionais, permeando gentileza e solicitude. Inicialmente, da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM): Lorena Iumatti; do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE): Emerson Lucena; do Arquivo Público Municipal de Olinda Antonino Guimarães: Alexandre Alves; do Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco (CEC-PE - Casa de Oliveira Lima): representado pelo ex-presidente Cássio Ranieri e por Ana Rita Campos da Silva; da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE): André Cardoso, Fernando Montenegro, Marcelo Renan Souza e Nilson Cordeiro; da Fundação Joaquim Nabuco/Villa Digital (FUNDAJ): Manuela Vera Cruz e Marcondes José Freire; do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP): Erivelton de França e Silva, Reinaldo Carneiro Leão, e, em especial a Pedro Ivo Melo; do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 5ª Superintendência Regional - Pernambuco (IPHAN-PE): Adriana Wolf e Mariana Castro; do Museu da Cidade do Recife – Forte de São Tiago das Cinco Pontas (MCR): Sandro Vasconcelos; do Museu do Estado de Pernambuco (MEPE): Pablo Lucena e Rayssa Lorentz; do Museu Militar do Forte do Brum: coronel André Monteiro, subtenente Emanuel Queiróz e Miguel Adelino; do Projeto Turístico Recife Mal-Assombrado: César William Costa; da Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo de Olinda (SEPACTUR): José Aylton Coelho de Mello e Tathyana Malta; da Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Olinda (SEMAPU): Hermano Trigueiro; da Unidade de Licenciamento em Zonas Especiais (Prefeitura da Cidade do Recife - PCR): Lucas de Lima Silva. Aqui também expresso minha gratidão ao corpo de funcionários da UFPE, aos quais menciono

do PPGH: Raquel Lopes; e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA): Nelson Lafayette.

Um reconhecimento ao Paço do Frevo, Centro de Referência em Salvaguarda deste Patrimônio Imaterial, meu local de labor durante a gestação desta escrita, pelo ambiente harmônico e pela flexibilidade para atender as demandas deste Programa de Pós-Graduação.

Aos amigos e parceiros do Grupo de Pesquisa: Políticas de Institucionalização do Patrimônio: velhas e novas práticas de preservação, do Laboratório de Estudos e Intervenções em Patrimônio Cultural e Memória Social (LEPAM) do Memorial da UFRPE: Déborah Vilela, Naide Gregório, Pélaguê Pereira e Wilson Chiarelli, aos quais sou profundamente grato pelos aconselhamentos e companheirismo.

Ao amigo Luiz Vinícius Maciel, pesquisador dos periódicos e do Frevo, por ter sido uma ajuda fundamental, desde os aconselhamentos no projeto inicial desta pauta à contínua assistência ao longo do processo de elaboração deste texto.

Expresso também minha gratidão aos meus amigos contemporâneos do PPGH-UFRPE: Raissa Efrem, da literatura de Beauvoir, de Camus e de Sartre; Enrique Andrade, dos indígenas, de Dom Hélder Câmara e da curadoria museal; Arthur Feller Rigaud Cardoso, dos discursos políticos e das produções literárias; e Hellen Danielly Soares, da musicalidade de Caruaru; a eles sou grato pelas vivências aquém e além do acadêmico.

Também aos amigos da graduação em História da UFRPE, dos quais guardo memoráveis lembranças: Carolina Souza, das Vilas Operárias do Recife no século XX; Jonas Melo, da Arqueologia e do cotidiano do Recife no século XI; e Mário Emanuel, da História das Infâncias; pelo companheirismo, pelas trocas mútuas e pelo auxílio desde a ideia germinal deste trabalho.

Agradeço imensamente aos amigos que, com sua generosidade e apoio, tornaram possível esta jornada de construção e descoberta. Cada um deles contribuiu de forma direta e significativa, e é parte integrante deste percurso. Quero expressar minha profunda gratidão pela parceria a Anderson Vieira, da Educação e da Arte, pelas conversas e trocas sobre diversas temáticas, incluindo a matéria das relações de poder e suas implicações. Gratidão também a Ayodê França, amigo das Artes Gráficas, pelo excepcional trabalho nas edições dos retratos. À Beatriz Rocha, da Geografia e da Arte-Educação, grato por todo estímulo ao longo do desenvolvimento desta investigação. Érika Lucena, cuja colaboração nas pesquisas sobre os registros portugueses foi fundamental. Daniel Rufino, também por todo incentivo dado no

decorrer deste estudo. Ao amigo Gustavo Tiné, do Ensino da História e das imagens, e também coetâneo no PPGH-UFPE, sou imensamente grato pelas indicações e trocas de experiências. E não posso deixar de mencionar João Pedro Nires, o menino de Olinda, futuro historiador, músico e estandarte do Cariri Olindense, uma vez que direcionou as pesquisas na Marim dos Caetés e me apontou a direção correta do farol. À Letícia Arruda, pela amizade, pelas conversas sobre infinitos assuntos e pelos proseccos à beira-mar. Ao amigo Lucas Nascimento, investigador das Ligas Camponesas, também agradeço pelas leituras, *feedbacks*, pelo seu artigo sobre o uso dos espaços urbanos como ferramenta educacional, além dos debates acerca do “não-lugar” e, notadamente, pelas contribuições sobre os equipamentos históricos de Recife. À minha amiga Mikaella Rodrigues, pedagoga dos escritos de Freire, e socióloga da tradição de Marx e da contemporaneidade de Bauman e Giddens, pelo companheirismo além do período desta escrita, e por ter sobrevivido a recorrência do tema “Forte do Buraco”, por meses minha inspiração/respiração, assim como os demais amigos. À Mônica Silva por suas orientações nas buscas aos arquivos e manuscritos que foram fundamentais e resolutivas. A Nuno Alves, grato pelas soluções e criações, pelas conversas e músicas, e pela grande ajuda na concepção gráfica deste trabalho. Pedro Lisboa, pela assistência crucial para a chegada às Ruínas do Forte do Buraco. E, a Samir Passos, da Jurema Sagrada e cavalheiro de fina estampa, a quem agradeço pela amizade sincera e recíproca.

E, de forma destacada, aos amigos que foram o estímulo para a concepção inicial desta dissertação: minhas comadres Neijla Barroso e Cristiane Felipe, e também Aline Toledo e Thiago Lome. Sou grato imensamente a todos pelo apoio e colaboração, e digo: amizade é um patrimônio!

“[...] Guardo inteira em mim  
A casa que mandei um dia  
Pelos ares  
E a reconstruo em todos os detalhes  
Intactos e implacáveis”.\*\*

---

\*\* PELOS ares. Intérprete: Adriana Calcanhotto. Compositores: Adriana Calcanhotto, Antônio Cícero. *In*: Cantada. São Paulo: BMG, 2002. 1 CD, Faixa 3.

## RESUMO

Este trabalho tem como elemento central a patrimonialização, processo pelo qual objetos culturais, históricos ou naturais são oficialmente reconhecidos, protegidos e valorizados como parte da identidade de um grupo. Por meio dela são elaboradas estratégias preservacionistas para o bem histórico-cultural, com o propósito de assegurar que os conhecimentos e as manifestações das dinâmicas socioculturais sejam repassados às gerações. Baseado nisto, foi observada a evolução da prática preservacionista no Brasil ao longo do século XX, tendo como base o estudo de caso do Forte de Santo Antônio do Buraco, em Recife-PE, considerando as alterações em sua valoração em distintos recortes temporais. Isso inclui: o tombamento da fortificação como edificação (1938); o cancelamento do tombamento (1955), que reverberou na Batalha do Forte do Buraco; as tratativas para o restabelecimento da preservação (1985-1995); e o novo tombamento do equipamento histórico como ruína (2000). Da mesma forma, esta investigação se concentrou na legislação referente à proteção do patrimônio histórico nacional em todas as instâncias, e na participação dos articuladores políticos e sociais em diretrizes implementadas sobre a fortaleza. Diante disso, as ações patrimonializadoras podem ser compreendidas como um universo amplo que reúne e se articula com outros conceitos históricos, desde o patrimônio e sua contínua evolução, os processos de atribuição de valor e suas narrativas legitimadoras, passando pela memória e os lugares de memória na construção da identidade coletiva, pela representação social na produção e reprodução de significados culturais compartilhados, incluindo as relações de poder nas disputas pelo controle da narrativa do patrimônio histórico e, sobretudo, pelo tempo histórico, influenciado pelas ações humanas. Assim, os processos de patrimonialização examinados podem ser compreendidos como resultantes de práticas sociais, culturais e políticas, tendo em vista a participação da sociedade civil na solicitação da proteção da Fortaleza do Buraco, assim como a disputa política entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pela preservação da fortificação, e a Marinha do Brasil pela jurisdição da edificação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Forte do Buraco; patrimonialização; tombamento; destombamento; retombamento; Batalha do Forte do Buraco.

## ABSTRACT

This academic work has as its central element patrimonialization, a process by which cultural, historical or natural objects are officially recognized, protected and valued as part of a group's identity. Through it, preservationist strategies are developed for the historical-cultural asset, with the purpose of ensuring that knowledge and manifestations of sociocultural dynamics be passed down for generations. Based on this, the evolution of preservationist practice in Brazil throughout the 20<sup>th</sup> century was observed, based on the case studies of the Forte de Santo Antônio do Buraco, in Recife -PE, considering the changes in its valuation in different time frames. These include: the landmarking of heritage as a building (1938); the landmarking's cancellation of heritage (1955), through Forte do Buraco's Battle; the negotiations to reestablish the preservation (1985-1995); and, the new heritage's landmarking of the historic equipment as a ruin (2000). Likewise, this investigation has focused on legislation relating to the protection of national historical heritage in all instances, and on the participation of political and social joiners in guidelines implemented on the fortress. So, landmarking actions can be understood as a broad universe that brings together and articulates with other historical concepts, from heritage and its continuous evolution, the processes of attributing value and its legitimizing narratives, passing through memories and places of memory in the construction of collective identity, through social representation in the production and reproduction of shared cultural meanings, including power relations in disputes for control of the narrative of historical heritage, and, above all, by historical time, influenced by human actions. Thus, the patrimonialization processes examined can be understood as resulting from social, cultural and political practices, taking into account the participation of civil society in requesting the protection of Fortaleza do Buraco, as well as the political dispute between the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), the body responsible for preserving the fortification, and the Brazilian Navy for jurisdiction over the building.

**KEYWORDS:** Forte do Buraco; patrimonialization; heritage protection; cancellation of landmarking; new heritage protection; Forte do Buraco's Battle.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como elemento central la patrimonialización, proceso mediante el cual los objetos culturales, históricos o naturales son oficialmente reconocidos, protegidos y valorados como parte de la identidad de un grupo. A través de él se desarrollan estrategias conservacionistas para el bien histórico-cultural, con el propósito de asegurar que los conocimientos y manifestaciones de las dinámicas socioculturales se transmitan de generación en generación. Basado en esto, se observó la evolución de la práctica conservacionista en Brasil a lo largo del siglo XX, a partir del estudio de caso del Forte de Santo Antônio do Buraco, en Recife-PE, considerando los cambios en su valoración en diferentes períodos temporales, siendo estos: la protección de la fortificación como edificio (1938); la cancelación de la protección del patrimonio (1955), a través de la Batalla del Forte do Buraco; las negociaciones para restablecer la preservación (1985-1995); y, la nueva protección del equipamiento histórico como ruina (2000). Asimismo, esta investigación se centró en la legislación relativa a la protección del patrimonio histórico nacional en todas sus instancias, y en la participación de organizadores políticos y sociales en las pautas implementadas en la fortaleza. Ante esto, las acciones patrimoniales pueden entenderse como un universo amplio que reúne y articula con otros conceptos históricos, desde el patrimonio y su continua evolución, los procesos de atribución de valor y sus narrativas legitimadoras, pasando por la memoria y los lugares de memoria en el construcción de identidad colectiva, a través de la representación social en la producción y reproducción de significados culturales compartidos, incluidas las relaciones de poder en las disputas por el control de la narrativa del patrimonio histórico, y, sobre todo, por el tiempo histórico, influenciado por las acciones humanas. Así, los procesos de patrimonialización examinados pueden entenderse como resultado de prácticas sociales, culturales y políticas, teniendo en cuenta la participación de la sociedad civil en la solicitud de protección de la Fortaleza do Buraco, así como la disputa política entre el Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), organismo responsable de la preservación de la fortificación, y la Armada de Brasil, con jurisdicción sobre el edificio.

**PALABRAS CLAVE:** Forte do Buraco; patrimonialización; protección del patrimonio; cancelación de la protección del patrimonio; nueva protección del patrimonio; Batalla del Forte do Buraco.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Mapa</b>	<b>1</b> – Fortificações existentes no Recife - ilha de Antônio Vaz e arredores, até o ano de 1638 .....	<b>30</b>
<b>Mapa</b>	<b>2</b> – Cidade Maurícia, 1647.....	<b>31</b>
<b>Gravura</b>	<b>1</b> – Marin D’Olinda de Pernambuco, 1630 .....	<b>32</b>
<b>Gravura</b>	<b>2</b> – Perfil de Pernambuco, Recife e Olinda no Brasil, 1630 .....	<b>33</b>
<b>Pintura</b>	<b>1</b> – Vista de Recife e seu porto, 1637.....	<b>34</b>
<b>Retrato</b>	<b>1</b> – O velho Forte do Buraco, 1914 .....	<b>35</b>
<b>Desenho</b>	<b>1</b> – Planta do Forte de Santo Antônio dos Coqueiros do Buraco, 1763 .....	<b>36</b>
<b>Retrato</b>	<b>2</b> – O Forte do Buraco com a muralha desmoronada pelo mar, 1912 .....	<b>37</b>
<b>Retrato</b>	<b>3</b> – Demolição no bairro do Recife - largo do Corpo Santo, 1913 .....	<b>41</b>
<b>Retrato</b>	<b>4</b> – Arco de Santo Antônio, [1880] .....	<b>43</b>
<b>Retrato</b>	<b>5</b> – Arco da Conceição, 1900 .....	<b>43</b>
<b>Figura</b>	<b>1</b> – Obras de abrigo do porto do Recife, [entre 1910 e 1940] .....	<b>44</b>
<b>Retrato</b>	<b>6</b> – Molhe de Olinda, 1910 .....	<b>44</b>
<b>Retrato</b>	<b>7</b> – Homens trabalhando na extração do material utilizado na ampliação do porto do Recife – pedreira de Comportas, Jaboatão-PE, 1910 .....	<b>45</b>
<b>Retrato</b>	<b>8</b> – Obras do aterro para os armazéns e docas, 1912 .....	<b>45</b>
<b>Retrato</b>	<b>9</b> – Interceptação da ligação férrea, [1912] .....	<b>46</b>
<b>Retrato</b>	<b>10</b> – Interceptação da linha férrea ligando o porto do Recife ao molhe de Olinda, [1912] .....	<b>47</b>
<b>Retrato</b>	<b>11</b> – Canhões expostos no Museu do Estado de Pernambuco - MEPE .....	<b>49</b>
<b>Retrato</b>	<b>12</b> – Canhão de bronze remanescente do Forte do Buraco, fundido em 1641 - MEPE	<b>50</b>
<b>Retrato</b>	<b>13</b> – Canhão de bronze remanescente do Forte do Buraco, fundido em 1649 - IAHG	<b>50</b>
<b>Retrato</b>	<b>14</b> – Palacete de Julius von Söhsten, 1941 .....	<b>51</b>
<b>Retrato</b>	<b>15</b> – Detalhe do meio-canhão de bronze na entrada do palacete de Julius von Söhsten, 1941 .....	<b>51</b>
<b>Retrato</b>	<b>16</b> – Fortaleza do Buraco entre o mar e o rio Beberibe, no período da interventoria de Agamenon Magalhães, [entre 1937 e 1945] .....	<b>54</b>
<b>Desenho</b>	<b>2</b> – Simulação dos remanescentes edificadas do Forte, 1920 .....	<b>55</b>
<b>Retrato</b>	<b>17</b> – Demolição do morro do Castelo-RJ, 1922 .....	<b>59</b>
<b>Retrato</b>	<b>18</b> – Igreja da Sé - Olinda, [1870] .....	<b>60</b>
<b>Retrato</b>	<b>19</b> – Igreja da Sé - Olinda, 1919 .....	<b>60</b>

<b>Quadro 1</b> – Fortificações tombadas no Brasil em 1938 .....	<b>83</b>
<b>Retrato 20</b> – O isolamento do Forte do Buraco, [entre 1924 e 1925] .....	<b>84</b>
<b>Retrato 21</b> – Família residente da Fortaleza do Buraco, [1939] .....	<b>94</b>
<b>Retrato 22</b> – Mocambo vizinho às Ruínas do Forte do Buraco, [194-] .....	<b>94</b>
<b>Retrato 23</b> – Mocambos no istmo, [1955] .....	<b>94</b>
<b>Retrato 24</b> – Choupana ao lado do Forte, [194-] .....	<b>95</b>
<b>Retrato 25</b> – Habitações no istmo, [1937] .....	<b>95</b>
<b>Retrato 26</b> – Canhão na entrada do Forte do Buraco, 1939 .....	<b>96</b>
<b>Retrato 27</b> – Canhão na entrada do Forte do Buraco, [194-] .....	<b>96</b>
<b>Retrato 28</b> – Canhão utilizado como ancoragem de barcos - molhe principal do Recife (dique do Nogueira) .....	<b>97</b>
<b>Pintura 2</b> – Fortaleza do Buraco, 1915 .....	<b>98</b>
<b>Retrato 29</b> – Igreja de São Pedro dos Clérigos-RJ, [1890] .....	<b>100</b>
<b>Retrato 30</b> – Igreja da Venerável Ordem Terceira do Senhor Bom Jesus Calvário, [1915] .....	<b>100</b>
<b>Retrato 31</b> – Campo de Sant’Anna-RJ, [1886] .....	<b>100</b>
<b>Retrato 32</b> – Demolição do Forte do Buraco, 1953 .....	<b>103</b>
<b>Retrato 33</b> – Homens demolindo o Forte à picaretas, 1953 .....	<b>104</b>
<b>Retrato 34</b> – Canhões de ferro sobre os destroços da Fortaleza do Buraco, 1953 .....	<b>104</b>
<b>Desenho 3</b> – Simulação dos remanescentes edificadas do Forte, 1953 .....	<b>105</b>
<b>Retrato 35</b> – Bastidores do filme <i>O Canto do Mar</i> , 1953 .....	<b>106</b>
<b>Retrato 36</b> – Torre Malakoff, [19--] .....	<b>111</b>
<b>Gravura 3</b> – Arco do Bom Jesus, 1847.....	<b>111</b>
<b>Desenho 4</b> – Forte de Quebra-Pratos, 1766 .....	<b>112</b>
<b>Retrato 37</b> – Antigo Farol de Olinda, 1940 .....	<b>113</b>
<b>Retrato 38</b> – Localização do antigo Farol de Olinda, [197-] .....	<b>113</b>
<b>Retrato 39</b> – Ruínas da Fortaleza do Buraco após o (des)tombamento, 1955 .....	<b>122</b>
<b>Quadro 2</b> – Equipamentos destombados no Brasil até o ano de 2024 .....	<b>124</b>
<b>Retrato 40</b> – Igreja Matriz de São João Marcos-RJ, [19--] .....	<b>126</b>
<b>Retrato 41</b> – Igreja de Nossa Senhora do Rosário-RS, [s. d.] .....	<b>126</b>
<b>Retrato 42</b> – Aqueduto Carioca-RJ, [1896] .....	<b>127</b>
<b>Pintura 3</b> – Sobrado Sítio da Cruz, 1852 .....	<b>130</b>
<b>Retrato 43</b> – Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios, 1973 .....	<b>130</b>

<b>Retrato 44</b>	– Obras da avenida Dantas Barreto, 1973 .....	<b>130</b>
<b>Retrato 45</b>	– Construção do Estádio Jornalista Mário Filho-RJ, 1950 .....	<b>131</b>
<b>Retrato 46</b>	– Cartão Postal do Forte do Buraco, [192-] .....	<b>135</b>
<b>Retrato 47</b>	– Inscrição da entrada do Forte do Buraco (1705) - IAHGP .....	<b>140</b>
<b>Mapa 3</b>	– Áreas dos Polígonos de Tombamento e de Preservação de Olinda, 1968 .....	<b>143</b>
<b>Figura 2</b>	– Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana de Recife, 1978 .....	<b>145</b>
<b>Retrato 48</b>	– Área prevista para a construção da base naval, 1955 .....	<b>146</b>
<b>Figura 3</b>	– Limite entre as duas cidades de acordo com o município de Recife-PE .....	<b>148</b>
<b>Mapa 4</b>	– Limite entre as duas cidades de acordo com o município de Olinda-PE .....	<b>148</b>
<b>Desenho 5</b>	– Layout para o Terminal <i>Roll-on-Roll-off</i> do Porto do Recife, 1980 .....	<b>150</b>
<b>Retrato 49</b>	– Canhão de ferro remanescente do Forte do Buraco - MCR .....	<b>152</b>
<b>Retrato 50</b>	– Canhão de bronze neerlandês de uso em naus - MCR .....	<b>152</b>
<b>Mapa 5</b>	– Áreas das Zonas Especiais de Proteção Cultural e Paisagística de Olinda ....	<b>162</b>
<b>Figura 4</b>	– Tombamento definitivo das Ruínas do Forte do Buraco .....	<b>176</b>
<b>Figura 5</b>	– ZEPH-09, Recife-PE .....	<b>180</b>
<b>Gráfico 1</b>	– Menções de valor atribuídas ao bairro do Recife, 2023 .....	<b>181</b>

## **APÊNDICE A – EXPEDIÇÃO ÀS RUÍNAS DO FORTE DO BURACO**

<b>Retrato 1</b>	– Passagem do dique seco que dá acesso às Ruínas do Forte do Buraco .....	<b>249</b>
<b>Retrato 2</b>	– Praia Ponta del Chifre repleta de lixo .....	<b>249</b>
<b>Retrato 3</b>	– Carcará sobre as Ruínas do Forte do Buraco .....	<b>250</b>
<b>Retrato 4</b>	– Ruínas do Forte do Buraco tomadas pela vegetação .....	<b>251</b>
<b>Retrato 5</b>	– Portal de entrada da Fortificação do Buraco .....	<b>251</b>
<b>Retrato 6</b>	– Trilho remanescente da linha férrea da década de 1910 .....	<b>252</b>

## **APÊNDICE B – TABELAS DE REQUALIFICAÇÕES EM FORTIFICAÇÕES PARA USOS TURÍSTICOS E CULTURAIS**

<b>Quadro 1</b>	– Equipamentos com visitação, mas com pouca ação legal de preservação ....	<b>254</b>
<b>Quadro 2</b>	– Equipamentos com visitação e sem uso cultural adequado .....	<b>254</b>

<b>Quadro 3</b> – Equipamentos com uso cultural limitado .....	<b>254</b>
<b>Quadro 4</b> – Equipamentos com boa política de preservação .....	<b>255</b>

**ANEXO A – DOCUMENTAÇÃO REMETIDA, EM 1995, PELO IPHAN COM CABEÇALHO DO IBPC (ÓRGÃO EXTINTO EM 1994)**

<b>Documento 1</b> – IBPC. Ofício CC/IPHAN/Nº 042/95, 20 set. 1995 .....	<b>256</b>
--	------------

**ANEXO B – DOCUMENTAÇÃO REMETIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA, EM 1995, AO IBPC (ÓRGÃO EXTINTO EM 1994)**

<b>Documento 2</b> – OLINDA. Ofício Nº 488/95-GP, 8 set. 1995 .....	<b>257</b>
---	------------

**ANEXO C – LAUDO ARQUEOLÓGICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA PARA PROJETO TURÍSTICO E CULTURAL NO FORTE DO BURACO**

<b>Documento 3</b> – OLINDA. Informe Técnico [s. n.], 8 set. 1995 .....	<b>258</b>
---	------------

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AGU</b>	Advocacia Geral da União
<b>AHU</b>	Arquivo Histórico Ultramarino
<b>AN</b>	Arquivo Nacional
<b>AP</b>	Amapá
<b>APEJE</b>	Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
<b>APR</b>	Administração do Porto do Recife
<b>BA</b>	Bahia
<b>BANDEPE</b>	Banco de Desenvolvimento de Pernambuco
<b>BHL</b>	Biodiversity Heritage Library (Biblioteca do Patrimônio da Biodiversidade)
<b>BNDigital</b>	Biblioteca Nacional
<b>CE</b>	Ceará
<b>CEC-PE</b>	Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco
<b>Cegoe-UFRPE</b>	Centro de Estudos da Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco
<b>CEPPC</b>	Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
<b>CFCH-UFPE</b>	Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco
<b>CIAM</b>	Congrès Internationaux d'Architecture Moderne Congrès Internationaux d'Architecture Moderne (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna)
<b>CNMC</b>	Comissão Nacional de Moral e Civismo
<b>Com3ºDN</b>	Comando do Terceiro Distrito Naval
<b>ComGrupNNE</b>	Comando do Grupamento Naval do Nordeste
<b>COMOCI-PE</b>	Comissão de Moral e Civismo de Pernambuco
<b>CONDEPE/FIDEM</b>	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
<b>CPDOC</b>	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
<b>CPRH</b>	Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos
<b>CPSHO</b>	Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda
<b>DEPAM/IPHAN</b>	Diretoria de Patrimônio Material do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>DEPROT/IPHAN</b>	Departamento de Proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>DET</b>	Divisão de Estudos e Tombamentos

<b>DF</b>	Distrito Federal
<b>DNPVN</b>	Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis
<b>DOU</b>	Diário Oficial da União
<b>DPHAN</b>	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>DPPC</b>	Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Prefeitura da Cidade do Recife
<b>DTC</b>	Departamento de Tombamento e Conservação
<b>EB</b>	Exército Brasileiro
<b>FCPSHO</b>	Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>FIDEM</b>	Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife
<b>FIFA</b>	Fédération Internationale de Football Association (Federação Internacional de Futebol)
<b>FNPM</b>	Fundação Nacional Pró-Memória
<b>FUNDAJ</b>	Fundação Joaquim Nabuco
<b>FUNDARPE</b>	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
<b>GM</b>	Gabinete Militar
<b>GptFNNa</b>	Grupamento de Fuzileiros Navais de Natal
<b>HDB-BN</b>	Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional
<b>IAB-PE</b>	Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Pernambuco
<b>IAHGP</b>	Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IBPC</b>	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
<b>ICOM</b>	International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus)
<b>ICOMOS</b>	International Council of Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)
<b>ICOMOS-BR</b>	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Brasil
<b>IHGB</b>	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
<b>IMN</b>	Inspetoria dos Monumentos Nacionais
<b>IMS</b>	Instituto Moreira Salles
<b>IPCC</b>	Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas)
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

<b>IPHAN-PE</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – 5ª Superintendência Regional – Pernambuco
<b>LEPAM</b>	Laboratório de Estudos e Intervenções em Patrimônio Cultural e Memória Social
<b>MB</b>	Marinha do Brasil
<b>MCR</b>	Museu da Cidade do Recife
<b>MD</b>	Ministério da Defesa
<b>ME</b>	Ministério da Educação
<b>MEC</b>	Ministério da Educação e Cultura
<b>MEPE</b>	Museu do Estado de Pernambuco
<b>MES</b>	Ministério da Educação e Saúde
<b>MESP</b>	Ministério da Educação e Saúde Pública
<b>MG</b>	Minas Gerais
<b>MG</b>	Ministério da Guerra
<b>MHN</b>	Museu Histórico Nacional
<b>MinC</b>	Ministério da Cultura
<b>MINFRA</b>	Ministério da Infraestrutura
<b>Miniplan</b>	Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
<b>MJJF</b>	Museu Joaquim José Felizardo
<b>MMA</b>	Ministério da Marinha
<b>MPR</b>	Museu do Porto do Recife
<b>MS</b>	Mato Grosso do Sul
<b>MTR</b>	Ministério dos Transportes
<b>MTUR</b>	Ministério do Turismo
<b>MUSAL</b>	Museu Aeroespacial
<b>MVOP</b>	Ministério da Viação e Obras Públicas
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>OFP</b>	Órgão Federal de Preservação
<b>PA</b>	Pará
<b>PB</b>	Paraíba
<b>PCH</b>	Programa de Cidades Históricas
<b>PCR</b>	Prefeitura da Cidade do Recife

<b>PDCR</b>	Plano Diretor da Cidade do Recife
<b>PDI/RMR</b>	Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife
<b>PE</b>	Pernambuco
<b>PGH-UFRPE</b>	Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Rural de Pernambuco
<b>PORTOBRÁS</b>	Empresa de Portos do Brasil S.A.
<b>PPGA-UFPE</b>	Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco
<b>PPGH-UFPE</b>	Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco
<b>PPI</b>	Programa de Parecerias de Investimentos
<b>PPSH/RMR</b>	Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife
<b>PR</b>	Paraná
<b>PR</b>	Porto do Recife
<b>Preserve</b>	Programa de Preservação Histórica
<b>PRODETUR</b>	Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo
<b>RFFSA</b>	Rede Ferroviária Federal S/A
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro
<b>RKD</b>	Rijksbureau voor Kunsthistorische Documentatie – Netherlands Institute for Art History (Escritório Nacional de Documentação Histórica da Arte – Instituto Holandês de História da Arte)
<b>RN</b>	Rio Grande do Norte
<b>RO</b>	Rondônia
<b>RPA</b>	Região Político Administrativa
<b>RS</b>	Rio Grande do Sul
<b>SBBA</b>	Sociedade Brasileira de Belas Artes
<b>SC</b>	Santa Catarina
<b>Secult-PE</b>	Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco
<b>SEE-PE</b>	Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco
<b>SEMAPU</b>	Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Olinda
<b>SEPACTUR</b>	Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo de Olinda
<b>SISTUR</b>	Sistema Turístico
<b>SP</b>	São Paulo
<b>SPA</b>	Setor de Proteção Ambiental

<b>SPHAN</b>	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>SPHAN</b>	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>SPR</b>	Setor de Proteção Rigorosa
<b>UFF</b>	Universidade Federal Fluminense
<b>UFPE</b>	Universidade Federal de Pernambuco
<b>UFRPE</b>	Universidade Federal Rural de Pernambuco
<b>UNEP</b>	United Nations Environment Programme (Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente)
<b>UNESCO</b>	United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura)
<b>WIC</b>	West-Indische Compagnie (Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais)
<b>ZEP</b>	Zona Especial de Proteção
<b>ZEPC</b>	Zona Especial de Proteção Cultural e Paisagística
<b>ZEPH</b>	Zona de Proteção Especial do Patrimônio Histórico-Cultural

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO – “FORTE DE SANTO ANTÔNIO DO BURACO DOS COQUEIROS, DO COMBATE AOS CORSÁRIOS A MONUMENTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO”</b> .....	<b>23</b>
<b>2 PRIMEIRA PARTE – PRÓLOGO: AS INTERVENÇÕES SOCIOCULTURAIS PRECURSORAS À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL</b> .....	<b>41</b>
2.1 A REFORMA URBANA DO RECIFE, O PORTO E O CANHÃO DE BRONZE NEERLANDÊS ...	41
2.2 A RUPTURA DO ISTMO E O ARRUINAMENTO DO FORTE .....	53
2.3 OS DEBATES SOBRE PRESERVAÇÃO – NORDESTE E TRADIÇÃO .....	57
2.4 O PATRIMÔNIO E SUAS INTERFACES .....	62
<b>3 SEGUNDA PARTE – OU A SALVAGUARDA: O TOMBAMENTO DO FORTE E AS AÇÕES PATRIMONIALIZADORAS</b> .....	<b>71</b>
3.1 AS INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL .....	71
<b>3.1.1 As Cartas Patrimoniais e a conservação compartilhada</b> .....	<b>71</b>
<b>3.1.2 O SPHAN e o dispositivo do tombamento</b> .....	<b>74</b>
3.2 A TUTELA DO FORTE: A CIDADELA DAS MAIS PRECIOSAS RELÍQUIAS DO PERÍODO NEERLANDÊS .....	81
3.3 CONJUGANDO O VERBO PATRIMONIALIZAR .....	84
<b>4 TERCEIRA PARTE – OU A BATALHA: NARRATIVAS DE REPRESENTAÇÃO E VALOR</b> .....	<b>92</b>
4.1 O FORTE DOS SERES ENCANTADOS E DA “FAUNA SUBHUMANA” .....	92
4.2 A NORMATIVA DO (DES)TOMBAMENTO E A DERRUBADA DO FORTE .....	98
4.3 A FORTIFICAÇÃO E A INEXISTÊNCIA DE VALOR NO CONTEXTO NACIONAL .....	114
4.4 A BATALHA E O (DES)TOMBAMENTO DO FORTE DO BURACO: OS INTELLECTUAIS, A MARINHA E O DPHAN .....	120
4.5 A FORTIFICAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL: SIGNOS, NARRATIVAS E SENTIMENTALIDADES .....	131
<b>5 QUARTA PARTE – OU O SILÊNCIO: AS TRATATIVAS PARA O NOVO TOMBAMENTO DO FORTE</b> .....	<b>138</b>
5.1 O HIATO APÓS A BATALHA DO FORTE DO BURACO: A DISPUTA SOBRE A LOCALIZAÇÃO DAS RUÍNAS, E O PARADEIRO DOS CANHÕES REMANESCENTES DA FORTALEZA .....	138
5.2 ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO .....	152
5.3 OS MELINDRES EM TORNO DO (RE)TOMBAMENTO .....	157
5.4 A FORTALEZA ENTRE RELAÇÕES DE PODER.....	163
<b>6 QUINTA PARTE – OU A RUÍNA: O RACHA NO IPHAN E NOVO TOMBAMENTO DO FORTE DO BURACO</b> .....	<b>170</b>
6.1 AS INTERPOSIÇÃO DE RUÍNAS: AINDA RESTOU AFETO .....	178
6.2 FUTUROS POSSÍVEIS: AS EXPERIMENTAÇÕES E AS POSSIBILIDADES.....	182

6.3 SOBRE O TEMPO: ENTRE EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS.....	189
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS – "POR ENTRE O MAR E O MANGUE: OS PERCURSOS, AS PERAMBULAÇÕES E OS CAMINHOS QUE LEVAM AO FORTE DO BURACO" .....</b>	<b>197</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>201</b>
<b>APÊNDICE A - EXPEDIÇÃO ÀS RUÍNAS DO FORTE DO BURACO .....</b>	<b>246</b>
<b>APÊNDICE B – TABELAS DE REQUALIFICAÇÕES EM FORTIFICAÇÕES PARA USOS TURÍSTICOS E CULTURAIS.....</b>	<b>253</b>
<b>ANEXO A – DOCUMENTAÇÃO REMETIDA, EM 1995, PELO IPHAN COM CABEÇALHO DO IBPC (ÓRGÃO EXTINTO EM 1994) .....</b>	<b>255</b>
<b>ANEXO B – DOCUMENTAÇÃO REMETIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA, EM 1995, AO IBPC (ÓRGÃO EXTINTO EM 1994).....</b>	<b>256</b>
<b>ANEXO C – LAUDO ARQUEOLÓGICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA PARA PROJETO TURÍSTICO E CULTURAL NO FORTE DO BURACO .....</b>	<b>257</b>
<b>REFERÊNCIAS DE APÊNDICES E ANEXOS.....</b>	<b>259</b>

## 1 INTRODUÇÃO – “FORTE DE SANTO ANTÔNIO DO BURACO DOS COQUEIROS, DO COMBATE AOS CORSÁRIOS A MONUMENTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO”

*A costa, em toda a faixa compreendida entre os limites da preamar e baixamar, apresenta na superfície uma camada de areia fina, muito dura, que oferece uma excelente ocasião para galopes. É assim, aliás, do rio Doce a Olinda e de Olinda ao Forte do Buraco.<sup>1</sup>*

O texto acima trata das impressões do engenheiro francês Louis-Léger Vauthier que registrou em seu diário a sua passagem pelo Recife-PE, entre 1840 e 1846, ocasião na qual comandou uma missão técnica e artística que deixou seu legado no solo pernambucano de obras como: o *Teatro de Santa Isabel* (1850); o *Solar do Barão Rodrigues Mendes* (1870), atual Academia Pernambucana de Letras; o *Mercado de São José* (1875), dentre outras.<sup>2</sup>

A partir da leitura dessa escrita, pude compreender que tanto moradores, quanto visitantes, transitam nas cidades sem considerar os equipamentos históricos e culturais nelas instalados, assim como seus significados e quais memórias eles evocam.

Nesta perspectiva, passei a avaliar que a valorização do patrimônio cultural permite que muitos países desenvolvam um olhar cuidadoso sobre seus bens culturais, elaborando estratégias preservacionistas e socioeconômicas para suas cautelas, por meio da criação de políticas públicas para este fim.

Consequentemente, a preservação dos patrimônios tem como meta o anteparo dos produtos e testemunhos das tradições históricas e artísticas, imbuída do propósito de assegurar que os conhecimentos e as manifestações das dinâmicas socioculturais de um povo sejam repassados às futuras gerações. E que, no campo da elaboração das políticas públicas destinadas à preservação do patrimônio cultural, a prática não se diferencia.

Partindo desse pressuposto, esta dissertação tem por finalidade apurar o processo de patrimonialização como universo amplo que reúne e/ou articula os quesitos históricos, sociais e culturais, assim como observar de que maneira foram moldadas as narrativas de atribuições de

---

<sup>1</sup> VAUTHIER, Louis-Léger. **O diário íntimo do engenheiro Vauthier 1840-1846**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde/Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 4, 1940, p. 108.

<sup>2</sup> MAFRA, Patrícia Teixeira. **Louis-Léger Vauthier, ideias e educação: franceses no Brasil no século XIX**. 2012. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, 2012.

valor sobre o patrimônio histórico brasileiro no século XX, a partir do resguardo sobre o Forte de Santo Antônio do Buraco, em Recife, e as intervenções de salvaguarda a ele atribuídas.

Além de avaliar se o conceito de patrimônio histórico cultural consegue abarcar um objeto transpassado por inúmeras indagações, desde as narrativas formadoras desse patrimônio, passando pelo entendimento do memorável, as representações sociais, as relações de poder, entre outras, sendo ainda atravessado por distintos recortes temporais.

E, dessa forma, entender o patrimônio desde a origem do termo relacionado ao direito à propriedade e a transmissão de bens relativos às elites,<sup>3</sup> assim como pela ideia de valor histórico, um dos critérios fundamentais para determinar a importância de um objeto cultural.<sup>4</sup>

Compreendendo ainda que os bens culturais podem ser interpretados como fontes históricas e revelam percepções significativas sobre uma sociedade e a cultura em que foram produzidos,<sup>5</sup> e que a evolução de seu entendimento visou acomodar a crescente diversidade e divergência de interesses socioculturais.<sup>6</sup>

Ao passo que o recorte histórico desta proposta orbita deste as iniciativas anteriores às narrativas formadoras do patrimônio histórico nacional, que reverberaram na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN),<sup>7</sup> e, por consequência, no tombamento do Forte do Buraco como edificação na década de 1930, até as ações sofridas na fortificação no ano de 2000, mediante o novo tombamento do equipamento sob a categoria de ruína.

---

<sup>3</sup> FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

<sup>4</sup> RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução: Werner Rothschild Davidsohn. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

<sup>5</sup> PROWN, Jules. *Mente na matéria: uma introdução à teoria e método da cultura material*. **Winterthur Portfolio**, Chicago, v. 17, n. 1, pp. 1-19, 1982.

<sup>6</sup> OOSTERBEEK, Luiz. Revisitando Antígona: o patrimônio cultural na fronteira da globalização. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Francisco de. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um embate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade**. Curitiba: Multideia, 2015.

<sup>7</sup> Durante sua história, o órgão recebeu distintas nomenclaturas devido a mudanças em sua qualificação funcional. De 1937 a 1946 foi denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); de 1946 a 1970, Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); em 1970, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); em 1979 foi dividido em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo; em 1990, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC); e finalmente em 1994 voltou a ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Cf*: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) 1970-1979 e 1994-. *In*: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2015. (verbetes).

É necessário salientar que esta investigação tem a Fortificação do Buraco como estudo de caso, e que o lugar de protagonismo circula nas ações patrimonializadoras e suas interseções com as narrativas que passaram a atribuir valor de identidade e representação à edificação, às quais associo aos processos de proteção ocorridos sobre o forte em diferentes momentos de sua história.

Desta maneira, proponho uma contextualização histórica e uma abordagem holística, na medida em que são considerados os aspectos históricos, políticos, urbanísticos e culturais, a fim de proporcionar uma visão da evolução da patrimonialização, configurada no olhar sobre o Forte do Buraco e as interações sociais em seu entorno.

Para tal, observei a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pelas ações de proteção do patrimônio histórico-cultural em nível nacional, assim como de outras instituições e indivíduos que interferiram nas ações patrimonializadoras concebidas à fortaleza, além dos processos de tombamento do Forte do Buraco. Considerando ainda as normativas nacionais relativas à proteção do patrimônio histórico no período examinado, constituindo a fortificação como exemplo de tais ações.

Quanto ao método, como premissa, busquei o entendimento da prática do historiador no que compete à abordagem de pesquisa,<sup>8</sup> por considerar uma história das políticas de preservação, problematizando as mobilizações dos agentes nas construções patrimoniais. Assim, proponho um debate sobre uma história dos objetos e seus usuários, analisando trajetórias, significações, valores atribuídos, usos e transformações, entendendo o papel do historiador em perceber as mudanças e permanências nas posturas do campo do patrimônio.

Deste modo, com a finalidade de embasar teórico-metodologicamente esta investigação, empreguei de forma semelhante aos estudos acerca da história da preservação do legado cultural no país, utilizando uma sequência cronológica e observando diferentes concepções de patrimônio, trajetórias históricas e formação de políticas preservacionistas.<sup>9</sup> Assim como a

---

<sup>8</sup> PACHECO, Ricardo de Aguiar. O patrimônio histórico: objeto de estudo do historiador. **História UNICAP**, Recife, v. 4, pp. 5-15, 2017; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador. **Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 2, pp. 637-660, mai./ago. 2014.

<sup>9</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil: uma trajetória**. Brasília, DF: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980; CHUVA, Márcia Regina Romeiro. (Org.). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, pp. 147-166, 2011.

apuração da trajetória das políticas públicas de preservação no Brasil, a discussão das noções de herança cultural e as mudanças no entendimento sobre a temática ao longo do século XX.<sup>10</sup>

A este contexto, incluo ainda o exame das legislações referentes ao patrimônio histórico, desde as mundiais, até os níveis federal, estadual e municipal, que tiveram relação com os processos de patrimonialização do Forte do Buraco.

Para a execução deste estudo, além da pesquisa bibliográfica em torno da Fortaleza do Buraco citada ao longo do texto, pontuo aqui a dificuldade em reunir as informações referentes a esta fortificação pernambucana, devido à dispersão dos dados e às divergências entre os autores que se dedicaram ao tema. Ademais, foram realizadas consultas em distintos arquivos, desde documentais, cartográficos, iconográficos, filmográficos e pictóricos.

Ainda cabe apontar, sobre a escassez de trabalhos acadêmicos que mencionassem informações diferentes das obtidas nas já consultadas fontes documentais sobre o Forte do Buraco.

A partir disto, foram consultados alguns escritos que agregaram a esta investigação informações sobre o bem histórico em diversas áreas de estudo.

Desta forma, sobre a perspectiva defensiva e estrutural das fortificações em Pernambuco, foram considerados: o escrito que trata das mudanças na política de defesa de Portugal após a guerra com a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais – West-Indische Compagnie (WIC), em 1654, que impactaram nas reformas das fortificações em Pernambuco;<sup>11</sup> e o texto que explora as mudanças na arquitetura militar durante o Renascimento, influenciando a concepção e construção de fortificações abaluartadas no estado, durante os séculos XVI e XVII, especialmente durante a ocupação neerlandesa.<sup>12</sup>

Acerca da prática do cancelamento do tombamento: o trabalho que investigou as motivações e justificativas para o (des)tombamento, utilizando distintos estudos de caso,

---

<sup>10</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

<sup>11</sup> MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa**: o caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701. 2006. 148 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

<sup>12</sup> VALADARES, Pedro Henrique Cabral. **Templos de Marte**: referências eruditas nos fortes abaluartados de Pernambuco (século XVII). 2019. 313 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

incluindo o Forte do Buraco;<sup>13</sup> e o texto que examina a anulação do tombamento de bens protegidos pelo Órgão Federal de Preservação (OFP) no Brasil, através da análise jurídica e da sua implementação prática.<sup>14</sup>

Além dos trabalhos que congregam arqueologia e arquitetura, dentre eles: o texto que trata das ruínas arqueológicas da Fortaleza do Buraco, analisando a degradação estrutural e os fatores que contribuíram para este estado;<sup>15</sup> e por último, o escrito que apresenta e discute o acervo iconográfico com foco no espaço urbano do Recife colonial para a compreensão da identidade urbana do período luso-ibérico ao pós-neerlandês.<sup>16</sup>

Cabe ressaltar que, para o andamento desta investigação além da crítica historiográfica sobre temas relacionados à patrimonialização, tais como: patrimônio, atribuição de valor, representação social, memória, relações de poder e tempo, também foram utilizados, como fontes primárias, as ações de tombamento da fortificação: o *Processo Administrativo de Tombamento Nº 0101-T-38*, o *Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95*, o *Processo de Tombamento Nº 1.613-PE-2014*, o *Livro do Tombo de Belas Artes – Inscrição Nº 85* e o *Livro do Tombo Histórico – Inscrição Nº 44*.

Assim como, as legislações relativas à proteção do patrimônio histórico durante os períodos examinados, a exemplo do *Decreto-Lei Nº 25* de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional através da criação do SPHAN, e do *Decreto-Lei Nº 3.866* de 1941, que implementou o cancelamento do tombamento, na medida em que ambos estão plenamente relacionados à história da edificação estudada.

Adicionado a isto, foram acessados arquivos bibliográficos, iconográficos e manuscritos em diversas instituições visitadas, destacando-se: o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), o Arquivo Público Municipal de Olinda Antonino Guimarães, a Fundação Joaquim

<sup>13</sup> SOARES, Carolina Pedro. **Destombamento**: contradições e consequências da Construção do patrimônio cultural nacional (1937-1955). 2022. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas, 2022b.

<sup>14</sup> RADUN, Denis Fernando. **O des(tombamento) em questão**: (des)patrimonialização de bens culturais tombados pelo Órgão Federal de Preservação no Brasil (1937-2015). 2016. 214 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville, 2016.

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Nunes de. **Ruínas abandonadas**: uma análise imagética sobre o processo de degradação do Forte do Buraco – Recife, PE. 2022. 107 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2022.

<sup>16</sup> LINS, André Gustavo da Silva Bezerra. **Representações de identidade da cidade necessária (modelos e configurações urbanas distintas) na iconografia do Recife colonial**: planos de Phernam-buco do ante-bellum à restauração. 2011. 317 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura/Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

Nabuco/Villa Digital (FUNDAJ), o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), a 5ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Pernambuco (IPHAN-PE), e o Museu do Estado de Pernambuco (MEPE).

Da mesma forma foram feitas pesquisas nos periódicos relacionados aos recortes deste estudo, através da base da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (HDB-BN).

Diante disto, e de forma a contribuir para o campo do patrimônio, para a historiografia do Forte de Santo Antônio do Buraco e para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH-UFPE), mais intimamente à linha de “Cultura e Memória”, como diferencial trago uma revisão bibliográfica mais abrangente, reunindo as diversas informações sobre a fortificação, até então desconectadas, explanando as diferentes versões sobre a edificação.

Analogamente, aponto contribuições desconhecidas até o momento, e, deste modo, busco contribuir para a construção da historiografia sobre a fortificação, ao relacionar a legislação de preservação, os eventos que interferiram nos processos de patrimonialização da edificação, e os atores que fizeram parte dos enredos histórico, cultural, social e político, que julgo estarem diretamente ligados ao forte. Além disso, apresento elementos contemporâneos e perspectivas para o futuro da edificação como bem histórico-cultural.

Posto isto, para situar a atual Fortificação do Buraco neste estudo é necessário entender que durante o período colonial, o território nacional foi cenário de diversas disputas e confrontos. Como resultado dessas turbulências, uma variedade de estruturas defensivas militares foi erguida ao longo do tempo, integrando-se à paisagem local. Esses marcos de defesa não apenas testemunham os desafios enfrentados pela sociedade colonial, mas também revelam suas aspirações e estratégias para proteger o território e seus recursos.

A relevância das unidades de defesa para a história de Pernambuco é indiscutível, considerando que este estado detém o maior número de fortificações no Brasil.<sup>17</sup> Embora muitas dessas construções tenham sido completamente destruídas, um pequeno número resistiu ao teste do tempo e à ação humana, permanecendo como depoimentos tangíveis do passado na paisagem urbana.

---

<sup>17</sup> CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil, 1504-2006**. v. 3. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

Atualmente, esses locais históricos não só preservam importantes aspectos de nossa história, mas também evocam batalhas e conquistas do passado, contribuindo para a formação da identidade cultural nacional.

Partindo disso, entendo o Forte do Buraco como um destes equipamentos históricos, cujos primeiros registros apresentam controvérsias quanto à sua localização.<sup>18</sup>

Situado na estreita faixa de terra que ligava a povoação do Recife à Vila de Olinda, no istmo que é protegido por uma longa faixa de arrecifes, tendo o oceano Atlântico a oeste e o rio Beberibe a leste. Desde os primeiros momentos de ocupação da Capitania de Pernambuco, iniciada em 1535, passou a ser considerado ponto estratégico pela proximidade do porto, do qual se escoava boa parte da produção açucareira e demais produtos locais.

No início do século XVII, o local recebeu construções militares pela necessidade de um sistema de defesa devido às ameaças de invasão. Deve-se chamar a atenção para o fato de que, no Brasil, só o Nordeste possuía fortificações importantes nesta época, por causa da presença de corsários nas diversas capitanias e das notícias e boatos de ataques.<sup>19</sup>

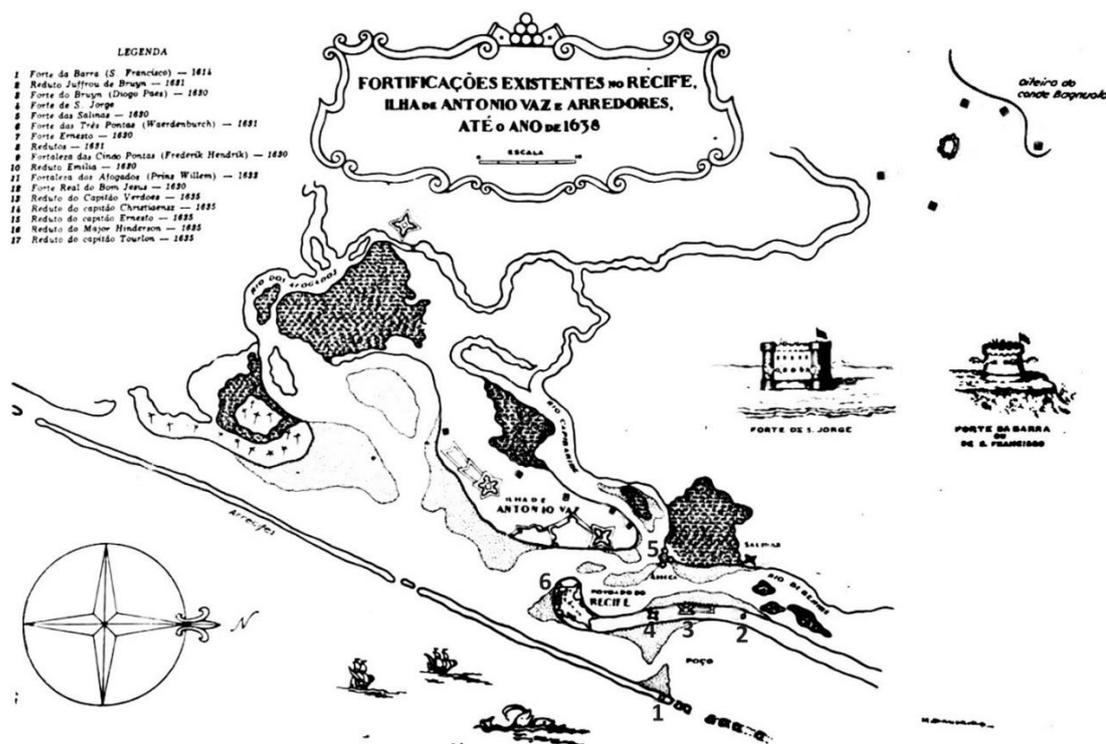
O Forte do Buraco passou a fazer a defesa da passagem entre as cidades vizinhas, dado o trânsito constante do inimigo na entrada da barra, juntamente com os Fortes de São João Batista do Brum, de São Jorge, Waerdembuch (Forte das Três Pontas), de São Francisco da Barra, e do Matos, como visto no mapa das *Fortificações existentes no Recife - ilha de Antônio Vaz e arredores* (1638), a seguir.

---

<sup>18</sup> A divergência na localização se dá pelo autor citar: “Parece que estava localizado no local onde se acha o Convento de São Bento”, local distante do istmo onde se encontra o forte atual. Cf. BARRETTO, Annibal (Cel.). **Fortificações do Brasil**: resumo histórico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editôra, 1958.

<sup>19</sup> MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. O sistema de defesa da barra e do porto do Recife no século XVII. **Clio**, Série Arqueológica/UFPE, Recife, v. 1, n. 16, pp. 87-101, 2003.

**Mapa 1** – Fortificações existentes no Recife - ilha de Antônio Vaz e arredores, até o ano de 1638.



Fonte: Adaptado de COSTA, 1983b, p. 202. Autoria: MB.

**Legenda:** Neste mapa, é possível localizar as fortificações listadas: 1 - Forte da Barra (S. Francisco) – 1614, 2 - Reduto Juffrow de Bruyn (Buraco) – 1631, 3 - Forte do Bruyn (Diogo Paes) – 1630, 4 - Forte de S. Jorge, 5 - Forte das Três Pontas (Waerdembuch) – 1631, 6 - Fortaleza da Madre de Deus e São Pedro (Forte do Matos) – 1733.

Seu nome foi dado por sua localização em um acidente natural, titulado como Buraco de São Thiago, e popularmente conhecido como Buraco de Santiago, formado em consequência da demolição pelo mar da restinga de areia que ligava o povoado do Recife à Vila de Olinda,<sup>20</sup> com a fusão do oceano com o rio Beberibe. Na região das Salinas ou camboa Tacaruna,<sup>21</sup> que atualmente corresponde à parte posterior da Escola de Aprendizes de Marinheiros, ao norte da barra do porto do Recife, na área da praia do Istmo ou Ponta del Chifre – Cf. Mapa 2.

<sup>20</sup> Informação colhida no depoimento do professor Adler Homero Fonseca de Castro. Cf. ALVES, Roberto. **Expedição ao Forte do Buraco, Recife**. Blog #Oxe Recife. YouTube, 6 ago. 2019.

<sup>21</sup> Referência à uma antiga fábrica na região. Inaugurada em 1895, foi a primeira fábrica de açúcar em tablets do Brasil. No século XX, transformou-se em uma refinaria de açúcar da Usina Beltrão e foi desativada em 1992.

**Mapa 2 – Cidade Maurícia, 1647.**



**Fonte:** Adaptado de Brasiliana Iconográfica, 2022. Autoria: Georg Marcgraf. Edição: Nuno Alves.

**Legenda:** No mapa, segue a identificação dos elementos listados: 1 - Rio Beberibe, 2 - Oceano Atlântico, 3 - Região das Salinas, 4 - Porto do Recife, 5 - Praia do Istmo ou Ponta del Chifre, 6 - Forte Madame Bruyne (Castrum D.º Brunonis).

Sua origem é debatida entre duas versões, a primeira afirma que se tratava do Reduto de Santa Cruz ou Guarita de João Albuquerque (1620),<sup>22</sup> construída para proteger a saída da Vila de Olinda dos ataques dos corsários. Provavelmente, tal visão foi dada pelo registro cartográfico do período da ocupação neerlandesa em Pernambuco, entre outros equipamentos existentes, visualizados na gravura do mapa panorâmico da cidade, denominado *Marin D'Olinda de Pernambuco*, datado de 1630.

<sup>22</sup> João Soares Albuquerque foi um rico agricultor, senhor do Engenho Muribeca, que chegou depois da restauração ao posto de mestre de campo de um regimento da guarnição de Pernambuco. Cf. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos*. v. III: 1635-1665. Recife: FUNDARPE, 1983c.

**Gravura 1 – Marin D’Olinda de Pernambuco, 1630.**



**Fonte:** Adaptado de LAET, 1644, p. 184a. Autoria: Joannes de Laet.

**Legenda:** Na gravura, é possível localizar a Guarita de João Albuquerque (G), além de alguns equipamentos ainda existentes na cidade de Olinda: as igrejas de São Salvador – Catedral da Sé (A), de Nossa Senhora das Graças – Convento dos Jesuítas (B), de São Francisco (C), de Nossa Senhora da Misericórdia (D), de São Bento (E), de São Pedro (L) e de Nossa Senhora do Carmo (R), além do caminho para o Recife (Q).

A outra versão, sugere que se originou do Fortim de Santa Cruz, próximo ao Forte do Brum (Forte Diogo Paes), cuja defesa coadjuvou na ocasião,<sup>23</sup> sendo a narrativa acatada quando se considera a distância da localização apontada à Guarita de João Albuquerque e a atual posição geográfica do forte.

A partir disso, a fortificação passou a ter distintas denominações, segundo a iconografia histórica. Dentre elas, Fortim do Bom Jesus ou de São Jorge Velho (1590), erguido pelos portugueses e provavelmente ocupado por corsários, sob comandos do inglês James Lancaster e do francês João Venner,<sup>24</sup> quando saquearam o Recife.<sup>25</sup>

À época em que Mathias de Albuquerque, então governador da Capitania de Pernambuco, começou a guarnecer a costa diante da ameaça neerlandesa, o forte foi demolido<sup>26</sup>

<sup>23</sup> SOUSA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 48, pt. 2, pp. 5-140, 1885.

<sup>24</sup> COSTA, 1983b, *op. cit.*

<sup>25</sup> O Saque do Recife, episódio também conhecido como Expedição de James Lancaster em 1595, refere-se a uma incursão militar inglesa ocorrida em abril de 1595, durante a Guerra Anglo-Espanhola. O objetivo foi o saque do Porto do Recife e demais equipamentos religiosos e históricos.

<sup>26</sup> BRANDÃO, Octavio. O Forte do Buraco. In: MELLO, Mário; MELLO, Henrique Capitolino Pereira de; PIRES, Heliodoro (Pe.). (Orgs.). O Forte do Buraco. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, v. XVI, n. 83-86, pp. 158-164, 1911-1914.

e seus escombros e armamentos foram aproveitados na construção do Forte de São Jorge Novo (1629), onde atualmente se encontra a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, no bairro do Recife.<sup>27</sup>

Em consequência da invasão neerlandesa ao litoral pernambucano em 1630,<sup>28</sup> representada pela gravura do *Perfil de Pernambuco, Recife e Olinda no Brasil* (1630), sendo o primeiro evento delimitador dos acontecimentos que circundam a fortificação, foi construído o *Schans Juffrouw de Bruyne*,<sup>29</sup> conhecido pelos locais como Reduto ou Forte Madame Bruyne (1631). O seu nome original, registrado na cartografia das Províncias Unidas dos Países Baixos, era *Domina Brunonis*. O forte foi erguido sobre os alicerces do antigo São Jorge Velho, capturado dos portugueses durante o assalto.

### Gravura 2 – Perfil de Pernambuco, Recife e Olinda no Brasil, 1630.



**Fonte:** Museu Marítimo Nacional de Amsterdã, 2023. Autoria: Claes Janszoon Visscher.

**Legenda:** A gravura ilustra a tomada da Capitania de Pernambuco pelos neerlandeses: à esquerda, o povoado de Recife; à direita, a Vila de Olinda.

Também não houve consenso quanto à sua nova denominação de Forte Madame Bruyne, que, em uma interpretação, afirma ter sido nomeado em homenagem à esposa de Johan de Bruyne, presidente do Conselho Político Neerlandês.<sup>30</sup> Em outra narrativa, sugere que foi em homenagem à esposa do coronel Diederik van Waerdenhurch.<sup>31</sup> Documentos neerlandeses

<sup>27</sup> BARRETTO, 1958, *op. cit.*

<sup>28</sup> A frota neerlandesa tinha uma tripulação mista, com soldados de distintas procedências, entre eles franceses, belgas, ingleses, flamengos, alemães, entre outros. Cf. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de guerra:** origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). Recife: Editora UFPE, 2014.

<sup>29</sup> MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A cartografia holandesa do Recife:** estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PHNG)/IPHAN/MEC, 1976.

<sup>30</sup> LIMA, Jeanette. Como Pernambuco se defendia. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 mar. 1972. Terceiro Caderno.

<sup>31</sup> MELLO, 1976, *op. cit.*

também o mencionam a edificação como Forte Goch,<sup>32</sup> Torre ou Reduto, mas sem muitas informações adicionais.<sup>33</sup>

O Madame Bruyne também foi chamado de Forte do Perrexil,<sup>34</sup> termo decorrente de um tipo de vegetação de restinga que ocorre nos arrabaldes da fortaleza. Contudo, alguns autores concluíram que o Perrexil se tratava de um anexo da atual Fortaleza do Brum, com funções de guarda avançada.<sup>35</sup>

No período da ocupação neerlandesa, a fortificação passou a figurar em pinturas que retratavam o cotidiano e a paisagem local, a exemplo da *Vista de Recife e seu porto* (1637), e em mapas como da *Cidade Maurícia* (1639) – Cf. Mapa 2.

Após a retomada pelos portugueses, o Madame Bruyne foi renomeado como Forte do Buraco (1654), devido à sua proximidade ao Buraco de São Thiago. Também foi referido como Forte de Santo Antônio do Buraco, de Santo Antônio dos Coqueiros e de Santo Antônio dos Coqueiros da Barra do Recife, devido à sua capela ser dedicada a este santo durante o período luso-brasileiro.

**Pintura 1** – Vista de Recife e seu porto, 1637.



**Fonte:** Adaptado de RKD Netherlands Institute for Art History, 1987. Autoria: Gillis Peeters. Edição: Nuno Alves.

**Legenda:** Na pintura, encontram-se as marcações das fortificações: 1 - Forte do Buraco, 2 - Forte de São João Batista do Brum, 3 - Forte de São Jorge Novo.

<sup>32</sup> SILVA JÚNIOR, Luiz S. da. (Org.). **Ruínas do Forte do Buraco**: levantamento da memória de um bem nacional. Recife: IPHAN-PE. Arquivo Geral - 5ª Superintendência Regional, 2002; CASTRO, 2009, *op. cit.*

<sup>33</sup> BARLÉU, Gaspar. **História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau (1636-1648)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

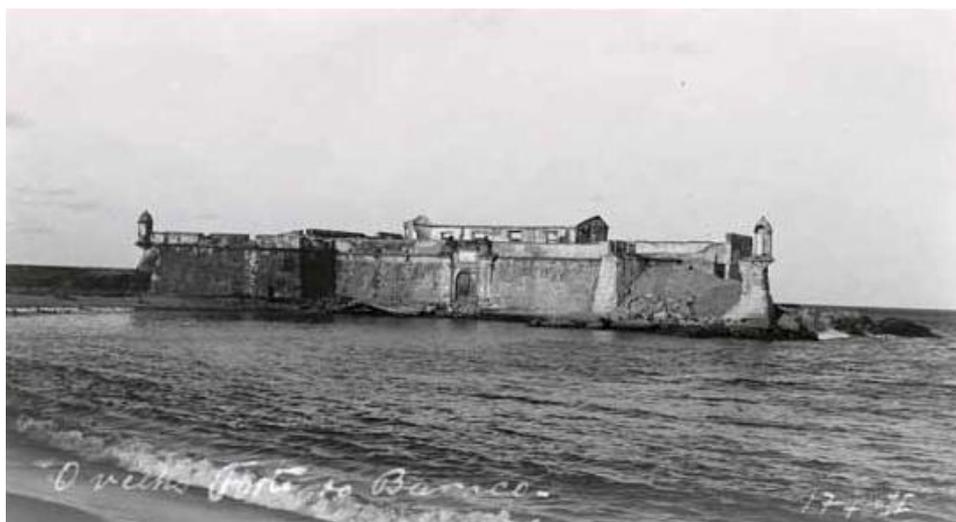
<sup>34</sup> BRANDÃO, 1911-1914, *op. cit.*

<sup>35</sup> MELLO, 1976, *op. cit.*, p. 17; CASTRO, 2009, *op. cit.*

É importante informar que Santo Antônio não era apenas o patrono e protetor do forte,<sup>36</sup> mas também foi recrutado como soldado, a partir da ordem de D. Pedro II em 1668,<sup>37</sup> recebendo soldo pelos seus serviços. Sua proteção foi reconhecida pelo Conselho Ultramarino, que o promoveu a tenente por provisão em 1717.<sup>38</sup>

No ano de 1705, o Forte do Buraco passou por uma reconstrução e ampliação sob o comando do engenheiro Diogo Sylveyra Vellozo, período no qual a edificação era guarnecida por 24 canhões de diferentes calibres.<sup>39</sup> O projeto em pedra de cantaria foi considerado ineficiente por alguns estudiosos por reduzir o número de armas voltadas para o mar e por facilitar incursões inimigas devido à baixa altura da face voltada para o rio, como mostrado no retrato *O velho Forte do Buraco* (1914).

**Retrato 1** – O velho Forte do Buraco, 1914.



**Fonte:** FUNDAJ/Villa Digital, 2023. Autoria: Henrique Martins.

**Legenda:** No retrato, a visão da entrada principal do Forte do Buraco, voltada para o rio Beberibe, e, aos fundos da fortificação, encontra-se o oceano Atlântico.

Em 1711, o Forte do Buraco foi novamente reconstruído, assumindo sua forma atual com três faces retas voltadas para o continente e uma abaluartada para o mar, em formato irregular

---

<sup>36</sup> A prática de eleger um santo como patrono ou padroeiro de uma fortificação era comum, a exemplo dos Fortes do Brum (São João Batista), das Cinco Pontas (São Tiago Maior), das Salinas (Santo Amaro), do Castelo (São Jorge) e do Picão (São Francisco). Cf. KOSTER, Henry. **Viagens ao Brasil**. Tradução: Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

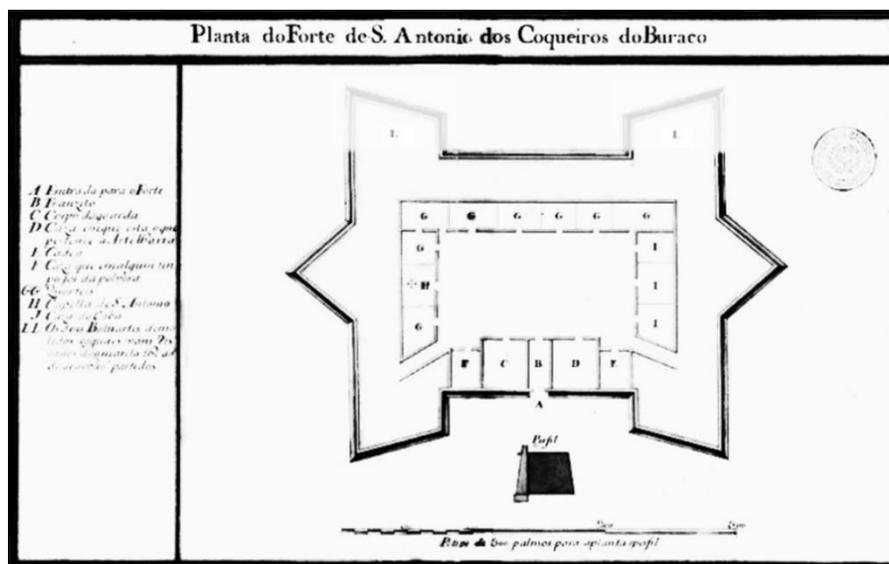
<sup>37</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais pernambucanos**. v. V: 1701-1739. Recife: FUNDARPE, 1983e.

<sup>38</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais pernambucanos**. v. IV: 1666-1700. Recife: FUNDARPE, 1983d.

<sup>39</sup> COSTA, 1983b, *op. cit.*

e trapezoidal, com 282 metros de desenvolvimento e uma área de aproximadamente 3.726 m<sup>2</sup>,<sup>40</sup> como demonstra o desenho da *Planta do Forte de Santo Antonio dos Coqueiros do Buraco* (1763).

**Desenho 1** – Planta do Forte de Santo Antônio dos Coqueiros do Buraco, 1763.



**Fonte:** Adaptado de AHU/Rede de Memória Virtual Brasileira, 2012. Edição: Nuno Alves.

**Legenda:** No desenho, é possível verificar as instalações da edificação: entrada do forte (A), corredor de entrada (B), corpo da guarda (C), casa de artilharia (D), cadeia (E), casa de pólvora (F), quartéis (G), capela de Santo Antônio (H), casa do cabo (I), e baluartes demolidos (L). O mesmo documento traz, em anexo, uma descrição sobre o estado da muralha voltada para o mar, arruinada pela erosão sofrida pelo mar, levando-se em conta o fato de não ter havido disputas desde sua última reforma.

No entanto, esta construção não foi suficientemente sólida, como pode ser observado na gravura, onde já se verifica a demolição dos baluartes voltados ao mar, requerendo a construção de um muro em 1727. A partir disso, a fortificação passou por diversas reformas durante o século XVIII,<sup>41</sup> contudo, a propensão à erosão em sua face voltada ao mar prosseguiu, como demonstrado no retrato do *Forte do Buraco com a muralha desmoronada pelo mar*, de 1912.

<sup>40</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Informação Nº 12/90**. [s. l.]. IPHAN. 11 mai. 1990. In: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 12.

<sup>41</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais pernambucanos**. v. VI: 1740-1794. Recife: FUNDARPE, 1983f.

**Retrato 2** – O Forte do Buraco com a muralha desmoronada pelo mar, 1912.



Fonte: FUNDAJ/Villa Digital, 2023.

No início do século XIX, a recusa na adesão ao Bloqueio Continental e a Invasão Franco-Espanhola (1808), repercutiram na fuga de D. João VI de Portugal, ocasionando medidas urgentes à defesa local. Nesse período, o governador Luís do Rêgo Barreto avaliou a necessidade de fortificações, sugerindo a preservação de alguns fortes antigos e o abandono de outros.<sup>42</sup> Essa foi a primeira ameaça de demolição enfrentada pelo forte, mas sua recente revitalização em 1751, contribuiu para sua preservação, apesar das erosões sofridas pelo mar.

No século seguinte, o forte foi cenário de diversos conflitos, juntamente com a Fortaleza do Brum, incluindo a participação na Confederação do Equador (1824), ao combater as forças imperiais.<sup>43</sup> Durante a Setembrada (1831),<sup>44</sup> soldados rebelados ocuparam os bairros de Santo Antônio e do Recife, levando grupos opositores de Olinda-PE a ocupar ambos os fortes para bombardear a cidade. Na Abrilada (1832),<sup>45</sup> o Forte do Buraco foi novamente ocupado durante confrontos para restaurar o imperador, resultando em um embate entre as duas fortalezas.

Durante esse período, o istmo e o porto do Recife mantinham sua importância estratégica inalterada. Outras tentativas de progresso envolvendo a faixa de terra já haviam sido propostas anteriormente, e, embora já existisse um sistema ferroviário conectando as duas cidades pelo continente desde 1868, foi aprovada a construção de uma linha férrea através da península,<sup>46</sup>

<sup>42</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais pernambucanos**. v. VII: 1795-1817. Recife: FUNDARPE, 1983g.

<sup>43</sup> SILVA JÚNIOR, 2002, *op. cit.*

<sup>44</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais pernambucanos**. v. IX: 1824-1833. Recife: FUNDARPE, 1983h.

<sup>45</sup> *Ibid.*

<sup>46</sup> APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. **Leis Provincias N<sup>os</sup> 667, 737, e 801**. Contracto de 22 julho de 1868 e Aviso do Ministério das Obras Públicas de 6 de março de 1869. Coleções Particulares. Recife: Companhia dos Trilhos Urbanos do Recife a Olinda, 1870.

considerando “que o trem imprimia um novo ritmo de vida no cotidiano dos lugares por onde passava”.<sup>47</sup>

E, já nas incursões iniciais desta investigação encontrei um dado novo nos manuscritos da época, que relatam uma série de adiamentos na conclusão da obra. Esses atrasos foram atribuídos a diversos fatores, incluindo a descoberta de fragmentos da antiga muralha da fortificação que obstruíam o caminho, resultando em demoras e custos adicionais.<sup>48</sup> Além disso, um repentino aumento no nível do rio Beberibe causou a destruição do material já construído, ao arrastá-lo. Esses contratempos acabaram por desencorajar a continuidade da construção da ferrovia através da península na década seguinte.<sup>49</sup>

No ano de 1874, o engenheiro francês Victor Fournié estudou as obras necessárias para o desenvolvimento do porto do Recife e avaliou as fortificações locais.<sup>50</sup> Ele considerou que muitos dos fortes, incluindo o Forte do Buraco, estavam em ruínas e sugeriu substituí-lo por uma bateria no quebra-mar, quando uma grande obra fosse construída no porto. Provavelmente, isso indica a primeira compreensão da necessidade de modernizar o ancoradouro, um tema que foi amplamente debatido nos períodos posteriores e intimamente ligado à fortificação.

Durante o século XIX, o Forte do Buraco passou por novos reparos. Entre essas reformas, em 1875, o depósito de pólvora foi retirado, o que tornou a fortificação obsoleta. A escassez de funcionários levou ao seu gradual abandono, culminando na sua desativação em 1898. Em 1907, a organização militar deixou de considerá-lo uma fortificação.<sup>51</sup>

A partir deste histórico preliminar, o qual denominei como “Forte de Santo Antônio do Buraco dos Coqueiros, do combate aos corsários a monumento histórico e artístico”, segmentei a discussão em mais cinco partes, seguidas por reflexões finais. Esta divisão abarca recortes temporais importantes para o entendimento do conceito da patrimonialização, objeto central deste estudo, e relaciona-o a outros conteúdos intimamente ligados à fortaleza.

---

<sup>47</sup> ARANHA, Gervácio Batista. As estações de trem nas cidades do norte brasileiro como símbolos de um novo espaço tempo (1880-1930). In: SOUZA, Antônio Clarindo B.; FERNANDES, Paula Rejane. (Orgs.). **Cidades e experiências modernas**. Campina Grande: EDUFPG, 2010, p. 146.

<sup>48</sup> APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. **Informe de ordens eng<sup>o</sup> das obras militares particulares de Pernambuco, 6 de agosto de 1877**. Obras Militares: Fortes e Quartéis (1863-1890).

<sup>49</sup> APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. **Despacho ao engenheiro das obras militares, 6 de abril de 1877**. Obras Militares.

<sup>50</sup> COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais pernambucanos**. v. I: 1493-1590. Recife: FUNDARPE, 1983a.

<sup>51</sup> CASTRO, 2009, *op. cit.*

Na primeira parte, intitulada “Prólogo: as intervenções socioculturais precursoras à proteção do patrimônio histórico nacional”, apresento como o elemento “modernidade” interferiu na paisagem do Recife, e trago os debates sobre a proteção patrimonial, anteriores à implantação das políticas iniciais sobre o tema no país, abordando ainda o entendimento sobre o patrimônio e suas relações com o contexto nacional.

Na segunda parte ou “A salvaguarda: o tombamento do forte e as ações patrimonializadoras”, elenco as discussões iniciais acerca do patrimônio histórico cultural, desde as influências das Cartas Patrimoniais, em nível mundial, às instituições das normativas de proteção na década de 1930, com a criação do SPHAN e, conseqüentemente, o dispositivo do tombamento, no campo nacional. Neste segmento, ainda destaco o tombamento do Forte do Buraco como edificação, em 1938, e, em particular, o conceito de patrimonialização, como universo investigado neste trabalho.

A terceira parte ou “A batalha: narrativas de representação e valor”, tem como elemento central a destruição do forte em 1953 e, posteriormente, o cancelamento do seu tombamento em 1955. Neste capítulo, relacionado às narrativas de deslegitimação sobre o equipamento, e o embate ocorrido no período que denomino como Batalha do Forte do Buraco, discussão que envolveu políticos, militares e intelectuais na disputa pela preservação da fortificação, evidenciado nos processos de tombamento e nos periódicos da época. Além disso, o capítulo problematiza os atributos de valoração do bem histórico, bem como o conceito de representação social e suas interligações com as iniciativas de patrimonialização da fortaleza.

Em seguida, na quarta parte ou “O silêncio: as tratativas para o novo tombamento do forte”, abordo os melindres em torno do (re)tombamento do equipamento histórico, entre 1985 e 1995, juntamente com uma discussão sobre os conceitos de memória, relações de poder e as ações patrimonializadoras relacionadas à fortificação.

A quinta parte ou “A ruína: o racha no IPHAN e o novo tombamento do Forte do Buraco”, tem como cerne o novo tombamento do equipamento em 2000, incluindo as discussões sobre a nova categoria “ruína” e suas interposições sobre o equipamento histórico. Neste trecho, ainda discuto as possibilidades futuras projetadas para a fortaleza e trago reflexões sobre o tempo, último conceito que envolve o bem histórico e sua relação com a patrimonialização.

Por fim, em minhas ponderações finais, intituladas como: “Por entre o mar e o mangue: os percursos, as perambulações e os caminhos que levam ao Forte do Buraco”, descrevo os

apontamentos de todas as discussões abordadas nesta investigação, e como o estudo de caso do Forte de Santo Antônio do Buraco reflete os processos de patrimonialização no país.

E, à parte, em forma de apêndice, apresento ainda um relato de experiência baseado em uma visita realizada na fortaleza, ao qual denominei “Expedição às Ruínas do Forte do Buraco”,<sup>52</sup> em que destaco a atual situação de degradação do equipamento histórico, iniciada após o rompimento do istmo, assim como a dificuldade no acesso ao local, e, sobretudo, a indisponibilização do acesso a esta investigação por parte da Marinha do Brasil.

Em suma, esta dissertação consta das descritivas dos eventos políticos, históricos, culturais e sociais que envolvem a Fortificação do Buraco, a qual é exemplo e plano de fundo para as abordagens da patrimonialização no Brasil e para os demais conceitos a ela relacionados.

De maneira equivalente, essas teorias foram paulatinamente evocadas no decorrer da escrita, sendo associadas aos eventos históricos e ao surgimento das legislações vinculadas à manutenção do patrimônio histórico, e interligadas ao tema central desta investigação – a patrimonialização, em distintos períodos.

---

<sup>52</sup> Cf. APÊNDICE A – EXPEDIÇÃO ÀS RUÍNAS DO FORTE DO BURACO.

## 2 PRIMEIRA PARTE – PRÓLOGO: AS INTERVENÇÕES SOCIOCULTURAIS PRECURSORAS À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL

### 2.1 A REFORMA URBANA DO RECIFE, O PORTO E O CANHÃO DE BRONZE NEERLANDÊS

*Os tempos modernos se expandiram com as cidades, nelas arquitetaram seus grandes projetos, acreditaram que poderiam ser livres como nunca, conviveram com as invenções modernas e seus deslumbramentos.<sup>53</sup>*

Modernização é a palavra que define as décadas iniciais do século XX. Na capital pernambucana, o advento do progresso foi evidenciado pela reforma urbana do bairro do Recife – Cf. *Retrato 3*, combinada com a esperada reforma do porto em 1909,<sup>54</sup> que assumiu um papel de relevância, tornando-se o motor do desenvolvimento econômico e social da cidade.

**Retrato 3** – Demolição no bairro do Recife - largo do Corpo Santo, 1913.



Fonte: MCR, 2024. Autoria: Francisco du Bocage.

Essa postura progressista surgiu como resultado da decadência da economia açucareira da região Nordeste durante o século XIX, influenciada pela ascensão da indústria mineradora no

---

<sup>53</sup> REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997, p. 21.

<sup>54</sup> A partir do século XIX, foram realizados diversos projetos de melhoramentos do porto do Recife. Há que se assinalar que, desde 1815, quando a Comissão do Governo Imperial foi nomeada para estudar e executar obras em portos do país, até o início do século XX, não se realizaram melhorias no local. Cf. LUBAMBO, Cátia Wanderley. **O bairro do Recife**: entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife, CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.

Sudeste, além do estigma das secas recorrentes, da falta de investimentos na região e outros fatores.

O Nordeste, que desfrutou de um período próspero em termos políticos e econômicos durante a época colonial, viu-se diante da necessidade de se adaptar aos novos desafios. Isso levou a elite local; formada por grupos dos campos social, econômico, político e erudito, os quais denomino como “articuladores locais”; a se unir em prol da modernização buscando o crescimento político e financeiro, e da superação das ideias de atraso e declínio.

A requalificação urbana refletiu tanto no contexto nacional de progresso, quanto nos objetivos específicos desses articuladores locais,<sup>55</sup> sendo inteiramente inserida em um amplo projeto de desenvolvimento do país, que transcorreu entre o final do século XIX e o início do século XX, essa iniciativa reforçou uma mudança ideológica e cultural.

No âmbito local, essa modernidade foi impulsionada por grupos comerciais e financeiros, em colaboração com interesses estrangeiros. A influência da busca por tal evolução, que se destacou no Rio de Janeiro-RJ, a então Capital Federal, foi um fator preponderante, alinhando o Recife às tendências remodeladoras que se desenvolviam no país.<sup>56</sup>

Isso envolveu desafios, como superar o acesso limitado ao porto devido às ruas estreitas e desalinhadas. Com foco no progresso e na revitalização, o bairro do Recife passou por mudanças significativas, incluindo a demolição de suas ruas e antigos sobrados, bem como a remoção de marcos históricos, a exemplo da Igreja Matriz do Corpo Santo (1711- [entre 1913 e 1914]) – *Cf. Retrato 3*, e os antigos portais da cidade construídos no período neerlandês: o Arco da Conceição (1643-1913) – *Cf. Retrato 4*, e o Arco de Santo Antônio (1643-1917) – *Cf. Retrato 5*.

---

<sup>55</sup> A nova elite urbana do Recife passou a ser composta por dois grupos distintos: as tradicionais famílias rurais e, os comerciantes e banqueiros, muitos deles de origem estrangeira. *Cf. RODRIGUES, Rodrigo Cantarelli. **Contra a conspiração da ignorância contra a maldade**: a inspetoria estadual dos monumentos nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro, 2012.*

<sup>56</sup> LUBAMBO, 1991, *op. cit.*

Circunstâncias que geraram mobilizações de intelectuais e da sociedade civil em defesa desses monumentos.<sup>57</sup> As ações visavam conferir ao local um aspecto contemporâneo inspirado nos *boulevards* franceses e da atmosfera típica da *Belle Époque*.<sup>58</sup>

**Retrato 4** – Arco de Santo Antônio, [1880].



**Fonte:** IMS, 2024.  
**Autoria:** Moritz Lamberg.

**Retrato 5** – Arco da Conceição, 1900.



**Fonte:** Diário de Pernambuco, 2016.  
**Autoria:** José de Paiva Crespo.

No ano de 1910, em continuidade às obras do porto – *Cf. Figura 1*, houve o início da construção do molhe de Olinda<sup>59</sup> – *Cf. Retrato 6*, nas proximidades da Fortaleza do Buraco, com pedras extraídas de cidades vizinhas ao Recife<sup>60</sup> – *Cf. Retrato 7*. Essa nova estrutura, juntamente com a edificação do quebra-mar,<sup>61</sup> do molhe principal (dique do Nogueira) – *Cf. Retrato 6*, os

<sup>57</sup> Após a derrubada dos Arcos da cidade, o IAHGP criou um memorial em bronze aos pés da ponte Maurício de Nassau, que separa os bairros do Recife (local do Arco da Conceição) e de Santo Antônio (local do Arco de Santo Antônio), com o seguinte dizer: “Há poucos metros a leste deste local existia o Arco da Conceição. Edificado em 1643 como uma das portas que fechava a ponte. Acabada naquele anno por Maurício de Nassau. E arrasado em 1913 por necessidade do tráfego. Memória do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano em 1918”.

<sup>58</sup> A *Belle Époque* foi um período da história francesa entre 1871, após a Guerra Franco-Prussiana, e 1914, ano do início da Primeira Guerra Mundial, marcado pela paz e harmonia territorial, com os avanços artísticos, literários e tecnológicos em fase latente. *Cf.* MOREIRA, Nuno Miguel Magarinho Bessa. **A Revista de História: uma proposta de análise histórico-historiográfica.** 2012. 652 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Porto, Porto, 2012.

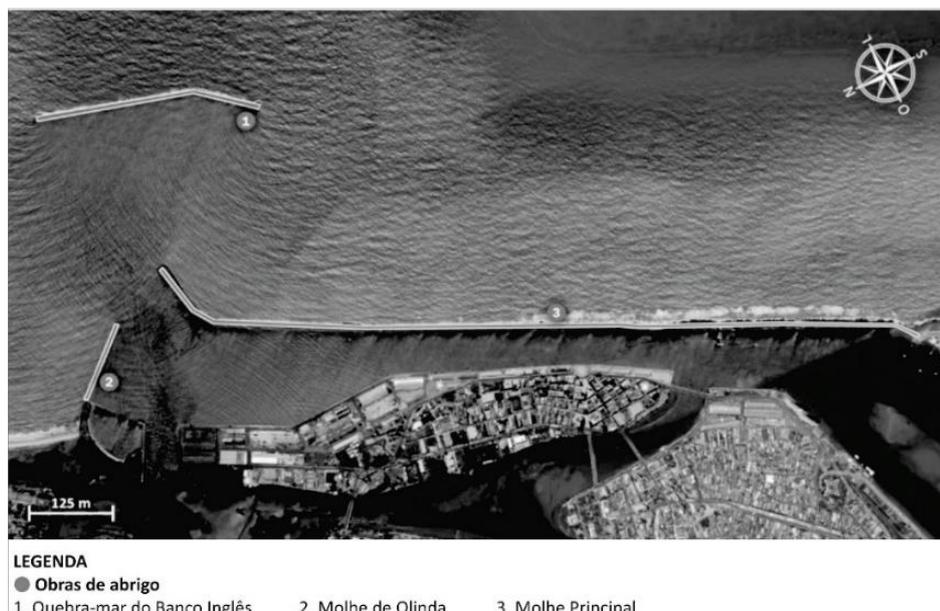
<sup>59</sup> Molhe é a designação para a proteção das partes laterais das docas, portos e rios, ao longo da qual os navios podem acostar para carga ou descarga, semelhantemente ao trapiche. *Cf.* PORTO do Recife. **Dicionário Básico Portuário.** Recife: Porto do Recife/Governo do Estado de Pernambuco, [201-].

<sup>60</sup> OBRAS do porto. **Diário de Pernambuco**, Recife, 5 jan. 1910; OBRAS do porto. **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 fev. 1910.

<sup>61</sup> Quebra-mar é a construção que recebe e rechaça o ímpeto das ondas ou das correntes, defendendo as embarcações que se recolhem em um porto, baía ou outro ponto da costa. O quebra-mar se diferencia do molhe por não possuir ligação com a terra. *Cf.* PORTO do Recife, [201-], *op. cit.*

aterros feitos para abrigar os novos armazéns e docas do porto – *Cf. Retrato 8*, contribuíram de forma acelerada para o avanço do mar, causando uma ruptura no istmo.

**Figura 1** – Obras de abrigo do porto do Recife, [entre 1910 e 1940].



**Fonte:** MINFRA, 2019, p. 74.

**Legenda:** No lado inferior esquerdo da figura, é observável a ruptura entre as imediações do Forte do Buraco e o bairro do Recife, à direita.

**Retrato 6** – Molhe de Olinda, 1910.



**Fonte:** FUNDAJ/Villa Digital, 2023. Autoria: Francisco du Bocage.

**Legenda:** Molhe de Olinda à esquerda e, em segundo plano, à direita o molhe principal do porto do Recife.

**Retrato 7** – Homens trabalhando na extração do material utilizado na ampliação do porto do Recife - pedra de Comportas, Jaboatão-PE, 1910.



Fonte: FUNDAJ/Villa Digital, 2023. Autoria: Francisco du Bocage.

**Retrato 8** – Obras do aterro para os armazéns e docas, 1912.



Fonte: MCR, 2024. Autoria: Francisco du Bocage.

Alertas sobre o possível rompimento da ligação entre Recife e Olinda foram dados desde o ano de 1861, a exemplo da matéria no jornal *O Constitucional*, indicando que

O isthmo d’Olinda, que incontestavelmente é uma das mais necessárias comunicações desta para aquella cidade, acha-se a arrombar-se por instantes, na altura entre a passagem e o Forte do Buraco, ameaçando-nos dest’arte com a infallível interrupção de um caminho tão util e de uma necessidade a toda prova, além de immenso mal que sem duvida produziria um tal arrombamento, do qual resultaria a anexação da maré pequena com a grande. Pedimos a attenção da respectiva authoridade de modo a não deixar chegar o isthmo a esse estado previsto por todos aquelles que por alli passam.<sup>62</sup>

---

<sup>62</sup> FACTOS diversos. *O Constitucional*: jornal político, religioso, scientifico, literário. Recife, 19 jun. 1861.

Contudo, o que já havia sido previsto ocorreu em 1909, ano inicial da requalificação portuária, quando o jornal *A Província* ao observar que sobre o istmo “as intempéries dos últimos dias romperam de lado a lado, perto do Forte do Buraco”.<sup>63</sup>

O ano da ruptura, ampla e erroneamente divulgado pela historiografia consta no ano de 1912, quando de fato os periódicos anunciaram o agravamento do caso pela vazão da água em diversos pontos do istmo.<sup>64</sup> Entretanto, a notícia definitiva sobre o rompimento foi publicada em 1916, pelo *Diário de Pernambuco*, da seguinte forma:

Nesses últimos dias verificou-se a rotura do istmo de Olinda às proximidades do Forte do Buraco. As águas do oceano penetraram agora nos mangues da Tacaruna, indo até a estrada do mesmo nome, o que decerto causará estragos à referida via pública, si providencias não forem tomadas a tempo. O ponto em que se deu a rotura já vinha, de há muito, sendo atacado pela água e cedeu em consequencia das marés grandes.<sup>65</sup>

Dessa maneira, abriu-se uma enorme fenda, separando o que se tornou a atual ilha do Recife da cidade de Olinda, dando a atual configuração ao istmo. Esse rompimento interceptou a comunicação com a obra do molhe de Olinda, feita por via férrea, como visto nos retratos da *Interceptação da linha férrea (1912)*.<sup>66</sup>

#### Retrato 9 – Interceptação da ligação férrea, [1912].



Fonte: FUNDAJ/Villa Digital, 2023. A autoria: Francisco du Bocage.

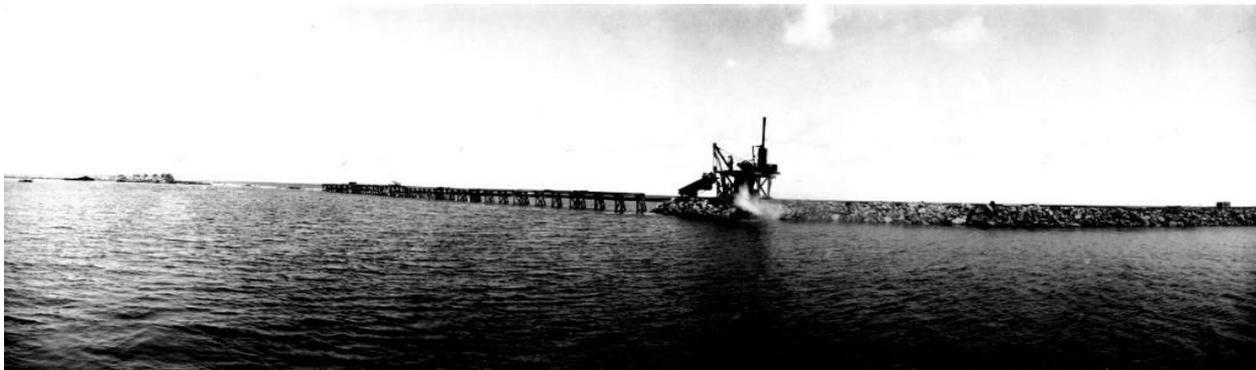
<sup>63</sup> PORTO do Recife – memória do engenheiro Alfredo Lisbôa (conclusão). *A Província*. Recife, 13 ago. 1909.

<sup>64</sup> SILVA, A. Porto do Recife. *Jornal Pequeno*, Recife, 26 set. 1912.

<sup>65</sup> O MAR rompe o istmo de Olinda. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 jul. 1916.

<sup>66</sup> PONTUAL, Virgínia; CABRAL, Renata Campello. Transformações do território e representações cartográficas: o Istmo de Olinda e Recife, Brasil. In: IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Porto. *Anais [...]*. Porto: Faculdade de Letras/Universidade de Porto, 2011.

**Retrato 10** – Interceptação da linha férrea ligando o porto do Recife ao molhe de Olinda, [1912].



**Fonte:** FUNDAJ/Villa Digital, 2023. **Autoria:** Francisco du Bocage.  
**Legenda:** À esquerda, em segundo plano, está o Forte do Buraco.

É importante observar que, embora o rompimento do istmo tenha sido acidental, a ideia de criar um canal permanente ligando o mar à bacia do rio Beberibe já estava presente no *Projeto de Melhoramento do Porto do Recife*, de 1874, além de já ser prenunciado pela geografia da localidade com a formação do Buraco de São Thiago.

Após a rebentação foi construído um caminho de pedras para preencher a lacuna na faixa de areia, o enrocamento de proteção do istmo de Olinda, reconectando os dois pontos e possibilitando a retomada da obra. Contudo, com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as obras foram limitadas e, já no primeiro ano do conflito, os serviços portuários foram interrompidos, sendo retomados no ano seguinte.

Nos anos finais da década de 1910, as obras principais do porto foram concluídas, incluindo a construção da muralha sobre os recifes, o quebra-mar, o molhe do istmo de Olinda, além de um cais do mesmo tipo para revestir as paredes do rio Beberibe que circundavam o forte.<sup>67</sup>

Desde então várias instâncias de erosão têm sido observadas ao longo do litoral, especialmente em áreas urbanas, resultando em diversas intervenções costeiras para conter os avanços do mar e, conseqüentemente, combater a erosão das praias.<sup>68</sup>

<sup>67</sup> PEDROSA, Fábio José de Araújo. **Aspectos da evolução da linha da costa e da paisagem litorânea do município de Olinda entre 1915 e 2004:** evidências do tecnógeno em Pernambuco. 2007. 194 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007; GUERRA, Flávio. História antiga e popular de um velho porto. **Quebramar Revista Informativa do Porto do Recife**, Recife, ano II, n. 5-6, pp. 1-30, dez./mar. 1977.

<sup>68</sup> GOIS, Luis Augusto de. **A interferência das estruturas de proteção da costa na preservação dos sedimentos costeiros da praia de bairro Novo, Olinda-PE.** 2018. 175 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018.

Através da ligação entre o conflito mundial em curso e a Fortificação do Buraco, esta investigação me direcionou a um documento nos arquivos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (IAHGP).<sup>69</sup>

O registro informou que a fortificação havia sido despojada de sua artilharia e, por ordem do então ministro da Guerra,<sup>70</sup> foi vendido o bronze das fortalezas e demais instalações de Pernambuco, salvaram-se as placas da ponte Maurício de Nassau e um canhão de posse do Museu do Estado de Pernambuco (MEPE). O restante foi enviado para as fundições alemães para se transformar em armamento e munição na referida guerra, visto que, durante o conflito o bronze valia tanto ou mais do que o ouro. Esta informação foi corroborada em periódicos locais:

Durante vinte e três anos o Forte do Buraco esteve em mãos dos holandeses. Quatro anos suportou duro assédio. [...] Em 1914 o governo decidiu abandoná-lo: seus canhões foram vendidos aos alemães; muita bala que matou soldados aliados deve ter sido forjada com o bronze inofensivo, de suas bocas mudas. Deixando de ser fortaleza, caindo em ruínas, a Fortaleza passou à categoria de símbolo.<sup>71</sup>

A partir dessas informações, fiz o cruzamento com a catalogação dos canhões incluída nos *Anais Pernambucanos (1591-1634)*, de Pereira da Costa, em que o autor mencionou que:

A artilharia quando, o visitamos, muito antes do seu abandono, das suas ruínas, constava de vinte canhões antigos, sendo dez portugueses, entre os quais alguns do reinado de D. José I (1750-1777), de um belo trabalho de fundição de bronze; quatro espanhóis, e seis holandeses, tendo três as datas de 1629 e outros tantos as de 1630, 1633 e 1641, vendo-se nestes dois últimos a legenda latina: *Concórdia res pavoe crescunt*.<sup>72</sup>

E, em diligência ao MEPE, observei expostos cinco canhões de origem neerlandesa em sua área externa – *Cf. Retrato 11*, dentre eles, o meio-canhão decorrente da Fortaleza do Buraco, fundido em 1641, com descrições que coincidem com a obra mencionada – *Cf. Retrato 12*.

---

<sup>69</sup> Apesar do documento não conter datação, o fato do autor mencionar ter estado com o zelador da fortaleza faz com que se estime o período entre 1893 e 1898, quando a fortificação se tornou obsoleta, e apenas o zelador fazia as vezes de sua vigilância, até sua desativação em 1898.

<sup>70</sup> Por ordem do ministro da Guerra, o general-chefe da 6ª Região Militar de Pernambuco nomeou, em 20 de outubro de 1916, o tenente Borja Buarque, chefe do material bélico da região, para fazer o arrolamento dos canhões de bronze e de ferro, e seu respectivo peso. Só se sabe que o material foi vendido a uma firma do Recife pelo preço de 800 réis. *Cf. MAIA, Gonçalves. Os canhões de bronze. A Província*, Recife, 17 nov. 1920.

<sup>71</sup> MELO, Clovis. A conspiração dos calabares. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1953.

<sup>72</sup> COSTA, 1983b, *op. cit.*, p. 572. (grifo do autor).

**Retrato 11** – Canhões expostos no Museu do Estado de Pernambuco - MEPE.



**Fonte:** Elaboração própria, 2023.

**Legenda:** Da esquerda para a direita: dois meio-canhões de 1649, procedentes da antiga Casa de Detenção do Recife; ao centro, um quarto de canhão recolhido do Forte Santo Inácio de Tamandaré, de 1664; em seguida, outro meio-canhão da antiga Casa de Detenção do Recife, de 1649; e, por último, o meio-canhão decorrente da Fortaleza do Buraco, de 1641.

Contudo, uma outra arma proveniente da fortificação havia sido citada na *Revista de Pernambuco*,<sup>73</sup> em 1925, ressaltando tratar-se de uma peça fundida em Amsterdã, datada de 1629.

Posteriormente, durante uma visita à sede do IAHP, retratei o canhão sob posse do Instituto<sup>74</sup> – Cf. *Retrato 13*, o que confirmou a notícia do *Diário de Pernambuco*, de 1930, de que a armaria é proveniente da Fortificação do Buraco, à medida que a própria entidade confirmou a cessão do canhão da fortaleza, através de um ofício encaminhado pelo ministro da Guerra.<sup>75</sup>

Após a descoberta do segundo canhão remanescente da fortaleza, a indagação seguinte girou em torno das circunstâncias pelas quais tal objeto chegou à instituição museal.

<sup>73</sup> INOJOSA, Joaquim. Tradição e tradicionalistas. *Revista de Pernambuco*, Recife, n. 11, anno II, pp. 1-65, mai. 1925; VELHOS canhões silenciosamente históricos. *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 mar. 1936.

<sup>74</sup> MENEZES, José Luiz da Mota. *Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife: Bureau de Cultura, 2017.

<sup>75</sup> INSTITUTO Archeologico. *Diário de Pernambuco*, Recife, 30 jan. 1930.

**Retrato 12** – Canhão de bronze remanescente do Forte do Buraco, fundido em 1641 - MEPE.<sup>76</sup>



Fonte: Elaboração própria, 2024.

**Retrato 13** – Canhão de bronze remanescente do Forte do Buraco, fundido em 1649 - IAHGP.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Ocorre que o palacete que atualmente abriga o MEPE pertenceu a Augusto Frederico de Oliveira,<sup>77</sup> o Barão de Beberibe.<sup>78</sup> Por volta de 1906, foi adquirido por Julius von Söhsten, um colecionador renomado<sup>79</sup> e cônsul dos Países Baixos para o Nordeste. Von Söhsten era um comerciante próspero, dono de várias empresas na região, além da representação em agências de vapores,<sup>80</sup> função pela qual obteve destaque ao figurar na película *Veneza Americana*,<sup>81</sup> de 1925, que aborda a modernização do Porto do Recife.

<sup>76</sup> A arma é assinada por Coenret Wagewart, membro de uma família encarregada da Fundação de Haia, nos Países Baixos, entre 1616 e 1664. Possui o brasão das armas das Províncias Unidas dos Países Baixos e o ano de fundição da peça: 1641. A frase em latim *Concordia Res Parvæ Crescunt*. Cf. MEPE – Museu do Estado de Pernambuco. **O Museu do Estado de Pernambuco**. São Paulo: Banco Safra, 2003, p. 38.

<sup>77</sup> Francisco Antonio de Oliveira foi um dos mais atuantes negociantes de escravizados em Pernambuco na primeira metade do século XIX. Cf. GOMES, Amanda Barlavento. Negócios de família: políticos, traficantes de escravizados e empresários pernambucanos no século XIX. **Revista de Pesquisa Histórica – CLIO**, Recife, v. 38, pp. 231-250, jul./dez. 2020.

<sup>78</sup> MEPE – Museu do Estado de Pernambuco, 2003, *op. cit.*

<sup>79</sup> BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes. (Orgs.). **Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador: Observatório da Museologia na Bahia-UFBA/CNPq, 2020.

<sup>80</sup> MEIRA LINS, Carlos Fernando Barreto de. **Perfil de Julius von Söhsten**. Portal Geneanet. 2023.

<sup>81</sup> VENEZA Americana. Direção: J. Cambieri e Ugo Falangola. Produção: J. Cambieri e Ugo Falangola. Recife: Pernambuco-Film, 1925. (14 min.). In: SÖHSTEN, Gustavus. **Julius von Söhsten recebe o navio de passageiros SS Gelia, no Porto do Recife, PE, em 1925**. Gustavus Söhsten. YouTube, 6 ago. 2021.

Por seu prestígio político e pela prática da coleção, foi presenteado com canhão remanescente da Fortificação do Buraco, o expondo na entrada de sua residência, como visto nos registros do palacete de Julius von Söhsten (1941) – *Cf. Retratos 14 e 15.*

**Retrato 14** – Palacete de Julius von Söhsten, 1941.



Fonte: FUNDAJ/Villa Digital, 2023. Autoria: Benício Whatley Dias.

**Retrato 15** – Detalhe do meio-canhão de bronze na entrada do palacete de Julius von Söhsten, 1941.



Fonte: FUNDAJ/Villa Digital, 2023. Autoria: Benício Whatley Dias.

O período da Primeira Grande Guerra, aliado a altos investimentos equivocados,<sup>82</sup> repercutiu na falência do conde neerlandês. Em 1930, seu palacete e mobiliário, incluindo o “histórico canhão de bronze com as armas da Casa Reinante da Holanda no Anno de 1641”,<sup>83</sup> foram leiloados, passando por outras instituições até fazerem parte do acervo do MEPE em 1940.

Tais relatos revelam como a simples trajetória de um objeto se modifica, desde seus tempos de defesa militar até sua transformação em peça de coleção e símbolo de prestígio político. Desta forma, percebo como a valorização dos objetos e monumentos reflete não apenas a história em si, mas também as relações de poder e as transformações sociais e econômicas de uma época.

De resto, em se tratando dos anos iniciais do século XX, observei que os argumentos sobre patrimônio histórico eram escassos, apesar do testemunho das grandes mudanças nas principais capitais brasileiras, muitas vezes às custas da demolição de antigos núcleos urbanos. Porém, o interesse crescente pela arquitetura brasileira levou intelectuais a se mobilizarem para preservar a herança histórica ameaçada pelo desenvolvimento urbano. Assim, reuniões, debates, congressos, artigos e discursos denunciavam a destruição de edifícios importantes em todo o país.<sup>84</sup>

Bem como a ocorrência de tais fatos, ao longo desta investigação acerca dos processos de patrimonialização nacional, e tendo o forte como referência, apareceram diversos protagonistas, evidenciando aspectos sociais e econômicos.

Deste modo, a discussão a seguir explora a intensificação dos debates e narrativas iniciais sobre o patrimônio histórico no Brasil, como reflexões fundamentais sobre a preservação da memória coletiva e a valorização da identidade cultural na década de 1920.

Período que foi marcado por um despertar para a importância desse patrimônio, culminando na promulgação das primeiras leis de proteção do acervo histórico na década seguinte.

---

<sup>82</sup> TOLEDO, Gustavo Alves da Costa. **O homem e a baleia**: aspectos históricos, biológicos, sociais e econômicos da caça na Paraíba. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

<sup>83</sup> PORTELLA, Luis. Primoroso e distinto leilão. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 jul. 1930.

<sup>84</sup> RODRIGUES, Rodrigo Cantarelli. **Ante o vandalismo dos homens e os estragos do tempo**: experimentos, preparações e invenções nas práticas de preservação do patrimônio brasileiro. 2019. 423 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

## 2.2 A RUPTURA DO ISTMO E O ARRUINAMENTO DO FORTE

*Actualmente, deste forte que foi celebre, restam apenas algumas paredes. O mar, em sua fúria destruidora, encontrando-o abandonado, invadiu todas as dependencias, derrubou paredes e dividio-o em partes diferentes.<sup>85</sup>*

Assim dizia uma das notícias do *Diário de Pernambuco*, em 1916, sobre a separação do istmo e a invasão das águas no antigo forte, acontecimento que marcou o início do arruinamento e motivou as futuras intervenções sobre o equipamento histórico. Embora a estrutura da fortaleza tenha sido mencionada como ruína desde 1871, quando foi solicitada a remoção do paiol da edificação pelo perigo que representava à cidade.<sup>86</sup>

Após o oceano romper o istmo, na altura da Fortaleza do Buraco, se deu passagem a um braço do rio Beberibe, que assim, em parte, se libertou do rio Capibaribe, do qual era afluente, indo ter diretamente com o mar.<sup>87</sup>

Nesse novo panorama, a força da maré começou a desembocar no Beberibe, tendo a fortificação em seu caminho, agravando cada vez mais o arruinamento da edificação, devido os arremessos contínuos das fortes ondas às muralhas, acentuado pela alta das marés que, por vezes, transformava o forte em uma ilha.

Tal situação se prorrogou por décadas, como pode ser observado no retrato da *Fortaleza do Buraco entre o mar e rio Beberibe, no período da interventoria de Agamenon Magalhães, [entre os anos de 1937 e 1945]*, sendo possível também visualizar a construção da Vila das Costureiras, povoação operária da Fábrica Tacaruna, atual Vila Naval.

---

<sup>85</sup> FORTE do Buraco: relíquias abandonadas. **Jornal do Recife**, Recife, 25 jun. 1916.

<sup>86</sup> CÂMARA Municipal. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 jul. 1871.

<sup>87</sup> LESSA, Vicente Themudo. Impressões de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 mai. 1929.

**Retrato 16** – Fortaleza do Buraco entre o mar e o rio Beberibe, no período da interventoria de Agamenon Magalhães, [entre 1937 e 1945].



Fonte: FGV/CPDOC, 2024. Autoria: B. Tertuliano.

É notável que a ruptura do istmo provocou uma mudança na geografia urbana entre Recife e Olinda. O Forte do Buraco perdeu sua ligação com o Recife e muito afastado do centro de Olinda. A partir disso, a edificação deixou de ser rota de passagem entre os municípios e, considerando que “lugar é uma pausa no movimento” e que “a pausa permite que uma localidade se torne um centro de valor conhecido”,<sup>88</sup> a edificação começou também a ruir pelo esquecimento, intensificando não apenas o arruinamento de suas estruturas físicas, mas também da memória.

Assim, também houve uma ruptura na representação sobre a fortificação, que passou do *status* de “lugar antropológico” para “não-lugar”.<sup>89</sup> Dessa maneira, o forte, ao se arruinar pelas degradações do tempo, do mar e do isolamento, passou a ser um espaço vazio, uma das formas do não-lugar, “apesar de guardar marcas de um espaço que já foi lugar”.<sup>90</sup>

A degradação do forte foi denunciada nos jornais do período devido à grande quantidade de blocos de pedras espalhadas pela praia.<sup>91</sup>

<sup>88</sup> TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983, p. 153.

<sup>89</sup> Segundo Marc Augé, o lugar antropológico se define como um espaço identitário, relacional e histórico. O não-lugar é o seu oposto: espaços não identitários, não relacionais e não históricos. Cf. AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 1 ed. Lisboa: 90 Graus, 2005, pp. 43-106.

<sup>90</sup> PINTO, Paulo Ricardo Guedes. **Lugar-não-lugar**: arquitetura epidêmica do shopping mall ao hostel – Porto 1980-2010. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) – Universidade Católica Portuguesa. Porto, 2015, p. 59.

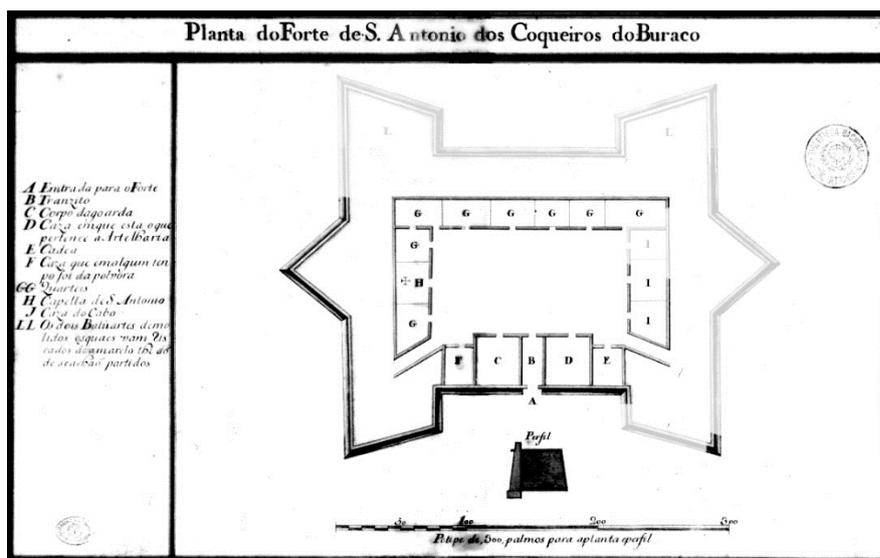
<sup>91</sup> MELLO, Mário. O Forte do Buraco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 out. 1924.

A revitalização do porto do Recife, também foi imputada pelo arruinamento; contudo, a administração portuária passou a fazer uso dos destroços desprendidos da fortificação pelo avanço do mar.

O melhoramento do Porto já está se utilizando de blócos e tijolos e argamassa do Forte do Buraco, desprendidos do alto dos seus revelins, no emparedamento do novo cães da entrada da barra. E este emparedamento faz angulo em cima do Forte, o que o obriga a desaparecer, e já!<sup>92</sup>

A dimensão do arrasamento da fortificação, causado pelo *Projeto de Melhoramento do Porto* e pelas edificações do quebra-mar e do molhe de Olinda, fica explícita na *Simulação dos remanescentes edificadas do Forte*, de 1920.

**Desenho 2** – Simulação dos remanescentes edificadas do Forte, 1920.



Fonte: Adaptado de OLIVEIRA, 2022, p. 91. Edição: Ayodê França.

Em meio ao novo grau de degradação da fortificação, no final da década de 1920, o Estado de Pernambuco deu os primeiros passos em direção à preservação de seu patrimônio arquitetônico, ainda que de maneira informal, com a criação da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais. A partir disso, José Estelita, diretor de Docas e Obras do Porto do Recife, publicou um artigo no jornal *A Província*, destacando o estado de deterioração do Forte do Buraco e ressaltando a importância crucial da preservação da herança histórica.

<sup>92</sup> FIGUEREDO, Naasson. Duas ruínas gloriosas. *Diário de Pernambuco*, Recife, 4 ago. 1929.

Em seu texto, ao abordar o abandono dos monumentos históricos em Pernambuco, Estelita destacou a importância desses locais como parte do patrimônio cultural de uma nação e enfatizou a necessidade de proteger tanto os monumentos históricos quanto os sítios naturais de beleza excepcional por meio da legislação, como era feito em outros países.

Quanto ao Forte do Buraco, mencionou-o como exemplo do descaso com o patrimônio histórico da região e descreveu o estado de ruína da fortaleza. Ele fundamentou seu depoimento com base em sua vivência como responsável pela finalização dos trabalhos no molhe de Olinda e em suas visitas frequentes à área da edificação enquanto realizava suas funções.

Como me doía n'alma o descaso injustificável em que se encontravam aquelas vetustas paredes de alvenaria de pedra, algumas já soltas, em amarração no resto do edifício, paredes construídas com formidáveis espessuras, mas de material de primeira ordem e numa época em que os estudos técnicos de resistência eram um mito. [...] Não fosse o enrocamento de blocos naturais destinados à passagem da linha férrea, que de algum modo tem protegido os alicerces dos muros de contorno, e tudo aquilo já teria desaparecido, solapado pela impetuosidade das altas marés equinociais ou de sizígia. [...] E dizer-se que tudo aquilo está desaparecendo aos poucos, progressivamente, no mais lastimável descuido, e pensar-se que há de chegar um dia em que nada mais existirá se os homens animados de boa vontade e de cultura não vierem amparar o nosso patrimônio histórico.<sup>93</sup>

Dessa forma, Estelita lamentou o descaso injustificável com o qual o local foi tratado ao longo do tempo, observando que parte da estrutura já estava desmoronando e com necessidade urgente de proteção, como o patrimônio histórico brasileiro.

Foram poucas as notícias difundidas nos jornais desse período sobre o Forte do Buraco, além das relacionadas à reestruturação do porto. Assim como a pauta em defesa da fortaleza levantada por intelectuais locais, visto o seu grau de depredação.

Curiosamente, me deparei com o texto de Joaquim Inojosa na *Revista de Pernambuco*, em 1925, abordando a conservação da edificação citando que

[...] próximo à Fortaleza do Brum, está o Forte do Buraco, merecedor de conservação por motivos históricos que determinam sympathias para como suas ruínas. Nenhuma voz se levantou ainda contra o mar que o vai destruindo vagarosamente, zombando, com ironia ruidosa de suas ondas, do nosso descaso.<sup>94</sup>

---

<sup>93</sup> ESTELITA, José. Pernambuco deve organizar a defesa dos seus monumentos. **A Província**, Recife, 6 jan. 1929.

<sup>94</sup> INOJOSA, 1925, *op. cit.*, p. 15.

Um fato inesperado, já que Inojosa ficou conhecido por sua defesa do progresso e da transformação do Recife em um grande centro civilizado. Nesse mesmo texto, ele teceu críticas irônicas ao IAHGP e a Gilberto Freyre, acusando-os de defender a conservação de velhos bairros e ruas antigas, onde os próprios tradicionalistas não queriam residir.

Essa disputa entre passadistas e futuristas, em torno do reconhecimento do patrimônio histórico nacional, recebeu a maior atenção no campo social e político, promovendo discursos acirrados, sobretudo nos jornais pernambucanos, intensificados na década de 1920.

### 2.3 OS DEBATES SOBRE PRESERVAÇÃO – NORDESTE E TRADIÇÃO

*Onde quer que se nos apresente um traço apreciável da fisionomia nacional, em sua história, em suas crenças e tradições, em seus documentos de arte, a única atitude que convém a um homem de espírito – é a de respeito e veneração.<sup>95</sup>*

Estas foram as congratulações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB a Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, por sua defesa do patrimônio histórico e artístico local perante a arquidiocese. Foram ditas antes das iniciativas acerca da normatização da tradição histórica nacional começarem a se instalar na década de 1930.

Dessa maneira, é necessário salientar que “apesar da sua importância, a noção de patrimônio no Brasil não nasceu com o SPHAN”.<sup>96</sup> Contudo, não parece adequado pensar neste quesito exclusivamente nessa década, já que outros períodos também contribuíram significativamente para o debate e a criação das políticas de conservação nacional.

Mundialmente, a temática da preservação remete à fundação da Sociedade para a Proteção de Edifícios Antigos,<sup>97</sup> em 1877, e, após a Primeira Guerra Mundial, à criação do

---

<sup>95</sup> ACTAS das sessões de 1924: primeira sessão extraordinária. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 96, v. 150, pp. 307-537, 25 mar. 1924, p. 308.

<sup>96</sup> MOREIRA, Alexandre Alves de Souza. O patrimônio à luz da Primeira República: o discurso de Jair Lins. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 35, n.1, pp. 131-150, jan./jun. 2022, p. 134.

<sup>97</sup> A Sociedade de Proteção de Edifícios Antigos foi formada por literatos, artistas, arquitetos e estudiosos da cultura e da Igreja. Ela endossava as ideias de Ruskin sobre a conservação de monumentos, enfatizando a importância da manutenção contínua para prevenir restaurações futuras. Cf. LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo B.; ALMEIDA, Manuela. Breve história da teoria da conservação e do restauro. **Revista de Engenharia Civil**, Universidade Minho, Braga-PT, n. 20, pp. 31-44, 2004.

Escritório Internacional de Museus,<sup>98</sup> em 1922. Este último foi fundamental no amparo ao legado cultural pela elaboração das diretrizes internacionais que entraram em vigor na década de 1930, conhecidas como Cartas Patrimoniais.

No Brasil, a primeira notícia de alguma iniciativa visando proteger os monumentos históricos remonta a meados do século XVIII.<sup>99</sup> Entretanto, as primeiras tentativas de afirmar uma identidade nacional frequentemente estão associadas aos movimentos em busca de autonomia política. O mais proeminente deles foi a Inconfidência Mineira (1789), em Ouro Preto-MG.<sup>100</sup> Ambas ocorreram antes da Revolução Francesa (1789-1799), tida como demarcadora da preservação histórico-cultural.<sup>101</sup>

No âmbito da produção simbólica, a década de 1920 foi sublinhada por uma acirrada disputa pelas representações do Brasil idealizado. A Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo-SP, inaugurou um novo período de reflexão sobre a identidade nacional entre as elites intelectuais brasileiras, sendo considerada um marco emblemático para as preocupações com a preservação cultural.<sup>102</sup>

A iniciativa dos intelectuais e sua relação com a formação do patrimônio nacional é grifada nas palavras de Maria Cecília Londres Fonseca. Leia-se:

Nesse sentido, não é difícil entender o que vários autores apontam como uma peculiaridade do Modernismo brasileiro: o fato de serem os mesmos intelectuais que se voltaram, simultaneamente, para a criação de uma nova linguagem estética – no sentido de ruptura com o passado – e para a construção de uma tradição – no sentido de buscar a continuidade. [...] A temática do patrimônio surge, portanto, no Brasil, assentada em dois pressupostos do Modernismo, enquanto expressão da modernidade: o caráter ao mesmo tempo universal e particular das autênticas

---

<sup>98</sup> LEAL, Claudia Baeta; TEIXEIRA, Luciano dos Santos; CHUVA, Márcia. **Patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

<sup>99</sup> De acordo com o IPHAN, a primeira iniciativa relacionada à proteção patrimonial consta do ato de D. André de Melo e Castro, Conde das Galveias, vice-rei do Estado do Brasil de 1735 a 1749, ao tomar conhecimento das intenções do Governador de Pernambuco a respeito de construções deixadas pelos holandeses. Cf. IPHAN, 1980, *op. cit.*

<sup>100</sup> PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, n. 3, pp. 4-14, 2006.

<sup>101</sup> Françoise Choay, distingue entre monumento e monumento histórico. Durante a Revolução Francesa, os revolucionários ameaçaram destruir edifícios históricos na França, o que levou à redefinição do significado dos monumentos como testemunhas da história ou como celebração de valores estéticos, culturais e sociais. Cf. CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. UNESP, 2001.

<sup>102</sup> A Semana de 1922 marcou uma mudança na perspectiva cultural, buscando novos padrões estéticos e comportamentais associados à modernidade e à nacionalidade brasileira. Os modernistas procuravam uma identidade única para o Brasil, rejeitando os padrões estéticos estrangeiros da Primeira República em favor de uma busca por raízes e pela memória nacional. Cf. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

expressões artísticas e a autonomia relativa da esfera cultural em relação às outras esferas da vida social.<sup>103</sup>

Em meio a essa dicotomia, os centros urbanos nacionais deram continuidade à modernidade almejada na década anterior. Configurada pela perda ou requalificação de edificações simbólicas, assim como o arrasamento do morro do Castelo (1567-1922) – Cf. *Retrato 17*, no Rio de Janeiro, e a drástica reconfiguração arquitetônica da Igreja da Sé de Olinda (1540) – Cf. *Retratos 18 e 19*, essas mudanças tornaram-se pauta nesse período.<sup>104</sup> Alterações criticadas por subtraírem valor ao patrimônio nacional edificado.

**Retrato 17** – Demolição do morro do Castelo-RJ, 1922.



Fonte: IMS, 2024. A autoria: Augusto Malta.

---

<sup>103</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **O registro do patrimônio imaterial**: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. Brasília: IPHAN, 2012, pp. 98-99.

<sup>104</sup> A Igreja da Sé de Olinda, cujo nome oficial é Igreja de São Salvador do Mundo, teve, no século XVIII, seu primitivo estilo maneirista reformulado para o barroco, e, entre 1911 e 1919, passou por uma drástica mudança para o neogótico. Cf. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Olinda – Igreja da Sé**. Rotas do Patrimônio. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta/Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2010.

**Retrato 18** – Igreja da Sé - Olinda, [1870].

Fonte: Sanctuaria Art, 2016.

**Retrato 19** – Igreja da Sé - Olinda, 1919.

Fonte: FUNDAJ/Villa Digital, 2023.

No Recife, a profusão de obras atrelada à especulação imobiliária, a energia elétrica e a linha de bonde se estenderam ao sul da cidade pela trilha da nova avenida Beira Mar (bairro de Boa Viagem), apesar das críticas por ser um local ermo. À vista disso, foi cogitada uma ligação entre a cidade e Olinda, serpenteando o istmo, ideia descartada pela estreiteza da via.<sup>105</sup>

Nesse cenário, a cidade também se tornou palco de um acalorado embate entre dois grupos de intelectuais distintos. Por um lado, estavam Gilberto Freyre, Anníbal Fernandes e outros escritores, conhecidos como regionalistas. Por outro, o jornalista Joaquim Inojosa assumiu a missão de difundir as ideias modernistas da Semana de 1922 na região.<sup>106</sup>

Como defensor do modernismo em Pernambuco, Inojosa dedicou-se à propagação dessas ideias através dos jornais, e tinha como preocupação fomentar o emergente movimento modernista, relegando a segundo plano a valorização do passado. Para ele, o foco deveria estar no Brasil contemporâneo, em pleno processo de construção.

Por sua vez, os intelectuais liderados por Freyre posicionaram-se de maneira oposta, buscando glorificar o passado como fundamento para a edificação da nação. A este grupo “vincula-se a uma idealização do passado, a uma exaltação das tradições, a uma saudade de um tempo sem a pressa e sem a técnica trazida pelas invenções modernas”.<sup>107</sup>

Apesar do surgimento de outros grupos de intelectuais ao longo dessa década, especialmente com a instituição de novos cursos universitários no Recife e o ressurgimento do

---

<sup>105</sup> VIEIRA, Daniel de Souza Leão. **Paisagens da cidade**: os olhares sobre o Recife dos anos 1920. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

<sup>106</sup> RODRIGUES, 2012, *op. cit.*

<sup>107</sup> REZENDE, 1997, *op. cit.*, p. 94.

IAHGP, sob a liderança de Mário Mello, foram os embates entre modernistas e regionalistas que se destacaram, representando um intenso conflito de ideias do período.

Após testemunharem a transformação dos centros urbanos em nome da modernização, os intelectuais mais voltados para a preservação da história local e valorização do passado passaram a denunciar a negligência governamental em relação ao que chamavam de patrimônio nacional.

Esses esforços conjuntos levaram à criação da Inspeção dos Monumentos Nacionais (IMN),<sup>108</sup> reverberando nas Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais, que chegaram a ser criadas em Pernambuco e na Bahia.<sup>109</sup> Contudo, deixou claro que, nesse período, ainda não havia políticas públicas voltadas ao patrimônio, e que tais iniciativas compuseram o prenúncio das ações de preservação instauradas na década seguinte, os anos 1930.

Em Pernambuco, esse movimento passou a reivindicar do Estado ações contra o patrimônio histórico pernambucano, tais como as já mencionadas demolições dos Arcos da Conceição e de Santo Antônio e da Igreja Matriz do Corpo Santo.

Essas discussões ganharam forma através da criação do Centro Regionalista do Nordeste em 1924, tendo por finalidade desenvolver o sentimento de unidade local, já tão claramente caracterizado na sua condição geográfica e evolução histórica, e, ao mesmo tempo, trabalhar em prol dos interesses da região nos seus aspectos diversos: sociais, econômicos e culturais.<sup>110</sup>

Dessa forma, o clima intelectual e cultural da década de 1920 preparou o terreno para a década seguinte, encontrando força interpretativa em Freyre ao assinar o *Manifesto Regionalista*.<sup>111</sup>

O documento propôs a valorização dos patrimônios culturais no Nordeste e abrangeu tanto os elementos tangíveis, como a arquitetura das igrejas barrocas e os engenhos de açúcar, quanto os intangíveis, como as festas populares e a culinária, sem identificar diferenças entre ambos. Além disso, destacou-se a diversidade local através da arte popular, que representa os

---

<sup>108</sup> A primeira iniciativa legislativa voltada para a proteção de um patrimônio arquitetônico brasileiro foi o Projeto de Lei para a criação da Inspeção dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil, proposto em 1923 pelo deputado pernambucano Luís Cedro. Cf. RODRIGUES, 2019, *op. cit.*

<sup>109</sup> PINHEIRO, 2006, *op. cit.*

<sup>110</sup> AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo**: os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

<sup>111</sup> LINS, Artur André. A arena do patrimônio cultural no século XX: trajetórias institucionais e o contexto brasileiro. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 27, n. 2, pp. 305-330, 2020.

saberes, usos e simbolizações do homem regional e que contribuíram para a formação das identidades e singularidades dos territórios urbanos e rurais.

No *Manifesto Regionalista*<sup>112</sup> houve um esforço em preservar a memória e o patrimônio, mas não apenas para a apreciação, por serem considerados integrantes da vida social regional. As tradições populares foram vistas como reveladoras e construtoras da singularidade local, manifestando-se no cotidiano, nas celebrações, na religiosidade e nos ofícios. Todas essas experiências conjuntas constituem as vivências patrimoniais.

É perceptível que a visão contemporânea do Nordeste foi moldada principalmente no âmbito cultural, a partir dos anos 1910, e consolidada na década seguinte. A construção da identidade nordestina foi fortemente influenciada pela nostalgia e pela preservação das tradições.

#### 2.4 O PATRIMÔNIO E SUAS INTERFACES

Os discursos ocorridos entre 1910 e 1920 foram precursores das narrativas e do entendimento sobre a memória histórica brasileira na década seguinte, através da criação de instituições em prol do acatamento e de normativas para este fim.

A partir disso, compreendo que a tentativa de figuras como Freyre e Fernandes em preservar o patrimônio histórico local, já vislumbrava a noção de bem cultural, na medida que foram abordados tanto temas materiais, como os monumentos que vieram a ser destruídos frente à expansão urbana, quanto imateriais, representados nos saberes e fazeres, e na cultura regional.

O bem cultural, por sua vez, pode ser compreendido não apenas como produto e testemunho da tradição artística e histórica, mas também como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região, constituindo-se desde as obras arquitetônicas, conjuntos urbanos ou as manifestações folclóricas.<sup>113</sup> Ele pode ser associado ao patrimônio cultural, sendo aqueles bens que estão protegidos por força de algum instrumento legal. Nesse sentido,

---

<sup>112</sup> FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. Quintas, Fátima. (Org.). 7 ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

<sup>113</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

Qualquer bem produzido pela cultura é, tecnicamente, um bem cultural, mas o termo, pela prática, acabou se aplicando mais àqueles bens culturais escolhidos para preservação – já que não se pode e nem se deve preservar todos os bens culturais –, fazendo com que, no jargão patrimonial – e por força de convenções internacionais –, a locução bem cultural queira se referir ao bem cultural protegido.<sup>114</sup>

Desta forma, percebo que essa proteção passa pela própria definição de legado histórico. Contudo, o conceito de patrimônio não é algo que se defina em uma única forma; ele pode ser acionado sob diferentes perspectivas, e passa por “permanente significação e (re)contextualização”.<sup>115</sup>

De acordo com Françoise Choay, o patrimônio é descrito como um conjunto de bens destinados ao usufruto de uma comunidade, cuja abrangência se estende globalmente. Esse acervo é formado pela constante acumulação de uma diversidade de objetos que se unem por meio de seu passado compartilhado e, além disso, evoca não apenas uma instituição física, mas também uma mentalidade cultural arraigada.<sup>116</sup>

Compreendo que ambas, instituição e mentalidade, estão ligadas ao anseio por uma sensação de permanência, que contribui para a construção das representações desse grupo. Essa designação sobre o patrimônio pode suscitar reflexões sobre as representações sociais, que emergem a partir dos objetos considerados valiosos para o grupo.

Sobre o envolvimento entre o patrimônio e a representação social, Marilena Chaui sinaliza que o legado cultural pode ser percebido a partir da

[...] elaboração coletiva e socialmente diferenciada de símbolos, valores, ideias, objetos, práticas e comportamentos pelos quais uma sociedade, internamente dividida e sob hegemonia de uma classe social, define para si mesma as relações com o espaço, o tempo, a natureza e os humanos.<sup>117</sup>

Este entendimento registra o patrimônio elaborado de forma hegemônica no desenvolvimento de símbolos comuns à sociedade. Todavia, para ocorrer a manutenção desses registros os “indivíduos e sociedades não podem preservar e desenvolver sua identidade, senão pela duração e pela memória”.<sup>118</sup>

---

<sup>114</sup> CARSALADE, Flávio. Bem. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2015. (termo chave Bem), p. 14.

<sup>115</sup> LINS, 2020, *op. cit.*, p. 305.

<sup>116</sup> CHOAY, 2001, *op. cit.*

<sup>117</sup> CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2021, p. 93.

<sup>118</sup> CHOAY, 2001, *op. cit.*, p. 112.

Dessa maneira, a relação do patrimônio com as demandas relativas à representação social está presente desde os eventos simples aos mais complexos. Um exemplo disso, foram as ações implantadas no Brasil na década de 1910, com o objetivo de conferir aspectos modernos com inspirações europeias, assimiladas pelo Recife através da requalificação de seu bairro histórico.

Segundo os apontamentos de Chauí, essas ações abarcam uma elaboração social de símbolos, valores e comportamentos, sob hegemonia de uma classe social que passou a definir as relações do espaço, sendo uma escolha política das elites nacionais e dos articuladores locais.

Assim, o patrimônio e a representação se evidenciaram na realização da Semana de 1922, que marcou a busca coletiva pelo significado de brasilidade.

Segundo essa perspectiva, Maria Cecília Londres Fonseca considera que a construção da herança cultural se dá por meio de ações políticas e intelectuais, que têm por finalidade a criação de símbolos voltados à representação social.

A produção de um universo simbólico é, nesse caso, o objeto mesmo da ação política, daí a importância do papel que exercem os intelectuais na construção dos patrimônios culturais. Nesse sentido, são dois os desafios que se defrontam: o primeiro é o de, através da seleção de bens “moveis” e “imóveis” [...] construir uma representação da nação que, levando em conta a pluralidade cultural, funcione como propiciadora de um sentimento comum de pertencimento, como reforço de uma identidade nacional; o segundo é o de fazer com que seja aceito como consensual, não-arbitrário, o que é resultado de uma seleção – de determinados bens – e de uma convenção a atribuição, a esses bens, de determinados valores. Ou seja, de, ao mesmo tempo, buscar o consenso e incorporar diversidade.<sup>119</sup>

Observa-se, assim, a convergência entre o patrimônio e as compreensões acerca da representação, bem como com a convenção da atribuição de valor destinados a bens históricos e culturais.

A produção de um universo simbólico, a partir de ações políticas para construir uma representação de nação e de reforçar uma identidade nacional, se traduz nas disputas de narrativas, as quais podem ser claramente observadas nas iniciativas entre modernistas e regionalistas, na década de 1920. Ao atribuir valor de memória aos objetos e articular representações, o patrimônio indica uma memória coletiva que influencia a formação da identidade social.

---

<sup>119</sup> FONSECA, 1997, *op. cit.*, p. 22.

Sobre a atribuição de valor, é baseada outra definição de patrimônio. Para Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini, os valores sociais se transformam com o tempo, e por isso convém analisar como o legado histórico foi visto ao longo dos tempos e dos grupos sociais, desde o valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite, passando pela valorização das relíquias, que deram ao patrimônio a singularidade coletiva.<sup>120</sup>

De acordo com Alessandra Baltazar, o patrimônio histórico e cultural pode ser classificado de acordo com a sua categoria e o valor que lhe é atribuído. Em suma, o patrimônio é o conjunto de todos os bens que, pelo seu valor próprio, deve ser considerado de interesse relevante para a permanência e para a identidade da cultura de um povo.<sup>121</sup>

Na perspectiva do valor associado à tradição cultural, observo que desde os constantes reparos executados na Fortificação do Buraco, entre os séculos XVIII e XIX, até o estudo sobre a necessidade de obras para o desenvolvimento do porto do Recife, em 1874, esses casos convergem com o entendimento de Baltazar de que o legado histórico pode ser classificado pelas atribuições de valor dirigidas aos bens, na medida em que ambas as situações remetem ao interesse pela permanência do objeto histórico como representante da identidade do grupo.

Nesse contexto, também fica evidente a abordagem dos regionalistas ao defenderem a importância de proteger elementos culturais tradicionais e preservar a identidade local. Eles se tornaram agentes da superestrutura cultural, desempenhando um papel crucial na definição e valorização desses patrimônios.

Desta maneira, entendo que as atribuições de valor utilizam os bens históricos como base, assim como tais bens trazem consigo fatores simbólicos, culturais e memoriais, e que, através do acervo histórico são mediados e valorados. Isso se alinha ao fator identitário, no qual a memória é considerada um conjunto de representações coletivas.

É justamente sobre a memória como plano de fundo, que se delinea a outra vertente do patrimônio. A esse respeito, Jacques Le Goff considera que o patrimônio cultural surgiu como resultado do processo de valorização da memória coletiva, e que a evolução da história remete à nostalgia das origens, propiciando o interesse por registros que geram memórias, os quais, segundo ele representam “o prestígio da noção do patrimônio”.<sup>122</sup>

---

<sup>120</sup> FUNARI; PELEGRINI, 2009, *op. cit.*

<sup>121</sup> BALTAZAR, Alessandra. **Patrimônio cultural**: técnicas de arquivamento e introdução à museologia. Batatais: Claretiano, 2011.

<sup>122</sup> LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 221.

Nessa mesma perspectiva, o pensamento acerca do patrimônio dado por Henri-Pierre Jeudy, defende a ampliação desse conceito para incluir os significados e memórias das comunidades.<sup>123</sup> Assim, o cabedal histórico é entendido como algo inserido em um contexto social dinâmico, já que sua valorização pode surgir de diversas posições sociais. Enquanto isso

O patrimônio é uma empresa de representação da memória, uma construção de “coisas” da memória. É mais fácil explicar o termo patrimônio porque trata de uma ordenação das memórias – uma ordenação representativa de comunidades, com uma finalidade comemorativa. O patrimônio como gestão das memórias coletivas não cessa de antecipar, de construir as memórias futuras. Há, portanto, um jogo de antecipação que torna o patrimônio não mais um tema exclusivo de conservação, mas o relaciona à construção da conservação.<sup>124</sup>

Sob estas observações, a tradição histórica está estreitamente ligada à memória, entretanto, seus sentidos e significados se renovam ao longo do tempo, impulsionando a própria concepção do que é considerado patrimônio.

Acerca do atributo “memória”, acredito que os eventos históricos que envolveram a Fortaleza do Buraco, como as participações na Confederação do Equador, na Setembrizada e na Abrilada, demarcam sua relação com o patrimônio, colocando a edificação como um lugar de memória. Um local simbólico, que tem por função embasar e revelar memórias coletivas e, sobretudo, funcionar como uma realidade apreensível e inscrita na tradição.<sup>125</sup>

Adicionalmente, as derrubadas da Igreja Matriz do Corpo Santo e dos Arcos de Santo Antônio e da Conceição, como parte da reestruturação do bairro do Recife; a demolição do morro do Castelo, no Rio de Janeiro, e a modificação arquitetônica da Catedral da Sé de Olinda também devem ser consideradas. Essas ações se vinculam à noção do patrimônio, que remete à nostalgia e aos registros gerados pela memória, como concluiu Le Goff, e a riqueza histórica como uma ordenação representativa da comunidade, como sugerido por Jeudy.

Assim, a memória se vincula à descrição do patrimônio. Ela utiliza os bens históricos como base, assim como esses bens trazem consigo fatores simbólicos, culturais e memoriais. Através do legado histórico, a memória é mediada e recebe valor, muitas vezes por disputas de narrativas e pelo envolvimento com relações de poder.

---

<sup>123</sup> JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

<sup>124</sup> JEUDY, Henri-Pierre. Liberdade da memória - uma entrevista com Henri-Pierre Jeudy. **Revista Pós FAUUSP**, São Paulo: USP, n. 15, pp. 10-15, jun. 2004, p. 13.

<sup>125</sup> NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Collection Bibliothèque des Histoires. t. III, v. 1: Les France. Paris: Gallimard, 1992.

Nessa ótica, Laurajane Smith trata da importância e da natureza da herança cultural em contextos contemporâneos, enfatizando que o patrimônio não é simplesmente algo que é possuído ou preservado, mas sim algo que é fabricado e negociado constantemente. Nesse cenário, o patrimônio é uma prática discursiva e social, sendo conceituado como um processo ou atividade performativa, na qual o significado é continuamente construído e reconstruído.

Além disso, a existência de diferentes discursos patrimoniais, de acordo com Smith, com ênfase no chamado “discurso autorizado do patrimônio”, privilegia certos valores e atores sociais em detrimento de outros.

O patrimônio é algo que é fabricado, não algo que é possuído ou salvo. Ou seja, defendo que o patrimônio é mais bem conceituado como processo, prática ou atividade performada em que o significado é continuamente feito e refeito. [...] Como prática, o patrimônio é, fundamentalmente, sobre negociar o significado e a natureza da mudança social e cultural; é sobre mediar conflitos sociais e culturais. [...] Ressalto que todas as formas de fabricação do patrimônio – seja (ela) feita por especialistas, comunidades, indivíduos ou nações – inevitavelmente são parte do debate social e político do significado do passado no presente.<sup>126</sup>

Dessa maneira, as formas de fabricação do patrimônio são parte do debate social e político sobre o significado do passado no presente. O que evidencia a importância de compreender as práticas e performances patrimoniais, enraizadas em discursos específicos, e a necessidade de reconhecer o papel dos indivíduos na construção e na atribuição de significado ao legado histórico.

Considero que a requalificação urbana do bairro do Recife, realizada sob o pretexto de modernidade e atração de investimentos, é uma clara representação do vínculo entre o patrimônio e as relações de poder, tendo em vista que tal renovação foi conduzida pelas elites nacionais e pelos articuladores locais. Relaciono isso ao “discurso autorizado do patrimônio”,<sup>127</sup> problematizado por Smith, que destaca o privilégio dos valores elaborados por tais atores sociais que, ao ocuparem posições sociais e de poder, passaram a moldar a memória histórica pela narrativa vinculada ao progresso.

De maneira semelhante, José Reginaldo Santos Gonçalves explorou as construções discursivas em torno do acervo cultural brasileiro, analisando como intelectuais influentes

---

<sup>126</sup> SMITH, Laurajane. O discurso autorizado do patrimônio e a fabricação do patrimônio cultural e a fabricação do patrimônio cultural em contextos contemporâneos. **Confluências Culturais Revista Interdisciplinar**, v. 12, n. 2. Diálogos interdisciplinares sobre paisagem cultural. Joinville, pp. 122-135, 2023, p. 123.

<sup>127</sup> *Ibid.*

moldaram as identidades e memórias nacionais, utilizando determinados códigos socioculturais e estratégias de objetificação cultural. Como consequência, essa influência se refletiu nas práticas sociais e na ação simbólica. Segundo as palavras de Gonçalves:

Nas análises dos modernos discursos sobre o patrimônio cultural, a ênfase tem sido posta no seu caráter “construído” ou “inventado”. Cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio cultural, com o propósito de articular e de expressar sua identidade e sua memória.<sup>128</sup>

Compreende-se que, através dos discursos de brasilidade e de preservação do patrimônio nacional, seja pela tradição, seja pela diversidade, a ideia da perda como recurso persuasivo para os receptores de tais discursos constitui uma estratégia de validação de seus projetos de nação. Assim, “os ideólogos do patrimônio cultural, ao denunciarem o risco da perda, não estão apenas registrando um fato histórico, mas, discursivamente, constituindo esse fato com o propósito de implementar um determinado projeto de construção nacional”.<sup>129</sup>

Desse modo, o legado cultural passa a ser caracterizado como uma alegoria, na qual ideias e valores foram classificados como nacionais, com interferências dos discursos e das dinâmicas de poder sobre o patrimônio, integrando esse contexto. Nesse campo “[...] tudo é motivo de conflitos de interesses e de conflitos políticos”.<sup>130</sup>

Nessa dimensão, vejo que outros exemplos dessa exposição são evidenciados nos casos da venda da artilharia das fortificações pernambucanas durante a Primeira Guerra Mundial e das doações dos canhões do Forte do Buraco ao cônsul neerlandês e ao IAHPG.

Esses eventos podem ser compreendidos como reflexos da influência de práticas sociais simbólicas, configurando o patrimônio como alegoria nas dinâmicas de poder, muitas vezes fundamentadas no prestígio político ou intelectual, configurando, assim, uma relação entre o legado e conflitos de interesse políticos.

Ainda há autores que abordam sobre a evolução do acervo histórico, sendo o tempo um elemento crucial para tal entendimento. A vista disso, Françoise Choay coloca que o avanço conceitual do patrimônio pode ser entendido como aquilo que “tem se modificado e pode ser

---

<sup>128</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 245.

<sup>129</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996, p. 105.

<sup>130</sup> WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru: EDUSC, 2000, p. 137.

entendido como o que for edificado por uma comunidade com a finalidade de rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos”.<sup>131</sup>

E, de acordo com Margarita Barretto, ao longo do tempo, a noção de patrimônio cultural transcendeu sua definição puramente material, que outrora se limitava às construções frequentemente associadas à elite econômica e seus artefatos,<sup>132</sup> para abranger também hábitos, costumes, práticas e crenças que contribuem para a representação de uma sociedade.

Dessa forma, o patrimônio passou a englobar tanto elementos tangíveis quanto intangíveis, refletindo as experiências sócio-históricas de diversas sociedades e culturas.

Por isso, associa-se às evoluções do patrimônio, desde a ação de defesa dos bens históricos no século XVIII, tida como a intervenção inaugural nesse sentido no Brasil, até a concepção de preservação da herança histórica e cultural pelos regionalistas na década de 1920, ao elencarem aspectos materiais e imateriais.

Perante o exposto, compreendo que o patrimônio engloba todos esses aspectos: representação social, atribuição de valor, memória, relação de poder e tempo.

A riqueza histórica é ativada e influenciada por cada um desses conceitos, bem como por outros, que moldam o pensamento do homem no espaço e no tempo. Ele é rico em significados, emergindo das narrativas que buscam atribuir-lhe valor. No entanto, também está sujeito a disputas pela memória, identidade e representação, envolvendo estratégias de poder, o que o coloca em um processo de evolução contínua, dependendo do meio social e cultural em que está inserido.

É inegável o aprimoramento constante do conceito de patrimônio, sendo esses apenas apontamentos preliminares. Durante o decorrer deste trabalho, será exposta essa evolução, a começar pelo período a seguir, a década de 1930, quando ocorreu a normatização do acervo cultural brasileiro, considerando as suas influências e consequências. Assim, a discussão sobre o patrimônio visa compreender sua evolução, a partir dos critérios escolhidos para identificá-lo, e sua relação com o passado.

---

<sup>131</sup> CHOAY, 2001, *op. cit.*, p. 18.

<sup>132</sup> BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. 4 ed. Campinas: Papirus, 2003.

### 3 SEGUNDA PARTE – OU A SALVAGUARDA: O TOMBAMENTO DO FORTE E AS AÇÕES PATRIMONIALIZADORAS <sup>133</sup>

#### 3.1 AS INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL

##### 3.1.1 As Cartas Patrimoniais e a conservação compartilhada

A nível mundial, os critérios estabelecidos para a preservação de bens culturais estão associados à Revolução Francesa, a partir da ideia do monumento histórico, sendo ele uma testemunha da história ou de celebração de valores estéticos, culturais ou sociais.

A partir disso, em momentos de guerra, quando os representantes da cultura enfrentaram ameaças, geralmente surgiam discussões e medidas para protegê-los. As multilaterais Convenções de Haia de 1899 e 1907, representaram um avanço nesse sentido. Além de tentarem humanizar o conflito, elas abordaram temas relacionados à proteção do patrimônio cultural.<sup>134</sup>

Nesse contexto de conflito, após a Primeira Guerra Mundial foi criada a Liga das Nações, ou Sociedade das Nações (1919), sendo a primeira organização internacional voluntariamente integrada por Estados soberanos com o intuito de estabelecer um sistema de segurança coletiva e promover a cooperação. Essa instituição elaborou o *Pacto da Liga* que foi incorporado ao *Tratado de Versalhes*, documento que atestou o fim do conflito.<sup>135</sup>

O início do século XX também foi marcado pela organização de um grupo de arquitetos e urbanistas e seus pares. Esse coletivo passou a organizar, a partir de 1928, uma série de Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), tendo a pretensão reunir e sistematizar pesquisas de arquitetos sobre o patrimônio edificado de seus respectivos países.

---

<sup>133</sup> Apesar do termo salvaguarda estar relacionado às medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, com base na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO de 2003, aprovada pelo Decreto Legislativo Nº 22/2006 e promulgada por meio do Decreto Nº 5.753/06, neste trabalho tal termo foi utilizado para designar o sentido de proteção, defesa, amparo e preservação. Cf. ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira de. (Org.). **Salvaguarda de bens registrados**: patrimônio cultural do Brasil. Brasília: IPHAN, 2017.

<sup>134</sup> LEITE, Edson. Recursos culturais e patrimônio histórico: evolução da proteção internacional nas cartas patrimoniais. In: LAGE; Beatriz Helena Gelas. (Org.). **Lazer e turismo**: conceitos e reflexões. São Paulo: Editora Plêiade, 2009.

<sup>135</sup> NINHOS, Cláudia; LOPES, Quintino. A cooperação técnica e intelectual ou o conhecimento do outro para a paz mundial. In: OLIVEIRA, Pedro Aires. (Org.). **Sociedade das Nações (1920-1946)**: promessas e legados. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal/Instituto Diplomático, 2020.

Assim, um pensamento mais estruturado sobre a proteção do patrimônio cultural começou a ser organizado através de posturas, legislações e atitudes mais abrangentes e concretas que foram postas em prática.

No ano de 1931, surgiu a primeira *Carta de Atenas*, mais conhecida como *Carta do Restauro*. Foi organizada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), sendo aprovada também na instância da Assembleia da Sociedade das Nações.<sup>136</sup> Ela marcou o começo das formulações intergovernamentais, em nível internacional, de diretrizes voltadas para a proteção e conservação do patrimônio histórico.

Algo a se destacar sobre a normativa é o enfoque dado à educação patrimonial, uma das primeiras abordagens ao tema, e ao papel social das políticas públicas para a preservação patrimonial.

A conferência, profundamente convencida de que a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização.<sup>137</sup>

O que atesta que o entendimento da proteção deve ser iniciado através da educação, o documento trouxe ainda demandas que envolvem a administração e a legislação dos monumentos históricos, as técnicas e os princípios de conservação dos bens históricos e artísticos, e, sobretudo, o princípio da colaboração intelectual e especializada entre os Estados-parte. Para tal, solicitou a publicação de inventários dos monumentos nacionais a fim de centralizar todas as informações e tornar viável o estudo das técnicas de conservação.

Posteriormente, no ano de 1933, Atenas voltou a ser palco do desenvolvimento da segunda Carta Patrimonial, documento elaborado durante o quarto encontro do CIAM,<sup>138</sup> que teve como temática “a cidade funcional” e envolveu discussões relativas às novas metrópoles, em um período marcado pelo intenso desenvolvimento urbano, incluindo o Brasil.

---

<sup>136</sup> CABRAL, Renata Campello. A dimensão urbana do patrimônio na Carta de 1931: as contribuições da delegação italiana. *Arquitextos*, São Paulo, ano 15, n. 179.04, Vitruvius, mai. 2015.

<sup>137</sup> ICOM – Conselho Internacional de Museus / Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. **Carta de Atenas**. Atenas: 1931. In: IPHAN. Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995, p. 4.

<sup>138</sup> LEITE, 2009, *op. cit.*

Nesse segundo momento, começou a abordagem sobre a preservação dos sítios históricos, ponderando a cidade como uma parte do conjunto econômico, social e político que constitui uma região. Desde então, passou-se a observar as problemáticas habitacionais e desenvolvimento urbano em paralelo à conservação dos equipamentos históricos, reconhecendo que

Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos). A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção, têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança.<sup>139</sup>

Fica clara a noção do valor histórico e de pertencimento no contexto urbano. Partindo da premissa de que “o urbanismo exprime a maneira de ser de uma época”,<sup>140</sup> e visto que, neste momento, foi levantado o entendimento sobre a configuração das cidades e suas relações com a preservação do patrimônio histórico, a normativa passou a ser conhecida como *Carta do Urbanismo*, tornando-se o mais conhecido produto dos CIAM.

Esses documentos iniciais, constituíram o início de uma série de instrumentos que passaram a ser denominados como Cartas Patrimoniais, compostas por conceitos e diretrizes para ações que englobam: planos de conservação, manutenção e restauro do patrimônio histórico, artístico ou cultural.

Atualmente, existem dezenas de Cartas, que permanecem em vigor e são constantemente atualizadas. Estruturalmente, além das cartas, essas diretrizes foram concebidas em forma de recomendações, normas, compromissos, declarações, resoluções e manifestos. Elas podem ser conceituadas como

[...] instrumentos teóricos que não têm a função de legislar sobre o patrimônio, mas, de fornecer embasamento filosófico com o intuito de uniformizar os discursos quanto aos cuidados que devem ser dispensados a um Bem cultural e de prestar subsídios aos órgãos competentes na elaboração de suas leis. Servem, desta forma, de referência

---

<sup>139</sup> CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. **Carta de Atenas**. Atenas: 1933. In: IPHAN. Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995, p. 25.

<sup>140</sup> *Ibid.*, p. 29.

mundial para que os diversos países adotem métodos e ações convergentes para a preservação do patrimônio cultural.<sup>141</sup>

Dessa maneira, foram elaboradas por especialistas e organismos que se encarregaram de trazer múltiplas discussões agregadas à proteção do bem histórico,<sup>142</sup> dentre elas: proteção do patrimônio arqueológico e arquitetônico, do meio ambiente, do patrimônio cultural e natural, do pluralismo cultural e do patrimônio imaterial.<sup>143</sup>

Em 1945, surgiu a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que assumiu um papel não decisivo, mas de articulação nas temáticas culturais. Isso se evidenciou ao longo dos anos, por meio de ações e programas de políticas culturais que passaram a ser adotados por diversos governos em variados contextos. Essas indicações começaram ser aprovadas por diversas nações, que passaram a observar a instituição como um parâmetro para a legislação de preservação patrimonial.

No Brasil não foi diferente, e tais recomendações reverberaram nas leis nacionais, como exemplificado pela criação do Programa de Cidades Históricas (PCH), em 1970;<sup>144</sup> o *Projeto do Plano Piloto de Brasília-DF*, elaborado por Lúcio Costa, cuja proposta atendia aos padrões atualizados de renovação para o planejamento urbano, de acordo com os critérios defendidos pela *Carta do Urbanismo*;<sup>145</sup> e as normativas iniciais acerca da preservação do patrimônio histórico nacional, fundamentadas a partir da primeira *Carta de Atenas*.

Essas normas são relevantes nesta investigação, devido às suas influências diretas na formação da legislação da manutenção do patrimônio no país, e conseqüentemente, na evolução do entendimento do patrimônio. Dado a esses fatores, durante este texto tais diretrizes serão continuamente evidenciadas, à medida em que se correlacionam com os conteúdos da patrimonialização e da Fortaleza do Buraco.

---

<sup>141</sup> FRANÇA, Eduardo; BRANDÃO FILHO, José Odilo de Caldas. **Rito de intervenções de bens culturais afetados por proteção legal**. Recife: Tribunal de Contas de Pernambuco, 2012, p. 22.

<sup>142</sup> JESUS, Jesus A. B. **As influências das cartas patrimoniais sobre a legislação brasileira de salvaguarda do patrimônio histórico-cultural (1962-1988)**. 2021. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

<sup>143</sup> CURY, Isabelle. (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

<sup>144</sup> CARVALHO, Antônio Carlos de. Preservação do patrimônio histórico no Brasil: estratégias. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio** – PPG-PMUS-UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, pp. 117-126, 2011, p. 120.

<sup>145</sup> CORRÊA, Alithéa Cristine Fernandes. Subsídios para recomendações de complementação das unidades de vizinhança do conjunto urbanístico tombado de Brasília. *In*: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio: práticas e reflexões**. Programa de Especialização em Patrimônio - Artigos (2005 e 2006). Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009.

### 3.1.2 O SPHAN e o dispositivo do tombamento

A narrativa inicial de identidade nacional remonta à busca da criação de Estado-Nação no período imperial brasileiro, inspirada nas intervenções semelhantes na Europa,<sup>146</sup> e aliada à criação de representações simbólicas, como o mito da fundação, que começou com a Independência (1822); e se estendeu até a Proclamação da República (1889).

Durante esse período, a construção dessa identidade se acentuou com o uso da literatura para a disseminação dos símbolos nacionais, e os apelos de reconhecimento do Brasil restringiam-se às elites intelectuais e políticas.<sup>147</sup>

Tal discurso foi retomado com nova ênfase no governo de Getúlio Vargas, especialmente no período do Estado Novo (1937-1945), em consonância com as renovações estéticas da década de 1910, as representações culturais da década de 1920, como a Semana de 1922, e o Movimento Regionalista, além das discussões acerca do patrimônio cultural trazidas pelas primeiras Cartas Patrimoniais.

O que, no período anterior, era visto como busca a uma identidade social e da raça,<sup>148</sup> nas entrelinhas, poderia ser lido como: “quem somos”, “como nosso grupo é formado”, e “que símbolos nos representam como nação”. Nesse momento havia uma busca por uma identidade cultural, que enfatizava: “como pensamos”, e “que elementos representam nossa cultura”. A esse respeito, Gonçalves pontua que

Desde os últimos anos do império e desde a instauração do regime republicano, em 1889, as discussões sobre esse tema centraram-se na ideia de “raça”. [...] Ao longo da segunda e terceira década do século XX, o problema veio a ser discutido, não mais em termos raciais, mas culturais, como uma busca da “brasilidade”, de uma “essência”, “alma” ou simplesmente “identidade” da nação brasileira.<sup>149</sup>

---

<sup>146</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

<sup>147</sup> D’ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. *In*: CHUVA, Márcia. (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, pp. 79-89, 2012.

<sup>148</sup> MARTIR, Natália Cristina Dias; CALVO, Júlia. A formação da identidade social brasileira a partir das construções ideológicas nacionais da Primeira República: análise e reflexão na nova história cultural. **Revista História em Curso**, Belo Horizonte, pp. 85-99, jun. 2021.

<sup>149</sup> GONÇALVES, 1996, *op. cit.*, p. 41.

Contudo, esses elementos identitários já eram percebidos no período do Império, quando foram criadas, em 1838, duas importantes instituições culturais: o IHGB e o Arquivo Nacional (AN), que foram precursoras da construção da memória do país.<sup>150</sup>

É necessário acrescentar que os debates e negociações para os avanços das políticas preservacionistas no país encontraram diversas disputas políticas diante do contexto social do período da Primeira República.

Em outras palavras, a política dos governadores, o federalismo, o coronelismo, a propriedade privada, o papel dos municípios, o liberalismo oligárquico, o voto de cabresto, o mandonismo local, a capangagem, o cangaço, a Constituição de 1891 e o Código Civil de 1916 dificultaram, por exemplo, uma escrita sobre o patrimônio cultural, durante o período que vai de 1889 a 1930.<sup>151</sup>

O que afirma a ligação das relações de poder com as dinâmicas voltadas ao patrimônio, que desde a década de 1920, como mencionado anteriormente, foram possíveis observar no país as tentativas legais e institucionais de preservar o legado nacional. E, nesse sentido, apesar de todos os entraves, as classes intelectuais e políticas já começaram a se mobilizar pelo progresso da proteção patrimonial.<sup>152</sup>

Cabe considerar que, neste período foram criadas as Inspetorias de Pernambuco (1928) e da Bahia (1930), e que diversos projetos com a pauta preservacionista foram apresentados ao Congresso Nacional, com destaque à proposta do deputado José Wanderley Pinho. O avançar das propostas foi inviabilizada pela Revolução de 1930, que pôs fim à vigência da *Constituição Federal* de 1891.

Passada a Revolução, a cidade de Ouro Preto foi consagrada como Monumento Nacional.<sup>153</sup> E, em 1934, o governo iniciou a legislação sobre a proteção e conservação de outros

---

<sup>150</sup> FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: Seminário Internacional de Políticas Culturais/Encontro Políticas Culturais: teoria e práxis., 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010, pp. 1-14.

<sup>151</sup> MOREIRA, 2022, *op. cit.*, p. 135.

<sup>152</sup> Em 1920, a Sociedade Brasileira de Belas Artes (SBBA) elaborou um Anteprojeto de Lei em defesa do patrimônio artístico nacional. Em 1923, o deputado pernambucano Luiz Cedro apresentou o primeiro projeto sobre essa proteção. A partir de 1925, com a iniciativa de Minas Gerais, a proteção do patrimônio também passou às instâncias estaduais, seguida pela Bahia (1927), e Pernambuco (1928) com a criação da Inspetoria Estadual dos Movimentos Nacionais. Cf. IPHAN, 1980, *op. cit.*

<sup>153</sup> BRASIL. Decreto Nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 17/07/1933, Página 14.153 (Publicação Original).

monumentos nacionais, ao aprovar o novo regimento do Museu Histórico Nacional (MHN).<sup>154</sup> Embora de alcance restrito, ambas as medidas se tornaram representativas, por sinalizarem a decisão dos poderes públicos em iniciar uma nova política de proteção.

No mesmo ano, foi promulgada a *Constituição Federal* de 1934, que trouxe em seu texto elementos relativos à cultura e educação, ainda ausentes nas normas anteriores, e dispôs que

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.<sup>155</sup>

Desta maneira, a proteção ao patrimônio histórico e artístico foi consagrada no país como princípio constitucional; entretanto, ainda necessitava de uma legislação federal que a efetivasse. Esta carência foi manifestada nos debates do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Natureza<sup>156</sup> em 1935, no Rio de Janeiro, ao aprovar a criação de um Serviço Técnico Especial de Monumentos Nacionais.

A iniciativa de colocar em prática os estudos para um novo projeto federal referente à matéria, ficou a cargo do então ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema (1934-1945), que elaborou “um plano de geral visando a conservação e o aproveitamento dos monumentos nacionais”.<sup>157</sup> Essa proposta, pleiteava uma legislação adequada e a criação de um órgão específico para a demanda, com base nas leis francesas e o uso dos Museus Regionais como fonte de dados e pesquisas.

Para tal, Capanema solicitou a elaboração de uma proposta para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, ao diretor do Departamento de Cultura e Recreação do Estado de São Paulo, Mário de Andrade. Ele, que na década de 1920 havia feito incursões em diversas regiões do país em suas “viagens etnográficas”,<sup>158</sup> “em busca de traços e rastros culturais

---

<sup>154</sup> BRASIL. Decreto Nº 24.735, de 14 de julho de 1934. Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do Museu Histórico Nacional. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 1.934, Página 0000 (Publicação Original).

<sup>155</sup> BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2012], Cap. II, Art. 148.

<sup>156</sup> IPHAN, 1980, *op. cit.*

<sup>157</sup> *Ibid.*, p. 12.

<sup>158</sup> NUNEZ, Lorraine Oliveira. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. **Faces da História**, Assis-SP, v. 3, n. 2, pp. 194-212, jul./dez., 2016, p. 199.

autenticamente brasileiros que revelam o espírito da época”,<sup>159</sup> sobretudo, em solo mineiro, em companhia de outros participantes da Semana de 1922.<sup>160</sup>

O *Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*<sup>161</sup> de Andrade, a fins da “fixação e defesa do patrimônio artístico nacional”<sup>162</sup> foi aprovado em “bases provisórias”.<sup>163</sup> Seu conteúdo representou uma abordagem ousada ao expandir significativamente o escopo do conceito de patrimônio. Ao compreendê-lo nos campos tangível e intangível, incluindo uma ampla gama de elementos culturais, entre objetos, monumentos, paisagens e expressões folclóricas, levando em consideração sua importância simbólica e visual.

Para mais, o projeto propunha que as obras tombadas fossem registradas em quatro volumes do *Livro do Tombo: Arqueológico e Etnográfico, Histórico, das Belas Artes e das Artes Aplicadas*. Também contemplava a criação de quatro museus destinados a exibir as coleções de arte associadas a cada uma dessas categorias.<sup>164</sup>

Dessa forma, além da proposta ser considerada extensa e de difícil operacionalização devido à falta de recursos e elementos humanos com conhecimento e prática,<sup>165</sup> dois fatores adicionais contribuíram para o não andamento da medida: o teor jurídico, pela inviabilidade em criar um instrumento de proteção legal aplicável aos bens materiais e imateriais; e o aspecto político, já que a pluralidade da cultura brasileira identificada por Andrade “ia de encontro ao projeto de unidade nacional do governo” de Vargas.<sup>166</sup>

---

<sup>159</sup> D’ALESSIO, 2012, *op. cit.* p. 87.

<sup>160</sup> LEAL; TEIXEIRA; CHUVA, 2014, *op. cit.*

<sup>161</sup> SÃO PAULO. Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. 24 de março de 1936. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo/Departamento de Cultura e de Recreação. In: BATISTA, Marta Rossetti. (Org.). **Revista do Patrimônio Artístico Nacional**, Brasília, IPHAN, n. 30, pp. 273-288, 2002.

<sup>162</sup> Como relata o documento em anexo, escrito por Mário de Andrade. Cf: SÃO PAULO. Ofício Nº 16. 24 de março de 1936. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo/Departamento de Cultura e de Recreação. In: BATISTA, Marta Rossetti. (Org.). **Revista do Patrimônio Artístico Nacional**, Brasília, IPHAN, n. 30, p. 272, 2002.

<sup>163</sup> PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Mário de Andrade e Lúcio Costa no número inaugural da Revista do SPHAN. **Revista CPC**, São Paulo, v. 13, n. 25 especial, pp. 48–79, jan./set. 2018, p. 56.

<sup>164</sup> CALIBRE, Lia. O serviço do patrimônio artístico nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil. In: SCHLEE, Andrey Rosenthal. (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 35, pp. 33-43, 2017.

<sup>165</sup> MIRANDA, Alcides da Rocha. Não foi fácil, não havia gente. In: BATISTA, Marta Rossetti. (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 30, pp. 246-253, 2002.

<sup>166</sup> FONSECA, Maria Cecília Londres. A invenção do patrimônio e a memória nacional. In: BOMENY, Helena. (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2001, p. 99.

Enquanto a proposta tramitava, foi outorgada a nova estrutura do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP),<sup>167</sup> e, por consequência oficializou-se o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Nesse instante, Capanema entregou o comando da pasta, ainda que de maneira provisória, a Rodrigo Melo Franco de Andrade, que como medida inicial se cercou de profissionais das mais diversas áreas, constituindo uma “rede de amigos colaboradores que, atuando em suas respectivas regiões, foi capaz de indicar os primeiros bens a serem protegidos”.<sup>168</sup>

Nesse intervalo, em 1937, foi outorgada a *Constituição Federal* de 1937, vinculada ao Estado Novo, que passou a dispor de forma mais eficaz que a legislação anterior sobre o quesito do patrimônio histórico, determinando que

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.<sup>169</sup>

A partir de então, por força de lei, começaram a ser consideradas ações punitivas às ameaças sofridas ao legado histórico no país.

A matéria da preservação ganhou reforço com a aprovação do *Decreto-Lei Nº 25* de 1937, elaborado por Melo Franco, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional através da criação do SPHAN, contendo apenas parte do texto elaborado por Andrade, efetivamente incorporado à lei.

Embora os textos de Andrade e de Melo Franco tivessem originalmente o mesmo objetivo – organizar o primeiro Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil – eles seriam conceitual e ideologicamente antagônicos.<sup>170</sup> À medida que a ideia que prevaleceu na forma do Decreto-Lei de 1937, substituiu o anteprojeto de Andrade e suas referências à cultura popular, gerando uma ação patrimonial erudita, priorizando a arquitetura religiosa e militar do Brasil colonial. Esse enfoque revelou o “desejo por um país passado, com quatro séculos de história, extremamente católico, guardado por canhões, patriarcal, latifundiário, ordenado por

---

<sup>167</sup> BRASIL. Lei Nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 15/1/1937, Página 1.210 (Publicação Original).

<sup>168</sup> SCHLEE, Andrey Rosenthal; QUEIROZ, Hermano Fabrício Oliveira Guanais e. (Orgs.). IPHAN 1937–2017. \_\_\_\_\_. O jogo de olhares. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 35, pp. 105-119, 2017, p. 106.

<sup>169</sup> BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2012], Art. 134.

<sup>170</sup> SANTOS, Cecília Rodrigues. A noção de patrimônio e a origem das ideias e das práticas da preservação no Brasil. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 149.01, Vitruvius, out. 2012.

intendências e casas de cadeia, e habitado por personagens ilustres, que caminham entre pontes e chafarizes”.<sup>171</sup>

Assim, a preocupação com o patrimônio, com a cultura e com a memória nacional como instrumentos de um projeto político nacionalista e um movimento internacional, no Brasil, ganhou “peso, nomes e leis”.<sup>172</sup> A partir de então, o acervo histórico e artístico nacional foi determinado como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.<sup>173</sup>

E, em continuidade as atribuições de valor dadas ao patrimônio, a deliberação estabeleceu uma nova diretriz, o tombamento, que, de acordo com o IPHAN é definido como

[...] o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias.<sup>174</sup>

Em minha leitura, o tombamento é o ato oficial que reconhece o valor cultural de um bem, seja ele móvel ou imóvel, público ou privado, devido às suas características históricas, artísticas, estéticas, arquitetônicas, arqueológicas, documentais ou ambientais. Ao ser tombado, o bem passa a integrar o patrimônio cultural, e visa preservar a memória e a identidade cultural.<sup>175</sup>

A arquitetura do período colonial foi selecionada como um símbolo das origens da nação. As influências portuguesas, particularmente evidentes nas edificações religiosas, foram amplamente reconhecidas e preservadas por meio de medidas de tombamento,<sup>176</sup> destacando-se os exemplares encontrados no Estado de Minas Gerais. Assim, as primeiras décadas de

---

<sup>171</sup> RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado a limpo. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, n. 24, pp. 97-105, 1996, p. 97.

<sup>172</sup> CAMPOS, Filipe Queiroz de. O conceito de patrimônio nos discursos de Getúlio Vargas: uma estratégia ambivalente. **Revista Faces de Clio**, Juiz de Fora, v. 7, n. 14, pp. 91-110, jul./dez. 2021, p. 99.

<sup>173</sup> BRASIL. Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 6/12/1937, Página 24.056 (Publicação Original), Art. 1º.

<sup>174</sup> IPHAN, fev. 2024, *op. cit.*, [s.p.].

<sup>175</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens tombados**. Portal IPHAN. fev. 2024.

<sup>176</sup> CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural no Brasil: práticas e instituições. *In*: LEAL, Claudia Baeta; TEIXEIRA, Luciano dos Santos; CHUVA, Márcia. **Patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

atuação do SPHAN foram designadas como a fase de preservação da “pedra e cal”, em alusão ao século XVIII.

É evidente que as narrativas e diretrizes para a preservação do patrimônio sempre estiveram sob a orientação das elites intelectuais e políticas, desde os primeiros anos do século XX. Isso se manifestou nas reformas dos centros urbanos em todo o país, como resposta às transformações na Capital Federal, que, por sua vez, se inspirava no estilo europeu.

Também se fez presente na elaboração das Cartas Patrimoniais e, de forma clara, na busca pela identidade cultural durante o Estado Novo, que procurava expressar sua narrativa por meio da criação de normativas relacionadas à preservação histórica e cultural.

Em suma, a trajetória da preservação do patrimônio no Brasil reflete um processo complexo, marcado por avanços e desafios ao longo dos anos. Desde as primeiras iniciativas no período imperial, até a consolidação de órgãos e legislações durante o governo Vargas, em busca da identidade cultural.

A criação do SPHAN e a instituição do tombamento representaram marcos importantes nesse percurso, estabelecendo bases sólidas para a proteção e promoção do patrimônio brasileiro. No entanto, é fundamental reconhecer que esse processo demandou constante revisão e aprimoramento, a fim de garantir a preservação e o acesso democrático aos bens culturais que contam a história e a diversidade do país.

### 3.2 A TUTELA DO FORTE: A CIDADELA DAS MAIS PRECIOSAS RELÍQUIAS DO PERÍODO NEERLANDÊS.<sup>177</sup>

O ano seguinte à formação do SPHAN foi marcado pelo início dos tombamentos no país, e, apenas neste ano, os registros totalizaram 234 bens, distribuídos em dez estados brasileiros. Esses acautelamentos foram segmentados entre os quatro *Livros do Tombo*,<sup>178</sup> conforme sugerido no anteprojeto de Mário de Andrade.

---

<sup>177</sup> Referência dada à Fortaleza do Buraco. Cf. FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife**: estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

<sup>178</sup> O termo "tombo" foi originalmente usado pelo Arquivo Nacional Português em 1375 e refere-se aos registros especiais guardados na Torre do Tombo, em Lisboa. No Brasil, como uma deferência, o Decreto-Lei 25/1937 adotou esse termo para designar o ato administrativo de tombamento, no qual bens materiais são inscritos no Livro do Tombo correspondente. Cf. IPHAN, fev. 2024, *op. cit.*

Sob a denominação de Fortaleza de Santo Antônio do Buraco,<sup>179</sup> o estudo de caso deste trabalho foi inscrito nos *Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes*,<sup>180</sup> sendo incluído entre os 44 bens registrados no estado de Pernambuco.

Entre os processos de tombamento da fortificação, encontra-se como justificativa de seu tombamento, o fato da edificação ser

A cidadela, considerada uma das mais preciosas relíquias do período holandês, foi, após a Restauração Pernambucana, também utilizada como defesa pelos luso-brasileiros, que o reconstruíram em inícios do século XVIII em magnífica alvenaria de pedra arenítica, enobrecida, em seus segmentos e angulações mais destacados, com trabalhos da melhor cantaria.<sup>181</sup>

Juízo, que nas entrelinhas pode ser entendido pela adequação do forte ao entendimento de patrimônio já preestabelecido, de arquitetura colonial, símbolo de heroísmo e das origens da nação.

Houve uma diversidade nas classificações dos bens tombados. E, pelo fato da fortaleza ter sido incluída em um processo que abrangeu vários equipamentos do país, a título de amostragem, segue no quadro das *Fortificações tombadas no Brasil em 1938*, a fim de analisar a nova circunstância de edificação tombada, atribuída ao Buraco.<sup>182</sup>

---

<sup>179</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo Administrativo de Tombamento Nº 0101-T-38**: Ruínas do Forte do Buraco e outros, Recife (PE). *In*: Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, 1938.

<sup>180</sup> No *Livro do Tombo Histórico* são inscritos os bens culturais em função de seu valor histórico, incluindo as edificações cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil. Já o *Livro do Tombo das Belas Artes* reúne as inscrições dos bens culturais com base em seu valor artístico. *Cf.* IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Livros do Tombo**. Portal IPHAN. 2014.

<sup>181</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95**. Recife: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE, 1995. *In*: Arquivo Geral – Superintendência do IPHAN/PE. Classe -200 – Preservação do Patrimônio Cultural. 207- Conservação, Restauração, Adaptação. Olinda – Forte do Buraco, Cx. 15, fl. 38.

<sup>182</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Vários Bens - Fortes BA, PR, PE, RJ/0101-T-38**. Rio de Janeiro, 1938. *In*: Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, 1938.

**Quadro 1 – Fortificações tombadas no Brasil em 1938.**

INFORMAÇÃO DO BEM		LOCALIZAÇÃO		DADOS DO PROCESSO		INSCRIÇÃO NO LIVRO DE TOMBO	
Nome	Classificação	UF	Município	Nº	Ano	Histórico	B. Artes
Fortaleza do morro de São Paulo	Edificação	BA	Cairu	155	1938	X	x
Forte de São Lourenço	Edificação	BA	Itaparica	155	1938	X	x
Forte Paraguassú	Ruína	BA	Maragogipe	155	1938	X	x
Forte da Gambôa	Edificação	BA	Salvador	155	1938	X	x
Forte de Santa Maria	Edificação	BA	Salvador	155	1938	X	x
Forte de Santo Antônio da Barra	Edificação	BA	Salvador	155	1938	X	x
Forte de São Marcelo	Edificação	BA	Salvador	155	1938	X	x
Forte Velho	Ruína	PB	Cabedelo	48	1938	X	
Fortaleza de Santa Catarina	Edificação	PB	Cabedelo	155	1938	X	x
<i>Forte Orange</i>	<i>Edificação</i>	<i>PE</i>	<i>Itamaracá</i>	<i>101</i>	<i>1938</i>	<i>X</i>	<i>x</i>
<b>Fortaleza de Santo Antônio do Buraco</b>	<b>Edificação</b>	<b>PE</b>	<b>Olinda</b> <sup>183</sup>	<b>101</b>	<b>1938</b>	<b>X</b>	<b>x</b>
<i>Forte das Cinco Pontas</i>	<i>Edificação</i>	<i>PE</i>	<i>Recife</i>	<i>101</i>	<i>1938</i>	<i>X</i>	<i>x</i>
<i>Forte do Brum</i>	<i>Edificação</i>	<i>PE</i>	<i>Recife</i>	<i>101</i>	<i>1938</i>	<i>X</i>	<i>x</i>
<i>Forte de Pau Amarelo</i>	<i>Edificação</i>	<i>PE</i>	<i>Paulista</i>	<i>155</i>	<i>1938</i>	<i>X</i>	<i>x</i>
Fortaleza de N. Sra. dos Prazeres	Edificação	PR	Paranaguá	155	1938	X	x
Fortim de Caetano Madeira	Edificação	RJ	Rio de Janeiro	91	1938	X	
Fortaleza de São João: Portão	Edificação	RJ	Rio de Janeiro	101	1938	X	x
Forte Gragoatá	Edificação	RJ	Niterói	155	1938	X	x
Fortaleza da Conceição	Edificação	RJ	Rio de Janeiro	155	1938	X	x
Forte de Caçapava	Edificação	RS	Caçapava do Sul	141	1938		x
Fortaleza de Santana	Edificação	SC	Florianópolis	155	1938	X	x
Fortaleza de São José de Ponta Grossa	Edificação	SC	Florianópolis	155	1938	X	x
Fortaleza de Sta. Cruz de Anhatomirim	Edificação	SC	Governador Celso	155	1938	X	x

**Fonte:** Adaptado da Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento – IPHAN, 2019.<sup>184</sup>

A partir dos dados fornecidos no quadro, pode constatar que o Forte do Buraco foi arrolado no mesmo processo em que outras fortificações pernambucanas, tais como: os Fortes Orange, das Cinco Pontas e do Brum, juntamente com a Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro.

E, apesar da fortificação já estar em processo de arruinamento, em consequência da ruptura do istmo, foi classificada como edificação, ao passo, que outros equipamentos já foram tombados como ruínas: o Forte Paraguassú, em Maragogipe-BA, e o Forte Velho, em Cabedelo-PB.

Desde já, adianto-me em dizer que, entre todas as fortalezas acauteladas nesse primeiro ano, apenas o Forte do Buraco passou por um processo de cancelamento do seu tombamento, como será apresentado nos acontecimentos ao longo deste estudo.

<sup>183</sup> Embora atualmente o Forte do Buraco esteja localizado no município do Recife, no ano de seu tombamento ainda se encontrava em solo olindense.

<sup>184</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lista de bens tombados e processos em andamento.** Portal IPHAN, jun. 2019.

Após a fase dos primeiros tombamentos, nos periódicos houve o foco na aplicabilidade das novas políticas patrimoniais,<sup>185</sup> incluindo a noção sobre o novo dispositivo, o tombamento, ainda que de forma tímida e pouco difundida, através de conferências pontuais ministradas por Melo Franco, acerca das novas abordagens de cuidado sobre o patrimônio a grupos de intelectuais e políticos.<sup>186</sup>

Sobre a Fortaleza do Buraco, pouco se comentou, desde seu isolamento provocado pela ruptura da lingueta que ligava Recife à Olinda – *Cf. Retrato 20*. Em alguns momentos, o forte foi relacionado ao patrimônio histórico nacional, além de ser atestado seu abandono e atual estado de ruína;<sup>187</sup> em outros, afirmado como um local de evocação das memórias e de pelejas prodigiosas do passado.<sup>188</sup>

**Retrato 20** – O isolamento do Forte do Buraco, [entre 1924 e 1925].



**Fonte:** BHL, 2024. Autoria: Mary Agnes Chase.

**Legenda:** O retrato anuncia a segregação do forte após o corte sofrido pelo istmo. Nele, fica evidente a presença das águas do Beberibe e do Atlântico, que isolaram a edificação. No segundo plano, à direita, observa-se o guindaste Titan, uma estrutura integrante na ampliação do molhe principal do porto do Recife, conhecido como dique do Nogueira, que esteve presente durante toda a década de 1930.<sup>189</sup>

<sup>185</sup> A PROTEÇÃO do patrimônio histórico e artístico nacional: a justificação feita pelo ministro da educação e os termos do decreto-lei. **Diário de Pernambuco**, 7 dez. 1937.

<sup>186</sup> PROMOVIDA pela Sociedade de Engenheiros da Prefeitura do Distrito Federal. **A Noite**, Rio de Janeiro, 27 out. 1939. Mundana.

<sup>187</sup> A DEFESA do nosso patrimônio histórico. **A Província**, Recife, 16 set. 1930.

<sup>188</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa. O romance de Olinda. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1937.

<sup>189</sup> SECRETARIA de viação e obras públicas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 jul. 1939.

Adicionado ao isolamento do forte, a ameaça do avanço do mar decretou demolições de prédios em Olinda e a destruição de habitações ao longo do istmo, o que agravou ainda mais o arruinamento da fortaleza.<sup>190</sup>

Fora desses quesitos, apenas as cenas do cotidiano do istmo foram notícia, com destaque à violência urbana e o estigma de marginalidade associado ao local, resultantes do abandono da fortificação.<sup>191</sup>

Dessa maneira, compreendo que, apesar de ter havido a divulgação das iniciativas pelo SPHAN nas redes sociais da época – os jornais –, a política de preservação continuou restrita a atos de gabinete e aos articuladores locais. Ainda que o ponto de partida tenha sido dado pelo campo erudito, parcela significativa desses mentores intelectuais, e mesmo com uma difusão reduzida a grande para grande parte da sociedade civil, as ideias acerca do patrimônio, da patrimonialização, e incluindo a isso a compreensão sobre o dispositivo do tombamento, começaram a ser repassadas. A partir disso, tais entendimentos passaram a ser codificados e sujeitos à formação de novas narrativas de representação.

A perceber pelas explanações do então diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, a grupos de empresários e engenheiros, na tentativa de viabilizar a automação do novo dispositivo “tombamento” às instituições ainda reticentes da atual circunstância legal. Contudo, restringiu a sociedade civil do conhecimento de tais medidas, assim como da apropriação das narrativas do que viriam a ser os objetos representativos do patrimônio nacional, escolhidos pela própria elite.

### 3.3 CONJUGANDO O VERBO PATRIMONIALIZAR

*Afinal, os seres humanos usam os símbolos sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O patrimônio é usado não apenas pra simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir.*<sup>192</sup>

---

<sup>190</sup> A PRAIA de Olinda ameaçada pelo mar. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 mai. 1936; OLINDA ameaçada pelo mar. **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 jul. 1933.

<sup>191</sup> A PRISÃO de um criminoso de morte. **Diário da Manhã**, Recife, 26 ago. 1931. A Polícia por dentro e por fora; ENCONTRADO morto próximo à Fortaleza do Buraco. **Diário da Manhã**, Recife, 26 ago. 1938. Factos do Dia.

<sup>192</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 31.

À vista disso, ao conceituar o patrimônio, José Reginaldo Santos Gonçalves começa a dar indícios da definição da patrimonialização, que, ao meu ver, não se constitui apenas como uma teoria, mas como a prática do entendimento da memória histórica. Assim, as ações patrimonializadoras são o conjugar do patrimônio, estando ele em movimento, em ação, e em constante evolução.

Dessa forma, a patrimonialização pode ser entendida pelo exame dos objetos e das formas de representação da memória, que não dependem apenas dos conhecimentos dos especialistas em patrimônio, mas também das comunidades. Isso inclui a interconceitualidade, que auxilia nas ações de preservação e agrega uma visão panorâmica sobre o tema.<sup>193</sup>

Considerando que, do ponto de vista da patrimonialização, todo patrimônio, como construção simbólica, surge de um processo de representação social permeado por tensões na formação de suas narrativas e necessita de mediação desde sua concepção, em que os bens históricos devem ser “fruto de uma valorização ético-memorial”;<sup>194</sup> às suas ações efetivas de manutenção, que constituem as atividades patrimonializadoras.

Compreendo que haja um erro comumente cometido acerca do patrimônio ao associá-lo ao passado representado apenas por bens e fatos históricos. A esse respeito, Jean Davallon acrescenta que, se o objeto de alguma forma nos aciona, seja por sentimento de pertencimento, representação, ou pela memória, “ele nos conecta a um mundo de origem que é um mundo social; o mundo das pessoas que o produziram, utilizaram, codificaram, embelezaram; ou, ao contrário, o saquearam ou destruíram”.<sup>195</sup> Esse entendimento se adequa ao caso do Forte do Buraco, mediante as alterações nas atribuições de valor a ele conferidas ao longo do tempo.

Assim, ao questionar o real entendimento do patrimônio no meio social, a partir das percepções de distintas disciplinas sobre sua natureza e suas limitações, concluí que a formação de tal conceito, sua análise e seu desenvolvimento têm como centro o modelo de patrimonialização.

Essas ações patrimonializadoras envolvem o valor atribuído ao bem; o valor de antiguidade, relacionado ao tempo; a transmissão do que ele representa; a instituição da

---

<sup>193</sup> TARDY, Céline; DODEBEL, Vera. (Orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Tradução: Germana Henriques Pereira de Sousa. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

<sup>194</sup> *Ibid.*, p. 37.

<sup>195</sup> DAVALLON, Jean. **Le don du patrimoine**: une approche communicationnelle de la patrimonialisation. Paris: Hermes Science-Lavoisier. 2006, p. 15.

proteção; e, sobretudo, o funcionamento simbólico, ou seja, a efetividade da transmissão social entre gerações.

Dessa maneira, Davallon percebe que “a patrimonialização é, então, um processo pelo qual um novo laço vai ser construído entre o presente e o passado.”<sup>196</sup> Isso significa que duas condições são necessárias para o comprometimento com a atividade patrimonializadora: a existência de um interesse social pelo objeto e a possibilidade de conhecimento desse objeto e seu contexto de origem.

Sob a perspectiva comunicacional, a patrimonialização baseia-se em dois postulados. O primeiro é que a memória coletiva constitui um conjunto de saberes transmitidos dentro do grupo social pelos próprios membros. O segundo é que um objeto só pode adquirir o *status* de acervo histórico se houver interesse suficiente por parte dos membros do grupo (caso contrário, é esquecido ou destruído) e se for possível estabelecer sua origem (do contrário, qualquer coisa poderia ser considerada patrimônio).

Assim, a patrimonialização pode ser entendida como “um modo específico de produzir o patrimônio”,<sup>197</sup> estando ancorada pelo reconhecimento, e que a produção do saber ocupa o lugar decisivo para determinar “o que faz o patrimônio, em que e por que ele o faz”.<sup>198</sup>

Bem como, as noções de memória e patrimônio estão intimamente ligadas. A memoração é o equivalente simétrico da patrimonialização, constituindo-se como “um modo de produção e transmissão, implicando, ao mesmo tempo, realidades materiais ou imateriais (aquilo que chamamos precisamente de patrimônio) e saberes relativos a esses objetos”.<sup>199</sup> Ambas, memoração e patrimonialização, necessitam da produção e da transmissão da significação ao longo do tempo, sendo essas últimas produtos das ações patrimonializadoras.

Deste modo, percebo que as engrenagens da patrimonialização se movem através da interligação com outros fundamentos, como os mencionados por Davallon: de representação, valoração, memória e tempo.

Algo perceptível desde as discussões e narrativas formuladas sobre o patrimônio na década de 1920, por figuras como Gilberto Freyre e Anníbal Fernandes; passando pelas tentativas

---

<sup>196</sup> DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, Céline; DODEBEI, Vera. (Orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Tradução: Germana Henriques Pereira de Sousa. Marseille: OpenEdition Press, 2015, p. 48. (tradução minha)

<sup>197</sup> DAVALLON, 2015, op. cit., p. 54.

<sup>198</sup> *Ibid.*, p. 57.

<sup>199</sup> *Ibid.*, p. 49.

de implementação das normativas de conservação, a exemplo do anteprojeto de Mário de Andrade; até a instauração das diretrizes com essa finalidade, tanto em nível global pelas Cartas Patrimoniais, quanto nacionalmente, através da Constituição de 1934 e do Decreto-Lei de 1937, ao criar o SPHAN e instituir o regimento do tombamento.

Outro ponto a se destacar são as construções simbólicas contidas nas formações das narrativas nacionais, presentes desde a criação do Estado-Nação, Independência e Proclamação da República, através dos símbolos nacionais. Assim como no Estado Novo, pela busca da representação cultural do país ao elencar o elemento “pedra e cal”, como representativo da nação. Esses recortes classifico como períodos fomentadores de identidade.

A partir disso, incluo aos elementos elencados por Davallon como articuladores à patrimonialização, as relações de poder, visto que tanto as discussões, quanto a elaboração das medidas de proteção do patrimônio histórico do país, se restringiram às elites políticas e intelectuais.

Sobre essa construção de nação e, a partir disso, a institucionalização da patrimonialização, Diana Farjalla Correia Lima, considera que

A feição de nacionalização dos bens e instaurada no mesmo processo de solidificação da inserção do “cidadão” no espaço social abriu frente para o instituto da patrimonialização [...] e através da institucionalização dos bens reais que estabeleceu, alicerçada na noção da tutela com suas regras para a prática da custódia, a legitimação do ato de patrimonializar. [...] A patrimonialização, assim, configurou-se como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da preservação.<sup>200</sup>

Assim, a patrimonialização configura-se como o ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da preservação. Dessa maneira, Lima passa a conceituar a patrimonialização como o

[...] procedimento que, representando a ação de agentes especializados, exerce o papel de interpretar, definir, tratar e informar/comunicar na esfera da cultura o que se deve entender por tal categorização. Tal forma em contexto de interpretação instaura a vigência de uma modalidade de apropriação cultural ao estabelecer padrões para a compreensão e para o reconhecimento.<sup>201</sup>

---

<sup>200</sup> LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia - museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 7, n. 1, pp. 31-50, jan./abr. 2012, p.34.

<sup>201</sup> LIMA, Diana Farjalla Correia. Patrimonialização e valor simbólico: o “valor excepcional universal” no Patrimônio Mundial. *In*: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB). Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes. **Anais** [...] João Pessoa-PB: ANCIB/PPGCI-UFPB, 26-30 out. 2015, p. 3.

Esses elementos compõem um cenário no qual a função patrimonializadora encontra espaço para exercer um papel dominante. Através dessa forma institucionalizada de pensar e agir, que rege as instâncias relacionadas ao patrimônio, atribuem-se valores, transformam-se significados e emergem novos símbolos que, ao longo do tempo, constroem uma imagem cultural de referência. Nas palavras de Lima, a patrimonialização

[...] em razão de agregar novo sentido para a coisa que foi intelectualmente apropriada pela interpretação das instâncias de consagração, a patrimonialização formaliza um novo *status*, conferindo, por essa medida, atribuição qualitativamente destacada: a representação distintiva de natureza simbólica que estabelece a categoria Bem Cultural – Patrimônio, [...] forma efetivada pela perspectiva cultural de simbolização, por conseguinte, um signo diferenciador e distintivo dos demais bens existentes.<sup>202</sup>

Dessa maneira, o conceito se configura não só por “processos sociais de atribuição de valores, sentidos, usos e significados”,<sup>203</sup> mas também se articula com a temática das relações de poder à medida que pode ser identificada como um

[...] mecanismo de afirmação e legitimação da identidade de determinados grupos e subgrupos sociais em luta com outros ou também em luta interna no próprio grupo. [...] É o confronto, a dialética e a negociação entre estes agentes o que motiva as definições do que é e não é patrimônio cultural.<sup>204</sup>

Percebe-se que, assim como o patrimônio, as ações patrimonializadoras podem ser observadas sob perspectivas distintas, tendo em vista que tais ações são moldadas pela influência de diferentes grupos sociais. Desta forma, existem múltiplos processos de patrimonialização.<sup>205</sup>

Em outras compreensões, as ações patrimonializadoras são compreendidas como procedimentos que selecionam objetos e práticas, para uma (re)valorização e (re)significação, correspondendo a uma “ativação patrimonial”.<sup>206</sup>

Assim, também podem ser entendidas como “uma ação que tem como finalidade fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização de uma determinada cultura e

---

<sup>202</sup> LIMA, 2015, *op. cit.*, p. 4.

<sup>203</sup> PEREIRO, Xerardo. Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. **ADRA Revista de los socios y socios del Museo del Pueblo Gallego**, Santiago de Compostela, n. 1, pp. 23-41, 2006, p. 23.

<sup>204</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>205</sup> CHOAY, 2001, *op. cit.*

<sup>206</sup> PRATS, Llorenc. El concepto de patrimonio cultural. **Cuadernos de Antropología Social** – Instituto de Ciências Antropológicas FILO/UBA, Buenos Ayres, n. 11, pp. 115-136, 2000, p. 28.

do seu patrimônio cultural”.<sup>207</sup> Neste sentido, Sandra Pelegrini atesta que a patrimonialização implica em

Conferir o estatuto de patrimônio para um bem material ou imaterial, a partir do reconhecimento de seu valor identitário, histórico, representativo de tradições culturais, entre outras singularidades que possam ser reconhecidas nos modos de viver de um grupo radicado em um determinado espaço e temporalidade.<sup>208</sup>

Novamente, é notável a ligação das ações patrimonializadoras interagindo com quesitos de valor, representação e tempo, assim como a premissa espacial. A patrimonialização também pode ser vista enquanto processo socioespacial, contribuindo para a produção social do espaço urbano.<sup>209</sup>

À vista disso, embora a manutenção dos Estados Nacionais nos séculos XIX e XX, ter desencadeado na preservação dos bens históricos, e, mais especificamente, no Brasil, as ações patrimonializadoras terem sido demarcadas pela criação do SPHAN, a trajetória dos processos de patrimonialização pode ser destacada em outros dois momentos.

O primeiro, cujo marco fundamental foi a criação da UNESCO (1945), introduziu uma importante variável que incorporou o conceito antropológico de cultura.<sup>210</sup> A organização promoveu o intercâmbio entre as nações, e disseminou conteúdos preservacionistas através da continuidade na formulação das Cartas Patrimoniais, as quais reverberaram em criações de normativas globais a esse respeito, incluindo no Brasil.

O outro momento, diz respeito à reorganização social e política que surgiu no Brasil e se consolidou com a promulgação da nova Constituição em 1988, afetando diversos campos, incluindo o patrimônio.

Essa mudança permitiu a entrada de novos sujeitos de direito coletivo, que passaram a defender seus próprios interesses e a trazer demandas de patrimonialização e preservação de

---

<sup>207</sup> SILVA, Sandra Siqueira da. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. **Aurora Revista de Ciências Sociais** – PPGCS/UNESP, Marília, ano V, n. 7, pp. 106-113, jan. 2011, p. 109.

<sup>208</sup> PELEGRINI, Sandra. Memórias e identidades: a patrimonialização e os usos do passado. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, n. 48, pp. 87-115, dez. 2018, p. 89.

<sup>209</sup> CASTRO, Cleber Augusto Trindade; TAVARES, Maria Goretti da Costa. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano. **Sociedade e Território**, Natal, v. 28, n. 2, pp. 117-135, jun./dez. 2016.

<sup>210</sup> ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Céline; DODEBEI, Vera. (Orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Tradução: Germana Henriques Pereira de Sousa. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

suas tradições, abrindo novas perspectivas para as identidades coletivas emergentes. Esses eventos serão apresentados no decorrer desta dissertação.

Diante desses fatores, compreendo que o entendimento do processo de patrimonialização permite o estudo da produção do estatuto patrimonial dos objetos histórico-culturais e seu aperfeiçoamento, tendo em vista a constante evolução das considerações sobre o patrimônio, bem como suas relações com outros conteúdos, ressoando a ideia de que a patrimonialização é uma ação ativa.

## 4 TERCEIRA PARTE – OU A BATALHA: NARRATIVAS DE REPRESENTAÇÃO E VALOR

### 4.1 O FORTE DOS SERES ENCANTADOS E DA “FAUNA SUBHUMANA”

*E saberá ainda dos afogados e das almas penadas da Fortaleza do Buraco, almas que se vestem de vermelho e verde, com armaduras pesadas e espadas brilhantes e que são os holandeses que invadiram Pernambuco.*<sup>211</sup>

Tais escritos foram elaborados pelo jornalista Hermilo Borba Filho, cuja narrativa trata das representações do imaginário coletivo acerca do Forte do Buraco, assolado por assombrações e remetendo às batalhas no istmo durante a invasão neerlandesa e a reconquista da Capitania de Pernambuco pelos luso-brasileiros.<sup>212</sup>

O imaginário constantemente circundou a fortificação, que transformou o local em destino recorrente de passeios a barco por casais da sociedade pernambucana, na busca por figuras que remetiam ao amor, como o Cupido ou a deusa Vênus.

Assim, as lendas que envolvem o istmo, coletadas pela tradição oral, chegaram aos jornais da época com relatos da presença também de duendes, fantasmas e espectros, apresentados pelos moradores das vizinhanças, e oferecendo ao forte uma atmosfera misteriosa. Relatos indicaram que se “ouviram gemidos e grunhidos, vozes confusas de linguagem estranha, rufar de tambores e soldados em marcha de ordem unida”.<sup>213</sup>

Contudo, além desses seres encantados ou fantasmagóricos, antes mesmo da década de 1940, o Forte do Buraco e seu entorno, a praia dos Milagres, também foram habitados por vindouros dos escravos, por isso as moradias eram chamadas de choupanas dos negros, e posteriormente como mocambos, foram ocupadas por pescadores e careciam de saneamento e assistência médica.

---

<sup>211</sup> BORBA FILHO, Hermilo. O istmo de Olinda. Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife. **Boletim da Cidade e do Porto do Recife**, Recife, n. 15-18, pp. 217-219, jan./dez. 1945, p. 218.

<sup>212</sup> PONTUAL, Virgínia *et al.* Challenges at the interface of interpretation on the conservation of cultural heritage: the case of the isthmus of Olinda and Recife - Brazil. In: *Interpreting world heritage: connecting people to places through sustainable heritage tourism*, 2006, San Juan, Porto Rico. **Anais** [...]. San Juan: Association for Interpretation, 2006.

<sup>213</sup> OLIVEIRA, Newton Faria de. Fantasmas e duendes na Fortaleza do Buraco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 set. 1953. A Reportagem da Semana.

Devido à distância dos centros comerciais, sua subsistência era baseada na pesca. A precariedade das moradias fazia com que fossem constantemente assolados pelas ressacas do mar, que destruíam suas habitações. Comparados com o centro do Recife, vizinho separado apenas pela lacuna do istmo e que já havia pleiteado a modernidade há décadas, essas pessoas eram frequentemente descritas com o título pejorativo de “fauna subhumana”.<sup>214</sup>

Essas passagens indicam o cotidiano do local, e a falta de infraestrutura habitacional. A partir disso, observo que, além de tipificar como bárbaros as pessoas sem moradia, justamente na circunvizinhança do bairro do Recife, que os articuladores locais buscavam tornar um centro cosmopolita, fica evidente a falta de políticas públicas para essa população, tão isolada e esquecida quanto o Forte do Buraco.

Além disso, desde 1935, o forte já havia sido ocupado por esses moradores, indicando que, já no período do tombamento, a edificação servia como habitação sem qualquer monitoramento dos órgãos responsáveis, fato evidenciado pelo retrato da *Família residente no Forte do Buraco* (1939). Com o agravante de que, tornou-se aparente o descumprimento do Decreto-Lei de 1937, que, ao organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, desautorizou tanto a ocupação do bem histórico, quanto a realização de construções em sua vizinhança – Cf. *Retratos 22, 23, 24 e 25*, a fim de conservar e proteger sua notável feição.

Por parte dos habitantes, tais atos foram justificados pelo desconhecimento do dispositivo do tombamento, recém implantado e de pouco conhecimento público; além da necessidade habitacional.

Da mesma maneira, o SPHAN descumpriu sua vigilância permanente, assim como a Marinha do Brasil (MB), que tinha a obrigação de conservar e reparar o bem tombado. Esses itens mencionados eram, segundo a norma de 1937, considerados como atentados contra o patrimônio nacional.<sup>215</sup>

---

<sup>214</sup> OLIVEIRA, 1953, *op. cit.*

<sup>215</sup> BRASIL, 1937, *op. cit.*

**Retrato 21** – Família residente da Fortaleza do Buraco, [1939].<sup>216</sup>



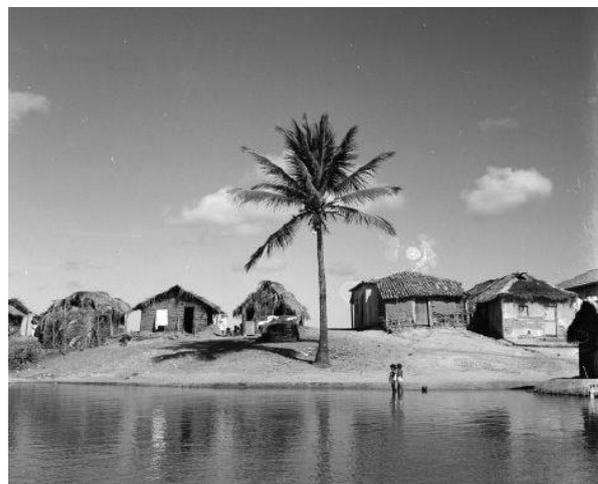
Fonte: FUNDAJ/Villa Digital, 2023.

**Retrato 22** – Mocambo vizinho às Ruínas do Forte do Buraco, [194-].



Fonte: FUNDAJ/Villa Digital, 2023.  
Autoria: Alexandre Berzin.

**Retrato 23** – Mocambos no istmo, [1955].



Fonte: IMS, 2024.  
Autoria: Marcel Gautherot.

---

<sup>216</sup> A partir de 1930, três ou quatro famílias de pescadores passaram a ocupar o Forte de Buraco, permanecendo até a década de 1950. Cf. OLIVEIRA, 1953, *op. cit.*

**Retrato 24** – Choupana ao lado do Forte,  
[194-].



**Fonte:** MCR, 2024.

**Legenda:** À esquerda do forte, observa-se a existência de mocambos de pescadores.

**Retrato 25** – Habitações no istmo,  
[1937].



**Fonte:** Olinda de Antigamente, 2016.

**Autoria:** Benício Dias.

**Legenda:** Ao centro, em segundo plano, o Forte do Buraco.

Apesar de serem considerados marginalizados, os pescadores e suas ocupações na região da praia dos Milagres, para fins habitacionais, começam a ser registrados desde o final do século XIX.<sup>217</sup>

As evidências da presença dessa população ficam claras através dos diversos registros fotográficos das décadas iniciais do século XX, nos quais a fortaleza foi protagonista, pelos olhares de retratistas como Benício Dias, Alexandre Berzin, Francisco du Bocage, Henrique Martins e Roberto Diniz Santos.<sup>218</sup>

Além disso, os canhões, utilizados nas atividades laborais nas imediações da Fortaleza do Buraco, como podem ser observados em célebres registros do canhão na entrada do Forte do Buraco – Cf. *Retratos 26 e 27*, das décadas de 1930 e 1940.

É notável a resignificação dos canhões de navios encontrados às margens do Beberibe e na área portuária, aos quais os pescadores da região passaram a utilizar como ancoragem para os barcos ao longo da região do porto do Recife – Cf. *Retrato 28*, permanecendo na localidade até os dias atuais.

<sup>217</sup> ALUGA-SE. *Jornal do Recife*, Recife, 14 out. 1872.

<sup>218</sup> O retratista Roberto Diniz Santos foi premiado no Primeiro Salão de Arte Fotográfica do Recife, em 1945, pela obra *Esquecidas Sentinelas do Forte do Buraco*. Cf. ENSERRA-SE hoje o Primeiro Salão de Arte Fotográfica. *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 jan. 1945.

**Retrato 26** – Canhão na entrada do Forte do Buraco, 1939.



**Fonte:** Jornal Digital, 2023. Autoria: Ivan Granville.

**Retrato 27** – Canhão na entrada do Forte do Buraco, [194-].



**Fonte:** MCR, 2024.

**Retrato 28** – Canhão utilizado como ancoragem de barcos - molhe principal do Recife (dique do Nogueira).



Fonte: Elaboração própria, 2023.

O mesmo ocorreu em linguagem pictórica, já que o forte serviu como modelo e inspiração para diversos pintores pernambucanos.<sup>219</sup> Um exemplo é a pintura da *Fortaleza do Buraco*, elaborada em 1915, por Walfrido Mauricéa.<sup>220</sup> A imagem traduz a menção sobre o forte, no *Diário da Manhã* de 1941, que descreveu a fortaleza como “triste, mas imponente, na sua qualidade de ruína o que por lá havia de nos causar enternecimento era a Fortaleza do Buraco – motivo para pintores e nada mais”.<sup>221</sup>

---

<sup>219</sup> QUADROS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 mar. 1917; ARTES e artistas: exposição Carlos Melichar. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 set. 1924; EXPOSIÇÃO: hoje das 17 às 22 horas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1 dez. 1933; e AS FLORES e a paisagem na pintura de Daura Melo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 nov. 1947.

<sup>220</sup> Walfrido Mauricéa foi um pintor pernambucano, discípulo de Telles Júnior, dedicado à pintura de paisagens. Cf. ALVES, Moema de Bacelar. **Quando os artistas saem em viagem: trânsito de pintores e pinturas no Brasil na virada do século XIX para o XX**. 2019. 284 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019; e ARTE em Pernambuco. **Coleção Enilton Tabosa do Egito**. 1 ed. São Paulo: Arte132, 2022.

<sup>221</sup> ROMEU, Jorge Paulo. Um passado sempre presente: o bairro do Recife e o que êle tem a provocar saudades. **Diário da Manhã**, Recife, 16 ago. 1941. Revista de Pernambuco.

**Pintura 2 – Fortaleza do Buraco, 1915.**



**Fonte:** MEPE, 2023. **Autoria:** Walfrido Mauricéa.

Ainda no campo do imaginário, os pescadores herdaram a crendice popular de que, entre as ruínas do forte, haveria um tesouro – uma botija com moedas de ouro maciço deixada pelos forasteiros – os neerlandeses –, quando foram obrigados a abandonar Pernambuco. Essa crença motivou a vinda de pessoas de longe em busca de riqueza, levando a recorrentes escavações amadoras, especialmente nas imediações da capela da fortaleza.<sup>222</sup>

Na década de 1940, houve uma intensificação na divulgação do tombamento dos monumentos. Além disso, foi criado um plano de atividades coordenado por Melo Franco, que consistia em estudos e pesquisas para o inventário e o tombamento sistemático dos bens de valor histórico e artístico existentes no país, assim como obras de reparação, conservação e restauração dos monumentos nacionais.<sup>223</sup>

Ao se observar os acontecimentos nessa nova década, fica evidente a desigualdade social entre o moderno bairro do Recife, inspirado na *Belle Époque*, e as ocupações ao redor da Fortificação do Buraco. As escolhas modernistas e a eleição de certos elementos como memoráveis e representantes do patrimônio histórico nacional não cogitaram a população local, rotulada como “fauna subhumana”, agravando a falta de informação sobre os itens protegidos.

---

<sup>222</sup> WANDERLEY, E. O tesouro da velha fortaleza. **O Tico-Tico**, Rio de Janeiro, 19 fev. 1937; ENTRE os paredões da velha Fortaleza do “Buraco”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 jan. 1938.

<sup>223</sup> DEFESA do patrimonio historico e artistico. **Diário de Pernambuco**, 18 fev. 1940; TOMBAMENTO systematico de todos os monumentos e obras de arte disseminados pelo território nacional. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1940.

Apesar de na teoria o patrimônio expressar a convergência daqueles que partilham um conjunto de bens ou práticas que os identificam, como um lugar de cumplicidade social, na prática, as ações para defini-lo, preservá-lo e divulgá-lo, frequentemente simularam “abismos sociais”.<sup>224</sup>

Isso leva a crer que as escolhas na construção do que é patrimônio feita pelos articuladores locais, respaldadas pelo prestígio histórico e simbólico que possuíam, enfatizava a desigualdade social. Esses direcionamentos provocaram, com o passar do tempo, a exclusão de outros grupos, que podem, não ter se identificado com os objetos eleitos como representantes do coletivo.

#### 4.2 A NORMATIVA DO (DES)TOMBAMENTO E A DERRUBADA DO FORTE

Paralelamente às divulgações nos jornais sobre o dispositivo do tombamento e dos equipamentos de interesse histórico, em 1941 foi implementada uma nova normativa que impactaria diretamente a história do Forte do Buraco: o cancelamento do tombamento, mais popularmente conhecido como “destombamento”.

Essa iniciativa decorreu da intenção de Vargas de continuar o projeto de modernização na Capital Federal, que incluiu a construção de uma via em sua homenagem, a avenida Presidente Vargas. No entanto, para a realização dessa obra, havia como entrave a existência de alguns equipamentos históricos tombados pelos SPHAN em 1938, sendo eles: a Igreja de São Pedro dos Clérigos (1733)<sup>225</sup> – Cf. *Retrato 29*, a Igreja do Bom Jesus do Calvário e Via Sacra (1719) – Cf. *Retrato 30*, e o Jardim Histórico do Campo de Sant’Anna (1753)<sup>226</sup> – Cf. *Retrato 31*.

---

<sup>224</sup> CANCLINI, Nestor Garcia. Los usos sociales del patrimonio cultural. In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. (Org.). **Patrimonio etnológico: nuevas perspectivas de estudio**. Andalucía: Consejería de Cultura, 1999, pp. 16-33.

<sup>225</sup> WANDERLEY, Andrea C. T. **Série “O Rio de Janeiro desaparecido” XVII – Igreja São Pedro dos Clérigos**. Portal Biblioteca Nacional Digital. Brasiliana Fotográfica, 18 mar. 2022.

<sup>226</sup> THOMPSON, Analucia. (Org.). Presidente Vargas. In: \_\_\_\_\_. **Entrevista com Augusto Carlos da Silva Telles**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2010.

**Retrato 29** – Igreja de São Pedro dos Clérigos-RJ, [1890].



Fonte: IMS, 2024. Autoria: Marc Ferrez.

**Retrato 30** – Igreja da Venerável Ordem Terceira do Senhor Bom Jesus Calvário, [1915].



Fonte: IMS, 2024.

**Retrato 31** – Campo de Sant'Anna-RJ, [1886].



Fonte: IMS, 2024. Autoria: Marc Ferrez.

Devido a isso, foi promulgado o *Decreto-Lei Nº 3.866* de 1941<sup>227</sup> – o decreto do (des)tombamento – que, em parágrafo único, centralizou na figura do presidente a decisão da revogação da salvaguarda, sob a alegação de motivos de interesse público.

Pode-se compreender o desfazimento do tombamento através da sua particularidade legal, na medida que o decreto-lei é um ato do direito administrativo, dotado de força jurídica,

---

<sup>227</sup> BRASIL. Decreto-Lei Nº 3.866, de 29 de novembro de 1941. Dispõe sobre [cancelamento de] tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Diário Oficial da União* – Seção 1 - 29/11/1941, Página 22.368 (Publicação Original).

geralmente promulgado em situações extraordinárias. Trata-se de uma resposta legislativa ágil do Estado, necessária quando a tramitação ordinária não pode ser aguardada. Essas decisões são tomadas pelo Poder Executivo e possuem força de lei, gerando consequências jurídicas imediatas, embora devam ser debatidas posteriormente, após já estarem em vigor.<sup>228</sup>

No caso da Igreja de São Pedro dos Clérigos, houve uma grande polêmica na época, com a intervenção de Melo Franco na tentativa de evitar a demolição do templo. Foi cogitada, inclusive, a possibilidade de deslocar a edificação para a lateral da avenida, em um projeto de engenharia inovador já utilizado na Europa. No entanto, essa ideia foi descartada devido ao eminente desmoronamento do prédio, devido ao estado fragilizado de sua estrutura.<sup>229</sup>

Em Recife, o assunto que passou a circular amplamente, na virada dos anos 40 para os anos 50 foi a criação da nova base naval nas imediações da Fortaleza do Buraco. O projeto incluía uma infraestrutura associada ao empreendimento, como a construção de um dique seco,<sup>230</sup> obras de dragagem no porto, novos aterros e instalações para oficiais. Esse desenvolvimento visava também o crescimento da arrecadação de impostos provenientes das atividades portuárias.<sup>231</sup>

No entanto, cabe destacar que, no ano de 1950, o almirante Paulo Nogueira Penido reuniu os representantes da imprensa pernambucana, a fim de fazer uma prestação de contas acerca das ações da Marinha. Focando o caso do Nordeste, mencionou que estava em vias de uma batalha pela construção da nova Base Naval do Recife. Dessa forma, convocou a classe jornalística para auxiliar nessa empreitada:

O ante-projeto está feito; é necessário entretanto, que a imprensa não permita demora na sua execução e muito menos que o deixe morrer. Como sabeis a obra tem que ser iniciada pelo prolongamento do cais em direção ao Forte do Buraco e só esta parte trará uma enorme vantagem para o porto e para o comércio.<sup>232</sup>

---

<sup>228</sup> SOARES, Carolina Pedro. Destombamento através do tempo: as (des)construções políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. **Revista Angelus Novus**, ano XIII, n. 18, pp. 1-32, 2022a.

<sup>229</sup> WANDERLEY, 2022, *op. cit.*

<sup>230</sup> Dique seco: consiste em escavações em terra próxima ao mar, com a construção de paredes e com um porta-batel (porta estanque) que separa a área seca do dique da área do mar. Assim, é formada uma grande bacia, que pode ser alagada com a abertura do porta-batel, permitindo a entrada de embarcações. Cf. BOUÇAS, Isabela de Almeida. Engenharia de manutenção aplicada à docagem de embarcações. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 5, ed. 6, v. 9, pp. 34-42, jun. 2020.

<sup>231</sup> SEMANA do marinheiro. **Diário de Pernambuco**, Recife, 8 dez. 1949; NOVAS instalações na Base Naval do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 jun. 1950.

<sup>232</sup> COMEÇOU a batalha da construção da Base Naval. **Diário de Pernambuco**, Recife 8 dez. 1950.

Tal declaração denota a estratégia da Marinha para a derrubada da fortificação, considerando que a edificação se encontrava protegida pelo dispositivo do tombamento, e que, até o momento, não havia nenhuma solicitação da instituição pela abertura do cancelamento da proteção do equipamento histórico.

A partir disso, foi desapropriada toda a área compreendida entre a ponte do Limoeiro e a Vila das Costureiras, incluindo a região do Forte do Buraco e as terras alagadas, ficando o perímetro sob a supervisão do Ministério da Marinha (MMA).<sup>233</sup>

De fato, a construção da Base Naval do Recife teve início em 1941,<sup>234</sup> sendo instalada pela Marinha Americana como base secundária e mantida devido à sua reconhecida necessidade, mesmo antes da *Lei Estadual Nº 952* de 1943,<sup>235</sup> que determinou sua construção.

A Marinha previu o alargamento da ruptura do istmo, conectando a bacia do rio Beberibe com o atual ancoradouro interno, situado entre as ruínas do Forte do Buraco e o extremo norte do porto recifense, local onde foi prevista a construção de dois diques secos.<sup>236</sup>

Com o gerenciamento da região do istmo pela Marinha, começaram a ocorrer eventos que impactaram diretamente a história da Fortaleza do Buraco, iniciados pela derrubada do forte em 1953, “causando à época grande comoção, como se depreende da simples leitura dos depoimentos constantes nos autos”.<sup>237</sup>

A demolição do monumento se deu por ordem do contra-almirante Harold Ruben Cox, inicialmente através do uso de dinamite e, posteriormente por um grupo de homens munidos de

---

<sup>233</sup> BRASIL. Decreto Nº 29.113, de 9 de janeiro de 1951. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e por serem necessárias à segurança nacional, áreas de terras situadas em Recife, Estado de Pernambuco. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 10/1/1951, Página 500 (Publicação Original); BRASIL. Decreto Nº 32.805, de 20 de maio de 1953. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras alagadas situadas nos municípios de Recife e Olinda, Estado de Pernambuco, destinadas às construções da Base Naval de Recife, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 22/5/1953, Página 9.338 (Publicação Original).

<sup>234</sup> FONSECA, César A. M. da. Síntese e comentários da história de nossas bases navais. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ano LXXVI, n. 4/5/6, pp. 265-310, abr./mai. jun. 1956.

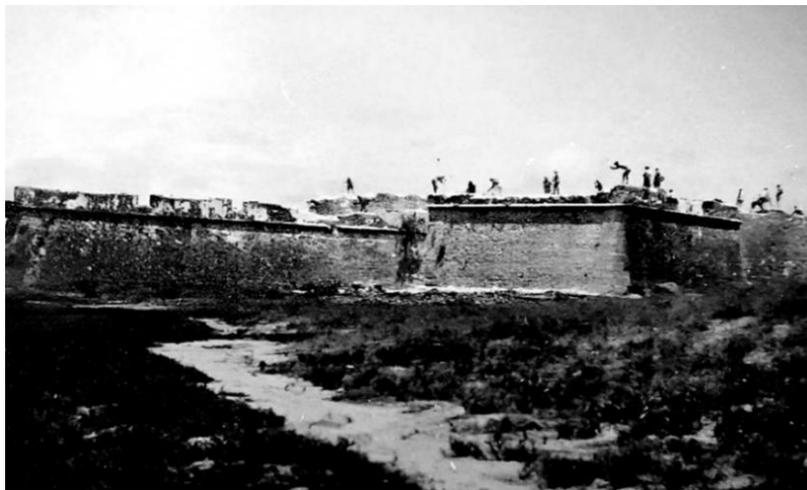
<sup>235</sup> A Lei Estadual Nº 952, de 31 de dezembro de 1943, passou a estabelecer a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado de Pernambuco. Cf. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Informação [s. n.]**. [s. l.]. Diretoria do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. 23 abr. 1968. In: Arquivo Central - Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 32.

<sup>236</sup> *ibid.*

<sup>237</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memorando Nº 576/99 DEA/CORDEP/DEPROT**. [s. l.]. IPHAN, 10 ago. 1999. In: Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 133.

picaretas,<sup>238</sup> ou melhor, “picaretas navais”,<sup>239</sup> sob o pretexto da construção da construção da Base do 3º Distrito Naval,<sup>240</sup> como visto no retrato da *Demolição do Forte do Buraco* (1953) e dos *Homens demolindo o forte à picaretas* (1953). Isso foi em flagrante violação do Decreto-Lei de 1937, que estabeleceu que “as coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”.<sup>241</sup>

**Retrato 32** – Demolição do Forte do Buraco, 1953.



**Fonte:** IPHAN-PE, 2022. Autoria: Alcêdo Lacerda.

---

<sup>238</sup> LIGORIO. Tomba sob a ação das picaretas a Fortaleza do Buraco. **Jornal Pequeno**, Recife, 25 mar. 1953, A Pequena Reportagem.

<sup>239</sup> Em referência à fala de Gilberto Freyre sobre o ato da Marinha. Cf. FREYRE, Gilberto. Ainda o Forte do Buraco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 30 jan. 1955.

<sup>240</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Casas do Patrimônio. **Informação Nº 12/CMA/98**. Recife, 13 abr. 1998. In: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 53.

<sup>241</sup> BRASIL, 1937, *op. cit.*, Art. 17.

**Retrato 33** – Homens demolindo o forte à picaretas, 1953.



Fonte: IPHAN-PE, 2022. Autoria: Alcêdo Lacerda.

O cenário de destruição, pós-derrubada da fortificação, foi ilustrado pelo retrato mais associado ao forte, dos *Canhões de ferro sobre os destroços da Fortaleza do Buraco* (1953), que ironicamente não ilustrou o monumento em si, mas demarcou a definitiva transformação da edificação em ruína.

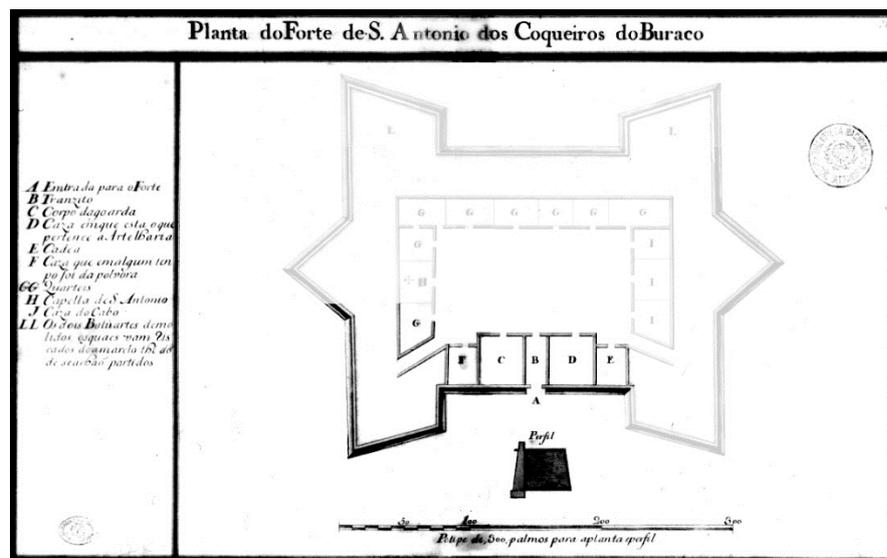
**Retrato 34** – Canhões de ferro sobre os destroços da Fortaleza do Buraco, 1953.



Fonte: IPHAN-PE, 2022. Autoria: Alcêdo Lacerda.

Dessa maneira, em pouco mais que duas semanas,<sup>242</sup> o forte foi destruído quase que integralmente. Suas ruínas passaram a corresponder a um oitavo da construção original, deixando o equipamento arruinado e acessível apenas via barco ou pelo acesso do antigo istmo por Olinda, observável no desenho da *Simulação dos remanescentes edificados do Forte*, em 1953.

**Desenho 3** – Simulação dos remanescentes edificados do Forte, 1953.



Fonte: Adaptado de OLIVEIRA, 2022, p. 91.<sup>243</sup> Edição: Ayodê França.

Notadamente, o último registro do Forte do Buraco ainda erguido aconteceu quando a fortaleza serviu como cenário para as gravações do longa-metragem pernambucano *O Canto do Mar*<sup>244</sup> – Cf. *Retrato 35*. O filme foi gravado no mesmo ano da sua derrubada, e estreado no recém-inaugurado Cinema São Luiz, no Recife, quando a fortificação já havia sido destruída.

<sup>242</sup> LIGORIO, 1953, *op. cit.*

<sup>243</sup> OLIVEIRA, 2022, *op. cit.*, p. 91.

<sup>244</sup> O CANTO do mar. Direção: Alberto Cavalcanti. Produção: Alberto Cavalcanti e Kino Filmes S.A. Roteiro: Hermilo Borba Filho. Recife: U.C.B. – União Cinematográfica Brasileira S.A., 1953. (87 min.).

**Retrato 35** – Bastidores do filme *O Canto do Mar*, 1953.



Fonte: Arquivo Público Municipal de Olinda - Antonino Guimarães, 2023.

Curiosamente, o filme contou com a colaboração da Marinha para sua execução, na figura do almirante Cox, o mesmo que ordenou a dinamitação do forte.<sup>245</sup> No registro dos *Bastidores do filme O Canto do Mar* (1953) é possível observar como o forte fazia parte da paisagem e do cotidiano do istmo, assim como visualizar suas reais dimensões, antes de sua destruição quase por completa.

Ainda a respeito da destruição da fortaleza, o agora Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) se posicionou desde os instantes iniciais à derrubada do forte através do primeiro telegrama sobre o início da demolição, remetido pelo chefe do 1º Distrito Regional da instituição, Ayrton de Almeida Carvalho. Leia-se:

Profundamente consternado informo início demolição monumento nacional Fortaleza Buraco iniciativa Marinha, empenhada agora construção Base Naval Recife. Oficie comando Terceiro Distrito Naval solicitando sustar demolição até preenchimento medida legal indispensável cancelamento tombamento Presidência República. Comandante contra-almirante Harold Cox presentemente Rio, substituto afirma nenhuma providência pode tomar sentido paralização antes regresso comandante, motivo por que irei representar Procurador República. Atenciosamente – Ayrton Carvalho.<sup>246</sup>

<sup>245</sup> O FORTE do Buraco documentado em <<O Canto do Mar>>: as ruínas da velha fortaleza servem de cenário para um romance de amor – colaboração preciosa da Marinha ao filme de Cavalcanti – notas de filmagem. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 mar. 1953. Mundo de Luz e Som.

<sup>246</sup> Telegrama de Ayrton de Almeida Carvalho a Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor geral do DPHAN, em 12 de março de 1953. Cf. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer tombamento das**

A correspondência gerou a intervenção de Melo Franco, que encaminhou ao ministro da Educação e Saúde, Ernesto Simões Filho, então coordenador da pasta relativa à cultura, da qual o DPHAN era vinculado, solicitando o embargo da demolição. Leia-se:

Solicito a V. Excia. providenciar com a maior urgência junto a seu colega da Pasta da Marinha para o fim de ser imediatamente sustada [...] a demolição [...] do forte histórico denominado Buraco, [...] com infração do disposto no artigo 17 do Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937, assim como do Artigo 165 do Código Penal [...]. Estou certo de que a iniciativa de demolição só terá sido tomada pelas autoridades navais por desconhecimento de ser aquela antiga fortaleza parte integrante do patrimônio histórico do país, cuja preservação se acha assegurada em preceito da própria Constituição Federal. Presumo, outrossim, que o sacrifício do Forte do Buraco não tenha sido percebido e executado senão em consequência de necessidades julgadas indeclináveis para a construção da Base do Recife, elemento de importância relevante para a defesa nacional.<sup>247</sup>

O ofício denota surpresa do diretor do DPHAN com a destruição do forte, apesar de ter sido remetido após oito dias do recebimento da notícia da demolição da fortaleza. E, apesar de reivindicar através de argumentos legais, configurados no *Decreto-Lei N° 25* de 1937 e no *Decreto-Lei N° 3.689* de 1941,<sup>248</sup> popularmente conhecido como Código Penal, Melo Franco alegou desconhecimento por parte da Marinha, que por sua vez, já havia premeditado tal contenda desde 1950, como já mencionado.

O gestor carregou consigo um discurso brando, ao alegar que a derrubada da edificação teria sido “em consequência de necessidades julgadas indeclináveis”. Da mesma forma, concluiu que a construção do porto militar era um “elemento de importância relevante para a defesa nacional”. Desta feita, legitimou os argumentos da pasta da Marinha, mesmo antes do órgão se manifestar oficialmente sobre o caso.

A notícia da destruição do Forte do Buraco repercutiu nos meios social e político, levando o então ministro da Educação e Saúde a solicitar providências à Marinha, para que interrompesse a demolição do monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, condição

---

**Ruínas do Forte do Buraco.** Jaboatão dos Guararapes-PE, 20 jan. 2000. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento N° 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 137.

<sup>247</sup> Ofício de Rodrigo de Melo Franco de Andrade ao ministro da Educação e Saúde, Ernesto Simões Filho, em 20 de março de 1953. *Cf. Ibid.*, fls. 137-138.

<sup>248</sup> BRASIL. Decreto-Lei N° 3.689 de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 13/10/1941, Página 19699 (Publicação Original).

pela qual impediria sua derrubada, a menos que o presidente da República cancelasse sua inscrição em conformidade com a legislação em vigor, o Decreto-Lei de 1941.<sup>249</sup>

O ministro da Marinha, almirante Renato de Almeida Guillobel, se manifestou sobre o caso, ao solicitar a Vargas a autorização para demolir a fortaleza, atestando assim sua insubordinação pelo ato já consumado. Ele alegou se tratar de “ruínas sem maior significação histórica” e justificou a demolição pela necessidade de não interromper a “realização do planejamento das imensas obras que tanta influência terão no progresso do Recife”.<sup>250</sup> Após isso, o dirigente encaminhou ao ministro da Educação e Saúde um ofício sinalizando o cessar da demolição da edificação. Leia-se:

Comunico a Vossa Excelência que foi sustada a demolição do forte histórico, denominado Buraco, até que o caso seja devidamente esclarecido. O Ministério da Marinha, conservador por tradição, só em última instância tocaria em qualquer obra que relembre tempos gloriosos da nossa história. Entretanto, o mencionado forte, segundo informações que me chegaram, já está praticamente demolido pela ação do tempo e nada mais relembra da época em que foi baluarte de defesa do solo pátrio.<sup>251</sup>

Nesse relato, Guillobel justificou a ação da Marinha sem bases fundamentadas, alegando apenas informações a ele repassadas, sem dados comprovados, e desconsiderou também a violação à legislação de preservação do patrimônio histórico que resguardava o forte, bem incluído no terreno da órgão, que por sua vez tinha o dever por sua conservação.

O DPHAN passou a não se opor à construção do dique seco, na tentativa de aliviar uma conciliação às necessidades de modernização impostas pela Marinha. Dessa maneira, solicitou a adequação da obra do dique com a manutenção da fortaleza, estratégia elaborada a partir da troca de correspondências entre Carvalho, Melo Franco e o diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET), o arquiteto Lúcio Costa.<sup>252</sup>

Mais adiante, o então ministro interino da Educação e Saúde, Péricles Madureira de Pinho, enviou uma *Exposição de Motivos* a Vargas, em desacordo com o parecer dado pelo MMA no caso do forte. Essa circunstância levou ao presidente a se manifestar pela primeira vez sobre o acontecimento e solicitar esclarecimentos sobre o ato insubordinado do MMA, para que fosse

---

<sup>249</sup> CONTRA a demolição do Forte do Buraco: providências do ministro da educação naquele sentido. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1953. Segunda Seção.

<sup>250</sup> IPHAN, 20 jan. 2000, *op. cit.*, fl. 138.

<sup>251</sup> Ofício do ministro da Marinha, Renato de Almeida Guillobel, ao ministro da Educação e Saúde, Ernesto Simões Filho, em 6 de abril de 1953. *Cf. Ibid.*, fl. 138.

<sup>252</sup> IPHAN, 20 jan. 2000, *op. cit.*

informado à vista das ponderações do Ministério da Educação e Saúde (MES) a justificativa da necessidade da demolição do Forte do Buraco.<sup>253</sup>

Em resposta à solicitação do presidente, Guillobel redigiu uma nova *Exposição de Motivos* alegando como indispensável a realização das obras navais pelo interesse à defesa nacional e às exigências militares na região Nordeste, e esclareceu que

[...] fora sustada a mencionada demolição, iniciada por equívoco compreensível e justificável do comandante do 3º Distrito Naval e que o prosseguimento das obras só poderá ser retomado dentro do que foi planejado se, atendendo ao que solicitei [...], haja Vossa Excelência por bem autorizar o cancelamento do tombamento. [...] É óbvio dizer que determinei ao comandante do Terceiro Distrito Naval estudar a possibilidade de alterar a disposição dos diques para ver se, em tal caso, seria possível a conservação do Forte, mesmo com os prejuízos que daí decorrerão para os serviços portuários e navais.<sup>254</sup>

Nesse caso, Guillobel admitiu o erro da instituição que representava, atribuindo a responsabilidade pela falha ao Comando do 3º Distrito Naval no Recife e, em uma fala contraditória, solicitou o cancelamento do tombamento do forte ao mesmo tempo que considerou a conciliação com o DPHAN e o MES, através da alteração do posicionamento dos diques, pela conservação do que restou da fortaleza.

Apesar do pedido de (des)tombamento do forte pelo chefe do MMA, Melo Franco acatou o direcionamento da Marinha e recomendou a conclusão do estudo elaborado por esse ministério, alegando “a possibilidade de uma solução feliz que atenda às justas aspirações da Armada e aos interesses de nosso patrimônio histórico e artístico”.<sup>255</sup>

Ademais, as notícias giravam em torno da arbitrariedade da Marinha sobre a destruição da fortificação, demolida às vésperas do terceiro centenário da expulsão dos neerlandeses, no ano de 1954.<sup>256</sup> Entre as reações, destacou-se a de Gilberto Freyre, que utilizou o caso para convocar a sociedade civil a aderir a ideia de uma Sociedade de Amigos do Recife.<sup>257</sup> Freyre

---

<sup>253</sup> DEMOLIÇÃO de monumento do patrimônio histórico: informações solicitadas pelo presidente da República sobre o “Forte do Buraco”. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1 jul. 1953.

<sup>254</sup> *Exposição de Motivos do ministro da Marinha, Renato de Almeida Guillobel, ao presidente Getúlio Vargas, em 20 de agosto de 1953. Cf. IPHAN, 20 jan. 2000, op. cit., fl. 140.*

<sup>255</sup> Informação de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao ministro da Educação, Antônio Balbino, em 8 de outubro de 1953. *Cf. Ibid.*, fls. 140-141.

<sup>256</sup> FERREZ, Gilberto. O Recife na iconografia do século XIX. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 set. 1954.

<sup>257</sup> FREYRE, Gilberto. Sociedade dos Amigos do Recife: um caso de independência ou morte. **Diário de Pernambuco**, Recife, 5 abr. 1953.

pleiteava a necessidade de divergir contra as autoridades e poderosos, a fim de evitar sacrifícios como o do Buraco, em prol do urbanismo.

Tais iniciativas foram corroboradas por outros intelectuais pernambucanos, como Mário Mello e demais integrantes do IAHGP.<sup>258</sup> Esses protestos pelo arrasamento do forte foram registrados nas suas atas de sessão do Instituto e ecoaram na imprensa,<sup>259</sup> pela concordância de que

A Marinha sem ouvir quem quer que fosse e, apenas, ciente da autorização do Departamento de Portos, ordenou a demolição do antigo forte, baluarte da defesa do Recife na época da invasão holandesa. Houve violento protesto por parte do Patrimônio Histórico Nacional, mas era tarde demais: – já não restava coisa alguma do forte. A sua demolição fôra completa.<sup>260</sup>

Dessa forma, fica explícita a falta de comunicação da Marinha com outras instâncias, atestando o ato de ingerência administrativa, com o agravante da ciência da cautela sobre a edificação, da qual ela teria a tutela, assim como do acompanhamento da conservação dos bens tombados pelo DPHAN.

Na tentativa de rebater as críticas, a Marinha se pronunciou alegando que iniciara a demolição do forte tombado como patrimônio histórico por se encontrar na área onde estava prevista a construção da Base Naval do Recife, e em virtude da Lei Estadual, que estabeleceu a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado de Pernambuco, em 1943. Por sua vez, o ministro da Marinha declarou que, em contrapartida à extinção da fortificação, seria erguido um marco comemorativo.<sup>261</sup>

Contudo, o caso do Forte do Buraco não foi pontual, visto que, a Marinha possui um retrospecto de destruição de equipamentos históricos, tendo como base o exemplo da Torre Malakoff [1853-1855]<sup>262</sup> – Cf. *Retrato 36*.

---

<sup>258</sup> IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. **Ata de sessão, de 28 de março de 1953.** Livro de Atas do IAHGP, mar. 1951/jan. 1955; IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. **Ata de sessão, de 13 de abril de 1953.** Livro de Atas do IAHGP, mar. 1951/jan. 1955.

<sup>259</sup> AULER, Guilherme. Velhas fotografias pernambucanas: um terremoto urbanístico, destruiu no Recife, igrejas, arcos e sobradões de azulejos. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 18 fev. 1957.

<sup>260</sup> RAMOS, Oscar. O histórico prédio da alfândega atingido em cheio pelo traçado da grande avenida. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1953. Dentro do Plano da “Perimetral”.

<sup>261</sup> A BASE e o forte. **Diário de Pernambuco**, Recife, 5 mai. 1954.

<sup>262</sup> CAPITANIA do Porto. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 abr. 1955. Declarações.

Localizada no bairro do Recife, a Malakoff foi edificada a partir do material das demolições dos equipamentos do período neerlandês: o Forte de Quebra-Pratos ou Forte Bom Jesus (1630-1849)<sup>263</sup> – Cf. *Desenho 4*, e do Arco do Bom Jesus (1635-1850)<sup>264</sup> – Cf. *Gravura 3*, incluindo sua capela (1661-1850), ambos no Recife.<sup>265</sup> A construção tornou-se a porta do Arsenal da Marinha. No século XX, o local ficou conhecido por abrigar o relógio da cidade e servir como sede da Capitania dos Portos.<sup>266</sup>

**Retrato 36** – Torre Malakoff, [19--].



Fonte: IBGE, 2024.

**Gravura 3** – Arco do Bom Jesus, 1847.



Fonte: FERREZ, 1954, p. 28. Autoria: W. Bässler.

<sup>263</sup> GALVÃO, Sebastião. *Chronica histórica da cidade do Recife – 1849 a 1915*. **Revista do Instituto Archeologico Historico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 18, n. 91/92, pp. 171-260, 1916/1917.

<sup>264</sup> O Arco do Bom Jesus foi o primeiro dos três portais da cidade demolidos, como os já citados Arco da Conceição e Arco de Santo Antônio. Cf. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais pernambucanos**. v. X: 1834-1850. Recife: FUNDARPE, 1983i.

<sup>265</sup> GALVÃO, 1916-1917, *op. cit.*; COSTA, 1983h, *op. cit.*, pp. 475-476.

<sup>266</sup> SOUSA, Rebeca Grilo de. Torre Malakoff: o escrever e apagar nos anais de pedra da história do Recife. In: Seminário Internacional da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos – SEO, 2019, Niterói. **Anais [...]** Niterói: Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos, v. 3, 2019.

**Desenho 4** – Forte de Quebra-Pratos, 1766.



**Fonte:** COSTA, 1983f, p. 198. Autoria: José Gonçalves da Fonseca.

**Legenda:** No desenho, observam-se os fortes: 23 - Quebra-Pratos, 25 – Brum, 26 – Buraco, 31 – Picão.

Ao longo da década de 1920, o Portal do Arsenal de Marinha foi ameaçado de demolição em duas ocasiões: inicialmente em 1924, e novamente em 1929.<sup>267</sup> Ambas as ameaças vieram dos Ministérios da Marinha e da Viação e Obras Públicas (MVOP), que consideraram a Malakoff como um obstáculo ao projeto de alargamento da rua São Jorge. A edificação foi preservada graças à articulação do IAHGP, da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e pela intervenção de intelectuais como Anníbal Fernandes e Mário Mello.

Outra ação arruinadora da Marinha ocorreu em 1941, por meio da destruição do antigo Farol de Olinda (1872). Originalmente pertencente ao Ministério da Guerra (MG) e transferido para o MMA no mesmo ano de sua fundação,<sup>268</sup> o luminoso foi destruído sob a justificativa do avanço do mar. Assim, um novo equipamento foi então implantado no morro Serapião, na mesma cidade.

Apesar de grande parte da historiografia sobre o sinaleiro mencionar sua localização sobre o Forte de São Francisco ou Forte Montenegro,<sup>269</sup> e, mais vulgarmente conhecido como

<sup>267</sup> INSTITUTO Archeologico. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 nov. 1924; A TORRE Malakoff: uma comissão do Instituto Archeologico conferencia com o Sr. ministro da Marinha sobre a conservação da Torre Malakoff. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 jun. 1929.

<sup>268</sup> COSTA, 1983h, *op. cit.*

<sup>269</sup> ALBUQUERQUE. Marcus; LUCENA, Veléda; WALMSLEY, Doris. Forte de São Francisco. In: \_\_\_\_\_. **Fortes de Pernambuco: imagens do passado e do presente**. Recife: Graftorre, 1999, p. 32; IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Farol de Olinda**. Portal IBGE. Catálogo da Biblioteca IBGE. 2015; MOURA, Abdias Cabral

Forte do Queijo, algumas publicações atestam sua localização no Fortim ou Reduto Montenegro,<sup>270</sup> localizado a cerca de 450 metros ao norte do Forte de São Francisco.<sup>271</sup> Circunstância verificada no retrato do *Antigo Farol de Olinda*, de 1940 – Cf. *Retrato 37*, pelo seu posicionado às margens da atual praia do Farol, na orla de Olinda – Cf. *Retrato 38*.

**Retrato 37** – Antigo Farol de Olinda, 1940.



Fonte: FUNDAJ/Villa Digital, 2023.

**Retrato 38** – Localização do antigo Farol de Olinda, [197-].



Fonte: IPHAN-PE/Olinda de Antigamente, 2016.

Nesse caso, de fato o avanço do mar nas décadas seguintes aniquilou a região que abrigava o antigo farol, o que não isenta a instituição por sua derrubada, por sequer esboçar algum esforço pela manutenção do bem.

A recorrência do órgão naval no uso das picaretas, ocorreu em dissonância aos discursos de Guillobel ao citar o conservadorismo da Marinha, que, segundo ele, apenas nas últimas instâncias interviria em qualquer bem que fosse associado à história nacional.

---

de. Olinda. **Revista de Pernambuco**, Recife, anno 3, n. 25, pp. 64-74, jul. 1926, p. 74; TOLEDO, Veríssimo de. (Org.). *Pharol de Olinda*. Almanak Administrativo Mercantil Agrícola e Industrial do Estado de Pernambuco para 1894. **Obra de estatística e de consulta abrangendo todos os municípios do Estado**. Recife: Editora-Proprietária, anno II, pp. 88-89, 1894.

<sup>270</sup> COSTA, 1983h, *op. cit.*, pp. 408-409; CASTRO, 2009, *op. cit.*, p. 207; KADLETZ, Theodor. **Die alten festungswerke von Pernambuco im rahmen der geschichte der ersten 5 jahre des brasilianischen neuholland 1630-1635**. Recife: Dreshster, 1937.

<sup>271</sup> Dado comprovado através da Planta Hydrografica do Porto de Pernambuco (1816), e da Planta das Diretrizes do Plano Regional para o Recife (1951), em que constam ambos os fortes, e corroborado pelas coordenadas geográficas de ambos os equipamentos históricos. Cf. MURATO, Carmem L.; MELO NETO, Ulisses Pernambucano de. O Forte do Montenegro: patrimônio e memória social. **Revista Ciência & Trópico**, [Recife], v. 46, n. 1, pp. 121-132, 2022; BRASIL. Lista de Faróis. **Diretoria de hidrografia e navegação**. 39 ed. Niterói-RJ: DHN, 2024-2025.

A partir dos fatos relacionados, é perceptível que o que estava em jogo, no caso do Buraco, era a autoridade do DPHAN, órgão federal de preservação, que teve seu orgulho institucional ferido na medida em que a Marinha rompeu a hierarquia das suas atribuições de monitoramento do bem, e invocou a instância superior – o Governo Federal –, na figura do presidente.

Considerando que, neste momento, o DPHAN era a única organização administrativa dentre todas as do gênero fundada na relação de tutela, e no conseqüente “poder de polícia”,<sup>272</sup> isso implicou em garantir o monopólio dos atos de definir e controlar o que fosse ou não o patrimônio, sobre o qual tal poder incidia.

E, apesar de Melo Franco acionar os argumentos legais do Decreto-Lei de 1937 e o Código Penal, sua primeira declaração sobre o caso denota a falta de poder de barganha frente à Marinha, ao colocá-la como sujeito desconhecedor na irregularidade da destruição do forte, ainda ressaltando a importância da estação naval em detrimento da edificação aniquilada.

Desta forma, em se tratando de um conflito entre ministérios, o DPHAN, subordinado ao MES, não teve poder argumentativo frente aos motivos apresentados pelo MMA, que se encaixaram no Decreto-Lei de 1941, sob o pretexto da base naval atender ao interesse coletivo.

A Marinha, por sua vez, se entendeu no direito e no poder pela fortificação, por se encontrar em uma região portuária e por receber a autorização da construção da Base através da Lei Estadual de 1943.

Contudo, a instituição das Forças Armadas do Brasil se precipitou duplamente, ao iniciar as obras antes da promulgação de tal normativa, e pela falta de autorização ao pôr abaixo o Forte do Buraco, enquanto bem tombado. E, apesar de esboçar uma tentativa conciliadora com o MES e o DPHAN, paralelamente pleiteou o processo de (des)tombamento do forte.

A essas discussões acirradas entre as instituições e sujeitos mencionados, denomino como a Batalha do Forte do Buraco<sup>273</sup> o confronto travado nos jornais locais, pautado na disputa entre a permanência da fortificação e a implantação da Base Naval do Recife. Tratou-se de uma

---

<sup>272</sup> CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009a, p. 152.

<sup>273</sup> Em referência à Batalha dos Martírios, confronto travado, sobretudo nos jornais, entre o poder municipal, autoridades e intelectuais da cidade quanto à necessidade da avenida Dantas Barreto, entre os bairros de Santo Antônio e São José, no Recife, e a demolição da Igreja do Bom Senhor Jesus dos Martírios. Cf. BERNARDES, Denis. **Recife, o caranguejo e o viaduto**. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

argumentação que se iniciou a partir da derrubada do forte e se prolongou até o segundo evento culminante na história do equipamento na década de 1950, o cancelamento de seu tombamento.

#### 4.3 A FORTIFICAÇÃO E A INEXISTÊNCIA DE VALOR NO CONTEXTO NACIONAL

Quesitos relativos à valoração do Forte do Buraco foram desenvolvidos durante toda a história da edificação, desde a visita que lhe foi feita por D. Pedro II, em 1859, na qual a rotulou em melhor regularidade que o Brum, devido às suas condições estruturais e provisão de armamentos,<sup>274</sup> assim como no tombamento da fortificação, pelo teor de interesse histórico, de obras de arte histórica e de arte erudita nacional.<sup>275</sup>

Contudo, as atribuições de valor associadas ao equipamento foram acentuadas no período delimitado pela Batalha do Forte do Buraco. E, a já mencionada “reliquia”, passou a receber novas considerações.<sup>276</sup> Maneira pela qual, foram elaboradas narrativas de valoração, com a finalidade da manutenção da edificação como elemento fundamental do patrimônio histórico nacional.

Deste modo, os testemunhos nos autos atestaram a fortificação como: um “monumento histórico a ser conservado em reverência aos nossos heróis e aos seus feitos”,<sup>277</sup> de “apreciação do mérito do seu valor cultural”,<sup>278</sup> possuidora de “valor cultural de bem como monumento arqueológico”,<sup>279</sup> e, que “evoca no plano histórico ou representa no plano da simbologia dos valores culturais da nação”.<sup>280</sup>

---

<sup>274</sup> BEDIAGA, Begonha. (Org.). **Diário do imperador D. Pedro II (1840-1891)**. v. III – Viagem à costa leste - 2ª parte (Pernambuco) 14/11 a 23/12/1859. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

<sup>275</sup> SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Notificação N° 163**. Rio de Janeiro, 23 mar. 1938. In: \_\_\_\_\_. Processo Administrativo de Tombamento N° 0101-T-38: Ruínas do Forte do Buraco e outros, Recife (PE). Rio de Janeiro, 1938, pasta 101, doc. 3.492.

<sup>276</sup> IPHAN, 20 jan. 2000, *op. cit.*, fl. 137.

<sup>277</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ofício N° 443/85 – COMOCI-PE**. Recife, 13 nov. 1985. In: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE, v. I, 1995, fl. 001.

<sup>278</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memorando N° 112/96**. [s. l.]. IPHAN. 22 fev. 1996. In: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento N° 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 47.

<sup>279</sup> *Ibid.*, fl. 47.

<sup>280</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer DEPROT/IPHAN/RJ N° 54/98**. [s. l.]. IPHAN, 4 set. 1997. In: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento N° 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 122.

Além de conter “inegável valor histórico de monumento nacional”,<sup>281</sup> “indiscutível valor paisagístico”,<sup>282</sup> e servir de “evocativa e testemunha da fase tão importante da história nacional”,<sup>283</sup> razões pelas quais, fôra inscrito nos *Livros de Tombo*.

Os noticiários também foram fonte para o reconhecimento outorgado à fortificação, à medida em que reivindicaram a perda de “um monumento de real valor artístico e arquitetônico”.<sup>284</sup>

De forma que, o Buraco teve sua história, intimamente vinculada à luta heroica pela fixação das linhas mestras da nacionalidade,<sup>285</sup> até mesmo antes do processo de destruição, ao se ponderar que

Será realmente ocioso salientar o valor dessa velha fortaleza, como monumento de arte militar, no período colonial. Além desses estimáveis atributos que exornam essa curiosa praça de guerra accresce o facto de estar ligada, intimamente, à campanha hollandeza [...] Da antiga grandeza apenas as sombras, do incontrastável poderio unicamente as mostras dos muros fortíssimos, feitos de uma argamassa muito compacta, que antes se diriam uma só pedra.<sup>286</sup>

Relatos como esse elencam a participação da sociedade civil no entendimento do mérito histórico sobre a edificação, e, ainda que elaborados pelos intelectuais locais, a ideia de representação e pertencimento do bem histórico passou a ser propagada e evidenciada no ato de sua derrubada, através da comoção popular, também registrada nos autos dos processos da fortificação.<sup>287</sup>

Na mesma medida, ocorreram narrativas de deslegitimação da permanência da fortaleza, em prol da implantação da tão difundida base naval, moldando outras definições de valor, que tinham como princípio base

O mau estado de conservação em que se encontrava o forte no início de 1950 tinha sido motivado por sua desocupação e, por conseguinte, pela falta de manutenção que se fazia necessária, mesmo para uma fortaleza daquela magnitude. Mas houve também um fato que viria a agravar, senão acelerar, o processo de degradação do bem. A construção do molhe de Olinda, que interferiu no fluxo das marés, contrariando as

---

<sup>281</sup> IPHAN, 20 jan. 2000, *op. cit.*, fl. 144.

<sup>282</sup> *Ibid.*, fl. 151.

<sup>283</sup> IPHAN, 4 set. 1997, *op. cit.*, fl. 116.

<sup>284</sup> COM A DEMOLIÇÃO do Forte do Buraco perde o país um monumento de valor artístico e arquitetônico: declarações do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 jan. 1955.

<sup>285</sup> RUÍNAS imponentes. **A Noite**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1953.

<sup>286</sup> PESSOA, Mário. Um valioso monumento prestes a desaparecer. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 fev. 1935.

<sup>287</sup> IPHAN, 10 ago. 1999, *op. cit.*

correntes predominantes locais, acabaria por comprometer a estabilidade da murada leste da fortaleza, cujo areal que se lhe defrontava foi dali arrastado pela força das águas e o paredão abaluartado passou a sofrer o assalto contínuo das ondas, durante anos, até que as pedras da muralha se soltassem e o aterro que elas continham escorresse pelas fendas e sumisse nas águas do canal.<sup>288</sup>

Logo, o equipamento foi classificado como uma “área abandonada e cada vez mais perigosa”.<sup>289</sup> E foi acrescida como motivação do arquivamento do tombamento, a “inexistência de valor significativo em contexto nacional”.<sup>290</sup>

O forte também foi considerado como “algo destituído de valor e descartável por ser relacionado à transitoriedade”,<sup>291</sup> e um monumento prejudicado pela falta de atributos de valor nacional. E sua preservação física, de todo o processo sociocultural que ele produziu poderia ser interpretada como uma “saúde sem objeto”, que representa a continuidade da perda.<sup>292</sup>

Essas narrativas deslegitimadoras figuraram nos jornais na tentativa de levar à opinião pública a acatar o projeto da construção do empreendimento náutico. Entre essas explicações sublinhou-se: “Quem conhece o plano da base naval e sabe das reais necessidades de sua construção para a defesa do nosso litoral, não pode se firmar no ponto único e exclusivo da defesa de um patrimônio histórico, para a manutenção das ruínas da antiga fortaleza”.<sup>293</sup>

Fica claro que havia uma preocupação de ambos os lados em tornar público sua versão da história, tendo em vista que a derrubada do forte acionou a comunidade local e tornou-se assunto nos debates cotidianos, eruditos e leigos.

No campo da preservação, a visão de que o valor do patrimônio é moldado pela interação entre as pessoas e o lugar ganhou cada vez mais reconhecimento. Essa abordagem substituiu a noção anterior de que os valores patrimoniais são intrínsecos, imutáveis e fixos.<sup>294</sup>

---

<sup>288</sup> IPHAN, 4 set. 1997, *op. cit.*, fl. 118.

<sup>289</sup> IPHAN, 13 abr. 1998, *op. cit.*, fl. 52.

<sup>290</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Indicação de Arquivamento [s. n.]**. [s. l.]. 1995. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 131.

<sup>291</sup> IPHAN, 10 ago. 1999, *op. cit.*, fl. 129.

<sup>292</sup> *Ibid.*, fl. 130.

<sup>293</sup> A DEMOLIÇÃO do Forte do Buraco, um imperativo da defesa do país: declarações de Barbosa Lima Sobrinho e Virgílio Correia Filho. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 jan. 1955.

<sup>294</sup> MARINHO, Silvino Tavares. **Os valores do patrimônio cultural e a preservação da arquitetura moderna: o caso dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS) do Rio de Janeiro**. 2018. 343 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Em se tratando do quesito valoração, Alois Riegl, como parte dos seus estudos para a conservação dos monumentos, propõe uma nova maneira de agrupar os valores do patrimônio.<sup>295</sup>

Dado que o Forte do Buraco teve seu tombamento registrado nos *Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes*, vejo como oportunas as reflexões de Riegl acerca do valor das categorias desses bens, contemplados nessas obras.

Na ideia de evolução, o valor histórico do monumento pode ser definido como: “uma obra criada pela mão do homem, e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras, algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)”.<sup>296</sup> Nas palavras de Riegl, se localiza como

[...] tudo aquilo que foi e não é mais nos dias de hoje. De acordo com os conceitos mais modernos, acrescentaremos a isso a ideia mais ampla de que aquilo que foi não poderá voltar a ser nunca mais e tudo o que foi forma o elo insubstituível e irremovível de uma corrente de evolução.<sup>297</sup>

De forma que, o valor histórico é testemunha de uma época, estágio da evolução humana pertencente ao passado, com representação inerente, apesar de Riegl conceber que, mesmo na Antiguidade, os monumentos não possuíam valor eterno.

A respeito do valor da arte, apesar do autor salientar não haver um valor artístico absoluto, mas apenas um valor relativo, ele pode ser entendido, como aquele presente em toda obra que possua uma integridade em suas propriedades de concepção e que corresponda ao “querer da arte”, vigente à época de sua composição.<sup>298</sup>

Consequentemente, a definição do conceito de “valor da arte” deve variar de acordo com a visão adotada. [...] Segundo o conceito moderno, o valor da arte de um monumento é medido pelo modo como ele atende às exigências do querer moderno da arte, exigências essas que não foram formuladas claramente e que, a rigor, nunca o serão, pois mudam constantemente de sujeito para sujeito e de momento para momento.<sup>299</sup>

---

<sup>295</sup> Em sua obra, Alois Riegl estabelece uma “relação de valores de memória”, incluindo o Valor de Antiguidade, o Valor Histórico e o Valor Volúvel de Memória ou de Comemoração, assim como relaciona os Valores de Atualidade, incluindo o Valor Utilitário ou de Uso e o Valor de Arte, agregando nesse último, o Valor de Novidade e o Valor de Arte Relativo. Cf. RIEGL, 2014, *op. cit.*

<sup>296</sup> FABRIS, Annasteresa. Os valores dos monumentos. In: RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem.** Tradução: Werner Rothschild Davidsohn. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 11.

<sup>297</sup> RIEGL, 2014, *op. cit.*, p. 32.

<sup>298</sup> *Ibid.*, p. 24.

<sup>299</sup> *Ibid.*, p. 35.

Ambas as definições correspondem às indicações relacionadas à Fortaleza do Buraco no momento de seu tombamento, como elemento histórico único, com a possibilidade de se tornar um bem memorável ao longo das gerações e acrescentando um valor artístico subjetivo na busca por sua preservação.

Incluo a essas concepções o entendimento do autor sobre o valor de antiguidade, também associável à edificação, por se tratar do “interesse ancorado nos valores da memória do indivíduo, evocados por uma percepção física, que se exterioriza por uma sensação compartilhada por todos os homens”.<sup>300</sup>

Além, de ser um vetor que “tem a pretensão de influenciar grandes massas”,<sup>301</sup> e não representa outra coisa senão: “o produto amadurecido do culto do valor histórico”.<sup>302</sup> Na medida em que a fortaleza passou a evocar elementos de atribuições de valor e de representação no decorrer da Batalha do Forte do Buraco.

A interação entre os requisitos de valor e o patrimonialização pode ser observada no entendimento de Dominique Poulot,<sup>303</sup> que concebe a institucionalização do legado histórico em decorrência de fatores sociais, culturais e políticos, ao considerar que “a história do patrimônio é amplamente a maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio”. Desta maneira, o acervo histórico não é apenas o entendimento do passado, mas sua finalidade consiste “em certificar a identidade e em afirmar valores”.<sup>304</sup>

Ao passo que, o processo de patrimonialização se constitui a partir da negociação entre os valores da nação e os valores culturais que, de forma gradual, se estabilizaram no tempo e no espaço.

E, na mesma medida, essas ações patrimonializadoras se sustentam por legitimidades e apagamentos, pois “quando determinados tipos de objetos ou de edifícios se tornam patrimoniais, por oposição a um grande número de outros que são negligenciados ou destruídos”.<sup>305</sup>

---

<sup>300</sup> RIEGL, 2014, *op. cit.*, p. 24.

<sup>301</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>302</sup> *Ibid.*, p. 57.

<sup>303</sup> Dominique Poulot traçou a evolução do conceito de patrimônio cultural na Europa dos séculos XVIII ao XXI, desde os monumentos até os valores culturais e sociais, e discorreu sobre como o patrimônio foi usado para construir identidades nacionais, como passou a representar memória e saber, e sua importância crescente no mundo moderno.

<sup>304</sup> POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 12.

<sup>305</sup> *Ibid.*, p. 15.

Essas considerações se assemelham ao processo de patrimonialização nacional, desde os tombamentos iniciais em 1938, quando uma elite intelectual, por meio do SPHAN, elegeu como memoráveis elementos da arquitetura colonial portuguesa, em detrimento de outros. Isso também se relaciona ao contexto do Forte do Buraco, que, a partir das narrativas do desvalor, foi fadado à destruição e, conseqüentemente, ao esquecimento.

Neste panorama, “a perspectiva de valorização patrimonial passou por diferentes períodos históricos e atuou de forma diversa em sociedades distintas”,<sup>306</sup> onde a influência do valor na preservação dos monumentos é caracterizada pela modernidade.

Em um outro prisma, as aplicações dadas ao legado histórico-cultural e as valorações sociais e culturais são construídas e, portanto, não são intrínsecas aos bens, mas atribuídas.

A criação do SPHAN e, por conseguinte, o estabelecimento da normativa do tombamento foram preponderantes nas reflexões sobre as práticas nacionais de reconhecimento. Ao estabelecer critérios qualificadores do bem histórico como digno de receber o título de patrimônio cultural da nação, entre: valor excepcional, valor nacional e valor de exemplaridade.

Entendendo que “a atribuição de valor diz respeito a uma determinada história, identidade e memória que se quer construir. E esta escolha sempre envolverá disputas e conflitos de posições e interesses diferenciados”.<sup>307</sup>

Isso posto, observo que a construção desses atributos resulta de mecanismos de institucionalização que regulam a interação entre as políticas de memória.<sup>308</sup> Essa dinâmica se dá por meio de modos de legitimação do patrimônio, e dos valores atribuídos aos vestígios do passado. Assim, é possível formar um consenso político sobre o valor patrimonial, envolvendo os diversos atores que participam dessa prática. De forma que,

O processo de valorização do passado coloca o objeto patrimonial em um papel legitimado pela crença de um compartilhamento. Assim, o passado assume um valor e

---

<sup>306</sup> LOPIS, Erivania Azevedo. Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa. **Revista Mosaico**, Vassouras-RJ, n. 12, v. 8, pp. 9-23, 2017, p. 13.

<sup>307</sup> SENA, Tatiana da Costa. A atribuição de valor nas práticas de preservação do patrimônio. In: IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008, Salvador-BA. **Anais [...]** Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 28-30 mai. 2008, p. 4.

<sup>308</sup> FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado. **Historiæ**, [s. l.], v. 3, n. 3, pp. 9-26, 2013.

um significado, sendo compreendido como um bem comum do grupo ao qual está vinculado.<sup>309</sup>

Deste modo, a ação de valorização do passado pode ser utilizada nas práticas patrimoniais como um recurso duradouro e compartilhado nas memórias evocadas, tanto nos processos de legitimação,<sup>310</sup> quanto nos discursos de apagamento.<sup>311</sup> Infere-se que o passado adquire uma qualificação significativa no presente, tornando-se um recurso essencial para um determinado grupo social com o qual está vinculado.

Direcionando a discussão ao caso do Buraco, verifico que, com a demolição da edificação, a Marinha entrou no campo da autoridade, desconsiderando a hierarquia e os processos mantenedores do DPHAN, o que provocou a reação da opinião pública, comandada pelos intelectuais locais, e iniciou a Batalha do Forte do Buraco, entre as narrativas validadoras e deslegitimadoras.

Ao ser invocado o Decreto-Lei de 1941, a base militar naval passou a ser mais importante, ainda que o forte já tivesse sido considerado patrimônio histórico. E, ao ser demolida, a edificação passou a ser considerada descartável.

À vista disso, o valor inerente – essência patrimonial e da identidade nacional – se extinguiu no momento seguinte da trajetória do forte: o cancelamento de seu tombamento. O que torna o termo “destombamento” sinônimo da destruição e do descarte da edificação.

#### 4.4 A BATALHA E O (DES)TOMBAMENTO DO FORTE DO BURACO: OS INTELECTUAIS, A MARINHA E O DPHAN

Ao final de 1954, o embate sobre o Forte do Buraco parecia adormecido, e as ruínas mantinham-se no estado do período em que a demolição foi suspensa, visão atestada no retrato das *Ruínas da Fortaleza do Buraco após o (des)tombamento*, de 1955.

---

<sup>309</sup> DURSO, Fábio Cabral. Abordagens sobre memória social à luz do patrimônio cultural. *In: Dossiê História e patrimônio na América Latina: diálogos críticos. Revista de Ciências Humanas*, v. 1, n. 23, pp. 198-222, jan./jun. 2023, p. 216.

<sup>310</sup> SOUSA, Luciana Christina Cruz. Você tem fome de quê? Uma reflexão sobre patrimônio, legitimidade e novas perspectivas analíticas. *Revista Mosaico*, Vassouras-RJ, n. 12, v. 8, pp. 44-60, 2017.

<sup>311</sup> D’OLIVEIRA, Mariana Rezende. **O patrimônio em uma lógica do apagamento**: uma análise sobre os processos de significação intrínsecos nas apropriações de patrimônios arquitetônicos presentes na lógica do apagamento paulistano. 2022. 396 f. Tese (Doutoramento em Arquitetura) – Universidade do Porto, Porto, 2022.

**Retrato 39** – Ruínas da Fortaleza do Buraco após o (des)tombamento, 1955.



**Fonte:** IMS, 2024. Autoria: Marcel Gautherot.

**Legenda:** O retrato ilustra, ao centro, o aspecto do Forte do Buraco no momento pós-derrubada e (des)tombamento. Em primeiro plano, a ponte do Limoeiro, linha férrea que ligava o Recife à cidade homônima da ponte, com partida da Estação do Brum. A atual ponte, em concreto, foi inaugurada em 1966, tornando-se uma via alternativa ao istmo entre as cidades de Recife e Olinda.

Até que, por meio de uma articulação entre o MMA e o Gabinete Militar (GM), foi elaborado um novo pedido de cancelamento da edificação, em benefício da segurança nacional. Sublinham-se os motivos pelos quais foi acionada a despatrimonialização:

Encontram-se as ruínas do Forte do Buraco, o qual devido a contigüidade com o mar e ao completo abandono a que foi relegado, está sendo destruído, progressivamente, pelas águas e pelo tempo. [...] a despeito disso, essas ruínas acham-se tombadas pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [...] e, além disso, sendo necessário iniciar-se, sem mais tardança, a construção do grande dique projetado e que se situará justamente no lugar onde se encontram aquelas ruínas, torna-se indispensável ultimar a demolição do que ainda resta da antiga fortificação.<sup>312</sup>

Essas motivações foram reincidentes no período da demolição. De atualidade, apenas a evolução progressiva das obras da base naval, e o claro acordo entre representantes do MMA e do Exército Brasileiro (EB) que excluíram da pauta o Ministério da Educação (ME).

Ao acatar o parecer do GM, o presidente da República João Café Filho determinou o cancelamento do tombamento da Fortaleza do Buraco em 1955, indicando sua demolição como

---

<sup>312</sup> Exposição de Motivos encaminhada pelo ministro da Marinha, vice-almirante Edmundo Jordão Amorim do Valle, ao presidente da República, João Café Filho, em 28 de dezembro de 1954. Cf. IPHAN, 20 jan. 2000, *op. cit.*, fl. 141.

providência indispensável à realização de obras navais de interesse da defesa nacional na região Nordeste.

O prenúncio da construção do dique da Marinha, em 1950, também já anunciava a derrubada do forte.<sup>313</sup> Contudo, o adiantar das obras se prorrogou até o final da década seguinte.<sup>314</sup>

A determinação pelo (des)tombamento repercutiu no cenário nacional<sup>315</sup> e reavivou a discussão em defesa da edificação, dando continuidade e também o fim à Batalha do Forte Buraco,<sup>316</sup> por nada mais a ser feito.

A partir disso, a fortaleza passou a figurar no rol das edificações “destombadas”, entre outros equipamentos em que o interesse público prevaleceu sobre suas permanências, como relacionado no quadro dos *Equipamentos destombados no Brasil até o ano de 2024*.

---

<sup>313</sup> SERÁ construída a nova Base Naval no Recife. **Diário da Manhã**, Recife, 11 jun. 1950.

<sup>314</sup> Z. Em câmera lenta. **Diário de Pernambuco**, Recife, 3 set. 1960. Coisas da Cidade; PRESIDENTE assinou convênio para ampliar o Porto do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 ago. 1967. Primeiro Caderno.

<sup>315</sup> CANCELADO o tombamento do Forte do Buraco: em benefício da segurança nacional – as razões do Ministério da Marinha. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1955; FREYRE, Gilberto. Ainda o Forte do Buraco. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 13 fev. 1955.

<sup>316</sup> CONTINUA a discussão em torno da demolição do Forte do Buraco. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 19 fev. 1955.

**Quadro 2** – Equipamentos destombados no Brasil até o ano de 2024.

INFORMAÇÃO DO BEM		LOCALIZAÇÃO		DADOS DO PROCESSO		
Nome	Classificação	UF	Município	Nº	Tombamento	Cancelamento
Imóvel da Companhia Aliança da Bahia <sup>317</sup>	Edificação	BA	Salvador	155	1938	1943
Casa do Coronel, na Roça do Argolo	Edificação	BA	Salvador	260	1941	1965
Casarão da Ladeira da Praça <sup>318</sup>	Edificação	BA	Salvador	132	1938	1957
Igreja de São Vicente	Edificação e Acervo	MG	Itabirito	469	1952	2021
Conjunto Paisagístico e Pico do Itabirito	Conj. Paisagístico	MG	Itabirito	608	1960	1965
Igreja de Tambaú	Ruína	PB	Cabedelo	46	1938	1990
Sobrado Sítio da Cruz	Edificação	PE	Recife	320	1942	1968 <sup>319</sup>
<b>Forte do Buraco</b>	<b>Edificação</b>	<b>PE</b>	<b>Olinda</b>	<b>101</b>	<b>1938</b>	<b>1955</b>
Igreja do Bom Jesus dos Martírios	Edificação e Acervo	PE	Recife	836	1971	1972
Aqueduto Carioca (Arcos da Lapa)	Infraestrutura	RJ	Rio de Janeiro	100	1938	1949
Campo de Sant'Anna	Jardim Histórico	RJ	Rio de Janeiro	99	1938	1943
Conjunto Arquit. e Urb. de São João Marcos	Conjunto Urbano	RJ	Rio Claro	183	1938	1940
Igreja Contígua de N. Sra. Mãe dos Homens	Conj. Arquitetônico	RJ	C. Goytacazes	519	1956	1961
Fazenda de Nossa Senhora da Conceição	Edificação	RJ	Paraty	783	1966	2021
Igreja de São Pedro dos Clérigos	Edificação e Acervo	RJ	Rio de Janeiro	17	1938	1943
Igreja do Bom Jesus do Calvário	Edificação e Acervo	RJ	Rio de Janeiro	37	1938	1943
Palacete Durchisch	Edificação	RJ	Rio de Janeiro	152	1938	1957
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Edificação e Acervo	RS	Porto Alegre	178	1939	1941
Igreja de São Gonçalo	Edificação e Acervo	SP	São Paulo	180	1938	1952

**Fonte:** Adaptado da Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento – IPHAN, 2019.<sup>320</sup>

No quadro, além dos bens cariocas do Campo de Sant'Anna, e das Igrejas de São Pedro dos Clérigos e do Bom Jesus do Calvário, já mencionados anteriormente, destaco o representativo caso do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João Marcos [1906-1908] – Cf. *Retrato 40*. Em razão de tal conjunto urbano ter sido o primeiro bem histórico a ter seu tombamento cancelado, antes mesmo da efetivação do Decreto-Lei de 1941.

Ocorreu que, no início do século XX, a crescente demanda pelo fornecimento elétrico na Capital Federal levou a companhia elétrica local à requalificação da represa da região, o que

<sup>317</sup> RADUN, 2016, *op. cit.*, p. 214.

<sup>318</sup> SILVA, Ana Luíza Teixeira. **Habitação para o Centro Histórico de Salvador, vivo e plural**: o Casarão Nº 18 da Ladeira da Praça. 2018. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

<sup>319</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ofício Nº 165**. Recife, 23 mai. 1968. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 320-T-42 – Casa à Avenida Rosa e Silva, 36, v. I, 2017, fl. 8.

<sup>320</sup> IPHAN, jun. 2019, *op. cit.*

resultou na submersão de vários municípios em arredores, tal qual o ocorrido em Petrolândia-PE,<sup>321</sup> e nas narrativas de Javé.<sup>322</sup>

Embora tenham ocorrido inúmeras tentativas para a preservação do município de Rio Claro-RJ, incluindo o Conjunto Arquitetônico de São Marcos, foi inevitável o seu (des)tombamento, em razão da “necessidade da ampliação das instalações da companhia elétrica”,<sup>323</sup> sob a alegação de uma conciliação entre a preservação histórica com “os demais interesses de ordem pública”. Em contrapartida, o documento determinou a reconstrução da Igreja Matriz de São Marcos, em outro local designado pelo SPHAN, o que, no entanto, não foi realizada.<sup>324</sup>

Outro caso relevante contido no quadro diz respeito à Igreja de Nossa Senhora do Rosário (1688) – Cf. *Retrato 41*, em Porto Alegre-RS, no qual o arcebispo metropolitano da cidade, em 1940, solicitou, alegando ter recebido de Vargas, a autorização para reformar ou reconstruir a Igreja Matriz.<sup>325</sup>

Entre trocas de correspondências entre o SPHAN, a Presidência da República e o líder religioso, que não abriu mão do pedido de (des)tombamento do templo, por alegar que seu péssimo estado de conservação destoava do atual progresso da capital gaúcha, pleiteou, assim, pela concessão da retirada de sua proteção legal. Apesar da intervenção de Capanema, que elaborou, como alternativa, a criação de um decreto-lei especial para anular a proteção e concluir com a demanda. Contudo, em resposta, Vargas fez uso do decreto-lei que instituiu o cancelamento do tombamento, recém-criado.

Mesmo não constando na atual *Lista de Bens Tombados* pelo IPHAN, acrescentei ao quadro o Aqueduto Carioca (1750) – Cf. *Retrato 42*, da cidade do Rio de Janeiro, popularmente conhecido como Arcos da Lapa, devido ao seu episódio de perda de tombamento. Essa estrutura

---

<sup>321</sup> Petrolândia é uma cidade localizada no semiárido pernambucano, inundada em 1988, com a instalação da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga. Cf. GOMINHO, Kerollayne Cavalcante; CARNEIRO, Henrique Figueiredo. *Velha Petrolândia: memórias de uma cidade perdida no semiárido pernambucano. Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: UFPR, Edição Especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, v. 55, pp. 262-279, dez. 2020.

<sup>322</sup> Obra fictícia que elenca a busca de um povoado pela patrimonialização do lugar, devido a ameaça de sua relocação para a construção de uma represa. Cf. NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Produção: André Montenegro, Caio Gullane, Fabiano Gullane e Vânia Catani. Brasil/França: Riofilme, 2004. (100 min.).

<sup>323</sup> BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.269, de 3 de junho de 1940. Concede à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, direito de desapropriação de terras no Município do Rio Claro, Estado do Rio de Janeiro, suspendendo, para esse fim, os efeitos do Decreto-Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937. *Diário Oficial da União* – Seção 1 - 5/6/1940, Página 10.631 (Publicação Original).

<sup>324</sup> RADUN, 2016, *op. cit.*

<sup>325</sup> *Ibid.*

também foi idealizada a fim de solucionar o abastecimento hídrico na cidade, e, no final do século XIX, foi requalificada como viaduto destinado a bondes.<sup>326</sup>

Ele teve seu tombamento cancelado em 1949,<sup>327</sup> em virtude da facilitação do trânsito em seu entorno. E após o (des)tombamento, houve a demolição de duas de suas impostas, contudo, teve seu tombamento restaurado em 1990, período no qual ocorreu sua reconstrução.<sup>328</sup>

Nesse caso, além do diferencial em relação ao (re)tombamento, o equipamento não perdeu sua chancela através da normativa de 1941, que, conforme os exemplos já mencionados, abriu margem a diversos outros pedidos de cancelamento de tombamento feitos na época e *a posteriori*,<sup>329</sup> em diferentes pontos do país.

**Retrato 40** – Igreja Matriz de São João Marcos-RJ, [19--].



Fonte: UFF/LABHOI, 2024.

**Retrato 41** – Igreja de Nossa Senhora do Rosário-RS, [s.d.].



Fonte: MJJF, 2023.

<sup>326</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Rio de Janeiro – Arcos da Lapa**. Portal IPatrimônio, 3 abr. 2022.

<sup>327</sup> BRASIL. Decreto Nº 26.670, de 12 de maio de 1949. Cancela, parcialmente, a inscrição do Aqueduto da Carioca nos Livros do Tombo. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 16/5/1949, Página 7.393 (Publicação Original).

<sup>328</sup> RABELO, Marina Nascimento. **Conjuntos urbanos: fundamentos, procedimentos e justificativas para o tombamento e rerratificação**. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

<sup>329</sup> Os pedidos de cancelamento de tombamentos se organizam por distintas motivações. Em sua maioria, os inventários partem de edificações particulares e religiosas, como exemplos dos casos pernambucanos da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Capela da Jaqueira), em Recife, e do Mosteiro de São Bento, em Olinda. Cf. DINIZ, Rozeane Porto. Relações de poder e tensão no tombamento da Jaqueira em Pernambuco-PE. **Revista Mosaico**, v. 12, pp. 337-351, 2019; MARIANO, Samara Rezende. **Tombamento em questão: o caso do Mosteiro de São Bento de Olinda**. 2022. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.

**Retrato 42 – Aqueduto Carioca-RJ, [1896].**



Fonte: IMS, 2024. Autoria: Marc Ferrez.

Em Pernambuco, além do Forte do Buraco, outros dois equipamentos sofreram a perda de sua salvaguarda. O primeiro deles foi o Sítio da Cruz – *Cf. Pintura 3*, no bairro das Graças, em Recife. Tratou-se de um sobrado do século XIX, de propriedade de uma família tradicional local que, nesse contexto, mobilizou diversas instituições políticas e civis em torno de sua manutenção.<sup>330</sup> Sua fundação não é conhecida; porém, estima-se que tenha sido fundado por volta de 1840, quando o casarão foi mencionado por Louis Léger Vauthier durante sua passagem pelo Recife.

O imóvel teve sua proteção revisada em 1968,<sup>331</sup> em vista do recorrente motivo do interesse público, concluindo-se por sua desapropriação, desta vez, em função da implantação do Sistema Brasileiro de Telecomunicações.

A segunda ocorrência, também no Recife e um dos mais emblemáticos casos de destituição de valor do patrimônio, diz respeito à Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios [entre

---

<sup>330</sup> As manifestações em favor do sobrado localizado à avenida Rosa e Silva Nº 36, foram encabeçadas pela Prefeitura da Cidade do Recife, através da Secretaria de Educação e Cultura, além do Instituto Arqueológico de Pernambuco, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, Comissão Pernambucana do Folclore, Instituto de Arquitetos do Brasil (Seção Pernambuco) – IAB-PE, Associação de Imprensa de Pernambuco e Sociedade de Arte Moderna. *Cf. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Documento [s. n.]. [s. l.]. Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. In: Processo de Tombamento Nº 320-T-42 – Casa à avenida Rosa e Silva, 36, v. I, pt. II, 2017, fl. 76.*

<sup>331</sup> BRASIL. Decreto Nº 62.711, de 16 de maio de 1968. Cancela, por motivo de interesse público, tombamento efetuado pela Diretoria, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de imóvel que especifica, e dá outras providências. *Diário Oficial da União – Seção 1 - 17/5/1968, Página 3.979 (Publicação Original).*

1791 e 1796] – *Cf. Retrato 43*, no bairro de São José, pois foi “a única igreja do Brasil totalmente edificada por escravos”.<sup>332</sup>

Em continuidade aos planos de modernização da cidade, “se desencadeou a maior e mais vasta ação demolidora de intervenção sofrida pela cidade no seu conjunto de prédios remanescentes da época colonial em um curto espaço de tempo”<sup>333</sup> – *Cf. Retrato 44*.

Modernidade configurada pela abertura da avenida Dantas Barreto (1971-1973), como forma de amenizar o caótico tráfego de veículos no centro da cidade, e possibilitar uma ligação fluente aos bairros da Zona Sul. Assim como nos exemplos fluminenses, o templo obstava as obras da Dantas Barreto e os planos do prefeito Augusto da Silva Lucena (1971-1975), de firmar a capital pernambucana como metrópole regional e inseri-la na dinâmica do progresso econômico nacional.

Entre protestos e anteprojetos arquitetônicos alternativos,<sup>334</sup> como forma de conservar o santuário, iniciou-se a Batalha dos Martírios, cujos moldes se assemelham aos embates da Batalha do Forte do Buraco, por também ter sido uma disputa acalorada travada nos jornais “entre personalidades e autoridades da cidade reunidos em distintos grupos com interesses opostos”,<sup>335</sup> através de insultos e acusações mútuas de corrupção, conspirações municipais, envolvendo ainda a Arquidiocese de Olinda e Recife ao se colocar do lado do prefeito recifense.<sup>336</sup>

---

<sup>332</sup> NASCIMENTO, Luís Manoel Domingues do. Intervenções urbanas na cidade do Recife: uma igreja no meio do caminho de uma avenida. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 7, n. 13, pp. 138-160, jul. 2015, p. 143.

<sup>333</sup> NASCIMENTO, 2015, *op. cit.*, p. 140.

<sup>334</sup> AMORIM, Luiz Manuel do Eirado *et al.* **Delfim Amorim arquiteto**. 2 ed. Recife: Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Pernambuco, 1991.

<sup>335</sup> No grupo pela manutenção dos Martírios estavam jornalistas e escritores: Ariano Suassuna, Leonardo Dantas Silva, Paulo Malta, Orlando Parahym, Nilo Pereira, Marcos Vinícius Vilaça (presidente da Academia Pernambucana de Letras e secretário do Estado), os arquitetos Lúcio Costa e José Luiz da Mota Menezes, e Ayrton de Almeida Carvalho (diretor do IPHAN). No grupo em apoio à demolição da Igreja, além do prefeito Augusto Lucena, estavam os historiadores Alfredo Carlos Schmalz e Flávio Guerra, o jornalista José de Alencar (Alex), mais da metade da bancada de vereadores da Câmara Municipal do Recife, assim como a grande maioria da bancada de deputados estaduais, alguns deputados federais, entidades de classe patronal e empresarial, os membros do Conselho Municipal de Cultura, algumas organizações e associações da sociedade civil, congregações e irmandades religiosas. *Cf.* JESUS, Jesus A. B. **Memória e patrimônio: o cotidiano do recife no período da demolição da Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios**. 2018. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Cultura do Brasil) – Estácio de Sá, Recife, 2018, p. 21.

<sup>336</sup> NASCIMENTO, 2015, *op. cit.*; LORETTO, Rosane Piccolo. **Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, CAC, Desenvolvimento Urbano, 2008, pp. 179-181;

Nesse ínterim, o IPHAN agilizou o tombamento da edificação,<sup>337</sup> na tentativa de resguardar sua estrutura e história vinculada ao povo negro. E, em resposta, Lucena em estratégia semelhante ao caso do Buraco, e no contexto da Ditadura Civil-Militar, usou de sua influência para se dirigir ao presidente, o general Emílio Garrastazu Médici, a fim de retirar o entrave à construção da avenida – os Martírios. O que de fato ocorreu, com o cancelamento de seu tombamento e sua demolição, em 1973.<sup>338</sup>

Outro fato relevante ao caso dos Martírios, gira em torno da participação de Gilberto Freyre,<sup>339</sup> “considerado um dos tutores da cultura oficial no Recife”,<sup>340</sup> que, no início dos confrontos, havia se colocado contra a destruição maciça do bairro de São José para, em seguida, apoiar a demolição do templo, a pretexto do risco iminente de desabamentos.

No final do episódio, Freyre se colocou ao lado do governador do Estado de Pernambuco, Eraldo Gueiros (1971-1975), “honrado com a função de ligar a chave geral de iluminação da três pistas”<sup>341</sup> que inauguraram a Dantas Barreto, no mesmo ano da demolição da igreja.

Esse evento, assim como no episódio do Buraco, atesta o uso da influência política. No caso de Lucena, ao desconsiderar as competências institucionais de salvaguarda do IPHAN, tratou diretamente com uma instância superior, e atenuado pelo período da ditadura militar, que “foi soberano ao poder de instituições especializadas ao responder por tal decisão”.<sup>342</sup>

---

<sup>337</sup> O tombamento da Igreja dos Martírios pelo IPHAN, sob presidência de Renato de Azevedo Duarte Soeiro (1967-1979), foi realizado por meio da Notificação Nº 1.051-A, de 23 de junho de 1971. Cf. LORETO, 2008, *op. cit.*

<sup>338</sup> BRASIL. Decreto Nº 70.389, de 11 de abril de 1972. Autoriza o cancelamento da inscrição de tombamento da Igreja dos Martírios, situada em Recife, Estado de Pernambuco, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 12/4/1972, Página 3.209 (Publicação Original).

<sup>339</sup> Em meio às articulações políticas, o prefeito Augusto Lucena, recorreu ao apoio de um intelectual local de projeção nacional e internacional como argumento de autoridade para se confrontar no debate com seus opositores e legitimar a sua posição e decisão, sendo ele Gilberto Freyre, à época, membro do Conselho Federal de Cultura, que, através da Câmara do Patrimônio Histórico Nacional podia manter ou sustar tombamentos de prédios. Cf. NASCIMENTO, 2015, *op. cit.*

<sup>340</sup> NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. **Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969-1975):** sobre as mediações históricas e literárias entre a história recente do Recife e o romance A rainha dos cárceres da Grécia, de Osman Lins. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

<sup>341</sup> *Ibid.*, p. 154.

<sup>342</sup> LORETO, 2008, *op. cit.*, p. 230.

**Pintura 3** – Sobrado Sítio da Cruz, 1852.



Fonte: IMS, 2024. Autoria: Emil Bauch.

**Retrato 43** – Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios, 1973.



Fonte: MALTA, 2012, p. 52.  
Autoria: Alcir Lacerda.

**Retrato 44** – Obras da avenida Dantas Barreto, 1973.



Fonte: MALTA, 2012, p. 54. Autoria: Alcir Lacerda.  
Legenda: Ao centro, a Igreja dos Martírios.

A partir dos relatos, percebo o dispositivo do cancelamento do tomo histórico, como preponderante no percurso das ações patrimonializadoras no país, estando intimamente ligado aos quesitos das relações de poder. Por meio do seu argumento central do atendimento aos interesses públicos, facilitou o apagamento de diversos bens históricos, em justificativas dos abastecimentos hídricos, elétricos ou das telecomunicações, pelo tráfego nos grandes centros, pelos aspectos estéticos, e no contexto do Forte do Buraco, tanto por elementos modernistas, quanto pela implantação da base naval.

O referido Decreto-Lei de 1941 facilitou e banalizou novos encaminhamentos de cancelamentos, destituindo a premissa do Decreto-Lei de 1937, que constituiu como patrimônio histórico os bens, também de interesse público, considerando seus valores e vinculação aos fatos memoráveis da história nacional.<sup>343</sup>

Desde então, uma linha tênue se interpôs entre bens patrimonializados e as políticas públicas para distintos fins. À vista do exemplo do Estádio Jornalista Mário Filho (1950), popularmente conhecido como Maracanã – Cf. *Retrato 45*, que foi tombado pelo IPHAN, no ano de 2000, contudo, o equipamento sofreu modificações em sua estrutura, sob o pretexto dos Jogos Pan-Americanos de 2007.<sup>344</sup>

**Retrato 45** – Construção do Estádio Jornalista Mário Filho-RJ, 1950.



Fonte: MUSAL, 2024.

E, em virtude dos atrativos para a iniciativa privada, o Governo do Estado do Rio de Janeiro incorporou as exigências da Federação Internacional de Futebol (FIFA), diante da realização da Copa do Mundo de Futebol no estado em 2014, o que resultou na descaracterização irreversível da edificação devido à demolição do bem tombado.<sup>345</sup>

Dessa forma, entendo que, além dos princípios relativos às atribuições de valor, contidos nessas discussões, outro fator deve ser considerado ao entendimento da patrimonialização: as

<sup>343</sup> BRASIL, 1937, *op. cit.*

<sup>344</sup> GIRÃO, Cláudia. Maracanã: destruir ou preservar. *Projetos*, São Paulo, ano 12, n. 133.08, Vitruvius, fev. 2012.

<sup>345</sup> Em virtude das obras para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, “o estádio foi praticamente colocado a baixo, mantendo somente a fachada, levando a demolições polêmicas, como a marquise icônica e a histórica arquibancada”. Cf. MELO, Natália Rodrigues de. **O grande palco futebolístico: ambiência e memória no Estádio do Maracanã pós-reforma para a Copa de 2014**. 2018. 238 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018, p. 57.

representações sociais, que, assim como a valoração sofre as influências tanto das narrativas afirmadoras sobre o patrimônio, quanto das deslegitimadoras.

#### 4.5 A FORTIFICAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO SOCIAL: SIGNOS, NARRATIVAS E SENTIMENTALIDADES

*O Forte do Buraco ainda se ergue, como um invalido, a meia distância de Olinda e Recife, numa orla de praia, tal qual o levantaram os batavos e o reformaram os lusos. Abandonado... Visitá-lo é toda uma evocação, é todo um sonho pelo passado. A alma se compraz em ressuscitar gentes e em ressurgir quadros, querendo adivinhar emoções, sintil-as, interpretar-as, viver-as como nos nossos avoengos a viveram.*<sup>346</sup>

Os relatos do jornalista Mário Sette, trazem as percepções acerca da Fortificação do Buraco, antes mesmo do seu tombamento inicial, e evocam tanto um passado histórico, quanto aos signos saudosistas que bens históricos podem expressar. Ambas as ideias se associam ao entendimento de representação, ao qual se interliga diretamente às ações patrimonializadoras.

Desta maneira, incluí a este enredo o conteúdo das representações sociais, que também se evidenciam no processo de patrimonialização, podendo ser resposta às sugestões elaboradas nas narrativas patrimonializadoras, ou eclodir espontaneamente pelas associações e relações de pertencimento que um grupo estabelece sobre um bem.

Dito isto, considero que o estudo das representações é parte fundamental para esta apuração, na medida em que podem designar, ao mesmo tempo, um produto e um processo.<sup>347</sup>

Sob esse contexto, Stuart Hall concebe que os sistemas de representação se configuram nos próprios significados pelos quais nós representamos o mundo para nós mesmos, e os outros.<sup>348</sup> O conhecimento ideológico resulta de práticas envolvidas na produção desse significado. E dessa maneira, dizem respeito “a vida da experiência, dentro da cultura, do significado e da representação”.<sup>349</sup>

---

<sup>346</sup> SETTE, Mário. O velho Forte do Buraco. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, anno XXXI, n. 37, pp. 1-47, 30 ago. 1930, p. 32.

<sup>347</sup> VALSINER, Jaan. Beyond social representations: a theory of enablement. **Papers on Social Representations**, v. 12, pp. 7.1-7.16, jan./jul. 2003.

<sup>348</sup> HALL, Stuart. Significação, representação, ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas. In: \_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. SOVIK, Liv. (Org.). Tradução: Adelaine La Guarnia Resende *et al.* Brasília: Editora UFMG, 2006c.

<sup>349</sup> *Ibid.*, p. 181.

As identidades nacionais foram elaboradas a partir da representação, como um conjunto de significados. E, a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos: um sistema de representação cultural, uma vez que indivíduos partilham da ideia comum de nação, e se sentem representados nessa estrutura tida como sua cultura nacional.<sup>350</sup> Dessa forma, “as culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações”<sup>351</sup>.

O caso brasileiro, se relaciona aos episódios já mencionados da criação de representações simbólicas, pelo mito da fundação, períodos fomentadores de identidade. Esses elementos geraram identidades que: “representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, e histórias particulares” que deram sentido à nação”.<sup>352</sup>

O que converge com o pensamento de que: “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação”.<sup>353</sup>

Posteriormente, Hall passa a associar a representação à linguagem, em que “representação conecta sentido e linguagem à cultura”,<sup>354</sup> razão pela qual os indivíduos utilizam-se de sistemas de representação “para experimentar, interpretar e dar sentido às condições de sua existência”,<sup>355</sup> e a partir disso, sublinha que:

O conceito de representação veio ocupar um novo e importante lugar no estudo da cultura. A representação conecta sentido e linguagem à cultura. [...] Representação é uma parte essencial do processo pelo qual o sentido é produzido e trocado entre membros de uma cultura. Ele envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que respondem por ou representam coisas.<sup>356</sup>

À vista disso, a cultura, enquanto conjunto de valores e significados compartilhados, se associa à ideia de uma época, seja no sentido erudito, seja no teor das atividades populares. Da

---

<sup>350</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a.

<sup>351</sup> *Ibid.*, p. 50.

<sup>352</sup> HALL, 2006a, *op. cit.*, p. 76.

<sup>353</sup> *Ibid.*, p. 48.

<sup>354</sup> Ao teorizar a representação através das abordagens reflexiva, intencional e construtivista, Hall se apropria do conceito de semiótica de Roland Barthes e Ferdinand de Saussure, no qual a linguagem desempenha a produção de sentidos para os objetos. Cf. HALL, Stuart. O papel da representação. In: \_\_\_\_\_. **Cultura e representação**. ITUASSU, Arthur. (Org.). Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, p. 31.

<sup>355</sup> *Id.*, 2006c, p. 181.

<sup>356</sup> *Id.*, 2016a, p. 31.

mesma forma, atrela o conceito de representação à linguagem e busca o processo de significação cultural, que regula as práticas sociais, e institui os signos.

Desse modo, os objetos eleitos recebem significados – signos –, e a eles são atribuídos discursos: narrativas e práticas sociais. Isso aproxima o entendimento de representação às práticas das relações de poder, tema a ser abordado na sequência, ambos carregados de disputas por tal significação.

O sentido dessa ação pode variar, e o que define o significado de cada mensagem é o cabedal social e cultural dos indivíduos receptores; assim, “o acontecimento deve se tornar uma narrativa, antes que possa se tornar um evento comunicativo”.<sup>357</sup>

Quanto às narrativas, no Brasil, “as lutas de representação que se configuravam no bojo das disputas”.<sup>358</sup> Algo que ocorreu desde as discussões entre a manutenção do patrimônio histórico e as ações progressistas nos grandes centros no início do século XX, e continuou na década de 1920, nos debates entre regionalistas e modernistas.

E, neste estudo de caso, é evidenciado no decorrer da Batalha do Forte do Buraco, através das narrativas de legitimação da permanência da fortificação, e da mesma maneira, presentes nas argumentações opostas, a exemplo da explanação em defesa da construção da base naval no Recife, publicada no *Diário de Pernambuco*, após a derrubada da edificação. Leia-se:

Evidentemente, quando um patrimônio histórico se constitui um obstáculo a realizações também consideradas imprescindíveis, não há como fugir ao dilema: ou se derruba o monumento ou se efetua a nova obra. Ora, assim como o Forte do Buraco representou, em outra época, um instrumento da defesa nacional, nada mais justo que agora ocupe o seu lugar um outro instrumento de defesa das nossas costas, no caso a Base Naval.<sup>359</sup>

Aqui, o sistema de representação se manifestou tanto na menção ao período histórico da construção da fortificação, evocando assim elementos de heroísmo e patriotismo, quanto na narrativa deslegitimadora, ao elencar o projeto naval em mérito e valoração superiores à manutenção do forte.

---

<sup>357</sup> HALL, Stuart. Codificação/decodificação. In: \_\_\_\_\_. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. SOVIK, Liv. (Org.). Tradução: Adelaine La Guarnia Resende *et al.* Brasília: Editora UFMG, 2006b, pp. 388-389.

<sup>358</sup> CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Práticas de tombamento: a invenção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. In: \_\_\_\_\_. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009b, p. 196.

<sup>359</sup> A DEMOLIÇÃO [...], 1955, *op. cit.*

Acerca dos signos, ainda sobre a fortificação, assim como no método iconológico anônimo de Aby Warburg,<sup>360</sup> a fortaleza tornou-se um elemento possível de ser observado por inúmeras perspectivas. A esse respeito, o Forte do Buraco que já foi representativo como edificação e palco das batalhas antigas, também teve seu registro efetivado em diários de viagem que ajudaram a contar sua história.<sup>361</sup> Da mesma maneira, manuscritos revelaram a tentativa de uma linha férrea em seu entorno, que fracassou devido à elevação das águas do Beberibe.

Após sua derrubada, e devido ao arruinamento acelerado pela ruptura do istmo, também serviu de pauta nas discussões contemporâneas. O forte foi dilacerado, e suas partes tornaram-se elementos também geradores de representações. Referências que, de certa forma, imortalizaram o forte, retratado desde as plantas e os mapas neerlandeses.

Ele serviu como paisagem contemplativa em inúmeras pinturas que o representaram, assim como em célebres retratos congeladores do cotidiano, a exemplo do *Cartão Postal do Forte do Buraco*, da década de 1920.

**Retrato 46** – Cartão Postal do Forte do Buraco, [192-].



**Fonte:** FUNDAJ/Villa Digital, 2023. **Autoria:** Photographia Fidanza.

<sup>360</sup> Abraham Moritz Warburg (1866-1929) foi um historiador de arte e teórico cultural alemão. Criou um método ou disciplina própria, que, embora em nome, foi por vezes definido por Warburg como Ciência da Cultura, no qual era possível a análise de objetos nas mais distintas formas e, sobretudo, o uso do conceito fundamental ao pensamento warburguiano, o *Nachleben*, termo que adquiriu o contexto de sobrevivência e vida póstuma. Cf. DIDI-HUBERMANN, Georges. **A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013; ANDRADE, Fábio. **Aby Warburg: vida e morte da arte**. **Revista de Estudos Universitários**, Recife: Ed. Universitária da UFPE, v. 34, n. 1/2, pp. 87-95, 2017.

<sup>361</sup> COSTA, 1983a, *op. cit.*; BEDIAGA, 1999, *op. cit.*; VAUTHIER, 1940, *op. cit.*

Nesse período, a eleição de um determinado local para ser difundido em cartões postais significava uma representação de valor histórico e turístico, através de retratos que apresentavam fatores geográficos, históricos e afetivos.

O forte ainda foi usado como referência de seu próprio período histórico na sétima arte,<sup>362</sup> e seus destroços serviram como parte nas obras do porto do Recife. Suas munições foram convertidas em armas que tiraram vidas na Primeira Guerra, ou foram fixadas ao longo do cais do porto, servindo de amarras aos pescadores até os dias atuais. Suas partes também se transformaram em objetos danados<sup>363</sup> a serem expostos em espaços museais,<sup>364</sup> o que configura, os meios de representação em seus distintos formatos e, dessa maneira, traduzem o objeto em dimensões espaciais e temporais.<sup>365</sup>

Assim, a representação atua como um elo entre conceitos e linguagem, além de referenciar “o mundo real, dos objetos, pessoas ou eventos”,<sup>366</sup> possibilita o acesso “às coisas imaginárias e mundos de fantasias ou ideias abstratas que não são, em nenhum sentido óbvio, parte do nosso mundo material”.<sup>367</sup>

No caso do forte, essa visão foi representada através das lendas elaboradas pelo imaginário coletivo, que levou moradores das adjacências a visitar a edificação na procura de seres mitológicos. Assim como, oitavas de que as ruínas escondiam um tesouro do período neerlandês, o que mobilizou a população para escavações em tal busca.

As tradições orais que também apontaram o local sob uma atmosfera sobrenatural, ao se acreditar na presença de espectros e fantasmas, relatados em testemunhos dos moradores do entorno, foram geradas pelas passagens neerlandesa e dos corsários pelo lugar. Registros que foram consagrados nos textos de Hermilo Borba Filho.<sup>368</sup>

Em outro entendimento, Roger Chartier avalia que a representação pode ser vista como “o relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente”,<sup>369</sup> e, em contraponto aos

---

<sup>362</sup> O CANTO [...], 1953, *op. cit.*

<sup>363</sup> Em referência à obra de Francisco Régis Lopes Ramos e sua definição de “objeto gerador” como mote para fomentar reflexão e conferir vitalidade e inquietude em espaços museais. Cf. RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó: Editora Argos, 2004.

<sup>364</sup> Museu do Estado de Pernambuco (MEPE), Museu da Cidade do Recife – Forte das Cinco Pontas (MCR), Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e Museu do Porto do Recife (MPR).

<sup>365</sup> HALL, 2006a, *op. cit.*

<sup>366</sup> *Id.*, 2016, p. 34.

<sup>367</sup> *Ibid.*, p. 53.

<sup>368</sup> BORBA FILHO, 1945, *op. cit.*

<sup>369</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A/DIFEL, 1990, p. 21.

entendimentos já descritos, ela – a representação – ao lidar com ciências imaginárias pode ser confundida com a ação da imaginação.

As representações do mundo social são construídas na busca da universalidade, em um diagnóstico fundado na razão, e elaboradas pelos interesses dos grupos que as forjam. À medida que “dessas competências e usos culturais, políticos e administrativos, fornecem uma representação, por vezes explícitas, na maioria dos casos implícita”.<sup>370</sup>

O que corrobora o histórico das políticas públicas e meios de preservação no país, elaboradas em gabinetes, e articulada por elites político-sociais, com tendências às acepções antigas. Havendo dessa forma, uma articulação entre esses sujeitos no sentido da disseminação de suas narrativas, conclusão posteriormente grifada, nas palavras de Chartier:

A problemática do – mundo como representação –, moldado através das series de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real.<sup>371</sup>

O que reforça a premeditação das narrações, e a interligação que a patrimonialização possui com conceitos como representação, valoração e as relações de poder, além do próprio entendimento do patrimônio.

Nesse contexto, destaco o conceito de representação social apontado por Sandra Jatahy Pesavento, ao observar as representações como “matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real”.<sup>372</sup>

Desta forma, a noção do simbólico e do sentido vem à tona, à medida que a cultura pode ser interpretada como sendo um grupo distinto de definições, concluindo-se que “a cultura é entendida como o conjunto desses significados, como uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica”.<sup>373</sup>

Fazendo com que, a percepção de práticas culturais tenha no conceito de representação uma centralidade, à medida que determina valores simbólicos que regem a atividade e o processo de significação de distintos campos sociais.<sup>374</sup>

---

<sup>370</sup> CHARTIER, 1990, *op. cit.*, p. 223.

<sup>371</sup> *Ibid.*, p. 23-24.

<sup>372</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 39.

<sup>373</sup> *Ibid.*, p. 15.

<sup>374</sup> SANTI, Heloise Chierentin; SANTI, Vilso Junior Chierentin. Stuart Hall e o trabalho das representações. **Revista Anagrama**, USP, São Paulo, n. 2, v. 1, pp. 1-12, 2008.

A partir disso, retomo brevemente o tema da valoração, pela certeza da patrimonialização como um universo que congrega e articula com distintos conceitos. Ao passo que os valores afetivos, normalmente relacionados ao valor histórico, podem se interligar com as representações. Observando que

[...] são afetivos, pois constam de vinculações subjetivas que se estabelecem com certos bens, como ocorre certamente [...]. Se se tratar de carga simbólica e de vínculos subjetivos, como o sentimento de pertença ou identidade, o domínio é dos valores afetivos.<sup>375</sup>

Diante disso, acrescento aos fatores aqui descritos e incluídos nas representações, as narrativas das sentimentalidades, invisíveis em manuscritos, jornais e decretos, porém, presentes nas vivências, nas micro-histórias,<sup>376</sup> que incluem os que fizeram do forte moradia, que dele foram vizinhança,<sup>377</sup> guerrearam (a exemplo dos levantes da Abrilada e da Setembrada), trabalharam,<sup>378</sup> transitaram, ou seja, tiveram o forte em seu cotidiano,<sup>379</sup> e, assim, desenvolveram algum envolvimento com ele.

Por conseguinte, é detectável que as contextualizações desses processos de representação contribuem para produção dos significados relativos ao campo da patrimonialização, algo que é produzido, e a partir disso, reproduzido no meio social.

---

<sup>375</sup> MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. *Anais* [...] v. I. Brasília: IPHAN, v. 2, t. 1. Ouro Preto, 13-16 dez. 2009, p. 36.

<sup>376</sup> Movimento historiográfico que surgiu na Itália entre as décadas de 1970 e 1980 e teve como foco o estudo da vida de indivíduos, quer sejam anônimos ou não, para compreender o contexto em que estão inseridos, considerando fontes e narrativas alternativas, incluindo aspectos do cotidiano, subjetividades, representações e linguagens. Cf. GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1991; GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>377</sup> ATIROU pedras na vizinhança. **Diário da Manhã**, Recife, 5 jul. 1934.

<sup>378</sup> ESTELITA, 1929., *op. cit.*

<sup>379</sup> FARIA, Newton. Nem sempre o cotidiano é vulgar: transeunte apressado perdeu a sensibilidade visual, e já não sente a paisagem – os <<saduceus>> e o gesto gratuito. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 jun. 1952. Ronda do Recife.

## 5 QUARTA PARTE – OU O SILÊNCIO: AS TRATATIVAS PARA O NOVO TOMBAMENTO DO FORTE

### 5.1 O HIATO APÓS A BATALHA DO FORTE DO BURACO: A DISPUTA SOBRE A LOCALIZAÇÃO DAS RUÍNAS, E O PARADEIRO DOS CANHÕES REMANESCENTES DA FORTALEZA

*“Muitos esquecimentos se devem ao impedimento de ter acesso aos tesouros enterrados da memória”.*<sup>380</sup>

A memória e o esquecimento são elementos indissociáveis, à medida que a memória é uma prática social que envolve lutas pelo controle das representações sobre o passado, e que a produção de lembranças e esquecimentos é uma parte integrante desta operação.<sup>381</sup>

Em se tratando do histórico do forte, tais dinâmicas se tornaram aparentes, e o esquecimento se mostrou preponderante no momento pós-demolição pela Marinha.

Após o (des)tombamento, o local permaneceu ignorado e sem destruições perceptíveis, exceto por erosões do tempo e das águas. Quanto às informações contidas nos processos relativos ao Forte do Buraco, diminuíram significativamente até a década posterior.

Os debates que passaram a acontecer nos periódicos trataram do gerenciamento e do apoio à implantação da Base Naval no Nordeste. Sobre o forte, houve destaque para sua inevitável derrubada, diante do avanço do mar ao litoral pernambucano.

[...] as obras da Base Naval prosseguirão. É possível que tenha havido uns pequenos cortes de verbas; mas o principal é que a obra não fique paralisada. O almirante Macedo Soares, seguindo a trilha do almirante Cox, tem o maior interesse em prosseguir os serviços, que interessam tanto à Marinha, quanto ao Porto do Recife, encarada como entidade comercial. As críticas, que a princípio surgiram, contra a Base eram inteiramente improcedentes. Não tinham base. Uns a criticavam-na, por haver sacrificado os paredões em ruínas do Forte do Buraco; outros, porque a Base atrairia o inimigo para o Recife. Os primeiros, em vez de estarem tão emprenhados em defender ruínas, que o mar logo mais destruiria de todo, como destruiu quase todo o litoral olindense.<sup>382</sup>

Esse discurso fugiu das sempre emblemáticas palavras das instituições tradicionais, que aclamam o valor das convenções, dos feitos heroicos e do patrimônio nacional. Elegeram o

<sup>380</sup> RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 455.

<sup>381</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 79, pp. 95-111, 2007.

<sup>382</sup> A BASE naval. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 abr. 1956.



Na lápide há inscrições talhadas em latim, atualmente, parcialmente desgastadas, mas tendo seu texto transcrito no *Diário de D. Pedro II*, em 1859, assim como por Alfredo do Valle Cabral, em 1887, em suas incursões epigráficas em Pernambuco. Leia-se:

DIVO  
ANTONIO. NUNCUPATUM.  
SCAEPTRA. TENENTE. PETRO. LUSORUM. ET. CORDA. SECUNDO  
CUI MERITIS. PRIMO. NEMO. SECUNDUS. ERIT.  
CUICUNQUE. AUT. PORTUM; PORTAM. VE. RECLUDERE TENTES.  
IN. CAPUT. IPSE. TUUM. BELLA. CRUENTA. MOVES  
ANNO E PARTU VIRGINIS  
1705.<sup>385</sup>

E, em uma tradução livre, entendo o texto como:

DIVINO  
ASSIM CHAMADO ANTÔNIO  
PORTADOR DO CETRO, TEMIDO PELOS GUERREIROS E SEUS CORAÇÕES  
CUJOS MÉRITOS SÃO INCOMPARÁVEIS EM QUALQUER PORTO.  
ABRA VOCÊ MESMO O PORTÃO,  
E SOBRE SUA CABEÇA SE TRAVARÃO GUERRAS SANGRENTAS  
ANO DO NASCIMENTO DA VIRGEM  
1705.<sup>386</sup>

O que faz referência ao santo padroeiro do forte, Santo Antônio, o qual era reverenciado na capela, em suas instalações internas. Isso traz o tom de ameaça aos visitantes que, ao tentarem cruzar os portais de entrada do forte, estariam sujeitos às guerras sangrentas. O texto finaliza com a datação, em 1705, ano da reconstrução da fortaleza em alvenaria pelos lusos.

Como destaque, na década de 1960, enfatizo a posse do novo diretor do DPHAN, Renato de Azevedo Duarte Soeiro (1967-1979). Suas participações ativas em diversas convenções mundiais organizadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), UNESCO e ICOM, tornaram-se relevantes à criação de políticas públicas de preservação nacionais, e levaram-no a substituir Melo Franco (1937-1967) na pasta.<sup>387</sup> Em relação especificamente às demandas de proteção pernambucanas, Soeiro firmou-se como personagem marcante no caso dos Martírios.

---

<sup>385</sup> CABRAL, Alfredo do Valle. **Epigrafia pernambucana [manuscrito]**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1887; BEDIAGA, 1999, *op. cit.*; MENEZES, 2017, *op. cit.*, p. 117.

<sup>386</sup> BEDIAGA, 1999, *op. cit.* (tradução minha)

<sup>387</sup> SAPORETTI, Carolina Martins. Renato Soeiro e as relações internacionais: um novo olhar para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. In: XXX Simpósio Nacional de História, 2019, Recife-PE. **Anais [...]** Recife: ANPUH-Brasil, 15-19 jul., 2019.

O período também foi marcado pela promulgação da *Constituição Federal* de 1967, que, assim como o documento constitucional anterior, de 1946, passou a outorgar ao Estado a responsabilidade pela manutenção dos bens públicos,<sup>388</sup> ao acrescentar a proteção à cultura de forma geral.

Essa circunstância que pouco se diferenciava do período inicial das ações patrimonializadoras no país. O documento ratificou as narrativas sobre o patrimônio elaboradas pelas camadas altas da sociedade, ignorando as discussões sobre o tema com a sociedade civil.

Ainda nos anos 1960, ocorreu o tombamento federal do Sítio Histórico de Olinda,<sup>389</sup> que descreveu os limites do Polígono de Tombamento ou de Proteção – *Cf. Mapa 3*, constituindo assim o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Olinda.

---

<sup>388</sup> BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2012]; BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2012].

<sup>389</sup> DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Notificação Nº 1.004**. Livro do Tombo Histórico. Rio de Janeiro, 21 mar. 1968. *In*: Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, 1968. Arquivo Tombamento/Bens Imóveis/Conj. Arquit. e Urbanístico – Acervo Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Olinda – Polígono de Tombamento, Processo: 674-T-62.

**Mapa 3 – Áreas dos Polígonos de Tombamento e de Preservação de Olinda, 1968.**



Fonte: UNESCO, 2014. Edição: Nuno Alves.

Na década seguinte, o Brasil viveu um momento de crescimento econômico e desenvolvimento da infraestrutura urbana.

A partir disso, através da parceria entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Minciplan) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi elaborado o Programa de Cidades Históricas (PCH),<sup>390</sup> em 1973. Iniciativa que reverberou na formação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, como uma ação inserida no viés desenvolvimentista do governo brasileiro, visando a uma política pública de preservação do acervo cultural com a finalidade de promover o aguardado avanço regional.<sup>391</sup>

Essa ação regional foi fruto de um maior interesse na formação de estratégias governamentais de conservação dos bens culturais, intensificadas durante a década de 1970,

<sup>390</sup> De acordo com Antônio Carlos de Carvalho a criação do Programa de Cidades Históricas decorre das influências da UNESCO e das Cartas Internacionais. Cf. CARVALHO, 2011, *op. cit.*

<sup>391</sup> CORREA, Sandra Rafaela Guimarães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural - 1973/1979.** Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

novamente pela influência das Cartas Patrimoniais, que foram parâmetro para o país nas ações de proteção.

Nesse caso, a *Recomendação de Paris* de 1972,<sup>392</sup> que determinou a criação do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, reverberou no Brasil na criação de leis<sup>393</sup> que, respectivamente, aprovaram e promulgaram a diretriz internacional na íntegra.<sup>394</sup>

Sob este contexto, foi criada a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), em 1973, com o intermédio do Banco de Desenvolvimento de Pernambuco (BANDEPE).<sup>395</sup> Considero como relevante tal informação, não apenas por ser o órgão responsável pela conservação do patrimônio histórico em nível estadual, mas também para a compreensão do desenvolvimento econômico e urbanístico no estado de Pernambuco, a partir dessa década.

A FUNDARPE promoveu projetos de intervenção e adotou medidas legais para a manutenção dos diversos equipamentos históricos no estado, em especial a Política Integrada de Preservação do Patrimônio Cultural (1973-1979). À instituição coube a deliberação dos tombamentos na instância estadual, e os bens já tombados em nível federal foram conseqüentemente inscritos pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (CEPPC) no *Livro de Tombo Edifícios e Monumentos Isolados*,<sup>396</sup> competente em sua esfera.<sup>397</sup>

Observa-se que, nesse mesmo período, a única proteção que incidia sobre a área das ruínas do Forte do Buraco, relacionava-se ao Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região

---

<sup>392</sup> UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Recomendação de Paris**. Paris: 1972. In: IPHAN. Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

<sup>393</sup> BRASIL. Decreto Legislativo Nº 74, de 30 de julho de 1977. Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 4/7/1977, Página 8.329 (Publicação Original); BRASIL. Decreto Nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977. Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 14/12/1977, Página 17.107 (Publicação Original).

<sup>394</sup> JESUS, 2021, *op. cit.*

<sup>395</sup> MENEZES, José Luiz da Mota. **Ainda chegaremos lá: história da FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco**. Recife: FUNDARPE, 2008.

<sup>396</sup> Em nível estadual, o tombamento relativo ao Forte do Buraco consta no acervo do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (CEPPC). Cf. PERNAMBUCO. **Livro de Tombo Edifícios e Monumentos Isolados**. Recife: FUNDARPE/CEPPC, 5 ago. 2022.

<sup>397</sup> PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa de Pernambuco (AL/PE). Lei Nº 7.970, de 18 de setembro de 1979. Institui o tombamento de bens pelo Estado. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, 1º nov. 1979. Palácio do Campo das Princesas, 2018.

Metropolitana de Recife (PPSH/RMR) – Cf. *Figura 2*, de 1978,<sup>398</sup> elaborado pela Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), que incluiu o perímetro das ruínas.

**Figura 2** – Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana de Recife, 1978.



Fonte: FIDEM, 1984, p. 220. Edição: Nuno Alves.

**Legenda:** Na figura, é visível: 1 - Perímetro de Preservação Rigorosa (Área do Forte do Buraco), 2 - Limite entre os setores, 3 - Perímetro de Preservação Ambiental.

Em meio aos diversos acontecimentos do período, a esperada base naval não chegou a ser concluída<sup>399</sup> – Cf. *Retrato 48*, e o Comando do 3º Distrito Naval (Com3ºDN),<sup>400</sup> situado inicialmente no Recife, em 1975 teve sua sede transferida para a cidade de Natal-RN.<sup>401</sup>

<sup>398</sup> Em 1976, a FIDEM criou o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife – PDI/RMR, que, em 1978, passou a se denominar Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife – PPSH/RMR, e, em 1979, teve sua nomenclatura modificada para Plano de Preservação dos Sítios Históricos do Recife – PPSH/RMR. Cf. RECIFE. **Sobre as ZEPH**. Prefeitura do Recife/Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural – DPPC. Portal da Prefeitura do Recife. [s. d.].

<sup>399</sup> ARQUITETOS criticam plano de expansão do porto. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 mai. 1976.

<sup>400</sup> O Com3ºDN foi criado em 5 de junho de 1942, originalmente denominado Comando Naval de Pernambuco, com jurisdição sobre os Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, durante a Segunda Guerra Mundial, devido a necessidade do governo brasileiro de apoiar o esforço de guerra do país e dos aliados no combate às nações do Eixo. Em agosto do mesmo ano, sua denominação foi mudada para Comando Naval do Nordeste e, finalmente, a 19 de abril de 1945, passou a se chamar 3º Distrito Naval. Cf. COMANDO Naval foi criado em junho de 1942. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 dez. 1975.

<sup>401</sup> BRASIL. Decreto Nº 76.374, de 2 de outubro de 1975. Dispõe sobre a jurisdição territorial dos 1º e 6º Distritos Navais e transfere a sede dos 3º e 6º Distritos Navais. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 3/10/1975, Página 13.248 (Publicação Original).

**Retrato 48** – Área prevista para a construção da base naval, 1955.



**Fonte:** FGV, 2024.

**Legenda:** Em segundo plano, à direita, as ruínas do Forte do Buraco pós-(des)tombamento.

Acerca da razão para a transferência, o vice-almirante Edison Lawrence Dantas, relatou que a mudança para a capital potiguar se deu pelo fato da Marinha considerar o município como ideal por congregar uma série de unidades militares, além da Estação Naval, o Comando do Grupamento Naval do Nordeste (ComGrupNNE), o Grupamento de Fuzileiros Navais de Natal (GptFNNa), a Capitania dos Portos e o Hospital Naval.<sup>402</sup>

A partir dessa transferência tornou-se possível o restabelecimento do tombamento da edificação, desta vez, na categoria de ruína. E, no mesmo ano, começam a ser veiculadas nos periódicos, notícias sobre a ampliação do porto do Recife,<sup>403</sup> uma modernização necessária na época, devido ao *Projeto de Construção do Porto de Suape*, no Cabo de Santo Agostinho-PE, amplamente discutido nessa década.

Mediante a proximidade de novas obras e o comprometimento da área do forte, a Câmara Municipal de Olinda, em 1979, criou o Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda (CPSHO).<sup>404</sup> E, no ano seguinte, o então prefeito de Olinda, Germano Coelho (1977-1980), por

<sup>402</sup> POGGIO, Guilherme. **Futuro incerto para a Base Naval de Natal**. Portal Poder Naval, 14 dez. 2008.

<sup>403</sup> PORTO do Recife tem verba para fazer ampliação. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 abr. 1975.

<sup>404</sup> OLINDA. Lei Nº 4.119, de 28 de setembro de 1979. Institui o Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda. Olinda: **Câmara Municipal de Olinda – Casa Bernardo Vieira de Melo**, [1979].

meio de ofício para tal Conselho, solicitou o tombamento municipal incluindo as áreas do molhe de Olinda e do Forte do Buraco.<sup>405</sup>

A partir desse momento, iniciou-se a discordância acerca da localização da fortaleza entre as cidades de Recife e Olinda – *Cf. Figura 3 e Mapa 4*. Sobre este assunto, o IPHAN explicitou que:

A área das ruínas do Forte do Buraco encontra-se inserida dentro do Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana de Recife (RMR/PPSH), elaborado pela FIDEM – Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Recife, em 1974 e em maio de 1982, foi tombado pelo Município de Olinda. Pela Lei Municipal 4.849/92 Legislação Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda, está inserida na Zona Especial de Proteção – ZEPC 3. “Art. 11 – As ruínas da Fortaleza do Buraco (ZEPC 3) inseridas na poligonal de preservação do Sítio Histórico, ficam submetidas à seguinte setorização: I – Setor de Preservação Rigorosa, II – Setor de Preservação Ambiental.”<sup>406</sup>

Posteriormente, com o objetivo de resolver a demanda acerca da real localização da fortificação; de obter soluções adequadas e definitivas para a conservação e manutenção do monumento; e de viabilizar o uso e a gestão compartilhada da ruína, o Governo do Estado de Pernambuco, em conjunto com as prefeituras de ambas as cidades, desenvolveu o *Projeto Recife – Olinda*,<sup>407</sup> que abrangia a circunvizinhança do Forte do Buraco. Entretanto, a região encontrava-se em litígio entre os municípios.<sup>408</sup>

---

<sup>405</sup> OLINDA. **Ofício [s. n.]**. Prefeitura Municipal de Olinda – Palácio dos Governadores, 08 set. 1995. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 30-31.

<sup>406</sup> IPHAN, 1998, *op. cit.*, fl. 53.

<sup>407</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ofício Nº 084/2005/5ªSR/IPHAN/MinC**. IPHAN - 5ª Coordenação Regional. Recife, 28 fev. 2005. *In*: Arquivo Geral – Superintendência do IPHAN/PE. Classe -200 – Preservação do Patrimônio Cultural. 207- Conservação, Restauração, Adaptação. Olinda – Forte do Buraco. Protocolo Nº 1355/2004 de 22 dez. 2004. Processo Administrativo Nº 1.06.000.00064747/2004-69, Cx. 15.

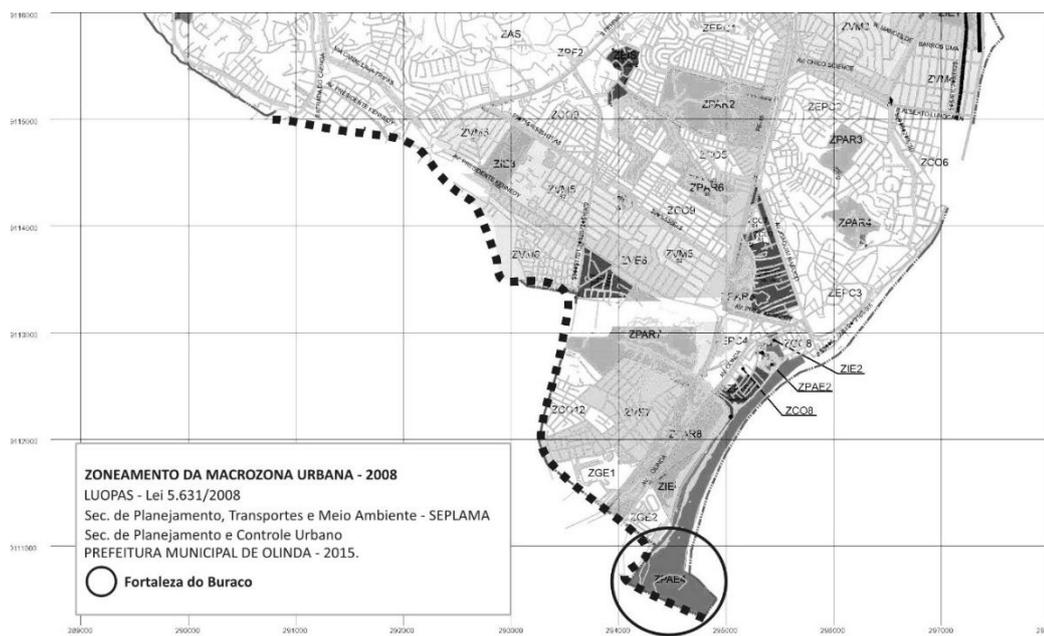
<sup>408</sup> SILVA JÚNIOR, 2002, *op. cit.*

**Figura 3** – Limite entre as duas cidades de acordo com o município de Recife-PE.



Fonte: PCR, 2005, p. 220.

**Mapa 4** – Limite entre as duas cidades de acordo com o município de Olinda-PE.



Fonte: Adaptado do Zoneamento da Macrozona Urbana – Prefeitura Municipal de Olinda, 2008. Edição: Nuno Alves.

No mesmo ano, a FUNDARPE propôs a delimitação de um novo perímetro que envolvia as colinas históricas, sendo endossada pelo IPHAN. Dessa maneira, foi instituído o Polígono de Preservação de Olinda.<sup>409</sup> A nova área passou a abranger a delimitação anterior, o Polígono de Tombamento.

Em 1980, a Empresa de Portos do Brasil S.A. (PORTOBRÁS) apresentou à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o *Projeto para a Instalação do Terminal Roll-On–Roll-Off*<sup>410</sup> no porto do Recife<sup>411</sup> – Cf. *Desenho 5*.

Sobre tal demanda, encontrei correspondências entre a SPHAN e a PORTOBRÁS, nas quais foram citados entendimentos anteriores entre as instituições, em que foi proposto um “arranjo físico” para o futuro terminal marítimo, incluindo urbanização e a reserva de área para a preservação das ruínas da Fortaleza do Buraco.<sup>412</sup>

---

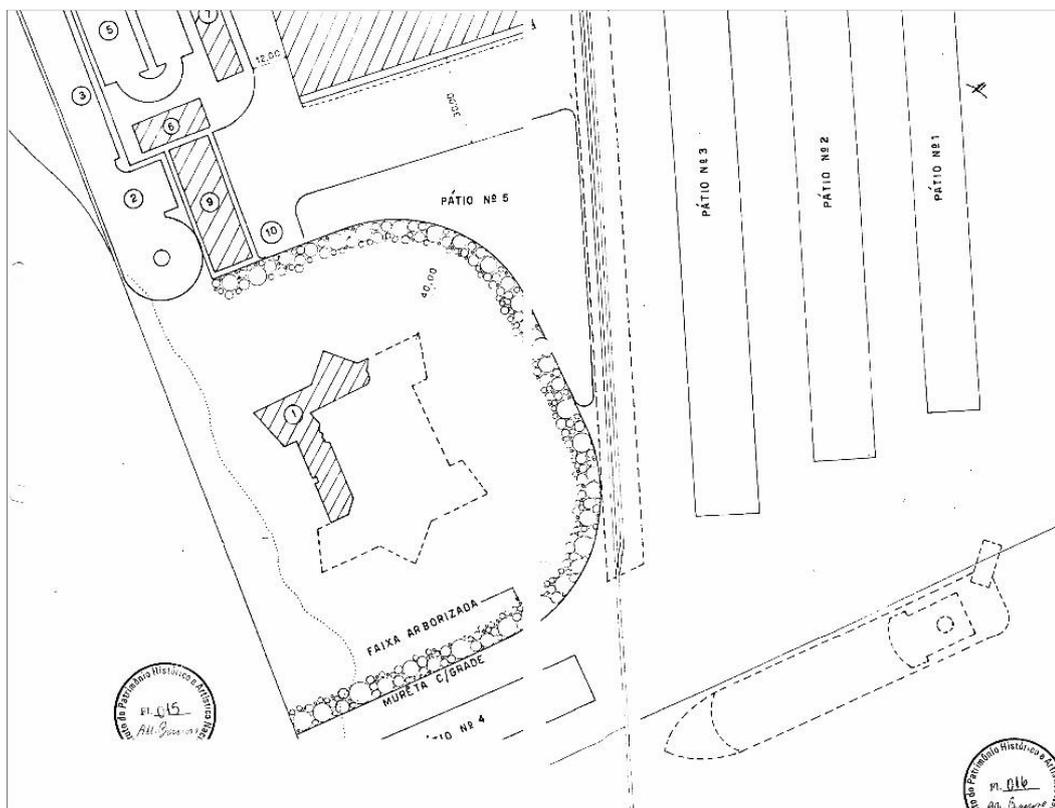
<sup>409</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Notificação Nº 1.155**. Livro do Tombo Histórico. Rio de Janeiro, 4 jun. 1979. In: Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, 1979.

<sup>410</sup> Ro-Ro é uma abreviatura para "*Roll-On-Roll-Off*" – tipo de cargueiro gigante para o transporte de automóveis e outros veículos, de modo que estes entrem e saiam do navio pelos seus próprios meios. No seu convés, também costumam ser transportados contentores. Cf. ROLL-ON–ROLL-OFF Ship. **Popular Mechanics Magazine**, Great Britain, v. 105, n. 4, pp. 87, abr. 1956.

<sup>411</sup> SILVA JÚNIOR, 2002, *op. cit.*

<sup>412</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ofício Nº 078/80/PORTOBRÁS/SERPLA**. Brasília, 28 mai. 1980. In: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 14.

**Desenho 5** – Layout para o Terminal *Roll-on-Roll-off* do Porto do Recife, 1980.



Fonte: IPHAN-PE, 1995, fls. 15-16. Edição: Nuno Alves.

Ao que parece, o Forte do Buraco permeou um esquema de ações e reações, no que diz respeito à sua patrimonialização. Já que, logo em seguida à intenção de expansão portuária, em 1982, a Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda (FCPSHO)<sup>413</sup> tombou os sítios históricos da cidade em nível municipal,<sup>414</sup> incluindo a área do istmo de propriedade do MMA, em uma localização até então não contemplada no Polígono de Tombamento.<sup>415</sup>

<sup>413</sup> Em 1979, o prefeito Germano Coelho criou o Sistema Municipal de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, representados respectivamente pela FCPSHO, o Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda e o Fundo de Preservação de Olinda. Esse Sistema fazia parte do Programa de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos – *Projeto Piloto Olinda-PE* (1981-1989). Em nível federal, o Programa foi extinto em 1986, mas a FCPSHO continuou com as atividades do *Projeto Piloto Olinda* até abril de 1989. Cf. IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio e políticas públicas**: anais da V Oficina de Pesquisa/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2016.

<sup>414</sup> FCPSHO - Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda. **Ofício Nº 202/82**. Olinda, 07 jun. 1982. In: Arquivo Central - Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 35.

<sup>415</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Centro Histórico de Olinda (PE)**. Portal IPHAN, 2014.

Aliado a isso, o Brasil apresentou à UNESCO o *Dossiê de Candidatura do Sítio Histórico de Olinda*,<sup>416</sup> na 6ª Assembleia Geral do Comitê do Patrimônio Mundial.<sup>417</sup>

O título de Centro Histórico Patrimônio da Humanidade foi conferido, em 1982, obedecendo a critérios definidos pela organização internacional para concessão do mérito, dentre eles: “que os bens do patrimônio cultural e natural apresentem um interesse excepcional e, portanto, devem ser preservados como elementos do patrimônio mundial da humanidade inteira”.<sup>418</sup> Essa ação tornou-se mais uma influência da *Recomendação de Paris*, de 1972.

No ano de 1984, a Administração do Porto do Recife (APR) fomentou a revitalização de equipamentos históricos no bairro do Recife, entre eles, a criação do Museu do Porto do Recife (MPR), direcionado à memória da instituição, com acervo formado por peças das instalações navais e ferroviárias do entorno, fruto de dragagens realizadas no porto, incluindo canhões, hélices e âncoras.<sup>419</sup>

O museu foi inaugurado em 1989,<sup>420</sup> no entanto, sua atuação se estendeu até o ano seguinte, quando o prédio foi tombado, transferindo seu acervo para salas do edifício sede da instituição portuária,<sup>421</sup> embora não houvesse registros de visitas.

Três décadas depois, o Porto do Recife (PR) iniciou um processo curatorial a fim de reativar o museu,<sup>422</sup> com uma exposição inédita de retratos e plantas, exclusivamente do século XX, agregada ao acervo inicial, e novamente com o propósito de contar a história do porto e sua ligação com a cidade. Entretanto, o projeto não foi continuado.

<sup>416</sup> MAGALHÃES, Aloísio. **Proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial apresentada pelo Brasil – Centro Histórico da Cidade de Olinda**. Brasília: Convenção relativa à proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1981.

<sup>417</sup> MARTINS, Rebeca Fernanda da Silva. **Olinda para quem?** O processo de tombamento do Sítio Histórico da cidade de Olinda (1968-1980). 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

<sup>418</sup> UNESCO, 1972, *op. cit.*, p. 2.

<sup>419</sup> O Museu do Porto do Recife surgiu em 1987, através do Programa de Preservação Histórica (Preserve), desenvolvido pelo Ministério dos Transportes (MTR) em parceria com a Administração do Porto do Recife (APR) e da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA). Até sua inauguração, seu acervo foi armazenado pelo Portobrás no bairro do Pina. Cf. LACERDA, Luiz Alves. Museu da APR. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 out. 1984. Opinião; MUSEU do Porto do Recife, um testemunho das nossas tradições. **Diário de Pernambuco**, Recife, 2 set. 1987. Viver.

<sup>420</sup> D’OLIVEIRA, Fernanda. Memória: um museu onde se preserva o patrimônio histórico do porto. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 abr. 1989. Viver; MUSEU do Porto do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 ago. 1990. Diversões.

<sup>421</sup> O MPR funcionou no prédio do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN) até o tombamento da edificação, em 1990. Cf. PARAÍSO, Adeildo. Beira de cais. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 fev. 1996. Informe Especial.

<sup>422</sup> PR – Porto do Recife S.A. **Porto do Recife inicia processo de curadoria para museu que inaugura ainda este ano**. Portal do Porto do Recife S.A. 31 jan. 2023.

Em face da possibilidade de encontrar algum artefato relacionado à Fortaleza do Buraco, em tal acervo, esta investigação se voltou à busca pelo paradeiro dos canhões remanescentes da fortificação, estampados no emblemático retrato dos armamentos sobre as ruínas após a demolição – *Cf. Retrato 34*.

Dessa maneira, foi detectado que, na coleção do extinto MPR havia um canhão de ferro remanescente da Fortaleza do Buraco e um canhão do período neerlandês, cujo uso era destinado às embarcações – *Cf. Retratos 49 e 50*. Assim, as buscas se voltaram às outras fortalezas no perímetro, do Brum e das Cinco Pontas.

Até a descoberta de que tal arsenal foi encaminhado para o Forte de São Tiago das Cinco Pontas, que, no período da destruição do Forte do Buraco, abrigava o 7º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado.<sup>423</sup> Este, ao se transferir em 1976, período da Ditadura Civil-Militar, para estabelecer base em outro local,<sup>424</sup> levou consigo os canhões do forte, exceto um canhão neerlandês de uso em naus e outro de ferro semelhante aos réliquos do antigo forte.

**Retrato 49** – Canhão de ferro remanescente do Forte do Buraco – MCR.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

**Retrato 50** – Canhão de bronze neerlandês de uso em naus – MCR.



Fonte: Elaboração própria, 2024.

<sup>423</sup> MIRANDA, Francisco. **10º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada – o Esquadrão Forte das Cinco Pontas**. Francisco Miranda – Blog. 15 jun. 2012.

<sup>424</sup> O Forte de São Tiago das Cinco Pontas, por volta de 1817, abrigou o Quartel General Militar e, gradativamente foi se tornando a 2ª Companhia de Guardas em 1942, 7º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado em 1948 e 7º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado em 1973, até desocupar o forte para montar base como 10º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado, no quartel do bairro do Curado. *Cf.* IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Forte de São Tiago das Cinco Pontas**. Portal IBGE. 2024; COMANDO da 7ª Região Militar. Desativação da 2ª Companhia de Guardas. Portal do Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/Comando Militar do Nordeste. 20 dez. 2017; BENTO, Emanuel. **Museu da Cidade do Recife disponibiliza acervo digitalizado de fotos**. Portal do Jornal Digital, Recife, 1 set. 2023. Artigos.

Diante do exposto, nas passagens pós-derrubada do forte, considero a abstração a que o equipamento foi submetido, ao passo que resquícios de sua existência foram preservados. Isso está intimamente relacionado à memória e ao esquecimento.

## 5.2 ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO

Após a ruptura do istmo, o limite entre memória e esquecimento também foi rompido. O forte deixou de fazer parte do cotidiano de grande parte dos moradores de Recife e Olinda. Isso aponta para a necessidade de analisar essas concepções neste estudo.

A partir da relação entre memória e esquecimento, Joël Candau<sup>425</sup> avalia a forma como as sociedades lidam com seu repertório memorial na contemporaneidade, na medida em que, para que uma memória permaneça, outra deva sucumbir.

Desta forma, ocorre um processo de seleção, uma escolha e uma manipulação deste repertório, na criação da narrativa identitária, em detrimento do que deve ser excluído. Neste sentido, surgem as memórias vivas, por serem transmitidas e circularem contundentemente pelo grupo. Elas têm uso social, e possibilitam a reinvenção e a ressignificação. Em contrapartida, existem as memórias mortas, que são arquivadas e petrificadas, não exercendo mais nenhuma função social devido ao esgotamento de sua capacidade de transformação.<sup>426</sup>

Esta perspectiva pode ser dimensionada pelo olhar de Gilberto Freyre em seu retorno ao Recife, após uma temporada de estudos, ao sentir estranhamento com as modificações ocorridas no centro urbano, em relação às suas lembranças.<sup>427</sup> Esse fato impulsionou sua reivindicação pela valorização da arquitetura, pela preservação dos monumentos pernambucanos e, sobretudo, pela defesa das tradições e dos valores locais.

A abordagem da relação entre memória, esquecimento e patrimonialização se torna relevante, na medida em que proporciona a reflexão sobre como as sociedades contemporâneas lidam com seu repertório memorial, ao longo do tempo, a fim de criar uma identidade coletiva. De maneira semelhante, isso ocorre na formação de narrativas históricas.

---

<sup>425</sup> CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

<sup>426</sup> ALECRIM, Thales Reis. A memória em ação: breves considerações sobre os conceitos de memória e identidade na obra de Joël Candau. **Signos do Consumo**, São Paulo, v. 13, n. 2, pp. 1-5, jul./dez. 2021.

<sup>427</sup> RODRIGUES, 2009, *op. cit.*; VIEIRA, 2003, *op. cit.*

Isto implica que a preservação da memória está ligada às escolhas conscientes feitas por determinados grupos sociais. A memória atua como um meio de construir uma narrativa identitária, selecionando elementos do passado que são considerados relevantes e significativos. Essa é uma dinâmica que evidencia a natureza ativa e seletiva da memória.

E, assim como a patrimonialização envolve as articulações do patrimônio, “a memória é a identidade em ação”.<sup>428</sup> Dentro do contexto de estratégias identitárias, os indivíduos tomam decisões conscientes para buscar diversas representações, abrangendo elementos como saberes, crenças e ritos.

Em outras palavras, a memória desempenha um papel dinâmico na construção e expressão da identidade, pois as escolhas individuais dentro deste espaço de estratégias refletem a busca por diferentes formas de representação identitária.

Acerca da patrimonialização, Candau destaca que o patrimônio é resultado do trabalho da memória, no qual elementos selecionados do passado são incorporados à categoria de bens patrimoniais.

A existência de identidade está ligada à memória, e vice-versa. Em outras palavras, ambos os conceitos se entrelaçam para moldar e caracterizar a definição de legado histórico, especialmente nas sociedades contemporâneas, no qual desempenha o papel de um “aparelho ideológico de memória”.<sup>429</sup> A patrimonialização possui o papel de legitimar uma narrativa coletiva de um passado compartilhado.<sup>430</sup>

Compreendendo que o conceito de patrimônio, historicamente construído, incorpora o profundo sentimento de reconhecimento e pertencimento de indivíduos e grupos. Esse sentimento é permeado pelo fator identitário e, conseqüentemente, estabelece e fortalece uma relação dual com a memória.

O patrimônio mantém uma ligação direta com as memórias, uma vez que elas desempenham um papel fundamental na prática patrimonial. Assim, a patrimonialização desempenha um papel essencial na validação de uma narrativa coletiva.

Deste modo, a preservação de bens culturais é impulsionada por ações políticas, que derivam da estreita conexão que esses bens têm com as identidades culturais. Em outros termos,

---

<sup>428</sup> CANDAU, 2018, *op. cit.*, p. 18.

<sup>429</sup> CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, pp. 43-58, jan./jul. 2009, p. 43.

<sup>430</sup> *Ibid.*

a práxis patrimonial fundamenta-se na valorização das memórias associadas a determinados elementos culturais, promovendo a preservação destes bens como parte integrante da herança cultural de um grupo ou comunidade.

A busca pela preservação do passado e a criação de um legado memorial, evidenciam a sensação de inadequação que os indivíduos experimentam ao viverem exclusivamente no presente. Por este motivo, diversos grupos dedicam-se a encontrar ou a produzir elementos relacionados aos seus traços distintivos, vestígios, relíquias e arquivos, ou seja, tudo que conta a sua própria trajetória. Estes elementos formam as bases essenciais do patrimônio cultural.

Neste contexto, “os traços detêm uma autoridade pela importância que lhes é conferida”.<sup>431</sup> Isso sugere que os indícios do passado possuem significância, conferindo-lhes uma autoridade na construção da memória.

Portanto, percebe-se que a memória desempenha um papel fundamental na organização dos resquícios do passado, proporcionando o substrato necessário para a elaboração da narrativa do período histórico e, conseqüentemente, para a estruturação da identidade do grupo ou comunidade que a produziu.

Por tal, relaciono a memória como mais um item incluído na interpretação da patrimonialização, conceito central do estudo. Tendo em vista que a memória pode ser entendida como fenômeno social, à medida que é coletivamente construída a partir da linguagem e de símbolos. Ela também é influenciada por fatores sociais e culturais, e reproduzida ao longo do tempo para transmitir e reforçar tradições e valores de um grupo social, além de ser um processo dinâmico e estar em constante mudança.<sup>432</sup>

Dentre outros autores, Maurice Halbwachs também abordou o conceito de memória como um fenômeno social e suas ligações diretas e indiretas com o patrimônio. O autor ratifica que o recordar é indissociável dos marcos sociais, uma vez que todas as lembranças possuem uma natureza coletiva.

Assim, a memorização é compreendida como uma construção social, na qual a memória coletiva oferece um conjunto de estruturas que auxiliam na recordação e na reconstrução do passado. Este último não reaparece diretamente, mas apenas através de um processo ativo de reconstrução na memória. Nas palavras de Halbwachs:

---

<sup>431</sup> *Ibid.*, p. 159.

<sup>432</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

A memória não faz corte ou ruptura entre passado e presente porque retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem.<sup>433</sup>

O que torna a função essencial da memória enquanto representação compartilhada do passado é o estabelecimento de um vínculo de filiação entre os membros do grupo por meio de sua história coletiva. Esse processo confere à memória uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo em que solidifica os valores e as interpretações predominantes no grupo ao qual as memórias se referem.<sup>434</sup>

A memória está ligada aos lugares de memória, uma vez que a construção e preservação destes lugares estão diretamente relacionadas ao processo de recordação e reconstrução contínua do passado, sendo permanentemente redefinida em uma relação dialógica com o outro. Além disso, a memória é a reconstrução continuamente atualizada do passado, denotando um sentido de coesão entre indivíduos e, conseqüentemente, entre o grupo.<sup>435</sup> Nesse caso

[...] o patrimônio é o produto de um trabalho de memória que, ao longo do tempo e segundo critérios muito variáveis, seleciona determinados elementos herdados do passado para os incluir na categoria de objetos patrimoniais. Funciona efetivamente como “um aparelho de memória ideológica”.<sup>436</sup>

Em acréscimo a isso, ocorre a concepção de lugares de memória desenvolvida por Pierre Nora, configurando locais com distintas significações: lugares materiais, em que a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; lugares funcionais, por ter ou adquirir a função de embasar memórias coletivas; e lugares simbólicos, onde a memória coletiva se expressa e se revela.<sup>437</sup>

A materialidade desses espaços é identificada cotidianamente nos monumentos e em edificações. Dessa forma, Nora descreve o lugar de memória como:

---

<sup>433</sup> *Ibid.*, p. 81.

<sup>434</sup> PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória - Antropologia, Escala e Memória**, São Paulo, n. 2, pp. 4-23, 2007.

<sup>435</sup> CANDAU, 2018, *op. cit.*

<sup>436</sup> CANDAU, Joël. **Antropología de la memoria**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002, pp. 89-90. (tradução minha)

<sup>437</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, pp. 7-28, dez. 1993.

[...] a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os objetos simbólicos, com base em que eles tenham ‘qualquer coisa’ em comum. [...] Lugar de memória, então: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer.<sup>438</sup>

O que atesta o caráter simbólico da memória. Porém, ela é um componente crucial da identidade, seja individual ou coletiva, e representa uma busca fundamental tanto para indivíduos quanto para sociedades contemporâneas. No entanto, “a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder”.<sup>439</sup> Na esfera social, uma luta pela supremacia na narrativa e na tradição se desdobra, evidenciando a importância da memória coletiva como um campo de batalha.

Neste sentido, os lugares de memória referem-se a locais, eventos, tradições e símbolos que se tornaram signos de uma memória coletiva. Esses lugares podem variar desde monumentos históricos, até rituais e práticas culturais. Ao longo do tempo, a sociedade moderna passou a depender desses lugares para preservar e transmitir a memória.

Quanto ao Forte de Santo Antônio do Buraco, relaciono a invocação da memória desde a formação das narrativas iniciais que elegeram os primeiros equipamentos tombados como legítimos e memoráveis, passando pelos debates em favor da manutenção da fortaleza durante a década de 1950, e nas tratativas para o restabelecimento do tombamento a partir da década de 1980.

Em contraponto, associo a ausência da memória a eventos como a ruptura do istmo, e no período que se seguiu à derrubada da fortificação, em que cessaram os debates sobre sua proteção, e as menções ao equipamento nos jornais, relegando as ruínas ao esquecimento.

Apesar do forte ter sido um elemento vinculado às disputas políticas e seu capital simbólico ter sido construído pelas narrativas das elites, que constroem ou destroem o teor da valorização. Essa discussão explora os significados culturais e sociais que a fortaleza representa. Do mesmo modo que essas rivalidades e narrativas podem servir como ponto de partida para a construção de tal memória, e não apenas pelo histórico da participação pernambucana relacionada ao forte.

---

<sup>438</sup> NORA, 1992, *op. cit.*, p. 23. (tradução minha)

<sup>439</sup> LE GOFF, 2003, *op. cit.*, p. 435.

Tal debate também pode constar de aspectos históricos, políticos, urbanísticos e culturais, proporcionando uma visão holística da evolução do equipamento e das interações sociais em seu entorno. De forma que, o forte pode ser requalificado como um elemento voltado à fruição educacional e cultural.

A partir disso, compreendo que a memória é um fenômeno dinâmico, na medida em que não realiza uma ruptura entre passado e presente, mas retém apenas o que permanece vivo na consciência do grupo. É um processo influenciado por valores e contextos sociais, e está constantemente em mudança.

Assim, percebo que a memória desempenha um papel crucial na construção da identidade. Ela não se limita apenas a preservar o passado, mas também contribui para a coesão social entre indivíduos e grupos, fornecendo uma base para a elaboração identitária.

O campo da herança histórica oferece numerosos exemplos, como o caso do Forte do Buraco, em que as práticas patrimoniais e suas narrativas são, de maneira geral, permeadas por discursos performáticos de memórias coletivas associadas a certos grupos hegemônicos. Estas práticas atribuídas ao patrimônio nunca são neutras, homogêneas ou isentas de significado, pois sempre refletem uma intencionalidade ou escolha influenciada pelo contexto sócio-histórico em que o grupo que as produziu está inserido.

Assim, reconstruir o passado por meio do artifício da memória leva a questionar e refletir sobre o papel da memória histórica, como um conjunto de representações reivindicado na contemporaneidade.

### 5.3 OS MELINDRES EM TORNO DO (RE)TOMBAMENTO

O período entre os anos 1985 e 1995 marcou outro momento relativo às investidas de proteção à fortaleza, onde se principiou um longo processo burocrático, a partir das iniciativas para o (re)tombamento ou tombamento das ruínas remanescentes.

O recorte tem início em 1985, quando a Comissão de Moral e Civismo de Pernambuco (COMOCI-PE),<sup>440</sup> solicitou o restabelecimento do tombamento federal do forte.<sup>441</sup> Algo que, de certa maneira, destaca uma iniciativa da sociedade civil ao entrar na esfera das atribuições de valor dadas ao patrimônio, até então dominada por grupos já estabelecidos nos processos de sua feitura. Abrindo uma nova fase nas dinâmicas de patrimonialização do Forte do Buraco, a qual denomino “Tratativas para o (re)tombamento da Fortificação”.

No ano seguinte, foram dados os encaminhamentos iniciais para o novo tombamento<sup>442</sup> e um parecer julgou como favorável o restabelecimento da proteção, ao entender que “o que agora se propõe, é como uma reparação legal ao Decreto atroz citado, que foi infringido no seu Artigo 179, quando da dinamização do monumento”,<sup>443</sup> fazendo referência ao Decreto-Lei de 1937. Mas, as discussões e o andamento do processo se estagnaram.

Em meio a isso, a sétima e mais recente *Constituição Federal* de 1988 foi promulgada, trazendo novas contribuições à preservação do patrimônio histórico-cultural nacional ao abordar a temática da “cultura”.

Como um dos maiores diferenciais, a Carta Magna abriu novos espaços participativos e introduziu novos atores sociais na gestão da política pública, por meio da corresponsabilidade entre sociedade e Estado na formulação, execução e controle das políticas, através da criação de mecanismos de participação comunitária e de base local.<sup>444</sup> Em seu texto sublinha-se: “O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.<sup>445</sup>

---

<sup>440</sup> A COMOCI-PE era vinculada à Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE) e era a ramificação estadual da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), criada no período da Ditadura Militar. Tinha como finalidade implantar a doutrina e instituir a disciplina de Educação Moral e Cívica nas escolas, razão pela qual selecionava bens culturais e implementava narrativas históricas. Cf. PELEGRINI, Dayenne Karoline Chimiti; PELEGRINI, Thiago. Criação e funcionamento da Comissão Nacional de Moral e Civismo sob a ótica bourdieusiana. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XII, n. 134, pp. 105-113, jan. 2012.

<sup>441</sup> IPHAN, 13 nov. 1985, *op. cit.*

<sup>442</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ofício Nº 10/86**. DTC/SPHAN. Secretaria de Educação de Pernambuco/COMOCI-PE. Rio de Janeiro, 27 jan. 1986. In: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 2.

<sup>443</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Informação Nº 04/AMC/86**. [s. l.]. IPHAN, 20 fev. 1986. In: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 4.

<sup>444</sup> ZANIRATO, Silvia Helena. **Patrimônio cultural, participação social e construção de cidadania**. Participação política: atores e demandas. São Paulo: PROMUSPP, 2015.

<sup>445</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2012], Art. 216, § 1º.

A descentralização política foi promovida pela criação de Conselhos, que são instâncias responsáveis pela formulação de estratégias e pelo controle da execução das políticas voltadas para a defesa do patrimônio. Essa iniciativa inaugurou uma nova prática, caracterizada pelo exercício da participação social.

Por um lado, observa-se a evolução da patrimonialização; por outro, os modelos do patrimônio ainda permaneceram cristalizados na década de 1930, em menção aos monumentos do século XVIII, assim como na década de 1940, pela implantação do (des)tombamento sob a administração do presidente. Essa determinação foi revisada apenas em 1975 por uma nova normativa que transferiu tal comando ao titular da pasta de MEC.<sup>446</sup>

Ademais, a norma ampliou a noção de acervo cultural, reconhecendo a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, e também estabeleceu outras formas de preservação desses bens, dentre elas: o registro, o inventário e o tombamento.

Ainda em 1988, ocorreu o embargo da construção do Terminal de Múltiplos Usos do Porto do Recife, com a aprovação da feitura em 1980. O impedimento ocorreu devido ao surgimento de novos dados sobre a viabilização da obra, notadamente, o Centro Histórico de Olinda ter sido considerado integrante da *Lista do Patrimônio Mundial*; a definição da área das ruínas como “*non-aedificandi*”,<sup>447</sup> visando à ampla preservação da vista do Centro Histórico de Olinda; e a alteração do sistema viário inicialmente projetado.<sup>448</sup>

---

<sup>446</sup> BRASIL. Lei Nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975. Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 16/12/1975, Página 16.677 (Publicação Original).

<sup>447</sup> Áreas *non-aedificandi* são compostas por perímetros onde exista expressa proibição de construções, seja por condições urbanas, ambientais ou histórico-culturais. As demarcações de tais áreas podem variar de acordo com a legislação de cada localidade. Cf. BRASIL. Lei Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 20/12/1979, Página 19.457 (Publicação Original); Lei Nº 4.849, de 23 de junho de 1992. Institui, no Município de Olinda, as ZONAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA - ZEPC e Zonas de Entorno do Sítio Histórico. Olinda: **Câmara Municipal de Olinda – Casa Bernardo Vieira de Melo**, [1992].

<sup>448</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ofício Nº 35/88**. [s. l.]. Fundação Nacional Pró-Memória. 15 jul. 1988. In: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 18.

Após quatro anos do primeiro parecer, sem ocorrerem movimentações no processo, em 1990, a lembrança acerca do forte foi reavivada.<sup>449</sup> A partir de então, iniciou-se um ciclo de pareceres, tanto favoráveis quanto desfavoráveis ao pleito.<sup>450</sup>

Em vista dos encaminhamentos, parecia que a nova proteção estava prestes a ser implementada. Todavia, no mesmo ano, devido à reforma administrativa implantada pelo então presidente Fernando Collor de Mello, sob o pretexto de aumentar a eficiência da ação pública federal, ocorreu a reformulação de ministérios e secretarias, com a redução dos efetivos e a extinção de diversos órgãos públicos, entre outras ações.<sup>451</sup>

A partir disso, a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) e a SPHAN foram extintas,<sup>452</sup> sendo criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC).<sup>453</sup> O novo órgão de defesa que

[...] reaglutinava os órgãos federais responsáveis pela preservação dos bens tombados, deveria restringir-se ao papel de órgão normalizador e repassador de recursos financeiros. Desta forma, este instituto contaria com uma estrutura administrativa bem reduzida de modo a efetuar repasses aos estados, municípios e instituições privadas, garantindo por meio deles a execução descentralizada da política de preservação do patrimônio cultural e natural. Esta posição era interessante para aqueles primeiros que tocavam a reforma sem critérios do Governo Collor, mas completamente inaceitável para os defensores da segunda posição que argumentavam o total despreparo dos estados e municípios para receberem responsabilidades e recursos na área patrimonial.<sup>454</sup>

Esta intervenção política promoveu a paralisação de diversas ações, incluindo a continuidade do ansiado (re)tombamento. Sobre tal demanda, os autos do Departamento de Proteção do IPHAN (DEPROT), revelaram que

[...] a reforma administrativa do Governo Collor, com a extinção da Fundação Nacional Pró-Memória/SPHAN e do Conselho Consultivo, contudo, fez com que todos os

<sup>449</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ofício Nº 03**. [s. l.]. IPHAN. 18 jan. 1990. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 10.

<sup>450</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ofício Nº 081/90/D**. [s. l.]. IPHAN. 18 mai. 1990. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 37; IPHAN, 11 mai. 1990, *op. cit.*

<sup>451</sup> COLLOR, Fernando. **Brasil: um projeto de reconstrução nacional**. Brasília: Senado Federal, 2008.

<sup>452</sup> BRASIL. Lei Nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 13/04/1990, Página 7.101 (Publicação Original).

<sup>453</sup> REZENDE, Maria Beatriz *et al.* Fundação Nacional Pró-Memória. Portal IPHAN. \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2015. (verbete).

<sup>454</sup> PORTELLA, Sérgio Luiz Dias. **A missão histórica da administração pública na área da cultura**. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – FGV/Escola Brasileira de Administração Pública/Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2001, p. 17.

processos em andamento neste departamento sofressem descontinuidades administrativas, algumas de caráter extremamente danoso aos bens/processos em estudo. Entre os processos que tiveram sua tramitação interrompida encontrava-se o do Forte do Buraco.<sup>455</sup>

Em contrapartida a isso, e frente à indefinição acerca do novo tombamento, a Prefeitura Municipal de Olinda iniciou elaboração da Legislação Urbanística para os Sítios Históricos, criando Zonas Especiais de Proteção Cultural e Paisagística (ZEPC)<sup>456</sup> – Cf. *Mapa 5*. Dessa forma, passou a incluir as ruínas do Forte do Buraco nos Setores de Preservação Rigorosa e de Preservação Ambiental.

**Mapa 5** – Áreas das Zonas Especiais de Proteção Cultural e Paisagística de Olinda.



**Fonte:** Adaptado da Revisão da Legislação Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda – Prefeitura Municipal de Olinda, 2015. Edição: Nuno Alves.

<sup>455</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memorando DEROT/IPHAN Nº 463/95**. [s. l.]. IPHAN. 15 out. 1995. In: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 44.

<sup>456</sup> OLINDA, 23 jun. 1992, *op. cit.*

A pausa no andamento do processo foi encerrada em 1994, dois anos após o *impeachment* de Collor de Mello da Presidência da República,<sup>457</sup> com a definição de que o IBPC voltaria a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), retomando as atividades das extintas SPHAN e FNPM.

Diante do novo cenário, a discussão sobre o tombamento da fortificação foi retomada.<sup>458</sup> E, finalmente, em 1995, foi aberto o novo processo referente ao tombamento das Ruínas do Forte do Buraco.<sup>459</sup>

O período das tratativas para o (re)tombamento da fortificação foi concluído com a abertura desse processo, que formalmente solicitou a manutenção das ruínas da edificação.

Contudo, entre os registros, algo que me chamou a atenção foi a participação ativa nessa fase de Germano Coelho, que, na época acumulava os cargos de prefeito de Olinda, em seu segundo mandato (1993-1996), e conselheiro do IPHAN.

Ele foi a mesma figura que influenciou a fundação do CPSHO em 1979 e o tombamento da fortificação na instância municipal em 1980. Coelho voltou à cena, reiterando o pedido de abertura do processo para o (re)tombamento do forte, que havia sido solicitado em 1985.

Chama também a atenção a troca de correspondências, em 1995, entre Coelho, na qualidade de conselheiro do IPHAN, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, e o DEPROT/IPHAN, utilizando documentação relativa ao IBPC, órgão extinto em 1994, conforme abordei anteriormente.<sup>460</sup>

Em outra passagem, é apresentado um laudo arqueológico técnico assinado por José Aylton Coelho de Mello, arqueólogo da Prefeitura Municipal de Olinda. O documento relata a análise solicitada por Coelho, que consiste em uma pesquisa arqueológica utilizando material

---

<sup>457</sup> BRASIL. Medida Provisória Nº 610, de 08 de setembro de 1994. Dispõe sobre alteração na Lei Nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei Nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 9/9/1994, Página 13.567 (Publicação Original).

<sup>458</sup> IPHAN, 22 fev. 1996, *op. cit.*, fl. 47.

<sup>459</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memorando DEPROT/IPHAN Nº 153/95**. [s. l.]. IPHAN. 24 abr. 1995. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 26.

<sup>460</sup> OLINDA. **Ofício Nº 488/95-GP**. Prefeitura Municipal de Olinda – Palácio dos Governadores, Olinda, 8 set. 1995. Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 29; IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. **Ofício CC/IPHAN/Nº 042/95**. [s. l.]. IBPC. 20 set. 1995. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 28. *Cf.* ANEXO A – DOCUMENTAÇÃO REMETIDA, EM 1995, PELO IPHAN COM CABEÇALHO DO IBPC (ÓRGÃO EXTINTO EM 1994) e ANEXO B – DOCUMENTAÇÃO REMETIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA, EM 1995, AO IBPC (ÓRGÃO EXTINTO EM 1994).

textual e iconográfico, bem como fontes secundárias e o histórico da fortificação. Ao final, o laudo esclarece a real finalidade do órgão municipal, destacando:

Atualmente o Forte/Molhe encontra-se a disposição do Patrimônio da União, Delegacia de Pernambuco, ao qual deve o Município de Olinda requerer a posse para o desenvolvimento mais objetivo do Projeto Arqueológico, de consolidação e uso para o turismo cultural.<sup>461</sup>

É notável no texto a intenção da Prefeitura Municipal de Olinda em usar a localização do forte para o investimento em atividades turísticas.

Desta forma, compreendo que a trajetória de Coelho, desde seu primeiro mandato, incluindo suas articulações, a inserção no Conselho do IPHAN e seu segundo mandato como prefeito de Olinda, esteve voltada para tal empreendimento, algo recorrente na área.

Levando em conta que a finalidade turística já havia sido mencionada na proposta da PORTOBRÁS, no *Projeto para a Instalação do Terminal Roll-On–Roll-Off do Porto do Recife*, em 1980, coincidentemente, o mesmo período em que Coelho tomou a primeira iniciativa para a reabertura do processo de tombamento do forte. Todas essas dinâmicas e disputas políticas relacionadas ao patrimônio histórico acessam outro tema que inclui ao debate das ações patrimonializadoras: as relações de poder.

#### 5.4 A FORTALEZA ENTRE RELAÇÕES DE PODER

*[...] o poder não existe, existe sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda estrutura social.*<sup>462</sup>

---

<sup>461</sup> OLINDA. **Informe Técnico [s. n.]**. Prefeitura Municipal de Olinda – Palácio dos Governadores, Olinda, 8 set. 1995. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fls. 30-31. *Cf.* ANEXO C – LAUDO ARQUEOLÓGICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA PARA PROJETO TURÍSTICO E CULTURAL NO FORTE DO BURACO.

<sup>462</sup> MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.14.

Essa maquinaria foi abordada por Michel Foucault, e se faz presente em dinâmicas distintas, correlacionadas à patrimonialização. Desde as narrativas acerca do legado histórico, passando pela eleição dos objetos patrimonializados pelas elites, até os atos políticos que refletiram nas percepções de valor e desvalor dos bens históricos.

Dessa forma, cabe inserir a discussão acerca das relações de poder evidenciadas no percurso das ações em prol do patrimônio no país e, conseqüentemente, sobre o Forte do Buraco.

A este respeito, Michel Foucault disserta sobre tal domínio através das relações entre soberania, disciplina e governamentalidade. Ele analisa como as relações de poder se aplicam no meio social baseado em saberes e discursos, que têm a função de legitimar soberania e obediência, além de se modificarem a cada época, envolvendo todos os membros do grupo nesses sistemas de discursos.

O poder não é homogêneo e não pode ser apropriado como um bem, pois ele funciona e se exerce em rede, não se aplicando aos indivíduos, mas transitando por eles, já que se encontra no meio dos saberes. Dessa forma:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.<sup>463</sup>

Assim, o poder funciona como uma “máquina social”, ao destacar sua natureza dinâmica e operacional. Ele não é estático, mas funciona como um conjunto de práticas e relações que moldam as interações sociais.

Nesse contexto, Foucault explora a relação entre poder, saber e discurso, ao argumentar que o poder se manifesta por meio de práticas discursivas que constroem conhecimento e verdade. Narrativas, representações e discursos são ferramentas essenciais para a legitimação do poder.<sup>464</sup> Ele argumenta que o poder não apenas restringe ou proíbe, mas também constitui

---

<sup>463</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 183.

<sup>464</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

e produz. O discurso é uma das ferramentas fundamentais através das quais o poder se exerce. Práticas discursivas moldam e controlam o que é dito, pensado e considerado como verdadeiro.

Não é minha intenção entrar nesta seara – do discurso, evitando fugir do fio condutor deste estudo – a patrimonialização. Contudo, é importante considerar que a prática discursiva e suas ligações com o poder se fazem presentes desde as narrativas iniciais que legitimaram o patrimônio histórico nacional, na década de 1930, assim como são perceptíveis nas pautas pró e contra a derrubada da fortificação, e continuam presentes neste período das tratativas para o (re)tombamento da fortificação.

Na governamentalidade, o poder não é apenas coercitivo, mas também funciona como um instrumento de governo. Isso é relevante, quando se considera como as práticas de preservação do patrimônio são moldadas, não apenas por leis e regulamentos, mas também por estratégias de governo.<sup>465</sup>

A análise da documentação de tombamento do Forte do Buraco permite compreender o poder não como uma entidade estática, mas como uma rede dinâmica de práticas e relações que permeiam toda a estrutura social.

No contexto das tratativas para o (re)tombamento, observo a influência de diferentes atores ao longo do tempo, desde o pedido inicial de tombamento em 1985 até a retomada do pleito em 1995. Figuras como o prefeito Germano Coelho, que desempenhou papéis tanto como solicitante do tombamento quanto como conselheiro do IPHAN, ilustram a complexidade das relações de poder nesse processo.

As relações de poder, nesta investigação, se inserem no panorama da patrimonialização e podem ser visualizadas na fala de Melo Franco no *Diário de Pernambuco*, no período da demolição do forte. Em suas palavras:

Temos a incumbência de velar pelos bens tombados. E não apenas pelos que estejam ameaçados por particulares. Também velamos pelos que estão ameaçados em quaisquer circunstâncias como na hipótese de atentado partido de gente do poder público.<sup>466</sup>

---

<sup>465</sup> FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

<sup>466</sup> COM A DEMOLIÇÃO [...], 1955, *op. cit.*

O que denota que a luta pela preservação da herança histórica no Brasil, além de ser travada no campo da propriedade privada, desde a formalização do Decreto-Lei de 1937, também é travada também dentro do poder público. O que confirma que as relações de poder também fazem parte das dinâmicas patrimonializadoras nos espaços, nas relações interpessoais e nas diversas práticas sociais.<sup>467</sup>

Essas relações não são fixas, mas se transformam ao longo do tempo, e diferentes períodos produzem estratégias distintas para exercer controle e influência sobre a sociedade. Isso é visível na reforma administrativa de Collor, que extinguiu órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio, e exemplifica como as mudanças políticas podem impactar diretamente nas práticas de cautela. Essa interrupção revela a fragilidade e a fluidez das estruturas de poder, no contexto da preservação do acervo histórico-cultural.

Essa abordagem lança luz sobre as práticas discursivas que permearam o debate sobre o Forte do Buraco. As representações simbólicas, as narrativas de legitimação e os discursos que atribuem valor ao patrimônio histórico foram elementos-chave na construção do significado do forte ao longo do tempo.

Assim, ao considerar as relações de poder, a circulação desse poder através dos diferentes atores envolvidos e a influência dos discursos na configuração do patrimônio, compreendo que o Forte do Buraco é mais do que um monumento físico; é um elemento de disputa, negociação e construção de significados, refletindo as dinâmicas sociais e políticas mais amplas.

Particularmente, associo a temática envolvendo as relações de poder com o conteúdo desenvolvido por Pierre Bourdieu, ao defender a existência do poder simbólico no qual as classes dominantes (ou campos dominantes) são beneficiárias de um capital simbólico, difundindo e reproduzindo através de instituições e práticas sociais que lhes permitem exercer o poder.

Dessa maneira, o poder simbólico é um elemento de construção da realidade através do uso dos sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e de comunicação, e só podem exercer um poder estruturante porque é estruturado.<sup>468</sup>

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação. Algo perceptível nas narrativas de legitimação e de deslegitimação conferidas ao

---

<sup>467</sup> FOUCAULT, 1979, *op. cit.*

<sup>468</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

forte, no período anterior à sua derrubada e durante as tratativas para o (re)tombamento da fortificação.

A relação entre cultura e poder é complexa, e enfatiza a natureza conflituosa das relações sociais, tanto dos padrões de comportamento quanto no ordenamento social. O poder é um dado intrínseco às relações sociais, afetando a tudo e a todos, e sua natureza relacional apresenta-se como um dado fundamental.

Nessa perspectiva, a definição de cultura está indissociável da dinâmica das negociações políticas, dos conflitos sociais e das relações de poder nas sociedades. Em outras palavras, a cultura e o poder estão interligados e influenciam-se mutuamente. A cultura é um campo de disputa e negociação de significados e valores que refletem as relações de poder existentes em uma sociedade.

O poder simbólico, articulado por Bourdieu, desempenha um papel crucial na construção e legitimação de hierarquias sociais. As classes dominantes, ou os campos dominantes, acumulam capital simbólico, que é essencialmente a capacidade de impor significados e valores, aceitos e internalizados no campo social. Esta acumulação ocorre através de instituições ou aparatos que moldam a percepção coletiva.

No contexto do Forte do Buraco, observo claramente a disputa pelo poder simbólico. A narrativa de legitimação ou deslegitimação associada ao forte, reflete o duelo pelo controle da representação e do significado atribuídos ao patrimônio histórico.

Durante as tratativas para o (re)tombamento da fortificação e a subsequente derrubada, diferentes atores sociais e instituições estavam envolvidos na construção de narrativas, que serviam aos seus interesses e visões de mundo.

As negociações em torno do patrimônio, muitas vezes envolvem não apenas a conservação de estruturas físicas, mas também a manutenção ou subversão de narrativas que sustentam o poder simbólico. Algo nitidamente evidenciado na participação de grupos eruditos pernambucanos, reunidos nas instituições que escolheram e legitimaram as ações patrimonializadoras, a exemplo do SPHAN e do IAHGP, bem como na presença no meio político, em todas as esferas, e nas forças armadas, que transformam bens como o Forte do Buraco, em moedas de capital histórico-cultural.

Assim, o poder simbólico opera de maneira sutil, muitas vezes inconsciente, penetrando nas mentes e influenciando suas percepções e práticas cotidianas. Esta dinâmica fica evidente na maneira como a população local, as autoridades municipais e outros atores interpretaram e

atribuíram significados ao Forte do Buraco ao longo do tempo. As decisões sobre o tombamento, a intervenção no espaço e as propostas de uso posterior foram todas marcadas por esse mecanismo de poder simbólico.

Esta estrutura é observável também no relato sobre Julius Von Söhsten e o canhão de bronze do Forte do Buraco, acrescentando uma dimensão interessante ao contexto do poder simbólico, que se refere à capacidade de impor significados e valores por meio da construção e difusão de símbolos culturalmente carregados.

No contexto específico do caso mencionado, identifiquei elementos que exemplificam este processo. Devido à sua atribuição como cônsul, Söhsten não apenas adquiriu um objeto físico, mas também se apropriou de um emblema histórico e cultural que carregava consigo uma carga simbólica ligada à fortificação, que, por sua vez, estava imersa em narrativas históricas e culturais.

Dado que o poder simbólico não reside apenas nas mãos de instituições ou estruturas formais, mas também nas práticas cotidianas e gestos simbólicos, ele contribui para a reprodução de significados culturais. Assim, essa situação exemplifica como as relações sociais, mesmo em gestos aparentemente individuais, podem ser instrumentos poderosos na luta pela imposição e legitimação de significados na sociedade.

O poder simbólico só pode ser exercido porque é internalizado pelas próprias estruturas sociais que o reproduzem. As instituições culturais moldam não apenas o que é considerado culturalmente valioso, mas também as percepções de normalidade e legitimidade.

Portanto, há uma íntima relação entre cultura e poder, e as disputas em torno do Forte do Buraco revelam a complexidade desse jogo simbólico, onde diferentes atores buscam impor suas interpretações e significados, moldando assim, as relações de poder na sociedade de forma cultural.

Percebo ainda que tais relações também podem envolver um esquema de articulação entre os atores envolvidos, seja de maneira individual ou institucionalmente. Um exemplo é o caso do prefeito de Olinda, Germano Coelho, que, em seu primeiro mandato, solicitou a abertura do novo processo de tombamento do Forte do Buraco. Na ocasião do seu segundo mandato, ele se colocou como conselheiro do IPHAN, tornando-se outro articulador das investidas sobre a fortificação, o que explicitou as relações de poder e interesses locais.

Da mesma forma, intelectuais como Gilberto Freyre e Anníbal Fernandes levantaram o debate sobre o patrimônio na década de 1920.

As relações de poder também são visíveis na participação de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Ayrton de Almeida Carvalho na formação do SPHAN e na defesa pela manutenção do forte.

De modo igual, a atuação de Renato Soeiro, ao inserir o Brasil no debate global sobre conservação e, de certa forma, ao incluí-lo nas redes de preservação do patrimônio, foi significativa. Além disso, a atuação de instituições como o IPHAN e o IAHP nas discussões para evitar a derrubada da fortaleza e retomar o tombamento também merece destaque.

A participação de figuras-chave, como políticos e intelectuais, nas discussões sobre o forte evidencia a complexidade das relações de poder. Suas ações e articulações não apenas refletiram interesses individuais, mas também contribuíram para a construção coletiva de significados em torno do legado histórico.

Entendo que estas relações podem acontecer de distintas formas, desde um processo moroso, como ocorreu nas negociações para a reabertura do processo de tombamento da Fortificação do Buraco, até em um único ato, a exemplo da reforma administrativa promovida por Fernando Collor de Mello, que impactou as instituições responsáveis pela preservação e destacou a influência política nas decisões relacionadas ao patrimônio. Esse impacto ficou evidente também na ingerência do contra-almirante Harold Ruben Cox, que ordenou a derrubada da edificação.

Observo assim a interligação entre representação, atribuição de valor e relações de poder na patrimonialização. Esta perspectiva integrada oferece uma compreensão mais abrangente dos processos envolvidos na preservação do acervo histórico-cultural.

Destaco, portanto, a necessidade de considerar as relações de poder na análise da patrimonialização, especialmente em função da participação ativa dos diferentes atores mencionados e suas associações diretas no cuidado e nas intervenções efetuadas sobre a Fortaleza do Buraco.

## 6 QUINTA PARTE – OU A RUÍNA: O RACHA NO IPHAN E NOVO TOMBAMENTO DO FORTE DO BURACO

*A ruína arquitetônica é um exemplo da combinação indissolúvel de desejos espaciais e temporais que desencadeiam a nostalgia. No corpo da ruína, o passado está presente nos resíduos, mas ao mesmo tempo não está mais acessível, o que faz da ruína um desencadeante especialmente poderoso da nostalgia.*<sup>469</sup>

Nos anos seguintes à abertura do processo de tombamento das ruínas do forte, foram realizados levantamentos arqueológicos na fortificação, com acompanhamento do IPHAN, em parceria com as prefeituras dos municípios de Olinda e Recife. No entanto, essas investigações não foram continuadas.<sup>470</sup>

Nesse ínterim, a Marinha propôs a utilização do terreno conhecido como “Coqueiral”, situado à esquerda da Escola Aprendizes de Marinheiros (*área non aedificandi*), para implantação de nova uma Vila Naval, próxima ao Forte do Buraco.<sup>471</sup> Essa proposta poderia interferir na área da fortificação, exigindo rapidez na proteção federal para resguardar o que restou da fortificação.

No âmbito da legislação, a Prefeitura do Recife retomou a posse da região onde se localiza o forte, em 1997,<sup>472</sup> alterando os limites com o município de Olinda,<sup>473</sup> o que incluiu as imediações da fortaleza.

Esse episódio resultou no desinteresse da cidade de Olinda pela área, conforme declarou o secretário do Patrimônio de Olinda, Antenor Vieira de Melo, em entrevista ao *Jornal do Comércio*.<sup>474</sup>

Internamente, o IPHAN começou a divergir sobre o (re)tombamento do forte, como evidenciado no *Parecer Denegatório ao Pedido de Tombamento*. Esse documento foi elaborado pelo historiador da instituição, Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, que enumerou razões pelas quais o equipamento não deveria ser tombado na circunstância de ruína. Ribeiro argumentou que:

---

<sup>469</sup> HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 91.

<sup>470</sup> IPHAN, 22 fev. 1996, *op. cit.*, fl. 47.

<sup>471</sup> IPHAN, 13 abr. 1998, *op. cit.*

<sup>472</sup> RECIFE. Lei Nº 16.293, de 3 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre as regiões político-administrativas do município do Recife e dá outras providências. Recife: **Prefeitura da Cidade do Recife**, [1997].

<sup>473</sup> RECIFE. Decreto Nº 85, de 8 de janeiro de 1949. Divide o município de Recife em quatro zonas, conforme delimitado. Recife: **Prefeitura da Cidade do Recife**, [1949].

<sup>474</sup> ALVES, Cleide. Forte do Buraco é redescoberto. **Jornal do Comércio**, Recife, 20 mai. de 2000.

Existe, portanto, uma primeira razão que nos motiva a opinar contrariamente ao pedido de tombamento, que é a coerência institucional que a Casa deve expressar ante os casos de demolição do bem cultural – património público e referenciador da história da nação. Proceder a este tombamento significaria: em primeiro lugar, julgar irrelevante a demolição que se procedeu à dinamite de 7/8 do que originalmente havia sido o bem cultural; em segundo, significaria desrespeitar o esforço que aqueles nossos colegas de outrora envidaram em prol da não destruição da Fortaleza do Buraco; em terceiro lugar, aceitar o tombamento dos remanescentes da Fortaleza do Buraco seria aceitar como legítima a destruição que ele sofreu, quando havia alternativas, segundo expressou o Dr. Ayrton de Carvalho, de se compatibilizar o projeto do dique seco com o da manutenção da Fortaleza.<sup>475</sup>

O parecer fundamentou-se nas tentativas do SPHAN de impedir a destruição do forte na década de 1950 e no fato do órgão não ter se oposto à construção do dique seco do porto do Recife, visando uma conciliação entre as necessidades de modernização alegadas pela Marinha e a manutenção da fortaleza.

Para isso, mencionou no documento as participações de figuras como Melo Franco, Ayrton Carvalho, e de intelectuais pernambucanos, incluindo o jornalista Mário Mello e o escritor Gilberto Freyre, que combateram em favor da preservação da edificação.

Juntam-se às considerações, de forma recorrente, o mau estado de conservação do equipamento, conforme relatórios técnicos elaborados entre o período do (des)tombamento e as tratativas para o (re)tombamento da fortificação.

Em continuidade, Ribeiro justificou que, apesar do IPHAN já ter procedido ao tombamento de várias ruínas, não deveria tombar os remanescentes do Forte do Buraco, pois tais resquícios eram provenientes da circunstância de uma demolição, e, portanto, não se tratavam de ruínas históricas, mas de escombros derivados de uma destruição dirigida e sistemática de um bem cultural.

O parecerista avaliou que um bem “destombado”, sem o aval do SPHAN, não poderia ter uma nova proteção. Além disso, Ribeiro destacou exemplos de ruínas até então tombadas pelo IPHAN, associadas à degradação natural ou a episódios históricos. Afirmando que

A ruína histórica é o remanescente de um bem depositário de referências históricas e simbólicas da formação do povo brasileiro, não podendo ser, por isso, confundida com escombros de um bem cultural. Parece-nos ser esta a situação da Fortaleza de Santo Antônio do Buraco, razão porque opinamos contrariamente ao tombamento do imóvel

---

<sup>475</sup> IPHAN, 4 set. 1997, *op. cit.*, fl. 121.

no nível federal, ainda que considerada a importância das ruínas históricas como testemunhos da formação cultural do povo brasileiro.<sup>476</sup>

Dessa forma, a legitimação de um bem cultural cuja destruição ocorreu à revelia do SPHAN foi considerada uma incoerência institucional, o que viria a macular a credibilidade da instituição, na medida que, tanto o órgão quanto a opinião pública propuseram alternativas e se manifestaram em favor da conservação do equipamento. Assim, o parecer foi negativo em relação ao pedido de (re)tombamento, desconsiderando a importância histórica da edificação.

Considero que, independentemente das intervenções da Marinha, o forte estava também sob a tutela do SPHAN, uma vez que era o órgão responsável pelo monitoramento dos bens tombados.

Em suas justificativas, Ribeiro não considerou que o desmonte do forte também se tratou de um fato histórico, dada sua participação anterior em distintos eventos nesse contexto. Além disso, também não foram avaliados a falta de prevenção, manutenção e preservação do equipamento gerido pela Marinha e fiscalizado pelo IPHAN.

O histórico decorrente da Batalha do Forte do Buraco também contribuiu para transformar a edificação em um elemento único, e constitui-se como episódio histórico, fator preponderante para sua patrimonialização, de acordo com o próprio parecer. À vista disso

[...] o texto sugere, indiretamente, existir uma espécie de paradoxo, já que houvera um pedido de destombamento nos anos 1950 e agora, havia um pedido contrário, pelo tombamento. O que o historiador não explica no seu parecer é que os processos não foram oriundos do mesmo grupo ou de uma mesma entidade. O destombamento dos anos 1950 não foi uma decisão do povo pernambucano, mas do governo federal baseada no pedido da Marinha do Brasil. Ao contrário, encontrou aqui resistência. Resistência essa que, infelizmente, não foi suficiente para impedir a ação danosa. E, justamente agora, esse povo, na figura de entidades da sociedade civil pernambucana, estava empenhado na luta pelo reconhecimento do seu patrimônio histórico e arqueológico.<sup>477</sup>

É visível que o parecerista, considerou apenas o envolvimento do SPHAN, ao longo de sua existência. Contudo, não houve destaque ao empenho de distintas instituições, atores políticos, intelectuais e da opinião pública. Isso evidenciou a intenção do povo pernambucano em preservar o bem histórico, e tais iniciativas estabeleceram o equipamento como patrimônio local. Dessa

---

<sup>476</sup> IPHAN, 4 set. 1997, *op. cit.*, fl. 125.

<sup>477</sup> OLIVEIRA, 2022, *op. cit.*, p. 97.

forma, optou-se pelas ponderações da preservação da imagem institucional, em detrimento da manutenção do que restou do forte.

A falta de consenso sobre o reconhecimento do valor histórico das ruínas, entre a 5ª Coordenação Regional do IPHAN, com sede em Recife, que se manifestou favoravelmente ao (re)tombamento, e a instância nacional, que, através do DEPROT/IPHAN, indicou o arquivamento do processo com base no *Parecer Denegatório*, reverberou na decisão final pela suspensão do novo tombamento,<sup>478</sup> sob alegações de inexistência de valor significativo em nível nacional e de que a área já era especialmente protegida como entorno do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Olinda.

Apesar das manifestações documentais em favor do abandono do pleito, em 1999, o relator/conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque, membro efetivo do IAHPG, pediu vistas à documentação, motivado pelos pontos de vista conflitantes.<sup>479</sup> Assim, submeteu ao Conselho uma nova proposta de tombamento das Ruínas do Forte do Buraco.

Neste momento, abro a discussão para destacar um aspecto curioso do parecer de Albuquerque, que elogiou a atuação da Marinha. Vale ressaltar que a Marinha, além de tudo, integrava o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN e tinha direito a voto sobre a nova patrimonialização do bem histórico, que o próprio órgão acabou demolindo. A saber:

Note-se que essa postura em nada desmerece a Marinha como instituição nacional respeitada por todos. Na longa e gloriosa história da Marinha brasileira, este é um episódio isolado, embora triste. Tem sido relevante e permanente a contribuição da Marinha em defesa do patrimônio cultural do país, trabalho que prossegue hoje com admiráveis iniciativas, comandadas pelo almirante Max Justo Guedes, membro deste Conselho.<sup>480</sup>

Tal demanda foi corroborada pela declaração do então secretário de Cultura do Recife, e membro do Conselho, Raul Henry:

O processo seria arquivado no ano passado, mas o conselheiro Roberto Cavalcanti (economista e intelectual pernambucano) pediu vistas. O novo relator do processo é o arquiteto Paulo Chaves, Secretário de Cultura do Pará-PA. Caberá a Paulo Chaves se pronunciar sobre o tombamento. O IPHAN nacional tem se posicionado contrário ao regional e está lançando mão de três argumentos para negar o pedido: a desmoralização da instituição, pois a Fortaleza já era tombada e teve de ser destombada para ser

---

<sup>478</sup> IPHAN, 10 ago. 1999, *op. cit.*

<sup>479</sup> IPHAN, 20 jan. 2000, *op. cit.*

<sup>480</sup> *Ibid.*, fl. 143.

dinamitada pela Marinha; a estrutura existente não seria significativa do ponto de vista arquitetônico; e não se trata de uma ruína histórica, mas apenas de escombros, pois o Forte foi destruído por uma ação intencional do Estado brasileiro. Para ser considerado ruína pelo IPHAN as mutilações da Fortificação deveriam ter sido provocadas pelo tempo ou por algum episódio histórico.<sup>481</sup>

Ao criar uma nova visão sobre o que seria um episódio histórico, surgiu a reflexão de que ruína o IPHAN se referia. Deduz-se que se consideravam apenas os escombros do forte aniquilado pela Marinha, pelo tempo e pelo mar. Entretanto, é importante enxergar a ruína como símbolo, ligado à noção do patrimônio e aos quesitos de representação e valor. Além disso, a própria derrubada do forte por meio de dinamite e picaretas também pode ser enquadrada como acontecimento histórico.

Ao tratar a destruição da fortaleza como um fato histórico, o argumento arquitetônico tornou-se pouco relevante, sendo que o quesito preponderante para a negativa ao novo tombamento foi apenas o orgulho institucional sofrido pelo IPHAN, que ao reconhecer a ruína, entendeu que o interesse da Marinha prevaleceu.

Diante disso, foi nomeado como novo relator/conselheiro, o então secretário de Cultura do Estado do Pará, Paulo Roberto Chaves Fernandes, que em sua avaliação julgou favorável ao tombamento das Ruínas do Forte do Buraco.

Em resposta ao parecer negativo inicial e à denominação do bem histórico como destroços, o relator citou que “os escombros, como assim prefere denominar um douto parecer nos autos do processo em tela, ainda sangram. E exigem reconhecimento”<sup>482</sup>.

Também foram feitas considerações sobre as alegações de perda de credibilidade do IPHAN, em tombar um equipamento já “destombado”, acrescentando que: “a Ruína do Forte que, ao mesmo tempo, expressa e redime mais um obscuro buraco na história do Patrimônio Cultural do Brasil. E isso não constrange o IPHAN pelo que aconteceu no passado, ao contrário; revigora-o”.<sup>483</sup>

Esses fatos foram apenas um prenúncio para a aprovação unânime, em 2000, do tombamento das Ruínas do Forte do Buraco, ocorrido no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro.

---

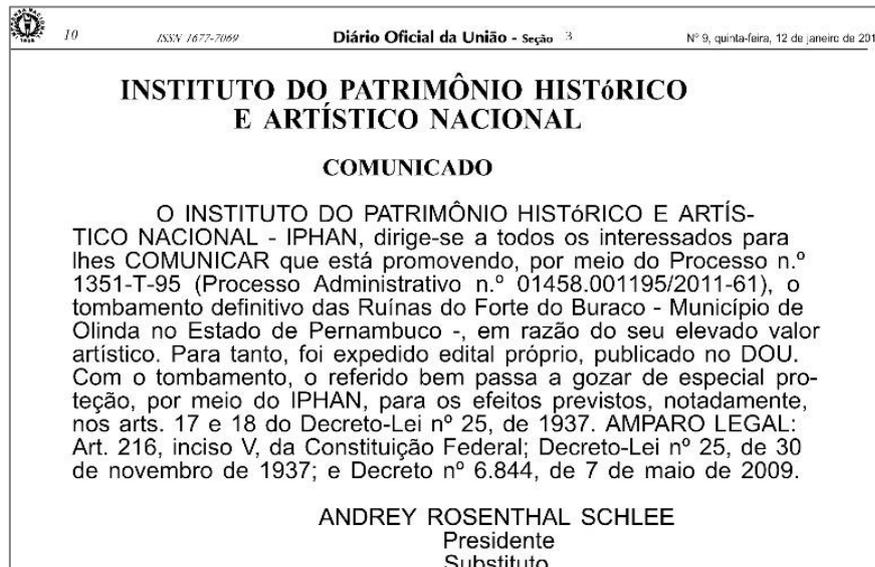
<sup>481</sup> ALVES, 2000, *op. cit.*, p. 7.

<sup>482</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer [s.n.]**. [s. l.]. IPHAN. In: Arquivo Central - Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 137. (grifo do autor)

<sup>483</sup> *Ibid.*, fl. 152. (grifo do autor)

Os trâmites solicitados só começaram a ocorrer em 2014,<sup>484</sup> e, após diversas trocas de pareceres e documentações, foi anunciado o tombamento definitivo das Ruínas, em 2017 – Cf. *Figura 4*, com justificativa de seu elevado valor artístico. O ato foi homologado alguns meses depois.

**Figura 4** – Tombamento definitivo das Ruínas do Forte do Buraco.



Fonte: DOU, 2017, fl. 10.

Uma consideração importante sobre a publicação do tombamento definitivo, bem como da homologação, ambas divulgadas no Diário Oficial da União (DOU), é o fato de situar as Ruínas do Forte do Buraco no município de Olinda, desconsiderando a legislação vigente de 1997, que transferiu à cidade do Recife a posse dos arredores do antigo forte. Essa situação foi replicada no *Processo de Tombamento das Ruínas do Forte do Buraco* pelo IPHAN, assim como em documentos e correspondências da instituição, relativas ao bem tombado até o ano de 2022.<sup>485</sup>

<sup>484</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Informação Técnica 01/JP/Superintendência do IPHAN em Pernambuco/2014**. [s. l.]. IPHAN, 8 ago. 2014. *In*: Arquivo Central - Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. II, 1995, fl. 210; IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memorando Nº 01024/2014**. Recife, 29 ago. 2014. *In*: Arquivo Central - Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. II, 1995, fl. 217.

<sup>485</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo administrativo de tombamento Nº 01458.001195/2011-61**. Portal IPHAN: Sistema Eletrônico de Informações (SEI). 10 out. 2022. Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 18 mai. 2011.

A partir de então, o equipamento passou a orbitar formalmente em uma nova categoria – ruína. Digo isto porque em seu histórico, a fortificação já esteve diversas vezes em situações de arruinamento, seja pelos embates com o mar e com o tempo, seja pelas sobreposições de fortificações que construíram o bem histórico em camadas e camadas de ruínas.

As ruínas constituem um campo de experimentações que colaboram para a maturação do conceito de monumento histórico, sedimentado a partir do século XIX,<sup>486</sup> refletindo não apenas a permanência física das estruturas, mas também a evolução das perspectivas culturais e históricas sobre o valor e significado dos vestígios do passado.

No contexto da historiografia, a definição de ruína abrange desde o “estado de degradação” ao “estado de destruição consumado”,<sup>487</sup> passando pela ideia de ser “tudo aquilo que é testemunho da história humana, mas com um aspecto bastante diverso e quase irreconhecível em relação àquele de que se revestia antes”.<sup>488</sup>

Dessa forma, a ruína, além do teor estético contém valor testemunhal, ao trazer uma narrativa única do passado, e essa qualidade informativa é crucial para compreender a história e a autenticidade de um monumento. A partir disso, ela – a ruína, se difere do escombro, que é simplesmente o resultado da destruição sem valor histórico ou cultural significativo.

Entre as designações sobre a ruína, opto pela abordagem de Alois Riegl por atrelar o valor, item discutido anteriormente como parte integrante do processo de patrimonialização, ao ponderar que “as ruínas ilustram o valor de antiguidade”,<sup>489</sup> além de mensurar o arruinamento nesse contexto. E, segundo o olhar de Riegl:

A ruína deveria simplesmente levar à consciência do espectador o contraste [...] entre a grandeza do passado e a decadência presente. Ela exprime o pesar dessa queda, e a nostalgia correlativa de uma antiguidade que desejaríamos ver conservada: trata-se, por

---

<sup>486</sup> Os debates deste período, juntamente com a queda do Campanário de São Marcos em 1902 e as Guerras Mundiais, deram partida ao tema diante do problema dos arruinamentos, que deixou de ser utilizado apenas as civilizações antigas e passou a ser empregado também no contexto contemporâneo. Cf. RODRIGUES, Angela Rosch. A problemática da ruína: das teorias da preservação patrimonial do século XIX ao restauro crítico. **Revista CPC**, São Paulo, n. 24, pp. 9-34, ago./dez. 2017; TRIBUNA do Paraná. **Há cem anos caía o campanário de São Marcos**. Portal Tribuna do Paraná, Curitiba, 18 jul. 2002. Mundo.

<sup>487</sup> Em 1825, Antoine Chrysostome Quatremère de Quincy publicou o verbete “*Ruína, Ruínas*” na *Encyclopédie Méthodique: Architecture*, um trabalho pioneiro que faz um retrospecto histórico sobre os valores atribuídos a esses conjuntos. Cf. KÜHL, Beatriz Mugayar. Quatremère de Quincy e os verbetes restauração, restaurar, restituição e ruína de sua *Encyclopédie Méthodique. Architecture*. **Rotunda**, Campinas, n. 2, pp. 100-117, ago. 2003, p. 112.

<sup>488</sup> BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2004, p. 65.

<sup>489</sup> RIEGL, 2014, *op. cit.*, pp. 14-15.

assim dizer, de um deleite voluptuoso na dor, que, mesmo atenuado por uma certa inocência pastoral, faz o valor estético [...].<sup>490</sup>

Esse pensamento ressoa na compreensão contemporânea das ruínas como depoentes autênticas do tempo e da história, destacando sua capacidade de evocar emoções e oferecer uma experiência estética singular. Isso representa um convite não apenas para testemunhar a passagem do tempo nas estruturas, mas para valorizar essa transformação como uma expressão genuína da condição humana.

Contemporaneamente, a *Carta de Atenas* de 1931,<sup>491</sup> documento inaugural do campo da preservação a nível mundial, associou a ruína aos monumentos antigos e às escavações arqueológicas. O documento foi reiterado com a promulgação da *Carta de Veneza* em 1964,<sup>492</sup> que consolidou as bases do restauro.

No campo nacional, embora não esteja claramente expresso no Decreto-Lei de 1937, a ruína está associada à necessidade urgente de preservação. Isso foi evidenciado pelas observações acerca da proteção, por Melo Franco, ao destacar que

A iniciativa do chefe da Nação tem uma finalidade prática relevante, que é a de dotar o Brasil de uma legislação adequada a impedir que se arruinem ou se dispersem os bens de notável valor artístico e histórico existente no país. [...] O que o projeto governamental tem em vista é poupar à nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio.<sup>493</sup>

Contudo, como já visto, desde os processos iniciais de tombamento, elementos arruinados estavam incluídos, o que sublinha a complexidade da definição e preservação de patrimônios históricos em diferentes estágios de deterioração. Isso ressalta a necessidade de uma abordagem flexível e contextualizada na legislação de preservação, capaz de contemplar não apenas os monumentos em estado de conservação, mas também aqueles que representam vestígios significativos de períodos históricos anteriores.

---

<sup>490</sup> RIEGL, 2014, *op. cit.*, p. 48.

<sup>491</sup> ICOM, 1931, *op. cit.*

<sup>492</sup> ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. **Carta de Veneza**. Veneza: 1964. In: IPHAN. Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

<sup>493</sup> ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 48.

Mediante o exposto e analisando o caso das Ruínas do Forte do Buraco, percebo a presença das definições do grau de destruição e do valor, entendendo que tal equipamento histórico reúne diversas ruínas que se sobrepõem, abrangendo todos os usos que o local já teve, desde Forte de São Jorge Velho, passando pela denominação de Forte Madame Bruyne, e Forte de Santo Antônio dos Coqueiros da Barra do Recife, até finalmente se tornar as Ruínas do Forte do Buraco.

### 6.1 AS INTERPOSIÇÃO DE RUÍNAS: AINDA RESTOU AFETO

Sob *status* de ruína, pouco se ouviu falar sobre o Forte do Buraco, exceto por atividades de turismo realizadas por instituições privadas. Isso contrasta com a euforia causada pela derrubada do forte, descrita por Freyre no *Diário de Pernambuco*, em 1955:

Será que um forte em ruínas deixa de ser um valor para um povo ou para uma geração, que preze o seu passado, só por ter sido maltratado pelo tempo ou pelos homens? [...] Como se acentua em tais ruínas o caráter histórico do antigo monumento ao mesmo tempo que aumenta o seu interesse estético pela ação de um tempo que arruinando uma igreja ou uma fortaleza ou um castelo dá, em alguns casos, a esses restos ilustres de construção outrora medíocres um prestígio como que místico.<sup>494</sup>

Nesse caso, os versos de Freyre, que poderiam ser incluídos nos elementos da representação, ressaltam que essas interposições de ruínas foram preteridas em função das iniciativas modernas. Além disso, essas ações também perdem seu valor ao serem erguidas com o sacrifício de uma ruína já característica da paisagem.

Ao adentrar o ano de 2019, o CEPPC, órgão vinculado à Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco (Secult-PE), organizou com o apoio da Marinha, uma visita que denominou como “Expedição ao Forte do Buraco”,<sup>495</sup> com a presença de historiadores e membros da instituição, com o intuito de inspecionar a área ocupada agora pelas Ruínas do Forte do Buraco. No entanto, nenhuma medida foi tomada após a visita.

---

<sup>494</sup> FREYRE, Gilberto. A propósito de ruínas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 9 jan. 1955.

<sup>495</sup> ALVES, 2019, *op. cit.*

A iniciativa mais recente envolvendo a Fortificação do Buraco está relacionada à *Declaração de Significância Cultural do bairro do Recife*.<sup>496</sup> Trata-se de um estudo qualitativo e quantitativo feito através do mapeamento bairro do Recife, referente à ZEPH-09, Zona de Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural<sup>497</sup> – Cf. *Figura 5*, região onde se localizam as ruínas.

**Figura 5** – ZEPH-09, Recife-PE.



Fonte: Adaptado do Portal ESIG/PCR, 2023. Edição: Ayodê França.

<sup>496</sup> O estudo foi organizado pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), vinculada à Prefeitura da Cidade do Recife. Cf. RECIFE. Declaração de Significância Cultural – bairro do Recife/ZEPH 09. Recife: **Prefeitura da Cidade do Recife**, [2023].

<sup>497</sup> Em 1979, o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife – PPSH/RMR criou a Zona Especial de Preservação – ZEP, que teve a denominação alterada em 1996 para Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural – ZEPH. Em 2008, o Plano Diretor da Cidade do Recife – PDCR instaurou o Setor de Preservação Rigorosa – SPR e o Setor de Preservação Ambiental – SPA. Cf. RECIFE. Lei Nº 13.957, de 26 de setembro de 1979. Institui normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, cujas expressões arquitetônicas ou históricas tenham real significado para o patrimônio cultural da cidade do Recife; disciplina a preservação desses bens, autoriza o prefeito a declarar Zonas Especiais de Interesse dessa preservação cultural e, dá outras providências. Recife: **Prefeitura da Cidade do Recife**, [1979]; RECIFE. Lei Nº 16.176, de 9 de abril de 1996. Estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife. Recife: **Prefeitura da Cidade do Recife**, [1996]; RECIFE. Lei Nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008. Promove a revisão do Plano Diretor do Município do Recife. Recife: **Prefeitura da Cidade do Recife**, [2008].

Desse modo, através de pesquisas com moradores e frequentadores do bairro, foram catalogados valores pertencentes à localidade, tais como: histórico, cultural, de memória, social, econômico, simbólico, artístico, dentre outros. Ressalto aqui que a base dessa análise foi fundamentada em atribuições de valor, ratificando o vínculo da valoração e a patrimonialização – Cf. Gráfico 1.

**Gráfico 1 – Menções de valor atribuídas ao bairro do Recife, 2023.**



Fonte: Adaptado da Declaração de Significância Cultural – bairro do Recife/ZEPH 09 - PCR, 2023.

A conclusão do estudo relacionou as Ruínas do Forte do Buraco ao atributo de valor afetivo, no qual o equipamento obteve uma das maiores expressões, entendendo-se que “envolve os sentimentos e a noção de pertencimento das pessoas que se relacionam com o bem, que ativam emoções ao pensar ou estar em determinados locais do bairro. Liga o bem às lembranças íntimas do passado das pessoas”.<sup>498</sup> Cabe mencionar que as ruínas da fortificação foram citadas na maior parte das outras categorias de valor avaliadas, exceto no quesito religioso e dos atributos do conjunto edificado, que foram avaliados em separado.

Deste modo, compreendo que, apesar das ruínas atualmente não fazerem parte do cotidiano dos moradores locais e frequentadores do bairro do Recife, sua recordação continua ativa, demonstrando uma relação de pertencimento e representação social. Isso se dá por meio das menções em distintos atributos de valor, sobretudo no respeito ao quesito memória, que é

<sup>498</sup> RECIFE, 2023, *op. cit.*, p. 8.

transmitido entre gerações e reforça a importância desse bem histórico na formação urbana da cidade.

A trajetória das Ruínas do Forte do Buraco reflete não apenas a complexidade do processo de tombamento, mas também a interseção de interesses históricos, culturais e políticos. Ao longo das décadas, essas ruínas passaram por um ciclo de desafios, desde a sua demolição até a sua eventual consagração como patrimônio cultural.

Além do embate entre a modernização e a preservação, as divergências institucionais e os esforços da sociedade civil para resgatar a importância histórica da fortaleza são elementos preponderantes nesta narrativa.

A resiliência dessas ruínas em resistir ao esquecimento e, finalmente, alcançar a condição de patrimônio tombado é emblemática. O reconhecimento do valor afetivo e a conexão emocional que essas ruínas mantiveram com a comunidade local são reflexos da vitalidade cultural que transcende as pedras empilhadas ao longo do tempo.

*O Processo de Tombamento das Ruínas do Forte do Buraco* destaca a importância do diálogo constante entre as diversas esferas da sociedade, desde as instituições governamentais até as comunidades locais, para a preservação do acervo histórico.

Esse caso específico não é apenas um testemunho da história do Brasil, mas um lembrete da necessidade contínua de salvaguardar e valorizar os vestígios do passado para as gerações futuras.

Atualmente além de arruinado, o antigo forte encontra-se invisível, encoberto por arbustos,<sup>499</sup> devido à indiferença das instituições que disputaram seu sítio, sendo elas mesmas responsáveis pela sua conservação.

Assim, tais ruínas permanecem não apenas como um monumento histórico, mas como uma narrativa viva que ecoa através do tempo, enraizada na identidade cultural e na memória coletiva da sociedade pernambucana.

---

<sup>499</sup> Cf. APÊNDICE A - EXPEDIÇÃO ÀS RUÍNAS DO FORTE DO BURACO.

## 6.2 FUTUROS POSSÍVEIS: AS EXPERIMENTAÇÕES E AS POSSIBILIDADES

*A história refere-se às condições de um futuro possível, que não se deduz somente a partir da soma dos eventos isolados. Mas nos eventos que ela investiga delineiam-se estruturas que estabelecem ao mesmo tempo as condições e os limites da ação futura.<sup>500</sup>*

O futuro pode ser lançado como horizonte de expectativas, e, neste fragmento, me atenho a apresentar perspectivas do que poderia ser o futuro da Fortificação do Buraco, não no sentido de especular sobre cada uma delas, mas no intuito de apresentar quais foram os futuros que lhe foram planejados, ou que o forte poderia ter sido mencionado.

Além de discutir sobre o último dos tópicos, que acredito ser relevante a este estudo – o tempo. Ele que é uma construção cultural que a cada época determina um modo específico de relacionamento entre as experimentações do passado e as possibilidades do futuro, e, que está plenamente associado à temática central desta investigação, a patrimonialização.

À vista disto, não quero trazer apenas as visões de futuro sobre ele, mas mencionar cinco distintas iniciativas que poderiam ter contemplado as ruínas da fortaleza com finalidades da manutenção e requalificação do seu uso.

A primeira iniciativa diz respeito ao *Projeto Executivo para Implantação de uma Estação Turística Histórico-Interativa no Forte do Buraco*<sup>501</sup> de 2017. Essa iniciativa foi encabeçada pelo Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR) e contou com o envolvimento de outras instâncias governamentais que tiveram envolvimento com o istmo de Olinda e Recife, dentre elas: o IPHAN, a Marinha, a Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH), a Advocacia Geral da União (AGU), o Porto do Recife e a Prefeitura Municipal de

<sup>500</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. da PUC, 2006, p. 145.

<sup>501</sup> O empreendimento englobou o *Projeto de píer para embarcações, e da ciclotrilha entre a ponte do Limoeiro (Recife) e a praia dos Milagres (Olinda)*, dentro do Plano de Reconexão Turística Recife-Olinda, uma iniciativa fomentada pelo Consórcio JBR/COLMEIA/JOY STREET e proposta pelo Governo do Estado de Pernambuco e pelo Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR). Cf. BRASIL. **Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo – PRODETUR**. Portal do Ministério do Turismo. 11 abr. 2018; OLINDA. Contrato de Empréstimo 2709/OC-BR - Homologação de Licitação, de 5 de outubro de 2016. Contratação de empresa de consultoria especializada para a realização do projeto executivo de implantação da Estação Turística Histórico-Interativa no Forte do Buraco, incluindo projeto de píer para embarcações, e ciclotrilha entre a Ponte do Limoeiro (Recife) e Praia do Milagres (Olinda) do Plano de Reconexão Turística Recife-Olinda. 2016. Recife: **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, ano XCIII, n. 187, fl. 13.

Olinda, com o objetivo de propor um Plano Urbano Paisagístico, que utilizaria as ruínas do forte como ponto de parada.

O projeto não teve êxito devido à homologação do tombamento definitivo das ruínas da fortificação, coincidentemente no mesmo mês da entrega da proposta.

A investida da iniciativa privada em implantar parcerias com o poder público, com a finalidade de usar bens históricos tombados, pode resultar em um longo debate, que não tenho a pretensão suscitar, pelo risco de entrar em discussões que fujam ao enredo deste estudo, as ações patrimonializadoras.

Considero que não é possível responder a todas as dúvidas sobre a manutenção eficaz dos equipamentos tombados, e, desta maneira trago alguns de meus questionamentos que poderão servir como base para novos exames, tais como: Por que o IPHAN, órgão responsável pela fiscalização do resguardo, não instaurou dispositivos disciplinadores a fim de promover a manutenção dos bens tombados? Quão danoso pode ser o risco da especulação de bens históricos em função de práticas turísticas? Será que a inserção da iniciativa privada pode ser a solução para a prevenção do arruinamento das fortificações nacionais?

A partir da última indagação, passo a abordar a segunda iniciativa utilizando o exemplo do mais recente posicionamento federal sobre as parcerias público-privadas, o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI,<sup>502</sup> de 2020, que transferiu à iniciativa privada os seguintes equipamentos: o Forte de Nossa Senhora dos Remédios (Fernando de Noronha-PE), a Fortaleza de Santa Cruz, também conhecida como Forte Orange (ilha de Itamaracá-PE), a Fortaleza de Santa Catarina (Cabedelo-PB), e a Fazenda Pau d’Alho (São José do Barreiro-SP).<sup>503</sup>

A meu ver, a maior das problemáticas das parcerias público-privadas é a degradação do patrimônio histórico em função dos danos causados pelo turismo de massa, a exemplo do *Projeto Piloto*, implantado no Forte de Nossa Senhora dos Remédios, na ilha de Fernando de Noronha, em 2022.

Esse projeto, pioneiro no que diz respeito aos bens históricos cogitados no PPI, é, contudo, excludente em relação à história do local em função do lucro. Ao transformar um

---

<sup>502</sup> BRASIL. Decreto Nº 10.466, de 18 de agosto de 2020. Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos turísticos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 19/08/2020, Página 5 (Publicação Original).

<sup>503</sup> NÓBREGA, Fábio. Fortes de Noronha e Itamaracá são incluídos em programa federal de privatização. **Folha de Pernambuco**. Recife, 19 ago. 2020. Caderno Turismo.

espaço histórico em um equipamento cultural de entretenimento, fornece aos moradores do entorno apenas a gratuidade no acesso ao equipamento e desconsiderando o sentimento de pertencimento.

Acredito que devam ser pensadas estratégias para a reintegração do atrativo à comunidade local, além de integrar a prática do turismo com a educação patrimonial sustentável, e ações em parceria com as universidades no planejamento do uso, proporcionando o acesso ao conhecimento histórico.

Não posso aqui deixar de mencionar a relação entre a atividade turística e o patrimônio cultural, temática amplamente debatida em 1976, no Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, realizado em Bruxelas, que deu origem à *Carta do Turismo Cultural*.<sup>504</sup>

Assim, interrompo a discussão sobre as prováveis iniciativas no forte para qualificar o turismo como um sistema que inclui demandas culturais, sociais, políticas e econômicas.<sup>505</sup> Isso contribui para o desenvolvimento do processo de identificação dos indivíduos com a história e a cultura,<sup>506</sup> uma vez que tanto os atrativos turísticos quanto os bens patrimoniais são construídos socialmente. Dessa maneira, os espaços e os objetos existem numa dimensão e para uma finalidade específica, sendo requalificados simbolicamente para outras destinações e usos.<sup>507</sup>

A terceira iniciativa a ser mencionada é o *Projeto Educação e Patrimônio Compartilhado: Brasil e Holanda*, realizado nos Fortes de São Tiago das Cinco Pontas, Forte de São João Batista do Brum, Forte Orange e em suas imediações, no ano de 2018.

Trata-se de uma ação financiada pela Embaixada dos Países Baixos, desenvolvida pelo IPHAN com a parceria da FUNDARPE, do Museu da Cidade do Recife e com o apoio das Prefeituras da Cidade do Recife e da ilha de Itamaracá.

Ao longo de 2018, o projeto mobilizou professores e alunos de escolas de ambos os municípios, com o intuito de elaborar um inventário participativo desenvolvido pelo Núcleo de

---

<sup>504</sup> ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo. **Carta de Turismo Cultural**. Bruxelas: 1976. In: Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

<sup>505</sup> Mário Beni conceitua o turismo a partir do que denomina como Sistema Turístico (SISTUR), composto pelo Conjunto das Relações Ambientais (que envolve os Sistemas Ecológico, Cultural, Econômico e Social), pelo Conjunto da Organização Estrutural (que envolve uma Superestrutura e uma Infraestrutura), e pelo Conjunto das Ações Operacionais (que envolve fatores de mercado, distribuição, produção, consumo, oferta e demanda). Cf. BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

<sup>506</sup> BARRETTO, 2003, *op. cit.*

<sup>507</sup> CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. 2 ed. São Paulo: 2004.

Educação Patrimonial do IPHAN. Esse levantamento trouxe o registro de referências culturais relativas à valoração e preservação das fortificações, permitindo identificar a importância histórica desses bens culturais a partir do ponto de vista da comunidade.<sup>508</sup>

Os resultados alcançados pela ação foram organizados em uma publicação e uma exposição homônima: *Novas (velhas) Batalhas – Educação Patrimonial no contexto das fortificações de Pernambuco*,<sup>509</sup> que exibiu relatos da experiência de participantes do projeto, na tentativa de sensibilizar leitores e espectadores sobre a educação patrimonial, apresentando ainda como se deu o processo de construção do *Inventário Participativo*, e refletindo sobre as vivências e percepção territorial da comunidade.

Cabe ressaltar a importância da educação patrimonial, uma das metas da educação contemporânea e dos órgãos vinculados à preservação do patrimônio. Por meio dela é possível sensibilizar para a importância do acervo histórico-cultural e despertar o interesse para a preservação e a valorização dos bens históricos.

Esta matéria foi discutida na Carta Patrimonial brasileira de 2009, de Nova Olinda-CE, com temática voltada às Casas do Patrimônio, que são espaços de diálogo com a comunidade, de coordenação institucional e de apoio à educação, visando fortalecer a gestão, proteção, valorização e uso do patrimônio cultural. Como resultado dessa discussão, surgiu o Plano Nacional de Educação Patrimonial.<sup>510</sup>

Dessa forma, a educação patrimonial visa conscientizar o indivíduo de que os bens culturais que formam o legado histórico pertencem a ele e à coletividade.<sup>511</sup> Ao se estabelecer em processos educativos formais e não-formais, foca o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o reconhecimento, a valorização e a preservação da herança histórica.<sup>512</sup>

A abertura da participação popular nos processos de preservação, na década de 1980, também incentivou as práticas da educação patrimonial e a requalificação de espaços

---

<sup>508</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Referências culturais das fortificações de Pernambuco são temas de livro e exposição**. Portal IPHAN. 16 abr. 2019.

<sup>509</sup> ROMEU, Gabriela. (Org.). **Novas (velhas) batalhas: educação patrimonial no contexto das fortificações de Pernambuco**. Brasília: IPHAN, 2019.

<sup>510</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Casas do Patrimônio. **Carta de Nova Olinda**. Nova Olinda-CE: 2009. In: Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

<sup>511</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. **O patrimônio**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

<sup>512</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação patrimonial**. Portal IPHAN. 2014.

fortificados, em medidas como o *Inventário Participativo*,<sup>513</sup> promovido pelo IPHAN. Essas iniciativas, através de pesquisas e discussões sobre o tema, geraram o reconhecimento e a apropriação dos bens pela comunidade.

A esse respeito, observo que algumas fortificações brasileiras adotaram a novos usos em suas edificações para as atividades culturais, seja na função de espaço museal com atividades de educação patrimonial, ou apenas como ponto de visitação turística.<sup>514</sup>

A quarta iniciativa, diz respeito à *Lista Indicativa a Patrimônio Mundial* da UNESCO<sup>515</sup> de 2015, para a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que ocorre periodicamente entre os países signatários. Essa lista elencou fortalezas tombadas pelo IPHAN,<sup>516</sup> construídas entre os séculos XVI e XIX, formando um bem seriado denominado Conjunto de Fortificações do Brasil. Esse conjunto representa as construções defensivas do território nacional, situadas nos locais que serviram para definir as fronteiras marítimas e fluviais do Brasil.

A candidatura a Patrimônio Mundial foi tema da *Carta do Recife*,<sup>517</sup> organizada pelo IPHAN em parceria com os Ministérios da Cultura (MinC), do Turismo (MTUR) e da Defesa (MD), durante o Seminário Internacional de Fortificações Brasileiras, realizado em 2017.

O evento teve como objetivo o debate sobre os modelos de gestão e valorização turístico-cultural para esse bem seriado, definindo diretrizes como: promoção do uso sustentável para assegurar a preservação do bem; fomento da gestão do conhecimento para preservar a memória e estimular o turismo cultural; promoção da interpretação do patrimônio para ampliar a compreensão sobre o bem cultural; estímulo à educação patrimonial; e promoção de parcerias entre entidades públicas e privadas na gestão das fortificações.

---

<sup>513</sup> FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim *et al.* **Educação patrimonial**: inventários participativos. Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN, 2016.

<sup>514</sup> CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição Especial: turismo em fortificações. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 8-22, out. 2013. *Cf.* APÊNDICE B – TABELAS DE REQUALIFICAÇÕES EM FORTIFICAÇÕES PARA USOS TURÍSTICOS E CULTURAIS.

<sup>515</sup> O Conjunto de Fortificações do Brasil é formado pela Fortaleza de São José, em Macapá-AP, pela Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em Niterói-RJ, pela Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro-RJ, pela Fortaleza de Santa Cruz de Anantomirim, em Governador Celso Ramos-SC, pela Fortaleza de Santo Antônio de Ratonas, em Florianópolis-SC, e pela Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, no Guarujá-SP. *Cf.* IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Fortes incluídos na lista indicativa a patrimônio mundial**. Portal IPHAN. 2015.

<sup>516</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Fortificações brasileiras**. Portal IPHAN. 2014.

<sup>517</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Seminário Internacional Fortificações Brasileiras - Patrimônio Mundial. **Carta do Recife**. Forte das Cinco Pontas, Recife: 4-7 abr. 2017. Portal do IPHAN. 2017.

Destaco que a Fortaleza do Buraco não foi integrada ao Conjunto de Fortificações devido à sua condição de ruína. Nesse sentido, considero como procedente o empenho do IPHAN na promoção dos bens históricos nacionais ao título de Patrimônio Mundial, com a expectativa de garantir a conservação e a manutenção de tais bens. No entanto, no caso do Forte do Buraco, a instituição não conseguiu assegurar essas premissas na fiscalização da preservação da edificação.

A quinta e última iniciativa diz respeito à prevenção dos riscos ao patrimônio cultural decorrentes das ações climáticas, que se tornaram uma das ameaças mais significativas e de mais rápido crescimento para os indivíduos e sua herança cultural em todo o mundo.

Nesse panorama, de forma participativa, o IPHAN e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Brasil (ICOMOS-BR) promoveram, em 2023, o Ciclo de Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas, que abrangeu os principais desafios relacionados ao legado cultural brasileiro diante das mudanças do clima. As metas incluíram: responder aos riscos que as mudanças climáticas representam para o acervo cultural e defender o patrimônio como fonte de resiliência frente às ações climáticas.<sup>518</sup>

A matéria das mudanças climáticas começou a ser amplamente discutida nos anos 2000; no entanto, a conservação dos monumentos vem sendo tratada desde a *Carta de Atenas* de 1931, que, como mencionado anteriormente, teve impacto significativo na legislação de proteção nacional.

Os temas da preservação do patrimônio histórico-cultural e do patrimônio ambiental foram examinados, tanto pelas diretrizes internacionais<sup>519</sup> quanto pela legislação nacional,<sup>520</sup> mas de maneiras distintas.

---

<sup>518</sup> ICOMOS-BR – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios do Brasil. **Mudanças climáticas e patrimônio cultural**. Brasil, 4 nov. 2022. Portal ICOMOS-BRASIL. 2022.

<sup>519</sup> Apenas em 1972, a temática da preservação ambiental começou a circular nas Cartas Patrimoniais, com a *Declaração de Estocolmo*, ratificada pela *Declaração de Nairóbi*, de 1982. Cf. UNEP – Organização das Nações para o Meio Ambiente. Assembleia Mundial dos Estados. **Declaração de Estocolmo**. Estocolmo: 1972. In: IPHAN. Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995; UNEP – Organização das Nações para o Meio Ambiente. Assembleia Mundial dos Estados. **Declaração de Nairóbi**. Nairóbi: 1982. In: IPHAN. Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

<sup>520</sup> A *Constituição Federal* de 1988 trata da Educação, Cultura e Desporto no Capítulo III e aborda o tema do Meio Ambiente no Capítulo VI. O termo “mudanças climáticas” foi incluído na legislação apenas em 2022. Cf. BRASIL. Emenda Constitucional Nº 126, de 21 de dezembro de 2022. Altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no Art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 22/12/2022, Página 18 (Publicação Original).

Esses temas passaram a ser analisados de forma interligada na *Recomendação de Paris* de 1972, que estabeleceu a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, com a missão de ajudar os Estados-partes na proteção dos lugares que possuem um acervo histórico em risco iminente. Isso ocorreu em decorrência do exame dos relatórios emitidos pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), em 2004, que levou a organização a incorporar as ameaças advindas das mudanças climáticas como riscos ao patrimônio da humanidade.<sup>521</sup>

Atualmente, cerca de 35% dos sítios culturais e naturais tombados como Patrimônio Mundial pela UNESCO já sentem os impactos das mudanças climáticas, o que as tornam uma grande ameaça, segundo a organização.<sup>522</sup>

O tema pode ser facilmente associado à Fortificação do Buraco, haja vista que a fortaleza, exceto pelas ações da demolição em 1953, já teve seu processo de arruinamento iniciado em data anterior ao seu tombamento inicial, em 1938, devido às erosões causadas pelas ações fluviais e marítimas, agravadas pela geografia local e sua localização próxima ao Buraco de São Thiago.

As mudanças climáticas estão incluídas em discussões atuais e, evitando o anacronismo, a União representada pela Marinha e tutora do Forte do Buraco desde seu processo de resguardo inicial, deveria ter implementado ações preventivas contra o arruinamento e a manutenção do equipamento sob sua tutela. Da mesma forma, o IPHAN, diante da urgência na realização de obras, conservação ou reparação no bem tombado, deveria ter tomado a iniciativa de proteção, de acordo com as normativas promulgadas no *Decreto-Lei Nº 25* de 1937, que organizou o amparo do patrimônio histórico e artístico nacional.

Como visto, a requalificação desses espaços de memória possibilita ações voltadas à cultura e ao turismo e, sobretudo, à educação patrimonial.

O novo uso abre novas perspectivas para lugares invisíveis ao senso comum, auxiliando na percepção do bem cultural ao construir ligações entre sujeito e patrimônio, e agregando valor

---

<sup>521</sup> ZANIRATO, Silvia Helena. Experiências de prevenção de riscos ao patrimônio cultural da humanidade. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, n. 13, v. 1, pp. 151-164, jun. 2010.

<sup>522</sup> SEGANFREDO, Thais. **Rede internacional lança manifesto sobre cultura e ação climática na Cop27**. Portal Nonada Jornalismo. 17 nov. 2022.

ao bem, já que proporciona a socialização, a comunicação e a divulgação das percepções englobadas.<sup>523</sup>

Por conseguinte, concluo as perspectivas de futuros possíveis relacionados ao Forte do Buraco e retomo a discussão sobre as ações patrimonializadoras, trazendo outro fator preponderante nesta discussão – o tempo.

### 6.3 SOBRE O TEMPO: ENTRE EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS

*O tempo, como o mundo, tem dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado, outro inferior e invisível, que é o futuro. No meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo, que são estes instantes do presente que imos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa.*<sup>524</sup>

O tempo é um fator que está presente na evolução dos processos patrimonializadores. É um elemento amplo: ele circulou o passado do forte, influencia as ruínas e modela as possibilidades para o seu futuro.

E no caso da edificação, que atravessou momentos preponderantes, como a ruptura do istmo, que modificou o cotidiano e a paisagem local, outorgando circunstâncias de abandono e criminalidade transmitidas às décadas posteriores. Na mesma medida em que foram implementadas medidas sobre a fortaleza, desde a elaboração de narrativas até às atribuições de valor e desvalor, o tempo se manifestou na gradativa transformação da edificação em ruína.

O conceito de tempo é desenvolvido de forma a estar diretamente ligado às ações humanas concretas, bem como às suas realizações políticas, econômicas, sociais e culturais, conforme discutido nos escritos de Reinhart Koselleck.

A estrutura temporal é caracterizada por uma força própria, distinta dos ciclos da natureza, e dar sentido a uma nova concepção de tempo: o tempo histórico. Dessa forma, o tempo histórico é compreendido pelo campo da experiência (passado) e o horizonte de expectativa (futuro), duas instâncias que se entrelaçam e se associam ao presente, pois, ao

---

<sup>523</sup> SILVA, Sandro Vasconcelos da; LOURENÇO, Henrique Costa; NASCIMENTO, Lucas José do. Um espaço de (re)conhecimento: a cidade como elemento de aprendizagem. **Aurora 463 – Revista da Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco**, FUNDARPE, Recife, v. 1, n. 4, pp. 83-91, 2019.

<sup>524</sup> VIEIRA, Antônio. **História do futuro**. v. 1. Brasília: Editora UnB, 2005, p. 4.

mergulhar no passado, os indivíduos são influenciados pelas indagações colocadas pelo tempo presente.<sup>525</sup>

A história pode ser aprendida dentro de sua própria historicidade. A constituição do tempo histórico é estabelecida entre a relação do passado e o futuro. Ou seja, é por meio da forma que cada geração lidou com seu passado, construído no campo da experiência, e com seu futuro, alimentado pelas expectativas, que surge a relação com o tempo, denominado como tempo histórico. Nessa perspectiva

[...] o tempo passa a ser não apenas a forma em que todas as histórias se desenrolam; ele próprio adquire uma qualidade histórica. A história, então, passa a realizar-se não apenas no tempo, mas através do tempo. O tempo se dinamiza como uma força da própria história.<sup>526</sup>

Assim, o tempo histórico não é simplesmente uma sucessão linear de eventos, mas uma construção complexa que se desdobra entre o campo da experiência e o horizonte de expectativa. Ele não segue meramente os ciclos naturais, mas é moldado pelas ações humanas concretas, englobando realizações políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesse contexto, é crucial entender o tempo não apenas como uma dimensão cronológica, mas como uma força dinâmica que influencia e é influenciada pelas narrativas históricas.

A discussão sobre os futuros possíveis para a fortaleza, permeada pelos diversos projetos e iniciativas mencionadas, reflete a complexidade temporal delineada por Koselleck. À medida que foram feitas projeções sobre o destino do patrimônio, também foram moldadas as interpretações do passado e das condições presentes.

No âmbito da patrimonialização, o tempo não é apenas um cenário no qual a história se desenrola, mas uma força ativa que participa da construção e preservação da herança histórica. A urgência de ações preventivas contra o arruinamento do Forte do Buraco, particularmente em relação às mudanças climáticas, destaca a necessidade de pensar estrategicamente sobre o tempo como um elemento central na gestão e preservação do legado histórico.

Desta maneira, reconheço que o tempo histórico não é estático; ele é dinâmico, interligando-se com as experiências passadas, as expectativas futuras e as ações presentes. A

---

<sup>525</sup> KOSELLECK, 2006, *op. cit.*

<sup>526</sup> *Ibid.*, pp. 282-283.

história e o tempo não são entidades separadas, mas coexistem e se interligam, formando a base da compreensão do patrimônio e sua relação contínua com a sociedade.

A este respeito, Andreas Huyssen dialoga com Koselleck ao considerar que o passado não existe por si só, mas sim em relação com o presente, ressaltando a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais da contemporaneidade, indicando uma mudança de paradigma em relação ao século XX, quando o futuro era privilegiado e associado à modernidade.

Essa perspectiva foi transformada na década de 1980, marcada pela transição do foco de futuros presentes para passados presentes. Essa mudança sugere um deslocamento na experiência e sensibilidade em relação à temporalidade, onde a memória assume um papel significativo na compreensão do espaço e do tempo na sociedade contemporânea. Como Huyssen ressalta:

Tempo e espaço, como categorias fundamentalmente contingentes de percepção historicamente enraizadas, estão sempre intimamente ligados entre si de maneiras complexas, e a intensidade dos desbordantes discursos de memória, que caracteriza grande parte da cultura contemporânea em diversas partes do mundo de hoje, prova o argumento.<sup>527</sup>

Isso evidencia a profunda conexão entre essas categorias. A intensidade dos discursos de memória na cultura contemporânea, que se manifestam em diversas partes do mundo, reforça a complexidade dessa relação. Nesse contexto, tempo e espaço não são elementos isolados, mas estão interligados.

A contemporaneidade é marcada por uma reorientação em direção ao passado, onde a memória desempenha um papel central na construção da identidade e na compreensão das dinâmicas sociais. Essa abordagem enriquece a compreensão do tempo como uma construção cultural e social, destacando como as narrativas do passado são constantemente reinterpretadas e resignificadas.

No âmbito da análise do Forte do Buraco, as reflexões sobre a interconexão entre tempo e memória na contemporaneidade oferecem uma lente interpretativa valiosa para entender as propostas e desafios associados ao equipamento e sua história.

---

<sup>527</sup> HUYSSSEN, 2014, *op. cit.*

Ao longo das décadas, as propostas para a fortaleza delinearam uma transformação nas perspectivas temporais, variando desde as discussões sobre sua potencial demolição, até as iniciativas recentes com enfoque em futuras expectativas, e para uma atenção renovada aos passados presentes. Isso fez com que a Fortaleza do Buraco se tornasse um palco onde diferentes temporalidades convergem.

A centralidade da memória nas discussões sobre a preservação do forte é aparente nas diversas propostas, como a candidatura a Patrimônio Mundial e o *Projeto Executivo para a Implantação de uma Estação Turística*. Essas iniciativas refletem a preocupação com a preservação da memória histórica, onde o passado não é apenas recordado, mas ativamente construído e reinterpretado no presente.

A abordagem de parcerias público-privadas, exemplificada pelo *Projeto Piloto no Forte de Nossa Senhora dos Remédios*, em Fernando de Noronha, pode ser interpretada pelo modo como o acervo histórico é tratado pela iniciativa privada. A transformação do espaço histórico em entretenimento sem considerar integralmente a história local, ressoa na complexa relação entre passado e presente.

O tema dos riscos climáticos, associados a este estudo de caso, também se alinha com a ideia de que as ações contemporâneas têm um impacto significativo na forma como o passado é compreendido. Os desafios enfrentados na preservação do patrimônio histórico diante das mudanças climáticas refletem a necessidade de equilibrar as demandas do presente com a salvaguarda.

Além dos autores aqui discutidos, me parece importante trazer à tona o debate sobre os argumentos colocados por François Hartog e suas contribuições acerca dos regimes de historicidade e dos estudos do tempo presente. Assim, paralelamente, traço uma ligação entre as duas proposições.

Os esforços de Hartog são dedicados a pensar as estratificações e as múltiplas ordens temporais, que são consideradas fundantes na passagem do tempo e em suas atividades. Na medida em que

Ninguém duvida de que haja uma ordem do tempo, mais precisamente, ordens que variam de acordo com os lugares e as épocas. Ordens tão imperiosas, em todo caso, que nos submetemos a elas sem nem mesmo perceber; sem querer ou até não querendo, sem saber ou sabendo, tanto elas são naturais. Ordens com as quais entramos em choque, caso nos esforcemos para contradizê-las. As relações que uma sociedade

estabelece com o tempo parecem ser, de fato, pouco discutíveis ou quase nada negociáveis.<sup>528</sup>

Desse modo, as relações sociais com o tempo, muitas vezes imperceptíveis e naturalizadas, encontram na memória histórica um meio de reconhecer e negociar essas ordens temporais.

Acerca da ligação entre o tempo e o patrimônio, este último é apontado por não encapsular rupturas, reconhecendo-as, reduzindo-as, mencionando-as e elegendo-as, mas também atua como um produtor de símbolos:

O patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos. Inscrito na longa duração da história ocidental, a noção conheceu diversos estados, sempre correlatos com tempos fortes de questionamentos da ordem do tempo. O patrimônio é um recurso para o tempo de crise. Se há assim momentos do patrimônio, seria ilusório nos fixarmos sobre uma acepção única do termo.<sup>529</sup>

Acresce-se a isso que as interligações entre memória, patrimônio e tempo são novamente apontadas, o que corrobora que essas associações fazem parte do universo da patrimonialização:

Nós interrogamos, aqui, o nosso contemporâneo a partir destas duas palavras mestras que são a memória e o patrimônio. Muito solicitadas, abundantemente comentadas e declinadas de múltiplas formas, estas palavras-chave não serão mais desdobradas, aqui, por elas mesmas, mas tratadas unicamente como indícios, sintomas também de nossa relação com o tempo — formas diversas de traduzir, refratar, seguir, contrariar a ordem do tempo: como testemunham as incertezas ou uma “crise” da ordem presente do tempo.<sup>530</sup>

Os termos “memória” e “patrimônio” são aqui considerados não apenas como objetos de estudo por si mesmos, mas como indícios e sintomas reveladores da relação com o tempo. Elas não apenas refletem, mas também refratam e desafiam a ordem temporal estabelecida, testemunhando as incertezas e as crises que permeiam a percepção contemporânea do tempo.

No contexto do Forte do Buraco, as propostas e iniciativas para a preservação e revitalização ilustram as interconexões entre memória, patrimônio e tempo. O local não se

---

<sup>528</sup> HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 17.

<sup>529</sup> HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 36, v. 22, pp. 261-173, jul./dez. 2006, p. 273.

<sup>530</sup> HARTOG, 2006, *op. cit.*, p. 265.

compõe apenas uma estrutura estática, apesar do constante diálogo com as diferentes camadas temporais que o atravessam, mas também se caracteriza pelos valores e significados que lhe foram atribuídos.

Outra maneira de investigar as ações do tempo sobre a patrimonialização seria “escovar a história a contrapelo”, conforme o entendimento de Walter Benjamin,<sup>531</sup> ao observar essa ciência sob um novo viés, reconhecendo tendências e ângulos negligenciados pela leitura institucional dos eventos.

De modo semelhante, para Michael Löwy,<sup>532</sup> a expressão “a contrapelo” possui duplo significado: um histórico e um político. Historicamente, ela se refere à resistência frente à versão oficial da história, em oposição à tradição dos oprimidos. Isso ocorre porque a continuidade histórica das classes dominantes forma um longo cortejo triunfal, que é interrompido apenas em momentos de sublevação das classes subalternas. Politicamente, a expressão sugere que a redenção ou a revolução não virá de maneira natural ou inevitável através do “curso da história” ou do “progresso”. Ao contrário, será necessário lutar contra a corrente. Se seguir sem resistência, a história apenas perpetuará guerras, novas catástrofes e outras formas de barbárie e opressão.

Conforme tais discursos, somados aos estudos já mencionados de Márcia Chuva<sup>533</sup> e Maria Cecília Londres Fonseca<sup>534</sup> sobre a evolução do patrimônio no Brasil, às compreensões de Françoise Choay<sup>535</sup> e Margarita Barreto<sup>536</sup> sobre a associação entre tempo e patrimônio e, aos dados coletados nesta investigação, tornou-se possível ampliar as discussões acerca da patrimonialização e suas implicações.

A seleção de bens patrimoniais é um exemplo de como as elites, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, têm sido frequentemente responsáveis pela definição dos critérios de valor cultural e histórico. Muitas vezes, a escolha do patrimônio reflete os interesses e valores dessas classes, o que pode resultar na preservação de bens que atendem às suas próprias

---

<sup>531</sup> Para Walter Benjamin ir “contrapelo” significa voltar, mas não para trás, no sentido de se tornar obsoleto, num estado de nostalgia medíocre pelos tempos de outrora. Significa, pelo contrário, ericar o conforto que o passado usa e expor todos os não-ditos que nele afundaram para longe da vista. Cf. BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>532</sup> LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”**. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 74.

<sup>533</sup> CHUVA, 2011, *op. cit.*

<sup>534</sup> FONSECA, 1997, *op. cit.*

<sup>535</sup> CHOAY, 2001, *op. cit.*

<sup>536</sup> BARRETTO, 2003, *op. cit.*

representações de história e identidade. No Brasil, por exemplo, a escolha de determinadas construções coloniais ou imperialistas como patrimônios está, em grande parte, ligada ao interesse das elites em preservar símbolos que afirmam um certo tipo de ordem social ou poder.

Outro ponto a se destacar é o efeito excludente da visão das elites sobre o patrimônio, que nem sempre reflete uma perspectiva plural. Muitas vezes, essa visão está ligada à ideia de um “patrimônio ideal”, que corresponde a uma narrativa oficial centrada em monumentos e lugares que são percebidos como símbolos da grandiosidade e da tradição. Isso pode resultar na exclusão de aspectos culturais de outros grupos sociais, os quais possuem suas próprias manifestações culturais e históricas.

A participação comunitária na preservação do patrimônio é outro aspecto relevante, dado o valor da inclusão local e comunitária nas ações de patrimonialização. Esse envolvimento evidencia como a valorização de um bem histórico está intimamente ligada ao reconhecimento pela comunidade que o circunda, considerando que o fortalecimento de um senso de pertencimento pode influenciar diretamente a preservação e o cuidado com os espaços patrimoniais.

A análise de como a globalização impacta as práticas de preservação do patrimônio também pode ser considerada, como no exemplo das influências das Cartas Patrimoniais na formação da legislação nacional de preservação do patrimônio histórico, especialmente diante das tensões entre as necessidades de preservação local e a expansão de projetos turísticos globais. Esse contexto permite refletir sobre como o patrimônio é interpretado e consumido no cenário de globalização, onde os interesses econômicos e culturais podem conflitar com os esforços de preservação local.

Também é possível investigar como as narrativas históricas associadas a um determinado bem patrimonial podem influenciar a sua percepção e seu valor dentro da sociedade. A construção de narrativas alternativas ou a resignificação de histórias relacionadas ao patrimônio podem impactar tanto o processo de patrimonialização quanto o entendimento coletivo sobre o bem histórico.

Diante da relação entre patrimônio e relações de poder, a preservação de certos bens culturais pode atuar como um mecanismo de legitimação do *status* dos grupos dominantes. Ao associar determinados locais ou monumentos ao patrimônio, esses grupos reforçam uma narrativa que pode legitimar seu papel na sociedade e sua continuidade no poder. Essa estratégia, muitas vezes, contribui para ocultar outras camadas da história, como as experiências

e contribuições das classes populares ou de grupos marginalizados, que frequentemente não são reconhecidos ou valorizados dentro dos processos patrimoniais.

Assim como o papel do Estado e da legislação, no contexto da patrimonialização, o setor governamental, muitas vezes influenciado pelos grupos dominantes, estabelece as normas que regulamentam a preservação de bens culturais. No Brasil, a criação de leis de tombamento e a inserção de bens na *Lista de Patrimônio Mundial da Humanidade*, por exemplo, é um processo que envolve decisões políticas nas quais as elites podem exercer uma influência significativa. Esses grupos não apenas participam da formulação dessas normas, mas também podem ter interesses diretos na gestão do patrimônio, seja por meio de suas posses ou através de influências sobre a administração pública.

Em suma, a compreensão do tempo, da memória e do patrimônio como elementos interligados fornece uma base conceitual robusta para a análise tanto da fortificação quanto de outros espaços históricos.

E a compreensão temporal como algo em constante negociação e interpretação ressoa significativamente nos estudos históricos e nos desafios contemporâneos de preservação e significação do patrimônio histórico.

Esse olhar sintoniza-se com a percepção do tempo, ressaltando a importância de preservar, reinterpretar e negociar o passado, em constante diálogo com as demandas do presente. Essas reflexões não apenas enriquecem a historiografia, como também lançam luz sobre a complexidade da condição humana, imersa na trama multifacetada do tempo.

Sendo assim, percebo que o tempo como elemento fundamental para a compreensão do campo da patrimonialização, plenamente evidenciado na historicidade da Fortificação do Buraco, edificação que vivenciou distintos momentos de amparo e de deslegitimação nos recortes temporais trabalhados nesta investigação.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS – “POR ENTRE O MAR E O MANGUE: OS PERCURSOS, AS PERAMBULAÇÕES E OS CAMINHOS QUE LEVAM AO FORTE DO BURACO”<sup>537</sup>

A proposta inicial deste estudo era tecer considerações acerca da evolução do patrimônio histórico nacional e das alterações nas atribuições de valor a ele associadas, desde a observação dos períodos fomentadores de identidade, incluindo as implementações das ações de preservação, ocorridas na década de 1930 com a formação do SPHAN e do dispositivo do tombamento, até os dias atuais.

Entretanto, a partir do aprofundamento da investigação, percebi que tais entendimentos não abarcariam todo o conteúdo fornecido pelas ações nacionais de proteção, de forma a representar os modos como a sociedade e as políticas públicas trataram e continuam tratando o patrimônio.

Nesta concepção, o legado histórico-cultural não é algo intrínseco, como em suas definições etimológicas e de valor histórico iniciais. O patrimônio está em constante evolução. No avanço dessa emergência, ele passou a ser instituído. Assim, o patrimônio é uma instituição, e pode ser concebido de distintas formas.

Percebendo que novas dinâmicas interagem com a instituição da herança histórica, assim como com as elaborações de valor atribuídas a ela, reelaborei a estrutura deste estudo, elegendo a patrimonialização como dinâmica central.

A patrimonialização, que denominei como “o patrimônio em movimento” de forma ilustrativa, por ter consciência de serem conceitos distintos, serviu como base para entender a confluência de outras ideias que influenciaram a formação do legado histórico nacional e suas atualizações.

A escolha do Forte de Santo Antônio do Buraco como estudo de caso foi devido ao fato de seu percurso histórico estar contido em todo o processo evolutivo das ações patrimonializadoras no país, o que inclui a elaboração da legislação de conservação. Além disso, o equipamento é um exemplo singular dessas ações e das mudanças nas atribuições de valor, tendo em vista os processos de tombamento, (des)tombamento e (re)tombamento ocorridos na edificação.

---

<sup>537</sup> Em referência à obra de Leopoldo Waizbort sobre Aby Warburg. Cf. WAIZBORT, Leopoldo. (Org.). **Histórias de fantasma para gente grande – Aby Warburg**: escritos, esboços e conferências. Tradução: Tradução Lenin Bicudo Bárbara. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Desta maneira, foi necessário o estudo dos debates iniciais sobre o patrimônio histórico nacional, ocorridos na década de 1920, que já incluíam o interesse pelos quesitos intangíveis, além da discussão sobre o patrimônio material. Demandas constituídas em consequência do desmonte dos centros históricos, em prol do progresso e da modernidade inspirados na Europa, eventos que propiciaram a ruptura do istmo e, assim, o arruinamento do forte.

A partir disso, observei que desde essas discussões até a instituição do patrimônio nacional na figura do SPHAN, sob a influência das diretrizes internacionais sobre o tema, os princípios foram definidos por um grupo seletivo, formado pela elite nacional e articuladores locais.

Esses agentes também contribuíram para a elaboração das narrativas sobre o acervo histórico, assimiladas pela sociedade civil, ao eleger bens determinados como portadores de identidade e memória, que passaram a se configurar como representação social.

Com a fortaleza como plano de fundo, também foi possível observar as oscilações nas atribuições de valor. Foi conferida valoração a ela desde o período do Império, ratificada em seu primeiro tombamento.

A contar da Batalha do Forte do Buraco, momento em que se sobressaíram nomes como os de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Ayrton de Almeida Carvalho em defesa da preservação da fortaleza, e com a sua destruição e o cancelamento de sua cautela, narrativas de legitimação e deslegitimação foram elaboradas pelos grupos formadores do patrimônio oficial. Ficou claro que a disputa pela área onde o forte se localizava não envolvia sua preservação, mas sim um conflito institucional.

Desta forma, apuro que os juízos das ações patrimonializadoras têm como fator determinante as relações de poder, visto que desde os embates na Batalha do Forte do Buraco até o processo de reativação do tombamento na circunstância de ruína, se configuram como uma disputa entre instituições sobre o gerenciamento da região da fortaleza.

Digo da região, porque, ao meu ver, o forte ou suas ruínas pouco importavam, dado ao abandono que sempre se configurou desde o seu tombamento inicial, quando o local foi ocupado como moradia, sem a devida supervisão das instituições responsáveis por sua proteção, até o novo tombamento e a falta de manutenção nos dias atuais.

Adiciono a isso a briga interna no IPHAN sobre o (re)tombamento da edificação, que, segundo os relatos, teve como motivação um orgulho institucional ferido, e não apenas pela

destruição da edificação, mas por ter sido um ato sem o conhecimento ou consentimento deste órgão, tido como responsável pela proteção do patrimônio histórico nacional.

Ainda acerca das relações de poder, ressalto a influência nas ações patrimonializadoras do país, a exemplo da participação de intelectuais como Gilberto Freyre e Anníbal Fernandes na formação do Movimento Regionalista, e os esforços que resultaram na criação da Inspetoria dos Monumentos Nacionais, esta última, criada anteriormente às ações patrimonializadoras formais, que se consolidaram na década de 1930. Assim como a participação de Getúlio Vargas no processo da instituição do SPHAN e, posteriormente, no dispositivo do (des)tombamento em função de seus interesses políticos. Destaco ainda a intervenção de Fernando Collor de Mello no desmonte da FNPM e da SPHAN, e a atuação de Germano Coelho nas articulações municipais para transformar o Forte do Buraco em um destino turístico.

A evolução das políticas de preservação no país se deu de forma paulatina e, apesar das imposições dos bens salvaguardados terem por muito tempo sido cristalizadas no momento das proteções iniciais, situação essa corroborada pelas normativas que regem tais temas e que continuam em vigor na atualidade, como o *Decreto-Lei Nº 25* de 1937, que organizou a proteção do legado histórico e artístico nacional, bem como o *Decreto-Lei Nº 3.866* de 1941, que dispôs sobre o cancelamento de tombamento de bens, foram realizadas mudanças significativas.

A promulgação da *Constituição Federal* de 1988, como parte das várias ações influenciadas por diretrizes internacionais voltadas à preservação do patrimônio histórico e cultural, representou um avanço para a política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, ao possibilitar o acesso da sociedade civil, em corresponsabilidade com as instituições públicas, ao processo patrimonializador no país.

A partir disso, novos movimentos impulsionaram as revisões das narrativas, abrindo a possibilidade de uma nova leitura sobre a institucionalização do patrimônio com novos conceitos de valor cultural, reivindicando a participação na definição do que constitui a riqueza histórica, segundo a sociedade como um todo, considerando que, até então, tais escolhas foram feitas de forma arbitrária.

Desta maneira, foi possível observar novas perspectivas para equipamentos históricos, por meio de requalificação ou novos usos relacionados à atividade turística e à educação patrimonial.

À vista disto, destaco que o tempo foi suporte em todas essas mudanças que conferiram e retiraram a valoração dos bens nacionais. O tempo é um elemento crucial na evolução dos

processos patrimonializadores e, no caso do forte, um fator natural do processo de arruinamento gradual.

Sob tais circunstâncias, a especulação de que o futuro está reservado à patrimonialização dos bens históricos no país e de que, com o tempo, tais objetos podem ser imortalizados ou ser outorgados ao esquecimento, torna-se inevitável.

Nesta perspectiva, percebi o quanto a linha entre o memorável e o esquecível é tênue nos espaços definidos pela patrimonialização, e que, a partir das ações de articuladores políticos, sociais, econômicos e intelectuais, como demonstrado no presente estudo, elaboraram narrativas e representações do que é considerado estimável. Esse valor varia de acordo com as estratégias desses agentes e com o passar do tempo.

Em função desses fatores, novas pautas se sobrepõem às anteriores. Novas emergências, como os fatores climáticos e a gestão de bens históricos entre instituições públicas e privadas, se colocam imperativas.

Talvez o debate sobre as ações patrimonializadoras se defina pela dualidade entre a memória, no apreço pelo antigo, e a modernidade, na busca por novas visões identitárias.

Assim, apenas pela convergência da patrimonialização com os conceitos de patrimônio, valoração, memória, representação social, relação de poder e tempo, foi possível identificar o avanço das políticas de preservação no país, aspectos intimamente ligados à dinâmica patrimonializadora no Brasil, tendo o forte como exemplo.

Dito isto, o Forte de Santo Antônio do Buraco, situado entre o mangue e o mar, agora em ruínas, permanece como sítio ermo, violento e exposto aos arruinamentos contínuos do mar, da ação humana e do tempo.

*O prédio, pedra e cal, esvoaça  
como um leve papel solto à mercê do vento  
e evola-se, cinza de um corpo esvaído  
de qualquer sentido.<sup>538</sup>*

---

<sup>538</sup> A FÁBRICA do poema. Intérprete: Adriana Calcanhotto. Compositores: Adriana Calcanhotto, Waly Salomão. A fábrica do poema. São Paulo: Sony Music/Epic, 1994. 1 CD, Faixa 2. In: SALOMÃO, Waly. Fábrica do poema. In memoriam Donna Lina Bo Bardi. \_\_\_\_\_. Algarvias: câmara de ecos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996, p.28.

## BIBLIOGRAFIA

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### Artigos

ACTAS das sessões de 1924: primeira sessão extraordinária. **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 96, v. 150, pp. 307-537, 25 mar. 1924.

ALECRIM, Thales Reis. A memória em ação: breves considerações sobre os conceitos de memória e identidade na obra de Joël Candau. **Signos do Consumo**, São Paulo, v. 13, n. 2, pp. 1-5, jul./dez. 2021.

ANDRADE, Fábio. Aby Warburg: vida e morte da arte. **Revista de Estudos Universitários**, Recife: Ed. Universitária da UFPE, v. 34, n. 1/2, pp. 87-95, 2017.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 79, pp. 95-111, 2007.

BORBA FILHO, Hermilo. O istmo de Olinda. Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife. **Boletim da Cidade e do Porto do Recife**, Recife, n. 15-18, pp. 217-219, jan./dez. 1945.

BRANDÃO, Octavio. O Forte do Buraco. *In*: MELLO, Mário; MELLO, Henrique Capitolino Pereira de; PIRES, Heliodoro (Pe.). (Orgs.). **Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano**, Recife, v. XVI, n. 83-86, pp. 158-164, 1911-1914.

CALIBRE, Lia. O serviço do patrimônio artístico nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil. *In*: SCHLEE, Andrey Rosenthal. (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 35, pp. 33-43, 2017.

CAMPOS, Filipe Queiroz de. O conceito de patrimônio nos discursos de Getúlio Vargas: uma estratégia ambivalente. **Revista Faces de Clio**, Juiz de Fora, v. 7, n. 14, pp. 91-110, jul./dez. 2021.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 1, n. 1, pp. 43-58, jan./jul. 2009.

CASTRO, Cleber Augusto Trindade; TAVARES, Maria Goretti da Costa. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano. **Sociedade e Território**, Natal, v. 28, n. 2, pp. 117-135, jun./dez. 2016.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. (Org.). Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, pp. 147-166, 2011.

- D'ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. *In*: CHUVA, Márcia. (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 34, pp. 79-89, 2012.
- DURSO, Fábio Cabral. Abordagens sobre memória social à luz do patrimônio cultural. *In*: Dossiê História e patrimônio na América Latina: diálogos críticos. **Revista de Ciências Humanas**, v. 1, n. 23, pp. 198-222, jan./jun. 2023.
- FONSECA, César A. M. da. Síntese e comentários da história de nossas bases navais. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ano LXXVI, n. 4/5/6, pp. 265-310, abr./mai. jun. 1956.
- GALVÃO, Sebastião. Chronica histórica da cidade do Recife – 1849 a 1915. **Revista do Instituto Archeologico Historico e Geografico Pernambucano**, Recife, v. 18, n. 91/92, pp. 171-260, 1916/1917.
- GUERRA, Flávio. História antiga e popular de um velho porto. **Quebramar Revista Informativa do Porto do Recife**, Recife, ano II, n. 5-6, pp. 1-30, dez./mar. 1977.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 36, v. 22, pp. 261-173, jul./dez. 2006.
- INOJOSA, Joaquim. Tradição e tradicionalistas. **Revista de Pernambuco**, Recife, n. 11, anno II, pp. 1-65, mai. 1925.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Quatremère de Quincy e os verbetes restauração, restaurar, restituição e ruína de sua Encyclopédie Méthodique. Architecture. **Rotunda**, Campinas, n. 2, pp. 100-117, ago. 2003.
- LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia - museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 7, n. 1, pp. 31-50, jan./abr. 2012.
- LOPIS, Erivania Azevedo. Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa. **Revista Mosaico**, Vassouras-RJ, n. 12, v. 8, pp. 9-23, 2017.
- LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo B.; ALMEIDA, Manuela. Breve história da teoria da conservação e do restauro. **Revista de Engenharia Civil**, Universidade Minho, Braga-PT, n. 20, pp. 31-44, 2004.
- MARTIR, Natália Cristina Dias; CALVO, Júlia. A formação da identidade social brasileira a partir das construções ideológicas nacionais da Primeira República: análise e reflexão na nova história cultural. **Revista História em Curso**, Belo Horizonte, pp. 85-99, jun. 2021.
- MIRANDA, Alcides da Rocha. Não foi fácil, não havia gente. *In*: BATISTA, Marta Rossetti. (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 30, pp. 246-253, 2002.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. O sistema de defesa da barra e do porto do Recife no século XVII. **Clio**, Série Arqueológica/UFPE, Recife, v. 1, n. 16, pp. 87-101, 2003.

MOREIRA, Alexandre Alves de Souza. O patrimônio à luz da Primeira República: o discurso de Jair Lins. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 35, n.1, pp. 131-150, jan./jun. 2022.

MOURA, Abdias Cabral de. Olinda. **Revista de Pernambuco**, Recife, anno 3, n. 25, pp. 64-74, jul. 1926.

MURATO, Carmem L.; MELO NETO, Ulisses Pernambucano de. O Forte do Montenegro: patrimônio e memória social. **Revista Ciência & Trópico**, [Recife], v. 46, n. 1, pp. 121-132, 2022.

NASCIMENTO, Luís Manoel Domingues do. Intervenções urbanas na cidade do Recife: uma igreja no meio do caminho de uma avenida. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 7, n. 13, pp. 138-160, jul. 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, pp. 7-28, dez. 1993.

NUNEZ, Lorraine Oliveira. As transformações no conceito de patrimônio do IPHAN e suas práticas de tombamento no estado do Espírito Santo. **Faces da História**, Assis-SP, v. 3, n. 2, pp. 194-212, jul./dez. 2016.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. O patrimônio histórico: objeto de estudo do historiador. **História UNICAP**, Recife, v. 4, pp. 5-15, 2017.

PELEGRINI, Dayenne Karoline Chimiti; PELEGRINI, Thiago. Criação e funcionamento da Comissão Nacional de Moral e Civismo sob a ótica bourdieusiana. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XII, n. 134, pp. 105-113, jan. 2012.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória - Antropologia, Escala e Memória**, São Paulo, n. 2, pp. 4-23, 2007.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Mário de Andrade e Lúcio Costa no número inaugural da Revista do SPHAN. **Revista CPC**, São Paulo, v. 13, n. 25 especial, pp. 48-79, jan./set. 2018.

PROWN, Jules. *Mente na matéria: uma introdução à teoria e método da cultura material*. **Winterthur Portfolio**, Chicago, v. 17, n. 1, pp. 1-19, 1982.

RODRIGUES, Angela Rosch. A problemática da ruína: das teorias da preservação patrimonial do século XIX ao restauro crítico. **Revista CPC**, São Paulo, n. 24, pp. 9-34, ago./dez. 2017.

ROLL-ON-ROLL-OFF Ship. **Popular Mechanics Magazine**, Great Britain, v. 105, n. 4, pp. 87, abr. 1956.

- RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado a limpo. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, n. 24, pp. 97-105, 1996.
- SANTI, Heloise Chierentin; SANTI, Vilso Junior Chierentin. Stuart Hall e o trabalho das representações. **Revista Anagrama**, USP, São Paulo, n. 2, v. 1, pp. 1-12, 2008.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal; QUEIROZ, Hermano Fabrício Oliveira Guanais e. (Orgs.). IPHAN 1937–2017. \_\_\_\_\_. O jogo de olhares. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 35, pp. 105-119, 2017.
- SETTE, Mário. O velho Forte do Buraco. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, anno XXXI, n. 37, pp. 1-47, 30 ago. 1930.
- SILVA, Sandra Siqueira da. A patrimonialização da cultura como forma de desenvolvimento: considerações sobre as teorias do desenvolvimento e o patrimônio cultural. **Aurora Revista de Ciências Sociais – PPGCS/UNESP**, Marília, ano V, n. 7, pp. 106-113, jan. 2011.
- SILVA, Sandro Vasconcelos da; LOURENÇO, Henrique Costa; NASCIMENTO, Lucas José do. Um espaço de (re)conhecimento: a cidade como elemento de aprendizagem. **Aurora 463 – Revista da Semana do Patrimônio Cultural de Pernambuco**, FUNDARPE, Recife, v. 1, n. 4, pp. 83-91, 2019.
- SMITH, Laurajane. O discurso autorizado do patrimônio e a fabricação do patrimônio cultural e a fabricação do patrimônio cultural em contextos contemporâneos. **Confluências Culturais Revista Interdisciplinar**, v. 12, n. 2. Diálogos interdisciplinares sobre paisagem cultural. Joinville, pp. 122-135, 2023.
- SOARES, Carolina Pedro. Destombamento através do tempo: as (des)construções políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. **Revista Angelus Novus**, ano XIII, n. 18, pp. 1-32, 2022a.
- SOUSA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 48, pt. 2, pp. 5-140, 1885.
- SOUSA, Luciana Christina Cruz. Você tem fome de quê? Uma reflexão sobre patrimônio, legitimidade e novas perspectivas analíticas. **Revista Mosaico**, Vassouras-RJ, n. 12, v. 8, pp. 44-60, 2017.
- TOLEDO, Veríssimo de. (Org.). Pharol de Olinda. Almanak Administrativo Mercantil Agrícola e Industrial do Estado de Pernambuco para 1894. **Obra de estatística e de consulta abrangendo todos os municípios do Estado**. Recife: Editora-Proprietária, anno II, pp. 88-89, 1894.
- ZANIRATO, Silvia Helena. Experiências de prevenção de riscos ao patrimônio cultural da humanidade. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, n. 13, v. 1, pp. 151-164, jun. 2010.

### Livros, Coletâneas e Edições Similares

ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira de. (Org.). **Salvaguarda de bens registrados**: patrimônio cultural do Brasil. Brasília: IPHAN, 2017.

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado *et al.* **Delfim Amorim arquiteto**. 2 ed. Recife: Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Pernambuco, 1991.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ARTE em Pernambuco. **Coleção Enilton Tabosa do Egito**. 1 ed. São Paulo: Arte132, 2022.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **O patrimônio**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da sobremodernidade. 1 ed. Lisboa: 90 Graus, 2005.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. **Modernismo e regionalismo**: os anos 20 em Pernambuco. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

BALTAZAR, Alessandra. **Patrimônio cultural**: técnicas de arquivamento e introdução à museologia. Batatais: Claretiano, 2011.

BARLÉU, Gaspar. **História do Brasil sob o governo de Maurício de Nassau (1636-1648)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BARRETTO, Annibal (Cel.). **Fortificações do Brasil**: resumo histórico. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército – Editôra, 1958.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. 4 ed. Campinas: Papirus, 2003.

BEDIAGA, Begonha. (Org.). **Diário do imperador D. Pedro II (1840-1891)**. v. III – Viagem à costa leste - 2ª parte (Pernambuco) 14/11 a 23/12/1859. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

BERNARDES, Denis. **Recife, o caranguejo e o viaduto**. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2004.

BRASIL. Lista de Faróis. **Diretoria de hidrografia e navegação**. 39 ed. Niterói-RJ: DHN, 2024-2025.

BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes. (Orgs.). **Estilhaços da memória**: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador: Observatório da Museologia na Bahia-UFBA/CNPq, 2020.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. 2 ed. São Paulo: 2004.

CANDAU, Joël. **Antropología de la memoria**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. **Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro**: fortificações do Brasil, 1504-2006. v. 3. Rio de Janeiro: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A/DIFEL, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009a.

COLLOR, Fernando. **Brasil**: um projeto de reconstrução nacional. Brasília: Senado Federal, 2008.

CORREA, Sandra Rafaela Guimarães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH)**: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural - 1973/1979. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais pernambucanos**. v. I: 1493-1590. Recife: FUNDARPE, 1983a.

\_\_\_\_\_. **Anais pernambucanos**. v. II: 1591-1634. Recife: FUNDARPE, 1983b.

\_\_\_\_\_. **Anais pernambucanos**. v. III: 1635-1665. Recife: FUNDARPE, 1983c.

\_\_\_\_\_. **Anais pernambucanos**. v. IV: 1666-1700. Recife: FUNDARPE, 1983d.

\_\_\_\_\_. **Anais pernambucanos**. v. V: 1701-1739. Recife: FUNDARPE, 1983e.

\_\_\_\_\_. **Anais pernambucanos**. v. VI: 1740-1794. Recife: FUNDARPE, 1983f.

\_\_\_\_\_. **Anais pernambucanos**. v. VII: 1795-1817. Recife: FUNDARPE, 1983f.

\_\_\_\_\_. **Anais pernambucanos**. v. IX: 1824-1833. Recife: FUNDARPE, 1983h.

\_\_\_\_\_. **Anais pernambucanos**. v. X: 1834-1850. Recife: FUNDARPE, 1983i.

CURY, Isabelle. (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DAVALLON, Jean. **Le don du patrimoine**: une approche communicationnelle de la patrimonialisation. Paris: Hermes Science-Lavoisier, 2006.

DIDI-HUBERMANN, Georges. **A imagem sobrevivente**: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim *et al.* **Educação patrimonial**: inventários participativos. Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN, 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FRANÇA, Eduardo; BRANDÃO FILHO, José Odilo de Caldas. **Rito de intervenções de bens culturais afetados por proteção legal**. Recife: Tribunal de Contas de Pernambuco, 2012.

FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife**: estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. Quintas, Fátima. (Org.). 7 ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1991.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[Johann Goethe]. **O que passou** [...]. (s. l.). (s.d.).

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Nação e civilização nos trópicos**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Olinda – Igreja da Sé**. Rotas do Patrimônio. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta/Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2010.

\_\_\_\_\_. **Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil**: uma trajetória. Brasília, DF: Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio e políticas públicas**: anais da V Oficina de Pesquisa/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2016.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KADLETZ, Theodor. **Die alten festungswerke von Pernambuco im rahmen der geschichte der ersten 5 jahre des brasilianischen neuholland 1630-1635**. Recife: Dreshster, 1937.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. da PUC, 2006.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Brasil**. Tradução: Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LEAL, Claudia Baeta; TEIXEIRA, Luciano dos Santos; CHUVA, Márcia. **Patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

LORETTO, Rosane Piccolo. **Paraíso & Martírios**: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife. Recife: Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, CAC, Desenvolvimento Urbano, 2008.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. **O bairro do Recife**: entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife, CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.

MAGALHÃES, Aloísio. **Proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial apresentada pelo Brasil – Centro Histórico da Cidade de Olinda**. Brasília: Convenção relativa à proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1981.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. **A cartografia holandêsa do Recife**: estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PHNG)/IPHAN/MEC, 1976.

MENEZES, José Luiz da Mota. **Ainda chegaremos lá**: história da FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Recife: FUNDARPE, 2008.

\_\_\_\_\_. **Museu do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife: Bureau de Cultura, 2017.

MEPE – Museu do Estado de Pernambuco. **O Museu do Estado de Pernambuco**. São Paulo: Banco Safra, 2003.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de guerra**: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). Recife: Editora UFPE, 2014.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Collection Bibliothèque des Histoires. t. III, v. 1: Les France. Paris: Gallimard, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XXI**: do monumento aos valores. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A doação do objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó: Editora Argos, 2004.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução: Werner Rothschild Davidsohn. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROMEU, Gabriela. (Org.). **Novas (velhas) batalhas**: educação patrimonial no contexto das fortificações de Pernambuco. Brasília: IPHAN, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA JÚNIOR, Luiz S. da. (Org.). **Ruínas do Forte do Buraco**: levantamento da memória de um bem nacional. Recife: IPHAN-PE. Arquivo Geral - 5ª Superintendência Regional, 2002.

TARDY, Céline; DODEBEI, Vera. (Orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Tradução: Germana Henriques Pereira de Sousa. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VAUTHIER, Louis-Léger. **O diário íntimo do engenheiro Vauthier 1840-1846**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde/Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 4, 1940.

VIEIRA, Antônio. **História do futuro**. v. 1. Brasília: Editora UnB, 2005.

WAIZBORT, Leopoldo. (Org.). **Histórias de fantasma para gente grande – Aby Warburg**: escritos, esboços e conferências. Tradução: Tradução Lenin Bicudo Bárbara. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru: EDUSC, 2000.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Patrimônio cultural, participação social e construção de cidadania**. Participação política: atores e demandas. São Paulo: PROMUSPP, 2015.

### Capítulos de Livros, Coletâneas e Edições Similares

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. *In*: TARDY, Céline; DODEBEI, Vera. (Orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Tradução: Germana Henriques Pereira de Sousa. Marseille: OpenEdition Press, 2015, pp. 67-93.

ALBUQUERQUE, Marcus; LUCENA, Veléda; WALMSLEY, Doris. Forte de São Francisco. *In*: \_\_\_\_\_. **Fortes de Pernambuco**: imagens do passado e do presente. Recife: Graftorre, 1999, pp. 32-34.

ARANHA, Gervácio Batista. As estações de trem nas cidades do norte brasileiro como símbolos de um novo espaço tempo (1880-1930). *In*: SOUZA, Antônio Clarindo B.; FERNANDES, Paula Rejane. (Orgs.). **Cidades e experiências modernas**. Campina Grande: EDUFCEG, 2010, pp. 137-166.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. *In*: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 222-234.

CANCLINI, Nestor Garcia. Los usos sociales del patrimonio cultural. *In*: AGUILAR CRIADO, Encarnación. (Org.). **Patrimonio etnológico**: nuevas perspectivas de estudio. Andalucía: Consejería de Cultura, 1999, pp. 16-33.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Práticas de tombamento: a invenção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *In*: \_\_\_\_\_. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009b, pp. 195-243.

CHUVA, Márcia. Patrimônio cultural no Brasil: práticas e instituições. *In*: LEAL, Claudia Baeta; TEIXEIRA, Luciano dos Santos; CHUVA, Márcia. **Patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014, pp. 175-220.

CORRÊA, Alithéa Cristine Fernandes. Subsídios para recomendações de complementação das unidades de vizinhança do conjunto urbanístico tombado de Brasília. *In*: IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio**: práticas e reflexões. Programa de Especialização em Patrimônio - Artigos (2005 e 2006). Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009, pp. 77-108.

DAVALLON, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. *In*: TARDY, Céline; DODEBEI, Vera. (Orgs.). **Memória e novos patrimônios**. Tradução: Germana Henriques Pereira de Sousa. Marseille: OpenEdition Press, 2015, pp. 46-66.

FABRIS, Annasteresa. Os valores dos monumentos. *In*: RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução: Werner Rothschild Davidsohn. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014, pp. 9-21.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A invenção do patrimônio e a memória nacional. *In*: BOMENY, Helena. (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2001, pp. 85-101.

\_\_\_\_\_. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *In*: IPHAN. **O registro do patrimônio imaterial**: Dossiê Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2012, pp. 83-99.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. *In*: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007, pp. 239-248.

\_\_\_\_\_. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, pp. 25-33.

HALL, Stuart. Codificação/decodificação. *In*: \_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. SOVIK, Liv. (Org.). Tradução: Adelaine La Guarnia Resende *et al.* Brasília: Editora UFMG, 2006b, pp. 387-406.

\_\_\_\_\_. O papel da representação. *In*: \_\_\_\_\_. **Cultura e representação**. ITUASSU, Arthur. (Org.). Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016, pp. 31-56.

\_\_\_\_\_. Significação, representação, ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas. *In*: \_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. SOVIK, Liv. (Org.). Tradução: Adelaine La Guarnia Resende *et al.* Brasília: Editora UFMG, 2006c, pp. 160-198.

LEITE, Edson. Recursos culturais e patrimônio histórico: evolução da proteção internacional nas cartas patrimoniais. *In*: LAGE; Beatriz Helena Gelas. (Org.). **Lazer e turismo: conceitos e reflexões**. São Paulo: Editora Plêiade, 2009, pp. 251-271.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, pp. 8-34.

NINHOS, Cláudia; LOPES, Quintino. A cooperação técnica e intelectual ou o conhecimento do outro para a paz mundial. *In*: OLIVEIRA, Pedro Aires. (Org.). **Sociedade das Nações (1920-1946): promessas e legados**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal/Instituto Diplomático, 2020, pp. 135-153.

OOSTERBEEK, Luiz. Revisitando Antígona: o património cultural na fronteira da globalização. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Francisco de. (Orgs.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: um embate sobre a globalização, cidadania e sustentabilidade**. Curitiba: Multideia, 2015, pp. 13-30.

THOMPSON, Analucia. (Org.). Presidente Vargas. *In*: \_\_\_\_\_. **Entrevista com Augusto Carlos da Silva Telles**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2010, pp. 274-277.

### Dicionários e Enciclopédias

CARSALADE, Flávio. Bem. *In*: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2015. (termo chave Bem).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

PORTO do Recife. **Dicionário Básico Portuário**. Recife: Porto do Recife/Governo do Estado de Pernambuco, [201-].

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) 1970-1979 e 1994-. *In: \_\_\_\_\_*. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2015. (verbete).

### Jornais

A BASE e o forte. **Diário de Pernambuco**, Recife, 5 mai. 1954.

A BASE naval. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 abr. 1956.

A DEFESA do nosso patrimônio histórico. **A Província**, Recife, 16 set. 1930.

A DEMOLIÇÃO do Forte do Buraco, um imperativo da defesa do país: declarações de Barbosa Lima Sobrinho e Virgílio Correia Filho. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 jan. 1955.

A PRAIA de Olinda ameaçada pelo mar. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 mai. 1936.

A PRISÃO de um criminoso de morte. **Diário da Manhã**, Recife, 26 ago. 1931. A Polícia por dentro e por fora.

A PROTEÇÃO do patrimônio histórico e artístico nacional: a justificação feita pelo ministro da educação e os termos do decreto-lei. **Diário de Pernambuco**, 7 dez. 1937.

A TORRE Malakoff: uma comissão do Instituto Archeologico conferencia com o Sr. ministro da Marinha sobre a conservação da Torre Malakoff. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 jun. 1929.

ALUGA-SE. **Jornal do Recife**, Recife, 14 out. 1872.

ALVES, Cleide. Forte do Buraco é redescoberto. **Jornal do Comércio**, Recife, 20 mai. de 2000.

ARQUITETOS criticam plano de expansão do porto. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 mai. 1976.

ARTES e artistas: exposição Carlos Melichar. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 set. 1924.

AS FLORES e a paisagem na pintura de Daura Melo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 nov. 1947.

ATIROU pedras na vizinhança. **Diário da Manhã**, Recife, 5 jul. 1934.

AULER, Guilherme. Velhas fotografias pernambucanas: um terremoto urbanístico, destruiu no Recife, igrejas, arcos e sobradões de azulejos. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 18 fev. 1957.

CÂMARA Municipal. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 jul. 1871.

CANCELADO o tombamento do Forte do Buraco: em benefício da segurança nacional – as razões do Ministério da Marinha. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1955.

CAPITANIA do Porto. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 abr. 1955. Declarações.

COM A DEMOLIÇÃO do Forte do Buraco perde o país um monumento de valor artístico e arquitetônico: declarações do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional. **Diário de Pernambuco**, Recife, 20 jan. 1955.

COMANDO Naval foi criado em junho de 1942. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 dez. 1975.

COMEÇOU a batalha da construção da Base Naval. **Diário de Pernambuco**, Recife 8 dez. 1950.

CONTINUA a discussão em torno da demolição do Forte do Buraco. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 19 fev. 1955.

CONTRA a demolição do Forte do Buraco: providências do ministro da educação naquele sentido. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 22 mar. 1953. Segunda Seção.

D'OLIVEIRA, Fernanda. Memória: um museu onde se preserva o patrimônio histórico do porto. **Diário de Pernambuco**, Recife, 10 abr. 1989. Viver.

DEFESA do patrimonio historico e artístico. **Diário de Pernambuco**, 18 fev. 1940.

DEMOLIÇÃO de monumento do patrimônio histórico: informações solicitadas pelo presidente da República sobre o “Forte do Buraco”. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1 jul. 1953.

ENCONTRADO morto próximo à Fortaleza do Buraco. **Diário da Manhã**, Recife, 26 ago. 1938. Factos do Dia.

ENSERRA-SE hoje o Primeiro Salão de Arte Fotográfica. **Diário de Pernambuco**, Recife, 31 jan. 1945.

ENTRE os paredões da velha Fortaleza do “Buraco”. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 jan. 1938.

ESTELITA, José. Pernambuco deve organizar a defesa dos seus monumentos. **A Província**, Recife, 6 jan. 1929.

EXPOSIÇÃO: hoje das 17 às 22 horas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 1 dez. 1933.

FACTOS diversos. **O Constitucional**: jornal político, religioso, científico, literário. Recife, 19 jun. 1861.

FARIA, Newton. Nem sempre o cotidiano é vulgar: transeunte apressado perdeu a sensibilidade visual, e já não sente a paisagem – os <<saduceus>> e o gesto gratuito. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 jun. 1952. Ronda do Recife.

FERREZ, Gilberto. O Recife na iconografia do século XIX. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 set. 1954.

FIGUEREDO, Naasson. Duas ruínas gloriosas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 4 ago. 1929.

FORTE do Buraco: relíquias abandonadas. **Jornal do Recife**, Recife, 25 jun. 1916.

FREYRE, Gilberto. A propósito de ruínas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 9 jan. 1955.

\_\_\_\_\_. Ainda o Forte do Buraco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 30 jan. 1955.

\_\_\_\_\_. Ainda o Forte do Buraco. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 13 fev. 1955.

\_\_\_\_\_. Sociedade dos amigos do Recife: um caso de independência ou morte. **Diário de Pernambuco**, Recife, 5 abr. 1953.

INSTITUTO Archeologico. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 nov. 1924.

\_\_\_\_\_. **Diário de Pernambuco**, Recife, 30 jan. 1930.

INSTITUTO Arqueológico: primeiro centenário hoje. **Diário de Pernambuco**, Recife, 27 jan. 1962.

LACERDA, Luiz Alves. Museu da APR. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 out. 1984. Opinião.

LESSA, Vicente Themudo. Impressões de Pernambuco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 mai. 1929.

LIGORIO. Tomba sob a ação das picaretas a Fortaleza do Buraco. **Jornal Pequeno**, Recife, 25 mar. 1953, A Pequena Reportagem.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. O romance de Olinda. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1937.

LIMA, Jeanette. Como Pernambuco se defendia. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 mar. 1972. Terceiro Caderno.

MAIA, Gonçalves. Os canhões de bronze. **A Província**, Recife, 17 nov. 1920.

MELO, Clovis. A conspiração dos calabares. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 10 abr. 1953.

MELLO, Mário. O Forte do Buraco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 out. 1924.

MUSEU do Porto do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 ago. 1990. Diversões.

MUSEU do Porto do Recife, um testemunho das nossas tradições. **Diário de Pernambuco**, Recife, 2 set. 1987. Viver.

NÓBREGA, Fábio. Fortes de Noronha e Itamaracá são incluídos em programa federal de privatização. **Folha de Pernambuco**. Recife, 19 ago. 2020. Caderno Turismo.

NOVAS instalações na Base Naval do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, 11 jun. 1950.

O FORTE do Buraco documentado em <<O Canto do Mar>>: as ruínas da velha fortaleza servem de cenário para um romance de amor – colaboração preciosa da Marinha ao filme de Cavalcanti – notas de filmagem. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 mar. 1953. Mundo de Luz e Som.

O MAR rompe o isthmo de Olinda. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 jul. 1916.

OBRAS do porto. **Diário de Pernambuco**, Recife, 5 jan. 1910.

\_\_\_\_\_. **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 fev. 1910.

OLINDA ameaçada pelo mar. **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 jul. 1933.

OLIVEIRA, Newton Faria de. Fantasmas e duendes na Fortaleza do Buraco. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 set. 1953. A Reportagem da Semana.

PARAÍSO, Adeildo. Beira de cais. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 fev. 1996. Informe Especial.

PESSOA, Mário. Um valioso monumento prestes a desaparecer. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 fev. 1935.

PORTELLA, Luis. Primoroso e distinto leilão. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 jul. 1930.

PORTO do Recife – memória do engenheiro Alfredo Lisbôa (conclusão). **A Província**. Recife, 13 ago. 1909.

PORTO do Recife tem verba para fazer ampliação. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 abr. 1975.

PRESIDENTE assinou convênio para ampliar o Porto do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 ago. 1967. Primeiro Caderno.

PROMOVIDA pela Sociedade de Engenheiros da Prefeitura do Distrito Federal. **A Noite**, Rio de Janeiro, 27 out. 1939. Mundana.

QUADROS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 7 mar. 1917.

RAMOS, Oscar. O histórico prédio da Alfândega atingido em cheio pelo traçado da grande avenida. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 19 dez. 1953. Dentro do Plano da “Perimetral”.

ROMEU, Jorge Paulo. Um passado sempre presente: o bairro do Recife e o que êle tem a provocar saudades. **Diário da Manhã**, Recife, 16 ago. 1941. Revista de Pernambuco.

RUÍNAS imponentes. **A Noite**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1953.

SECRETARIA de viação e obras públicas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 16 jul. 1939.

SEMANA do marinho. **Diário de Pernambuco**, Recife, 8 dez. 1949.

SERÁ construída a nova Base Naval no Recife. **Diário da Manhã**, Recife, 11 jun. 1950.

SILVA, A. Porto do Recife. **Jornal Pequeno**, Recife, 26 set. 1912.

TOMBAMENTO systematico de todos os monumentos e obras de arte disseminados pelo território nacional. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1940.

VELHOS canhões silenciosamente históricos. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 mar. 1936.

WANDERLEY, E. O tesouro da velha fortaleza. **O Tico-Tico**, Rio de Janeiro, 19 fev. 1937.

Z. Em câmera lenta. **Diário de Pernambuco**, Recife, 3 set. 1960. Coisas da Cidade.

### **Teses, Dissertações e demais Trabalhos Acadêmicos**

ALVES, Moema de Bacelar. **Quando os artistas saem em viagem**: trânsito de pintores e pinturas no Brasil na virada do século XIX para o XX. 2019. 284 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

D’OLIVEIRA, Mariana Rezende. **O patrimônio em uma lógica do apagamento**: uma análise sobre os processos de significação intrínsecos nas apropriações de patrimônios arquitetônicos presentes na lógica do apagamento paulistano. 2022. 396 f. Tese (Doutoramento em Arquitectura) – Universidade do Porto, Porto, 2022.

GOIS, Luis Augusto de. **A interferência das estruturas de proteção da costa na preservação dos sedimentos costeiros da praia de bairro Novo, Olinda-PE**. 2018. 286 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018.

JESUS, Jesus A. B. **As influências das cartas patrimoniais sobre a legislação brasileira de salvaguarda do patrimônio histórico-cultural (1962-1988)**. 2021. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

\_\_\_\_\_. **Memória e patrimônio:** o cotidiano do recife no período da demolição da Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios. 2018. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Cultura do Brasil) – Estácio de Sá, Recife, 2018.

LINS, André Gustavo da Silva Bezerra. **Representações de identidade da cidade necessária (modelos e configurações urbanas distintas) na iconografia do Recife colonial:** planos de Phernam-buco do ante-bellum à restauração. 2011. 317 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura/Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

MAFRA, Patrícia Teixeira. **Louis-Léger Vauthier, ideias e educação:** franceses no Brasil no século XIX. 2012. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, 2012.

MARIANO, Samara Rezende. **Tombamento em questão:** o caso do Mosteiro de São Bento de Olinda. 2022. 121 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.

MARINHO, Silvino Tavares. **Os valores do patrimônio cultural e a preservação da arquitetura moderna:** o caso dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS) do Rio de Janeiro. 2018. 343 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MARTINS, Rebeca Fernanda da Silva. **Olinda para quem?** O processo de tombamento do Sítio Histórico da cidade de Olinda (1968-1980). 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

MELO, Natália Rodrigues de. **O grande palco futebolístico:** ambiência e memória no Estádio do Maracanã pós-reforma para a Copa de 2014. 2018. 238 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Fortes, paliçadas e redutos enquanto estratégia da política de defesa portuguesa:** o caso da capitania de Pernambuco – 1654-1701. 2006. 148 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MOREIRA, Nuno Miguel Magarinho Bessa. **A Revista de História:** uma proposta de análise histórico-historiográfica. 2012. 652 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Porto, Porto, 2012.

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. **Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969-1975):** sobre as mediações históricas e literárias entre a história recente do Recife e o romance A rainha dos cárceres da Grécia, de Osman Lins. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

OLIVEIRA, Rodrigo Nunes de. **Ruínas abandonadas:** uma análise imagética sobre o processo de degradação do Forte do Buraco – Recife, PE. 2022. 107 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2022.

PEDROSA, Fábio José de Araújo. **Aspectos da evolução da linha da costa e da paisagem litorânea do município de Olinda entre 1915 e 2004**: evidências do tecnógeno em Pernambuco. 2007. 175 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

PINTO, Paulo Ricardo Guedes. **Lugar-não-lugar**: arquitetura epidêmica do shopping mall ao hostel – Porto 1980-2010. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) – Universidade Católica Portuguesa. Porto, 2015.

PORTELLA, Sérgio Luiz Dias. **A missão histórica da administração pública na área da cultura**. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – FGV/Escola Brasileira de Administração Pública/Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa, Rio de Janeiro, 2001.

RABELO, Marina Nascimento. **Conjuntos urbanos**: fundamentos, procedimentos e justificativas para o tombamento e rerratificação. 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

RADUN, Denis Fernando. **O des(tombamento) em questão**: (des)patrimonialização de bens culturais tombados pelo Órgão Federal de Preservação no Brasil (1937-2015). 2016. 214 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville (Univille), Joinville, 2016.

RODRIGUES, Rodrigo Cantarelli. **Ante o vandalismo dos homens e os estragos do tempo**: experimentos, preparações e invenções nas práticas de preservação do patrimônio brasileiro. 2019. 423 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

\_\_\_\_\_. **Contra a conspiração da ignorância contra a maldade**: a inspetoria estadual dos monumentos nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco. 2012. 184 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Ana Luíza Teixeira. **Habitação para o Centro Histórico de Salvador, vivo e plural**: o Casarão Nº 18 da Ladeira da Praça. 2018. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SOARES, Carolina Pedro. **Destombamento**: contradições e consequências da Construção do patrimônio cultural nacional (1937-1955). 2022. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, Campinas, 2022b.

TOLEDO, Gustavo Alves da Costa. **O homem e a baleia**: aspectos históricos, biológicos, sociais e econômicos da caça na Paraíba. 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

VALADARES, Pedro Henrique Cabral. **Templos de Marte**: referências eruditas nos fortes abaluartados de Pernambuco (século XVII). 2019. 313 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. **Paisagens da cidade**: os olhares sobre o Recife dos anos 1920. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

### **Trabalhos Apresentados em Eventos**

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). *In*: Seminário Internacional de Políticas Culturais/Encontro Políticas Culturais: teoria e práxis., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010, pp. 1-14.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Patrimonialização e valor simbólico: o “valor excepcional universal” no Patrimônio Mundial. *In*: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB). Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes. **Anais [...]** João Pessoa-PB: ANCIB/PPGCI-UFPB, 26-30 out. 2015, pp. 1-19.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. **Anais [...]** v. I. Brasília: IPHAN, v. 2, t. 1. Ouro Preto, 13-16 dez. 2009, pp. 127-135.

PONTUAL, Virgínia; CABRAL, Renata Campello. Transformações do território e representações cartográficas: o Istmo de Olinda e Recife, Brasil. *In*: IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Porto. **Anais [...]**. Porto: Faculdade de Letras/Universidade de Porto, 2011, pp. 1-20.

PONTUAL, Virgínia *et al.* Challenges at the interface of interpretation on the conservation of cultural heritage: the case of the isthmus of Olinda and Recife - Brazil. *In*: Interpreting world heritage: connecting people to places through sustainable heritage tourism, 2006, San Juan, Porto Rico. **Anais [...]**. San Juan: Association for Interpretation, 2006. pp. 130-148.

SAPORETTI, Carolina Martins. Renato Soeiro e as relações internacionais: um novo olhar para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. *In*: XXX Simpósio Nacional de História, 2019, Recife-PE. **Anais [...]** Recife: ANPUH-Brasil, 15-19 jul., 2019, pp. 1-11.

SENA, Tatiana da Costa. A atribuição de valor nas práticas de preservação do patrimônio. *In*: IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008, Salvador-BA. **Anais [...]** Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 28-30 mai. 2008, pp. 1-9.

SOUSA, Rebeca Grilo de. Torre Malakoff: o escrever e apagar nos anais de pedra da história do Recife. *In*: Seminário Internacional da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos – SEO, 2019, Niterói. **Anais [...]** Niterói: Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos, v. 3, 2019, pp. 1-14.

## REFERÊNCIAS LEGISLATIVAS

**Leis, Decretos e demais Normas**

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2012].

\_\_\_\_\_. [Constituição (1937)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2012].

\_\_\_\_\_. [Constituição (1946)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2012].

\_\_\_\_\_. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2012].

\_\_\_\_\_. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [2012].

\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo Nº 74, de 30 de julho de 1977. Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 4/7/1977, Página 8.329 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 6/12/1937, Página 24.056 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 2.269, de 3 de junho de 1940. Concede à Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada, direito de desapropriação de terras no Município do Rio Claro, Estado do Rio de Janeiro, suspendendo, para esse fim, os efeitos do Decreto-Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 5/6/1940, Página 10.631 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 3.866, de 29 de novembro de 1941. Dispõe sobre [cancelamento de] tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 29/11/1941, Página 22.368 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 3.689 de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 13/10/1941, Página 19699 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 10.466, de 18 de agosto de 2020. Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos turísticos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 19/08/2020, Página 5 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 17/07/1933, Página 14.153 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 24.735, de 14 de julho de 1934. Aprova, sem aumento de despesa, o novo regulamento do Museu Histórico Nacional. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 1.934, Página 0000 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 26.670, de 12 de maio de 1949. Cancela, parcialmente, a inscrição do Aqueduto da Carioca nos Livros do Tombo. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 16/5/1949, Página 7.393 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 29.113, de 9 de janeiro de 1951. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e por serem necessárias à segurança nacional, áreas de terras situadas em Recife, Estado de Pernambuco. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 10/1/1951, Página 500 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 32.805, de 20 de maio de 1953. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras alagadas situadas nos municípios de Recife e Olinda, Estado de Pernambuco, destinadas às construções da Base Naval de Recife, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 22/5/1953, Página 9.338 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 62.711, de 16 de maio de 1968. Cancela, por motivo de interesse público, tombamento efetuado pela Diretoria, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de imóvel que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 17/5/1968, Página 3.979 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 70.389, de 11 de abril de 1972. Autoriza o cancelamento da inscrição de tombamento da Igreja dos Martírios, situada em Recife, Estado de Pernambuco, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 12/4/1972, Página 3.209 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 76.374, de 2 de outubro de 1975. Dispõe sobre a jurisdição territorial dos 1º e 6º Distritos Navais e transfere a sede dos 3º e 6º Distritos Navais. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 3/10/1975, Página 13.248 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 80.978, de 12 de dezembro de 1977. Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 14/12/1977, Página 17.107 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional Nº 126, de 21 de dezembro de 2022. Altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no Art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 22/12/2022, Página 18 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Comunicado, de 12 de janeiro de 2017. **Diário Oficial da União** – Seção 3 – 12/1/2017, Página 10. (Figura 4)

\_\_\_\_\_. Lei Nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 15/1/1937, Página 1.210 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Lei Nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975. Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 16/12/1975, Página 16.677 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Lei Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 20/12/1979, Página 19.457 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Lei Nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 – 13/04/1990, Página 7.101 (Publicação Original).

\_\_\_\_\_. Medida Provisória Nº 610, de 08 de setembro de 1994. Dispõe sobre alteração na Lei Nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei Nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** – Seção 1 - 9/9/1994, Página 13.567 (Publicação Original).

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. **Carta de Atenas**. Atenas: 1933. *In*: IPHAN. Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Notificação Nº 1.004**. Livro do Tombo Histórico. Rio de Janeiro, 21 mar. 1968. *In*: Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, 1968. Arquivo Tombamento/Bens Imóveis/Conj. Arquit. e Urbanístico – Acervo Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Olinda – Polígono de Tombamento, Processo: 674-T-62.

FCPSHO - Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda. **Ofício Nº 202/82**. Olinda, 7 jun. 1982. *In*: Arquivo Central - Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 35.

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. **Ofício CC/IPHAN/Nº 042/95**. [s. l.]. IBPC. 20 set. 1995. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 28. [ANEXO A – DOCUMENTAÇÃO REMETIDA, EM 1995, PELO IPHAN COM CABEÇALHO DO IBPC (ÓRGÃO EXTINTO EM 1994)]

ICOM – Conselho Internacional de Museus / Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações. **Carta de Atenas**. Atenas: 1931. *In*: IPHAN. Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. **Carta de Veneza**. Veneza: 1964. *In*: IPHAN. Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

\_\_\_\_\_. Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo. **Carta de Turismo Cultural**. Bruxelas: 1976. *In*: Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Casas do Patrimônio. **Carta de Nova Olinda**. Nova Olinda-CE: 2009. *In*: Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

\_\_\_\_\_. **Documento [s. n.]**. [s. l.]. Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. *In*: Processo de Tombamento Nº 320-T-42 – Casa à avenida Rosa e Silva, 36, v. I, pt. II, 2017, fl. 76.

\_\_\_\_\_. **Indicação de Arquivamento [s. n.]**. [s. l.]. 1995. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 131.

\_\_\_\_\_. **Informação [s. n.]**. [s. l.]. Diretoria do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. 23 abr. 1968. *In*: Arquivo Central - Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 32.

\_\_\_\_\_. **Informação Nº 04/AMC/86**. [s. l.]. IPHAN, 20 fev. 1986. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 4.

\_\_\_\_\_. **Informação Nº 12/CMA/98**. Recife, 13 abr. 1998. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 53.

\_\_\_\_\_. **Informação Nº 12/90**. [s. l.]. IPHAN. 11 mai. 1990. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 12.

\_\_\_\_\_. **Informação Técnica 01/JP/Superintendência do IPHAN em Pernambuco/2014**. [s. l.]. IPHAN, 8 ago. 2014. *In*: Arquivo Central - Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. II, 1995, fl. 210.

\_\_\_\_\_. **Memorando DEPROT/IPHAN Nº 153/95**. [s. l.]. IPHAN. 24 abr. 1995. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 26.

\_\_\_\_\_. **Memorando DEROT/IPHAN Nº 463/95**. [s. l.]. IPHAN. 15 out. 1995. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 44.

\_\_\_\_\_. **Memorando Nº 112/96**. [s. l.]. IPHAN. 22 fev. 1996. *In*: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 47.

- \_\_\_\_\_. **Memorando Nº 576/99 DEA/CORDEP/DEPROT.** [s. l.]. IPHAN, 10 ago. 1999. *In:* Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 133.
- \_\_\_\_\_. **Memorando Nº 01024/2014.** Recife, 29 ago. 2014. *In:* Arquivo Central - Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. II, 1995, fl. 217.
- \_\_\_\_\_. **Notificação Nº 1.155.** Livro do Tombo Histórico. Rio de Janeiro, 4 jun. 1979. *In:* Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Ofício Nº 03.** [s. l.]. IPHAN. 18 jan. 1990. *In:* Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 10.
- \_\_\_\_\_. **Ofício Nº 10/86.** DTC/SPHAN. Secretaria de Educação de Pernambuco/COMOCI-PE. Rio de Janeiro, 27 jan. 1986. *In:* Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 2.
- \_\_\_\_\_. **Ofício Nº 35/88.** [s. l.]. Fundação Nacional Pró-Memória. 15 jul. 1988. *In:* Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 18.
- \_\_\_\_\_. **Ofício Nº 078/80/PORTOBRÁS/SERPLA.** Brasília, 28 mai. 1980. *In:* Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 14.
- \_\_\_\_\_. **Ofício Nº 081/90/D.** [s. l.]. IPHAN. 18 mai. 1990. *In:* Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 37.
- \_\_\_\_\_. **Ofício Nº 084/2005/5ªSR/IPHAN/MinC.** IPHAN - 5ª Coordenação Regional. Recife, 28 fev. 2005. *In:* Arquivo Geral – Superintendência do IPHAN/PE. Classe -200 – Preservação do Patrimônio Cultural. 207- Conservação, Restauração, Adaptação. Olinda – Forte do Buraco. Protocolo Nº 1355/2004 de 22 dez. 2004. Processo Administrativo Nº 1.06.000.00064747/2004-69, Cx. 15.
- \_\_\_\_\_. **Ofício Nº 165.** Recife, 23 mai. 1968. *In:* Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 320-T-42 – Casa à avenida Rosa e Silva, 36, v. I, 2017, fl. 8.
- \_\_\_\_\_. **Ofício Nº 443/85 – COMOCI-PE.** Recife, 13 nov. 1985. *In:* Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE, v. I, 1995, fl. 001.
- \_\_\_\_\_. **Parecer [s.n.].** [s. l.]. IPHAN. *In:* Arquivo Central - Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 137.
- \_\_\_\_\_. **Parecer DEPROT/IPHAN/RJ Nº 54/98.** [s. l.]. IPHAN, 4 set. 1997. *In:* Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 122.

\_\_\_\_\_. **Parecer tombamento das Ruínas do Forte do Buraco.** Jaboatão dos Guararapes-PE, 20 jan. 2000. *In:* Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 136-145.

\_\_\_\_\_. **Processo Administrativo de Tombamento Nº 0101-T-38:** Ruínas do Forte do Buraco e outros, Recife (PE). *In:* Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, 1938.

\_\_\_\_\_. **Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95.** Recife: Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE, 1995. *In:* Arquivo Geral – Superintendência do IPHAN/PE. Classe -200 – Preservação do Patrimônio Cultural. 207- Conservação, Restauração, Adaptação. Olinda – Forte do Buraco, Cx. 15.

\_\_\_\_\_. **Vários Bens - Fortes BA, PR, PE, RJ/0101-T-38.** Rio de Janeiro, 1938. *In:* Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro, 1938.

OLINDA. Contrato de Empréstimo 2709/OC-BR - Homologação de Licitação, de 05 de outubro de 2016. Contratação de empresa de consultoria especializada para a realização do projeto executivo de implantação da Estação Turística Histórico-Interativa no Forte do Buraco, incluindo projeto de píer para embarcações, e ciclotrilha entre a ponte do Limoeiro (Recife) e praia do Milagres (Olinda) do Plano de Reconexão Turística Recife-Olinda. 2016. Recife: **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, ano XCIII, n. 187, fl. 13.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 4.119, de 28 de setembro de 1979. Institui o Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda. Olinda: **Câmara Municipal de Olinda – Casa Bernardo Vieira de Melo**, [1979].

\_\_\_\_\_. Lei Nº 4.849, de 23 de junho de 1992. Institui, no Município de Olinda, as ZONAS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA - ZEPC e Zonas de Entorno do Sítio Histórico. Olinda: **Câmara Municipal de Olinda – Casa Bernardo Vieira de Melo**, [1992].

\_\_\_\_\_. **Informe Técnico [s. n.]**. Prefeitura Municipal de Olinda – Palácio dos Governadores, Olinda, 8 set. 1995. *In:* Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fls. 30-31. (ANEXO C – LAUDO ARQUEOLÓGICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA PARA PROJETO TURÍSTICO E CULTURAL NO FORTE DO BURACO)

\_\_\_\_\_. **Ofício Nº 488/95-GP.** Prefeitura Municipal de Olinda – Palácio dos Governadores, Olinda, 8 set. 1995. Arquivo Central – Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, 1995, fl. 29. [ANEXO B – DOCUMENTAÇÃO REMETIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA, EM 1995, AO IBPC (ÓRGÃO EXTINTO EM 1994)]

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa de Pernambuco (AL/PE). Lei Nº 7.970, de 18 de setembro de 1979. Institui o tombamento de bens pelo Estado. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, 1º nov. 1979. Palácio do Campo das Princesas, 2018.

RECIFE. **Declaração de Significância Cultural – bairro do Recife/ZEPH 09.** Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, [2023].

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 85, de 08 de janeiro de 1949. Divide o município de Recife em quatro zonas, conforme delimitado. Recife: **Prefeitura da Cidade do Recife**, [1949].

\_\_\_\_\_. Lei Nº 13.957, de 26 de setembro de 1979. Institui normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, cujas expressões arquitetônicas ou históricas tenham real significado para o patrimônio cultural da cidade do Recife; disciplina a preservação desses bens, autoriza o prefeito a declarar Zonas Especiais de Interesse dessa preservação cultural e, dá outras providências. Recife: **Prefeitura da Cidade do Recife**, [1979].

\_\_\_\_\_. Lei Nº 16.176, de 9 de abril de 1996. Estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife. Recife: **Prefeitura da Cidade do Recife**, [1996].

\_\_\_\_\_. Lei Nº 16.293, de 3 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre as regiões político-administrativas do município do Recife e dá outras providências. Recife: **Prefeitura da Cidade do Recife**, [1997].

\_\_\_\_\_. Lei Nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008. Promove a revisão do Plano Diretor do Município do Recife. Recife: **Prefeitura da Cidade do Recife**, [2008].

SÃO PAULO. Ofício Nº 16. 24 de mar. 1936. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo/Departamento de Cultura e de Recreação. *In*: BATISTA, Marta Rossetti. (Org.). **Revista do Patrimônio Artístico Nacional**, Brasília, IPHAN, n. 30, p. 272, 2002.

SÃO PAULO. Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. 24 de mar. 1936. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo/Departamento de Cultura e de Recreação. *In*: BATISTA, Marta Rossetti. (Org.). **Revista do Patrimônio Artístico Nacional**, Brasília, IPHAN, n. 30, pp. 273-288, 2002.

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Notificação Nº 163**. Rio de Janeiro, 23 mar. 1938. *In*: \_\_\_\_\_. Processo Administrativo de Tombamento Nº 0101-T-38: Ruínas do Forte do Buraco e outros, Recife (PE). Rio de Janeiro, 1938, pasta 101, doc. 3.492.

UNEP – Organização das Nações para o Meio Ambiente. Assembleia Mundial dos Estados. **Declaração de Estocolmo**. Estocolmo: 1972. *In*: IPHAN. Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Nairóbi**. Nairóbi: 1982. *In*: IPHAN. Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Recomendação de Paris**. Paris: 1972. *In*: IPHAN. Caderno de Documentos Nº 3: Cartas Patrimoniais. Brasília: IPHAN, 1995.

### Outros Tipos de Documentos

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. **Ata de sessão, de 28 de março de 1953**. Livro de Atas do IAHGP, mar. 1951/jan. 1955.

IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. **Ata de sessão, de 13 de abril de 1953**. Livro de Atas do IAHGP, mar. 1951/jan. 1955.

## WEBGRAFIA

### Portais

BENTO, Emmanuel. **Museu da Cidade do Recife disponibiliza acervo digitalizado de fotos**.

Portal do Jornal Digital, Recife, 1 set. 2023. Artigos. Disponível em:

[jornaldigital.recife.br/2023/09/01/museu-da-cidade-do-recife-disponibiliza-acervo-digitalizado-de-fotos/](http://jornaldigital.recife.br/2023/09/01/museu-da-cidade-do-recife-disponibiliza-acervo-digitalizado-de-fotos/). Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. **Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo – PRODETUR**.

Portal do Ministério do Turismo. 11 abr. 2018. Disponível em:

[regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=118:programa-nacional-de-desenvolvimento-e-estruturacao-do-turismo-prodetur&catid=17&Itemid=121](http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=118:programa-nacional-de-desenvolvimento-e-estruturacao-do-turismo-prodetur&catid=17&Itemid=121).

Acesso em: 20 set. 2023.

COMANDO da 7ª Região Militar. **Desativação da 2ª Companhia de Guardas**. Portal do

Ministério da Defesa/Exército Brasileiro/Comando Militar do Nordeste. 20 dez. 2017.

Disponível em: [7rm.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/305-desativacao-da-2-companhia-de-guardas](http://7rm.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/305-desativacao-da-2-companhia-de-guardas). Acesso em: 12 jan. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Farol de Olinda**. Portal IBGE. Catálogo da

Biblioteca IBGE. 2015. Disponível em: [biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=444189#:~:text=Inaugurado%20em%2018%20de%20novembro,12%20milhas%20n%C3%A1uticas%20de%20dist%C3%A2ncia](http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=444189#:~:text=Inaugurado%20em%2018%20de%20novembro,12%20milhas%20n%C3%A1uticas%20de%20dist%C3%A2ncia).

Acesso em: 27 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. **Forte de São Tiago das Cinco Pontas**. Portal IBGE. 2024. Disponível em:

[biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=440566&view=detalhes](http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=440566&view=detalhes). Acesso em:

12 jan. 2024.

ICOMOS-BR – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios do Brasil. **Mudanças climáticas e patrimônio cultural**. Brasil, 4 nov. 2022. Portal ICOMOS-BRASIL. 2022. Disponível em:

[icomos.org.br/single-post/mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas-e-patrim%C3%B4nio-cultural#:~:text=O%20Comit%C3%A2%20sobre%20Mudan%C3%A7as%20Clim%C3%A1ticas,%20C%20Guiana%20C%20Guiana%20Francesa%20C%20Paraguai](http://icomos.org.br/single-post/mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas-e-patrim%C3%B4nio-cultural#:~:text=O%20Comit%C3%A2%20sobre%20Mudan%C3%A7as%20Clim%C3%A1ticas,%20C%20Guiana%20C%20Guiana%20Francesa%20C%20Paraguai).

Acesso em 13 mai. 2023.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens tombados**. Portal IPHAN.

fev. 2024. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126). Acesso em: 13 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Centro Histórico de Olinda (PE)**. Portal IPHAN, 2014. Disponível em:

[portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/33](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/33). Acesso em: 20 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. **Educação patrimonial.** Portal IPHAN. 2014. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343#:~:text=A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Patrimonia%20constitui%2Dse,para%20seu%20reconhecimento%2C%20sua%20valoriza%C3%A7%C3%A3o](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343#:~:text=A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Patrimonia%20constitui%2Dse,para%20seu%20reconhecimento%2C%20sua%20valoriza%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 13 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Fortes incluídos na lista indicativa a patrimônio mundial.** Portal IPHAN. 2015. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1611/](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1611/). Acesso em: 22 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **Fortificações brasileiras.** Portal IPHAN. 2014. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1609](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1609). Acesso em: 2 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. **Lista de bens tombados e processos em andamento.** Portal IPHAN, jun. 2019. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126). Acesso em: 2 jul. 2024. (Tabelas 1 e 2)

\_\_\_\_\_. **Livros do Tombo.** Portal IPHAN. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>. Acesso em: 14 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **Processo administrativo de tombamento Nº 01458.001195/2011-61.** Portal IPHAN: Sistema Eletrônico de Informações (SEI). 10 out. 2022. Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 18 mai. 2011. Disponível em: [https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_exibir.php?wt7h6hFBI\\_9S3DJjGLI0dpQiiSEQL4RclCP821UP\\_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcr- boq1JyMmmt-KwRR8STfMFVgR1XLxEITbfOSTMp0LqkXxO](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJjGLI0dpQiiSEQL4RclCP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcr- boq1JyMmmt-KwRR8STfMFVgR1XLxEITbfOSTMp0LqkXxO). Acesso em: 12 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Referências culturais das fortificações de Pernambuco são temas de livro e exposição.** Portal IPHAN. 16 abr. 2019. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5048/relevancias-culturais-das-fortificacoes-de-pernambuco-sao-temas-de-livro-e-exposicao](http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5048/relevancias-culturais-das-fortificacoes-de-pernambuco-sao-temas-de-livro-e-exposicao). Acesso em: 2 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. **Rio de Janeiro – Arcos da Lapa.** Portal IPatrimônio, 3 abr. 2022. Disponível em: [ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-arcos-da-lapa/#!/map=38329&loc=-22.91192446536441,-43.18073272705078,15](http://ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-arcos-da-lapa/#!/map=38329&loc=-22.91192446536441,-43.18073272705078,15)>. Acesso em: 10 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Seminário Internacional Fortificações Brasileiras - Patrimônio Mundial. **Carta do Recife.** Forte das Cinco Pontas, Recife: 4-7 abr. 2017. Portal do IPHAN. 2017. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Recife\\_2017.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Recife_2017.pdf). Acesso em: 4 jan. 2024.

MEIRA LINS, Carlos Fernando Barreto de. **Perfil de Julius von Söhsten.** Portal Geneanet. 2023. Disponível em: [gw.geneanet.org/cfmeira?lang=pt&n=von+sohsten&p=julius#top](http://gw.geneanet.org/cfmeira?lang=pt&n=von+sohsten&p=julius#top). Acesso em 14 mai. 2023.

MIRANDA, Francisco. **10º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada – o Esquadrão Forte das Cinco Pontas.** Francisco Miranda – Blog. 15 jun. 2012. Disponível em: [chicomiranda.wordpress.com/2012/06/15/10o-esquadrao-de-cavalaria-mecanizada-o-esquadrao-forte-das-cinco-pontas/](http://chicomiranda.wordpress.com/2012/06/15/10o-esquadrao-de-cavalaria-mecanizada-o-esquadrao-forte-das-cinco-pontas/). Acesso em 14 ago. 2023.

POGGIO, Guilherme. **Futuro incerto para a Base Naval de Natal**. Portal Poder Naval, 14 dez. 2008. Disponível em: [naval.com.br/blog/2008/12/14/futuro-incerto-para-a-base-naval-de-natal/](http://naval.com.br/blog/2008/12/14/futuro-incerto-para-a-base-naval-de-natal/). Acesso em: 14 abr. 2024.

PR – Porto do Recife S.A. **Porto do Recife inicia processo de curadoria para museu que inaugura ainda este ano**. Portal do Porto do Recife S.A. 31 jan. 2023. Disponível em: [portodorecife.pe.gov.br/noticia-int.php?id=1675178301](http://portodorecife.pe.gov.br/noticia-int.php?id=1675178301). Acesso em: 10 jan. 2024.

RECIFE. **Sobre as ZEPH**. Prefeitura do Recife/Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural – DPPC. Portal da Prefeitura do Recife. [s. d.]. Disponível em: [dppc.recife.pe.gov.br/sobre-zeph](http://dppc.recife.pe.gov.br/sobre-zeph). Acesso em: 26 jun. 2023.

SEGANFREDO, Thais. **Rede internacional lança manifesto sobre cultura e ação climática na Cop27**. Portal Nonada Jornalismo. 17 nov. 2022. Disponível em: [nonada.com.br/2022/11/rede-internacional-lanca-manifesto-sobre-cultura-e-acao-climatica-na-cop27/](http://nonada.com.br/2022/11/rede-internacional-lanca-manifesto-sobre-cultura-e-acao-climatica-na-cop27/). Acesso em: 14 abr. 2024.

TRIBUNA do Paraná. **Há cem anos caía o campanário de São Marcos**. Portal Tribuna do Paraná, Curitiba, 18 jul. 2002. Mundo. Disponível em: [tribunapr.com.br/noticias/mundo/ha-cem-anos-caia-o-campanario-de-sao-marcos/](http://tribunapr.com.br/noticias/mundo/ha-cem-anos-caia-o-campanario-de-sao-marcos/). Acesso em: 14 abr. 2024.

WANDERLEY, Andrea C. T. **Série “O Rio de Janeiro desaparecido” XVII – Igreja São Pedro dos Clérigos**. Portal Biblioteca Nacional Digital. Brasiliana Fotográfica, 18 mar. 2022. Disponível em: [brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=26587](http://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=26587). Acesso em: 17 mar. 2023.

## Revistas Eletrônicas

BOUÇAS, Isabela de Almeida. Engenharia de manutenção aplicada à docagem de embarcações. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 5, ed. 6, v. 9, pp. 34-42, jun. 2020. Disponível em: [nucleodoconhecimento.com.br/engenharia-de-producao/docagem-de-embarcacoes](http://nucleodoconhecimento.com.br/engenharia-de-producao/docagem-de-embarcacoes). Acesso em: 20 abr. 2024.

CABRAL, Renata Campello. A dimensão urbana do patrimônio na Carta de 1931: as contribuições da delegação italiana. **Arquitextos**, São Paulo, ano 15, n. 179.04, Vitruvius, mai. 2015. Disponível em: [vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/15.179/5531](http://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/15.179/5531). Acesso em: 20 mai. 2023.

CARVALHO, Antônio Carlos de. Preservação do patrimônio histórico no Brasil: estratégias. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS-UNIRIO/MAST**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, pp. 117-126, 2011. Disponível em: [revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/195/158](http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/195/158). Acesso em: 30 jun. 2023.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição Especial: turismo em fortificações. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 8-22, out. 2013. Disponível em: [ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/903/362](http://ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/903/362). Acesso em: 27 jun. 2022.

DINIZ, Rozeane Porto. Relações de poder e tensão no tombamento da Jaqueira em Pernambuco-PE. **Revista Mosaico**, v. 12, pp. 337-351, 2019. Disponível em: [seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/7029](http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/7029). Acesso em: 14 abr. 2023.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado. **Historiæ**, [s. l.], v. 3, n. 3, pp. 9-26, 2013. Disponível em: [periodicos.furg.br/hist/article/view/3259](http://periodicos.furg.br/hist/article/view/3259). Acesso em: 18 jun. 2024.

GIRÃO, Claudia. Maracanã: destruir ou preservar. **Projetos**, São Paulo, ano 12, n. 133.08, Vitruvius, fev. 2012. Disponível em: [vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/12.133/4225](http://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/12.133/4225). Acesso em: 20 jan. 2023.

GOMES, Amanda Barlavento. Negócios de família: políticos, traficantes de escravizados e empresários pernambucanos no século XIX. **Revista de Pesquisa Histórica – CLIO**, Recife, v. 38, pp. 231-250, jul./dez. 2020. Disponível em: [periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/245663/36859](http://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/245663/36859). Acesso em: 20 mar. 2023.

GOMINHO, Kerollayne Cavalcante; CARNEIRO, Henrique Figueiredo. Velha Petrolândia: memórias de uma cidade perdida no semiárido pernambucano. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: UFPR, Edição Especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, v. 55, pp. 262-279, dez. 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/73278-310055-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/73278-310055-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 20 jan. 2023.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. Patrimônio e história: reflexões sobre o papel do historiador. **Diálogos**, Maringá, v. 18, n. 2, pp. 637-660, mai./ago. 2014. Disponível em: [periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/34015/pdf](http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/34015/pdf). Acesso em: 27 jun. 2022.

JEUDY, Henri-Pierre. Liberdade da memória - uma entrevista com Henri-Pierre Jeudy. **Revista Pós FAUUSP**, São Paulo: USP, n. 15, pp. 10-15, jun. 2004. Disponível em: [revistas.usp.br/posfau/article/view/43368/46990](http://revistas.usp.br/posfau/article/view/43368/46990). Acesso em: 25 mar. 2024.

LINS, Artur André. A arena do patrimônio cultural no século XX: trajetórias institucionais e o contexto brasileiro. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 27, n. 2, pp. 305-330, 2020. Disponível em: [revistas.usp.br/plural/article/view/160788/167190](http://revistas.usp.br/plural/article/view/160788/167190). Acesso em: 28 abr. 2024.

PELEGRINI, Sandra. Memórias e identidades: a patrimonialização e os usos do passado. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, n. 48, pp. 87-115, dez. 2018. Disponível em: [doi.org/10.22456/1983-201X.82420](https://doi.org/10.22456/1983-201X.82420). Acesso em: 30 jun. 2023.

PEREIRO, Xerardo. Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. **ADRA Revista de los socios y socias del Museo del Pueblo Gallego**, Santiago de Compostela, n. 1, pp. 23-41, 2006. Disponível em:

home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio\_cultural/Patrimonio\_Cultura I.pdf. Acesso em: 23 nov. 2022.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, n. 3, pp. 4-14, 2006. Disponível em: revistas.usp.br/risco/article/view/44654/48274. Acesso em: 27 abr. 2023.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Cuadernos de Antropología Social** – Instituto de Ciências Antropológicas FILO/UBA, Buenos Ayres, n. 11, pp. 115-136, 2000. Disponível em: doi.org/10.34096/cas.i11.4709. Acesso em: 23 jun. 2023.

SANTOS, Cecília Rodrigues. A noção de patrimônio e a origem das ideias e das práticas da preservação no Brasil. **Arquitextos**, São Paulo, ano 13, n. 149.01, Vitruvius, out. 2012. Disponível em: vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4528. Acesso em: 12 fev. 2024.

VALSINER, Jaan. Beyond social representations: a theory of enablement. **Papers on Social Representations**, v. 12, pp. 7.1-7.16, jan./jul. 2003. Disponível em: Users/user/Downloads/Beyond\_Social\_Representations\_A\_Theory\_of\_Enableme.pdf. Acesso em: 22 jan. 2023.

## ACERVOS

### Cartográfico

MARCGRAF, Georg. **Mavritiopolis Reciffa, et circum lacentia castra**. 1647. 1 topografia. 45 x 54,6. Recife. In: *Brasiliana Iconográfica*. Edição: Ioannis Blaeu, Amsterdã – Países Baixos. Coleção Brasiliana Itaú. Identificação: 23005379.29. Disponível em: brasilianaiconografica.art.br/artigos/20112/historia-naturalis-brasiliae. Acesso em: 27 jun. 2022. (Mapa 2)

MB. **Fortificações existentes no Recife – ilha de Antônio Vaz e arredores, até o ano de 1638**. 1 gravura. Recife. In: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. v. II: 1591-1634. Recife: FUNDARPE, 1983, p. 202. (Mapa 1)

OLINDA. **Revisão da legislação urbanística dos Sítios Históricos de Olinda**: diagnóstico dos instrumentos que incidem sobre o Sítio Histórico de Olinda. 2015. 1 mapa. Escala: 1:10.000. Prefeitura Municipal de Olinda: Secretaria Executiva de Planejamento Urbano, 2015, p. 3. (Mapa 5)

\_\_\_\_\_. **Zoneamento da macrozona urbana**. 2008. 1 mapa. Escala: 1:20.000. Olinda. Prefeitura Municipal de Olinda. LUOPAS – Lei de uso, ocupação e parcelamento do solo do município de Olinda, Lei 5.631/2008. SEPLAMA – Secretaria de Planejamento, Transportes e Meio Ambiente/Secretaria de Planejamento e Controle Urbano, 2015. (Mapa 4)

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Centro histórico da cidade de Olinda – mapa dos imóveis inscritos**. 1 mapa. Escala: 1:12.500. Olinda. Portal UNESCO, 15 jun. 2014. (Mapa 3)

### Filmográfico

ALVES, Roberto. **Expedição ao Forte do Buraco, Recife**. Blog #Oxe Recife. YouTube, 6 ago. 2019. Disponível em: [youtube.com/watch?v=Reqg2Rc2EZE](https://www.youtube.com/watch?v=Reqg2Rc2EZE). Acesso em: 23 jun. 2022.

NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Produção: André Montenegro, Caio Gullane, Fabiano Gullane e Vânia Catani. Brasil/França: Riofilme, 2004. (100 min.).

O CANTO do mar. Direção: Alberto Cavalcanti. Produção: Alberto Cavalcanti e Kino Filmes S.A. Roteiro: Hermilo Borba Filho. Recife: U.C.B. – União Cinematográfica Brasileira S.A., 1953. (87 min.).

ENEZA Americana. Direção: J. Cambieri e Ugo Falangola. Produção: J. Cambieri e Ugo Falangola. Recife: Pernambuco-Film, 1925. (14 min.). *In*: SÖHSTEN, Gustavus. **Julius von Söhsten recebe o navio de passageiros SS Gelria, no Porto do Recife, PE, em 1925**. Gustavus Söhsten. YouTube, 6 ago. 2021. Disponível em: [youtube.com/watch?v=jvdi8eWH1JQ](https://www.youtube.com/watch?v=jvdi8eWH1JQ). Acesso em: 23 jun. 2022.

### Fotográfico

BERZIN, Alexandre. **Ruínas do Forte do Buraco**. [194-]. 1 fotografia. Recife. Coleção Alexandre Berzin. Identificação: ab\_fundaj\_000618. (Retrato 22)

BOCAGE, Francisco du. **Aspecto do Porto do Recife em 1912**. 1912. 1 fotografia. 10,8 x 29,8 cm. Recife. MCR – Museu da Cidade do Recife. Livro de Tombo, v. 11. Identificação: 08535. (Retrato 8)

\_\_\_\_\_. **Construção do molhe no istmo de Olinda**. 1910. 1 fotografia. 8,6 x 29,5 cm. Recife. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco/Villa Digital. Coleção Benício Dias. Identificação: bd\_000147. (Retrato 6)

\_\_\_\_\_. **Dique do Nogueira**. [1912]. 1 fotografia. 8,6 x 24,4 cm. Recife. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco/Villa Digital. Coleção Benício Dias. Identificação: bd\_000153. (Retrato 9)

\_\_\_\_\_. **Dique do Nogueira**. [1912]. 1 fotografia. 8,6 x 29,5 cm. Recife. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco/Villa Digital. Coleção Benício Dias. Identificação: bd\_000152. (Retrato 10)

\_\_\_\_\_. **Igreja do Corto Santo – bairro do Recife.** 1913. 1 fotografia. 10,8 x 29,8 cm. Recife. MCR – Museu da Cidade do Recife. Livro de Tombo, v. 12. Identificação: 08528. (Retrato 3)

\_\_\_\_\_. **Pedreira de Comportas.** 1910. 1 fotografia. 8,5 x 29 cm. Jaboatão. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco/Villa Digital. Coleção Benício Dias. Identificação: bd\_000121. (Retrato 7)

CHASE, Mary Agnes. **Manguezais em uma grande lagoa.** Expedição Mary Agnes Chase ao Brasil. [1924-1925]. 1 fotografia. Recife. Biblioteca do Patrimônio da Biodiversidade. Coleção Smithsonian Field Books - Mulheres na História Natural. Identificação: #1757-#1975. (Retrato 20)

CRESPO, José de Paiva. **Arco da Conceição com acesso à ponte Maurício de Nassau.** 1900. 1 fotografia. Recife. *In*: GOETHE, Paulo. Os monumentos que foram atropelados pelo trânsito. Diário de Pernambuco, Recife, 9 jul. 2016. (Retrato 5)

DIAS, Benício Whatley. **Ilha do Maruim.** [1937]. 1 fotografia. Olinda. *In*: Olinda Antigamente. Paisagem tipicamente pesqueira, da ilha do Maruim, em fotografia datada de 27 de maio de 1937. Recife, 14 dez. 2016. Facebook: Olinda de Antigamente. Disponível em: [facebook.com/photo?fbid=575118046026446&set=a.134186226786299](https://facebook.com/photo?fbid=575118046026446&set=a.134186226786299). Acesso em: 14 nov. 2023. (Retrato 25)

\_\_\_\_\_. **Museu do Estado.** 1941. 1 fotografia. 11,3 x 13,3 cm. Recife. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco/Villa Digital. Coleção Benício Dias. Identificação: bd\_000588. (Retrato 15)

\_\_\_\_\_. **Museu do Estado.** 1941. 1 fotografia. 17,0 x 23,3 cm. Recife. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco/Villa Digital. Coleção Benício Dias. Identificação: bd\_000587. (Retrato 14)

FERREZ, Marc. **Aqueduto Carioca, também conhecido como Arcos da Lapa.** [1896]. 1 fotografia. 21,6 x 27,8 cm. Rio de Janeiro. IMS – Instituto Moreira Salles. Coleção Gilberto Ferrez. Identificação: 0071824cxminas3-07. (Retrato 42)

\_\_\_\_\_. **Campo de Sant'Anna.** [1886]. 1 fotografia. 18,0 x 24,0 cm. Rio de Janeiro. IMS – Instituto Moreira Salles. Coleção Gilberto Ferrez. Identificação: 0071824cx010-04. (Retrato 31)

\_\_\_\_\_. **Igreja de São Pedro dos Clérigos.** [1890]. 1 fotografia. 18,0 x 13,0 cm. Rio de Janeiro. IMS – Instituto Moreira Salles. Coleção Gilberto Ferrez. Identificação: 0071824cx112-10. (Retrato 29)

FGV – Fundação Getúlio Vargas/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **Aspectos de navio da Marinha do Brasil.** 1955. 1 fotografia. 18 x 24 cm. Recife. Coleção Oswaldo Cordeiro de Farias. Identificação: 343. (Retrato 48)

FIDEM – Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife. **Ortofotocarta.** 1 fotografia Escala 1:10.000. Recife, 1984. Identificação: Nº 91-00. (Figura 2)

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco/Villa Digital. **Farol de Olinda**. 1940. 1 fotografia. 6 x 6 cm. Recife. Coleção Alexandre Berzin. Identificação: ab\_fundaj\_000175. (Retrato 37)

\_\_\_\_\_. **Forte do Buraco**. 1912. 1 fotografia. 7,8 x 22,4 cm. Recife. Coleção Benício Dias. Identificação: bd\_000054. (Retrato 2)

\_\_\_\_\_. **Forte do Buraco**. [1939]. 1 fotografia. 6 x 6 cm. Recife. Coleção Alexandre Berzin. Identificação: ab\_fundaj\_000619. (Retrato 21)

\_\_\_\_\_. **Igreja da Sé**. 1919. 1 fotografia. 16,7 x 23,0 cm. Olinda. Coleção Benício Dias. Identificação: bd\_000960. (Retrato 19)

GAUTHEROT, Marcel. **Olinda, praia**. [1955]. 1 fotografia. 6 x 6 cm. Olinda. IMS – Instituto Moreira Salles. Identificação: 010PEOL0838. (Retrato 23)

\_\_\_\_\_. **Recife, rio Capibaribe**. 1955. 1 fotografia. 6 x 6 cm. Recife. IMS – Instituto Moreira Salles. Coleção Marcel Gautherot. Identificação: 010PERE08310. (Retrato 39)

GRANVILLE, Ivan. **Forte do Buraco**. 1939. 1 fotografia. Recife. *In*: BENTO, Emanuel. Fortes do Recife: as edificações que protegem a cidade dos invasores. *Jornal Digital*, Recife, 2 jun. 2023. Artigos. Disponível em: [jornaldigital.recife.br/2023/06/02/fortes-do-recife-as-edificacoes-que-protegem-a-cidade-dos-invasores/](http://jornaldigital.recife.br/2023/06/02/fortes-do-recife-as-edificacoes-que-protegem-a-cidade-dos-invasores/). Acesso em: 14 nov. 2023. (Retrato 26)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Torre Malakoff**: Recife-PE. [19--]. 1 fotografia. Recife. Portal IBGE. 2024. Catálogo da Biblioteca IBGE. Série Acervo dos Municípios Brasileiros. Identificação: 40856. Disponível em: [biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440856#:~:text=Notas%3A%20A%20Torre%20Malakoff%20%C3%A9,centro%20de%20defesa%20de%20Sebastopol](http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=440856#:~:text=Notas%3A%20A%20Torre%20Malakoff%20%C3%A9,centro%20de%20defesa%20de%20Sebastopol). Acesso em: 27 jan. 2024. (Retrato 36)

IMS – Instituto Moreira Salles. **Igreja da Venerável Ordem Terceira do Senhor Bom Jesus Calvário; Via Sacra**. [1915]. 1 fotografia. 18,0 x 13,0 cm. Rio de Janeiro. Coleção Sebastião Lacerda. Identificação: 037SL03046. (Retrato 30)

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Avenida do Farol**. [197-]. 1 fotografia. Olinda. *In*: Olinda de Antigamente. Avanço do mar sobre a avenida do Farol, bairro do Carmo em finais dos anos 70. Olinda, 16 set. 2016. Facebook: Olinda de Antigamente. Disponível em: [facebook.com/photo?fbid=575118046026446&set=a.134186226786299](https://facebook.com/photo?fbid=575118046026446&set=a.134186226786299). Acesso em: 14 nov. 2023. (Retrato 38)

JESUS, Jesus A. B. **Canhão de bronze remanescente da Fortaleza do Buraco (1641) – Museu do Estado de Pernambuco**. 2024. 1 fotografia. 4080 x 3060 pixels. Recife, 9 abr. 2024. Identificação: 20240409\_101053. (Retrato 12)

\_\_\_\_\_. **Canhão de bronze remanescente da Fortaleza do Buraco (1649) – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. 2024. fotografia. 4080 x 3060 pixels. Recife, 27 abr. 2024. Identificação: 20240427\_085405. (Retrato 13)

\_\_\_\_\_. **Canhão de ferro remanescente da Fortaleza do Buraco – Museu da Cidade do Recife.** 2024. 1 fotografia. 4080 x 3060 pixels. Recife, 25 abr. 2024. Identificação: 20240424\_112358. (Retrato 49)

\_\_\_\_\_. **Canhão fincado no molhe principal do Recife (dique do Nogueira).** 2023. 1 fotografia. 4080 x 3060 pixels. Recife, 4 dez. 2023. Identificação: 20231204\_112824. (Retrato 28)

\_\_\_\_\_. **Canhão para uso em navios do período neerlandês em Pernambuco – Museu da Cidade do Recife.** 2024. 1 fotografia. 2576 x 1932 pixels. Recife, 25 abr. 2024. Identificação: 20240425\_112541. (Retrato 50)

\_\_\_\_\_. **Canhões expostos no Museu do Estado de Pernambuco.** 2023. 1 fotografia. 4080 x 3060 pixels. Recife, 23 nov. 2023. Identificação: 20231123\_144243. (Retrato 11)

\_\_\_\_\_. **Pedras com a inscrição da entrada do Forte do Buraco (1705) – IAHP.** 2023. 2 fotografias. 4080 x 3060 pixels. Recife, 30 set. 2023. Identificações: 20230930\_113441 e 20230930\_103450. (Retrato 47)

LACERDA, Alcêdo. **Canhões.** 1953. 1 fotografia. 17 x 11 cm. Recife. 5ª Superintendência IPHAN-PE. Fortaleza do Buraco, Recife-PE. 34.01 (39). Identificação: 2804/73. (Retrato 34)

\_\_\_\_\_. **Ruínas.** 1953. 1 fotografia. 14 x 10 cm. Recife. 5ª Superintendência IPHAN-PE. Fortaleza do Buraco, Recife-PE. 34.01 (39). Identificação: 1222/73. (Retrato 32)

\_\_\_\_\_. **Ruínas.** 1953. 1 fotografia. 17 x 11 cm. Recife. 5ª Superintendência IPHAN-PE. Fortaleza do Buraco, Recife-PE. 34.01 (39). Identificação: 1232/73. (Retrato 33)

LACERDA, Alcir. **Abertura da avenida Dantas Barreto, 1973.** 1973. 1 fotografia. Recife. *In:* MALTA, Albertina Ótavia Lacerda (Org.). Alcir Lacerda Fotografia. Recife: CEPE, 2012, p. 54. (Retrato 44)

\_\_\_\_\_. **Igreja dos Martírios já sem sua torre, 1973.** 1973. 1 fotografia. Recife. *In:* MALTA, Albertina Ótavia Lacerda (Org.). Alcir Lacerda Fotografia. Recife: CEPE, 2012, p. 52. (Retrato 43)

LAMBERG, Moritz. **Arco de Santo Antônio.** [1880]. 1 fotografia. 21,4 x 27,5 cm. Recife. IMS – Instituto Moreira Salles, Identificação: 014ALAM0028. (Retrato 4)

MALTA, Augusto. **Ruínas do morro do Castelo.** 9 out. 1922. 1 fotografia. 16,8 cm x 23,0 cm. Rio de Janeiro. IMS – Instituto Moreira Salles. Coleção Gilberto Ferrez. Identificação: 007A5P3F10-036. (Retrato 17)

MARTINS, Henrique. **O velho Forte do Buraco.** 1914. 1 fotografia. 9,5 x 15 cm. Recife. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco/Villa Digital. Coleção Franklin Santiago Poggi de Figueiredo. Identificação: FrF\_0000062. (Retrato 1)

MCR – Museu da Cidade do Recife. **Fortaleza do Buraco**. [194-]. 1 fotografia. Recife. Livro de Tombo, v. 13. Identificação: 08624. (Retrato 24)

\_\_\_\_\_. **Recife Antigo – Forte do Buraco**. [194-]. 1 fotografia. Recife. Livro de Tombo, v. 13. Identificação: 08623. (Retrato 27)

MJJF – Museu Joaquim José Felizardo. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário**. [s.d.]. 1 fotografia. Porto Alegre. *In*: BARCELLOS, Jorge; ALMEIDA, Lúcio. (Orgs.). A Câmara na cidade: retrato de um poder público no século XIX no município de Porto Alegre. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2023, p. 35. (Retrato 41)

MINFRA – Ministério da Infraestrutura. **Obras de abrigo do porto do Recife**. 1 fotografia. Recife. *In*: BRASIL. Plano mestre do complexo portuário de Recife e Suape. v. 1. Florianópolis: Ministério da Infraestrutura (MINFRA)/Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)/Laboratório de Transportes e Logística (LABTRANS), 2019, p. 74. (Figura 1)

MUSAL – Museu Aeroespacial. **Estádio Municipal (Maracanã)**. 1950. 1 fotografia. 6 x 6 cm. Rio de Janeiro. Brasiliana Fotográfica. Coleção Museu Aeroespacial. Identificação: Álbum 0290, Foto 025. (Retrato 45)

OLINDA. **Forte do Buraco**. 1953. 1 fotografia. 8 x 15 cm. Olinda. Prefeitura Municipal de Olinda: Arquivo Público Municipal de Olinda - Antonino Guimarães. [s.n.]. (Retrato 35)

PHOTOGRAPHIA Fidanza. **Forte do Buraco**. [192-]. 1 cartão postal. 8,2 x 13,2 cm. Olinda. FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco/Villa Digital. Coleção Josebias Bandeira. Identificação: JB\_000550. (Retrato 46)

RECIFE. **Desenvolvimento Humano no Recife – RPA 1**. 2002. 1 fotografia. Recife. Escala: 1:4.000. Atlas de Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), Secretaria de Planejamento, Gestão e Transformação Digital (SEPLAGTD)/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2005, p. 220. (Figura 3)

\_\_\_\_\_. **Bases de zoneamento geográfico/Plano Diretor 2020 – ZEPH**. 2020. 1 fotografia. Recife. Escala: 1:4.000. Portal ESIG – Informações do Recife. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano, 2020. Disponível em: [esigportal2.recife.pe.gov.br/portal/home/webmap/viewer.html?layers=e6c1e4a432854489a9e5953e8960d28d](http://esigportal2.recife.pe.gov.br/portal/home/webmap/viewer.html?layers=e6c1e4a432854489a9e5953e8960d28d). Acesso em: 14 abr. 2023. (Figura 5)

SANCTUARIA Art. **Catedral de São Salvador do Mundo (Sé de Olinda) – Olinda, Pernambuco**. Portal Sanctuaria Art. 2 out. 2016. 1 fotografia. Olinda. Disponível em: [sanctuaria.art/2016/10/02/catedral-de-sao-salvador-do-mundo-se-de-olinda-olinda-pernambuco/](http://sanctuaria.art/2016/10/02/catedral-de-sao-salvador-do-mundo-se-de-olinda-olinda-pernambuco/). Acesso em: 10 ago. 2023. (Retrato 18)

TERTULIANO, B. **Vista aérea da Vila das Costureiras**. [entre 1937 e 1945]. 1 fotografia. 18 x 24 cm. Recife. FGV – Fundação Getúlio Vargas/CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Coleção Agamenon Magalhães. Identificação: 083. (Retrato 16)

UFF – Universidade Federal Fluminense. **Igreja Matriz de São João Marcos**. [19--]. 1 fotografia. Rio Claro. LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem. Coleção Aloysio Clemente Breves. (Retrato 40)

### Iconográfico

BÄSSLER, W. **Bom Jesus**. 1847. 1 litografia. 17,9 x 25,6 cm. Recife. *In*: FERREZ, Marc. Exposição comemorativa: iconografia do Recife, século XIX (Coleção Gilberto Ferrez e outros). Tricentenário da Restauração Pernambucana. Recife: Imprensa Oficial, 1954, p. 28. (Gravura 3)

FONSECA, José Gonçalves da. **Mapa do Recife, 1766**. 1 gravura. Recife. *In*: COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Anais Pernambucanos. v. VI: 1740-1794. Recife: FUNDARPE, 1983, p. 198. (Desenho 4)

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Layout para o Terminal Roll-on-Roll-off do Porto do Recife**. 1980. 1 desenho técnico. Recife. Arquivo Central - Superintendência do IPHAN/PE. Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95, v. I, fl. 15-16. (Desenho 5)

JESUS, Jesus A. B. **Menções de valor atribuídas ao bairro do Recife**. 2023d. *In*: RECIFE. Declaração de Significância Cultural – bairro do Recife/ZEPH 09. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, [2023]. (Gráfico 1)

\_\_\_\_\_. **Simulação dos remanescentes edificadas do Forte, 1920**. 1 desenho técnico: Digital, pb; 33,5 x 39 cm – Escala [ca. 1:400]. 2024. *In*: OLIVEIRA, Rodrigo Nunes de. **Ruínas abandonadas**: uma análise imagética sobre o processo de degradação do Forte do Buraco – Recife, PE. 2022. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2022, p. 91. (Desenho 2)

\_\_\_\_\_. **Simulação dos remanescentes edificadas do Forte, 1953**. 1 desenho técnico: Digital, pb; 33,5 x 39 cm – Escala [ca. 1:400]. 2024. *In*: OLIVEIRA, Rodrigo Nunes de. **Ruínas abandonadas**: uma análise imagética sobre o processo de degradação do Forte do Buraco – Recife, PE. 2022. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2022, p. 91. (Desenho 3)

LAET, Joannes de. **Marin D’Olinda de Pernambuco, 1630**. 1630. 1 gravura. Recife. *In*: \_\_\_\_\_. *Historie ofte iaerlijck verhael van de verrichtinghen der geoctroyeerde West-Indische Compagnie*. Leyden: Bonaventuer Ende Abraham Elzevier, 1644, p. 185a. (Gravura 1)

REDE de Memória Virtual Brasileira. **Planta do Forte de S. Antonio dos Coqueiros do Buraco - 1763**. 1 desenho técnico: Nanquim, color; 33,5 x 39 cm – Escala [ca. 1:400]. Lisboa. Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. 2012. (Desenho 1)

VISSCHER, Claes Janszoon. **A cidade de Olinda em Pernambuco, Brasil**. 1630. 1 tipografia. 97 x 118 cm. Olinda. *In*: Museu Marítimo Nacional de Amsterdã. Coleção Museu Marítimo. Identificação: A.0145(130). (Gravura 2)

### Manuscritos

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. **Despacho ao engenheiro das obras militares, 6 de abril de 1877**. 1877. Obras Militares.

\_\_\_\_\_. **Informe de ordens eng<sup>o</sup> das obras militares particulares de Pernambuco, 6 de agosto de 1877**. 1877. Obras Militares: Fortes e Quartéis (1863-1890).

\_\_\_\_\_. **Leis Provinciaes N<sup>os</sup> 667, 737, e 801**. Contracto de 22 julho de 1868 e Aviso do Ministério das Obras Públicas de 6 de março de 1869. Coleções Particulares. Recife: Companhia dos Trilhos Urbanos do Recife a Olinda, 1870.

CABRAL, Alfredo do Valle. **Epigrafia pernambucana [manuscrito]**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1887.

PERNAMBUCO. **Livro de Tombo Edifícios e Monumentos Isolados**. Recife: FUNDARPE/CEPPC, 5 ago. 2022.

### Musical

A FÁBRICA do poema. Intérprete: Adriana Calcanhotto. Compositores: Adriana Calcanhotto, Waly Salomão. A fábrica do poema. São Paulo: Sony Music/Epic, 1994. 1 CD, Faixa 2. *In*: SALOMÃO, Waly. Fábrica do poema. In memoriam Donna Lina Bo Bardi. \_\_\_\_\_. Algarvias: câmara de ecos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996, p.28.

PELOS ares. Intérprete: Adriana Calcanhotto. Compositores: Adriana Calcanhotto, Antônio Cícero. *In*: Cantada. São Paulo: BMG, 2002. 1 CD, Faixa 3.

### Pictórico

BAUCH, Emil. **Pernambuco N<sup>o</sup> 10 - ponte do Manguinho**. 1852. 1 pintura. Óleo sobre tela, 46,7 x 69,9 cm. Recife. IMS - Instituto Moreira Salles. Coleção Martha e Erico Stickel. Identificação: G1023. (Pintura 3)

MAURICÉA. Walfrido. **Fortaleza do Buraco**. 1915. 1 pintura. Óleo sobre tela, 30 x 50 cm. Recife. MEPE – Museu do Estado de Pernambuco. Coleção Comendador José Ferreira Baltar. Identificação: T666. (Pintura 2)

PEETERS, Gillis. **Vista do Recife e seu porto, 1637 - Panorama met (van links naar rechts) haven en dorp van Recife, het eiland António Vaz en het vasteland van Brazilië**. 1637. 1 pintura. Óleo sobre tela, 49,8 x 85,1 cm. Pernambuco. RKD - Rijksbureau voor Kunsthistorische Documentatie/Netherlands Institute for Art History. *Imagens do Brasil Holandês - Paço Imperial*, Rio de Janeiro, 1987-05. Identificação: 54. Disponível em: [research.rkd.nl/en/detail/https%3A%2f%2fdata.rkd.nl%2fimages%2f3166](https://research.rkd.nl/en/detail/https%3A%2f%2fdata.rkd.nl%2fimages%2f3166). Acesso em: 27 jun. 2023. (Pintura 1)

## ARQUIVOS CONSULTADOS

APEJE – ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO

### **Livros, Coletâneas e Edições Similares**

Biblioteca do Estado (BE).

### **Manuscritos**

Coleção Diversos Cônsules: DC20 (1908-1913), DC21 (1914-1921);

Coleção Estradas de Ferro: EF13 (1866-1874), EF21 (1873-1883);

Coleção Leis de Pernambuco: Caixa 11 (1926-1928), Caixa 24 (1940);

Coleção Ministério da Guerra: MG19 (1901-1922), MG20 (1921-1934);

Coleção Ministério da Marinha: MM40 (1889-1922), MM41 (1923-1934);

Coleção Obras Militares: OM09 (1875 – 1877), OM10 (1877 – 1881);

Coleção Obras Públicas: OP46/47 (1869), OP48 (1871), OP49/50 (1872), OP51/52 (1873), OP53/54 (1874), OP55 (1875), OP56 (1872-1876), OP57 (1875-1876), OP58 (1876), Op59/60 (1877);

Coleção Ordens Régias: OR04 (1670-1745), OR05 (1698-1701), OR08 (1747-1748);

Coleção Petições: 35.10 Fortes e Quartéis (1863-1890);

Coleção Registros de Contratos: RC02 (1849-1889).

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO PORTUGUÊS

### **Acervo Documental**

Processo sobre os serviços do condestável do Forte de Santo António do Buraco dos Coqueiros [da Barra], 1741. (PT/AHU/CU/015/0056/04889).

Acervo Cartográfico

Coleção Cartografia Impressa AHU;

Coleção Cartografia Manuscrita AHU.

Acervo Iconográfico

Coleção Iconografia Impressa AHU;

Coleção Iconografia Manuscrita AHU.

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE OLINDA - ANTONINO GUIMARÃES

### **Acervo Documental**

Pasta Forte do Buraco [s.d.].

**Livros, Coletâneas e Edições Similares**

Biblioteca do Arquivo Público Municipal de Olinda – Antonino Guimarães.

**BHL – BIODIVERSITY HERITAGE LIBRARY (BIBLIOTECA DO PATRIMÔNIO DA BIODIVERSIDADE)****Acervo Fotográfico**

Coleção Smithsonian Field Books - Mulheres na História Natural.

**BN-DIGITAL – BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL****Brasiana Fotográfica**

Coleção Francisco du Bocage;

Coleção Henrique Martins;

Coleção João Ferreira Villela;

Coleção Manoel Tondella;

Coleção Marc Ferrez;

Coleção Moritz Lamberg;

Coleção Museu Aeroespacial.

**Brasiana Iconográfica**

Coleção Charles Landseer;

Coleção Frans Post;

Coleção Luis Schlappriz.

**Hemeroteca Digital**

A Impresa: Jornal Político e Social-PE, A Noite-RJ, A Província: Órgão do Partido Liberal-PE, A Província-PE, Almanach de Pernambuco-PE, Almanak Administrativo Mercantil Agrícola e Industrial do Estado de Pernambuco-PE, Constitucional Pernambucano-PE, Correio da Manhã-RJ, Correio do Recife-PE, Diário da Manhã-PE, Diário da Noite-RJ, Diário de Notícias-RJ, Diário de Pernambuco-PE, Diário Novo-PE, Imprensa Popular-RJ, Jornal do Brasil-RJ, Jornal do Comércio-PE, Jornal do Domingo-PE, Jornal do Recife-PE, Jornal Pequeno-PE, O Constitucional: Jornal Político, Religioso, Científico, Literário-PE, O Diário Liberal: Órgão Democrático-PE, O Jornal-RJ, O Liberal-PE, O Olindense-PE, O Popular-PE, O Povo-PE, O Tico-Tico-RJ, Revista da Semana-RJ, Revista de Pernambuco-PE, Revista do Instituto Archeologico Historico e Geografico Pernambucano-PE, Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro-RJ, Revista do Norte-PE, Tribuna da Imprensa-PE, Tribuna do Paraná-PR.

**Rede de Memória**

Coleção Biblioteca do Senado – Obras Raras;

Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino;

Coleção Museu Nacional-RJ.

**BPE – BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO****Livros, Coletâneas e Edições Similares**

Coleção Geral;

Coleção Obras Raras.

**CEC-PE – CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE PERNAMBUCO (CASA DE OLIVEIRA LIMA)****Acervo Documental**

Documentação do Tombo Estadual.

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

**Acervo Fotográfico**

Coleção Agamenon Magalhães;  
Coleção Oswaldo Cordeiro de Farias.

FIDEM – FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

**Acervo Cartográfico**

Mapoteca FIDEM.

**Acervo Fotográfico**

Ortofotocartas do Recife.

FUNDAJ – FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO/VILLA DIGITAL

**Acervo Fotográfico**

Coleção Alexandre Berzin;  
Coleção Arnaldo Pinheiro;  
Coleção Arquitetura e Urbanismo;  
Coleção Benício Dias;  
Coleção Franklin Santiago;  
Coleção José de Paiva Crespo;  
Coleção Manoel Tondella;  
Coleção Wilson Carneiro da Cunha.

**Cartões Postais**

Coleção Josebias Bandeira.

FUNДАРPE – FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO

**Acervo Documental**

Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural.

**Coletâneas ou Edições Similares**

Biblioteca de Preservação Cultural – DPCULT.

GPL-PE – GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA DE PERNAMBUCO

**Livros, Coletâneas e Edições Similares**

Biblioteca GPL.

IAHGP – INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO

**Acervo Expositivo**

Coleção de Armas.

**Caderno de Documentos**

Acervo Digitalizado: Francisco Augusto Pereira da Costa, Anais Pernambucanos, 1983;  
Livro de Atas do IAHGP, mar. 1951/jan. 1955.

**Livros, Coletâneas e Edições Similares**

Biblioteca do IAHGP.

**Manuscrito**

O Forte do Buraco [s.d.].

**Processo de Tombamento**

Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95 – Parecer a respeito do Tombamento das Ruínas do Forte do Buraco (Doc. 2.134), Cx. 85.

## IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

**Acervo Cartográfico**

Mapas de Olinda;  
Mapas de Pernambuco;  
Mapas do Recife.

**Acervo Fotográfico**

Sério Acervo dos Municípios Brasileiros.

## IMS – INSTITUTO MOREIRA SALLES

**Acervo Fotográfico**

Coleção Augusto Silva Telles;  
Coleção Chico Albuquerque;  
Coleção Francisco du Bocage;  
Coleção Gilberto Ferrez;  
Coleção Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;  
Coleção Marcel Gautherot;  
Coleção Mark Ferrez;  
Coleção Pedro Corrêa do Lago;  
Coleção Sebastião Lacerda;  
Convênio Leibniz-Institut für Länderkunde, Leipzig.

**Acervo Iconográfico**

Coleção Martha e Erico Stichel.

## IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. ARQUIVO CENTRAL – SEÇÃO RIO DE JANEIRO

**Caderno de Documentos**

Cartas Patrimoniais, 1995;  
Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento, 2024.

**Processos de Tombamento**

Processo Administrativo de Tombamento Nº 0101-T-38 – Ruínas do Forte do Buraco e outros, Recife-PE;  
Processo de Tombamento das Ruínas do Forte do Buraco – Livro do Tombo de Belas Artes. Inscrição Nº 85;  
Processo de Tombamento das Ruínas do Forte do Buraco – Livro do Tombo Histórico. Inscrição Nº 44;  
Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95 (01458.001195/2011-61) – Ruínas do Forte do Buraco;  
Processo de Tombamento Nº 320-T-42 (01498.001912/2017-73) – Casa à avenida Rosa e Silva, 36.  
Vários Bens – Fortes BA, PR, PE, RJ/0101-38.

IPHAN-PE – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - 5ª  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – PERNAMBUCO

**Arquivo Geral**

Forte do Buraco – Olinda/PE, Arquivo 1998;  
Olinda – Forte do Buraco, Cx. 15;  
Olinda – Forte do Buraco, Cx. 15(A).

**Acervo Fotográfico**

Pasta: Fortaleza do Buraco – Recife-PE. 34.01 (39).

**Livros, Coletâneas e Edições Similares**

Biblioteca Almeida Cunha.

**Processos de Tombamento**

Processo Nº 674-T-62. Tombamento/Bens Imóveis/Conjunto Arquitetônico e Urbanístico – Polígono de Tombamento;  
Processo de Tombamento Nº 836-1971 – Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios, Recife-PE;  
Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95 – Ruínas do Forte do Buraco, Volume I;  
Processo de Tombamento Nº 1.351-T-95 – Ruínas do Forte do Buraco, Volume II;  
Processo de Tombamento Nº 1.613-PE-2014 – Forte do Buraco.

LABTOPOPE – LABORATÓRIO TOPOGRÁFICO DE PERNAMBUCO

**Acervo Cartográfico**

Coleção Cartografia Histórica.

MCR – MUSEU DA CIDADE DO RECIFE (Forte das Cinco Pontas)

**Acervo Documental**

Núcleo de Pesquisas José Antônio Gonsalves Mello.

**Acervo Expositivo**

Coleção de Armas.

**Acervo Fotográfico**

Livros de Tombo: Volumes 01 ao 16.

**Livros, Coletâneas e Edições Similares**

Biblioteca MCR.

MEPE – MUSEU DO ESTADO DE PERNAMBUCO

**Acervo Documental**

Inventário do Acervo.

**Acervo Expositivo**

Coleção de Armas.

**Acervo Pictórico**

Coleção Comendador Baltar – Pinacoteca MEPE (Reserva Técnica).

**Livros, Coletâneas e Edições Similares**

Biblioteca MEPE.

MUSEU MARÍTIMO NACIONAL DE AMSTERDÃ

**Acervo Fotográfico**

Coleção Museu Marítimo.

**Livros, Coletâneas e Edições Similares**

Coleção História Colonial.

## MUSEU MILITAR DO FORTE DE SÃO JOÃO BATISTA DO BRUM

**Acervo Expositivo**

Coleção de Armas.

**Livros, Coletâneas e Edições Similares**

Biblioteca Museu Militar do Forte de São João Batista do Brum.

## PAÇO DO FREVO

**Livros, Coletâneas e Edições Similares**

Biblioteca CEDOC – Centro de Documentação e Pesquisa Maestro Guerra-Peixe.

## PCR – PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

**Acervo Cartográfico**

Unidade de Licenciamento em Zonas Especiais.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA

**Acervo Cartográfico**

SEMAPU – Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Olinda;

SEPACTUR – Secretaria de Patrimônio, Cultura e Turismo de Olinda.

## RKD NETHERLANDS INSTITUTE FOR ART HISTORY

**Acervo Pictórico**

Coleção Negociante de Arte Wildenstein & Co. (1972-1973);

Coleção Particular PM Bardi (1960);

Coleção Particular JP Durand-Matthiesen.

## UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

**Acervo Fotográfico**

LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem. Coleção Aloysio Clemente Breves.

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

**Livros, Coletâneas e Edições Similares**

BC-UFPE – Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco.

## UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

**Livros, Coletâneas e Edições Similares**

BC-UFRPE – Biblioteca Central da Universidade Federal Rural de Pernambuco;

BSMCA-UFRPE – Biblioteca Setorial Manuel Correia de Andrade.

## APÊNDICE A – EXPEDIÇÃO ÀS RUÍNAS DO FORTE DO BURACO

Após as leituras e o estudo das fontes acerca das Ruínas do Forte do Buraco foi necessária a visitação *in loco*, não apenas para a coleta de registros fotográficos, mas, sobretudo, para buscar vestígios do que já foi mencionado nos documentos investigados sobre o equipamento.

No entanto, incluo neste relato uma crítica à Marinha do Brasil, que indisponibilizou a pesquisa na Biblioteca da Escola de Aprendizes Marinheiros, dificultando parte da investigação subsequente.

Vale mencionar que tal prospecção foi desaconselhada pela maioria das instituições onde realizei buscas preliminares sobre a edificação, pelo histórico de violência do local, além da dificuldade de acesso a essa região do istmo.

Existem duas maneiras de realizar o percurso: a primeira, entrando no istmo pelo município de Olinda, passando pela praia dos Milagres e, em seguida, pela praia Ponta del Chifre. Alternativa descartada por ser uma região erma, com histórico de violência, falta de iluminação e ausência de policiamento.<sup>1</sup>

A segunda forma seria feita via barco com saída no Marco Zero do Recife e passando pelo porto do Recife. Contudo, as buscas por aluguel de pequenos barcos para a travessia foram frustradas devido ao preço elevado cobrado pelos barqueiros, que alegaram ser uma região perigosa e à necessidade de autorização pelo comando do tráfico de drogas da localidade. Cabe ressaltar que, em novembro de 2023, foi declarada uma guerra entre as facções da comunidade V8, no município de Olinda, e do bairro de Santo Amaro, em Recife.<sup>2</sup>

Sobre os arredores, próximo da emblemática rua da Aurora, está localizada a região habitável mais próxima das ruínas. É o local da ponte do Limoeiro e da avenida Prefeito Artur Lima Cavalcanti, no bairro de Santo Amaro, que no passado era a redondeza do Forte de Santo Amaro das Salinas, e hoje faz a ligação contemporânea entre Recife e Olinda, passando a ser uma

---

<sup>1</sup> OLINDA. **Plano de Gestão Integrada da Orla de Olinda**. 2015. Olinda: Prefeitura Municipal de Olinda/Secretaria do Meio Ambiente/Secretaria de Planejamento e Controle Urbano, jul. 2015.

<sup>2</sup> ARAÚJO, Thalís. Após guerra de facções e troca de tiros, três homens morrem, na comunidade do V8, em Olinda. **Folha de Pernambuco**. Recife, 17 nov. 2023. Violência.

via em substituição ao istmo natural. Esta área atualmente está associada a casos de violência, prostituição e consumo de drogas.<sup>3</sup>

Diante os riscos mencionados, a alternativa para a visita às ruínas consistiu em um passeio comercializado por uma das agências de turismo local, por meio de um roteiro denominado “Expedição ao Forte do Buraco”, organizado em dezembro de 2023.

A exploração foi realizada de forma segura, graças à formação de um grupo de pessoas, com a assistência de um guia de turismo e o apoio de um bombeiro civil. O passeio contou o aval da Capitania dos Portos e da Marinha do Brasil, que garantiram a segurança dos participantes, visto que existia uma certa cautela por parte das organizações criminosas em relação a esse tipo de visita à localidade.

Desta forma, a expedição seguiu do Marco Zero recifense rumando às ruínas da fortificação, com cerca de vinte participantes a bordo, em dois pequenos barcos. Em seguida, passando pelos arredores do porto do Recife, avistou-se o antigo dique seco, e por meio de algumas aberturas, foi possível a entrada das pequenas embarcações – *Cf. Retrato 1*.

Após esta passagem, chega-se à praia Ponta del Chifre, completamente tomada por lixo – *Cf. Retrato 2*, confirmando as informações dos autos do tombamento das ruínas. Também foi avistada uma densa vegetação arbustiva na redondeza, a ponto de encobrir toda a ruína da antiga fortificação.

---

<sup>3</sup> ASSIS, Mércia Cristina da Silva. **Entre pedras, prostituição e lamas**: um estudo sobre as experiências das usuárias de crack em Santo Amaro, Recife/PE. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

**Retrato 1** – Passagem do dique seco que dá acesso às Ruínas do Forte do Buraco.



**Fonte:** Elaboração própria, 2023.

**Retrato 2** – Praia Ponta del Chifre repleta de lixo.



**Fonte:** Elaboração própria, 2023.

**Legenda:** Acesso leste às Ruínas do Forte do Buraco.

No desembarque, avistaram-se ao longe alguns homens, que observaram a visita sem se aproximarem. O grupo foi conduzido seguindo um curto trajeto em direção às ruínas, apesar da dificuldade de transitar entre o lixo e os altos arbustos. Houve também a orientação de não circular por determinados pontos do local, devido à presença de ninhos de carcarás, que crocitavam para demarcar seu território e voavam rasante em direção aos visitantes – *Cf. Retrato 3.*

**Retrato 3** – Carcará sobre as Ruínas do Forte do Buraco.

**Fonte:** Elaboração própria, 2023.

Nas ruínas, eram visíveis restos de fogueiras, de onde emanava um forte cheiro de fumaça, além de lixo doméstico, devido ao tráfego de pessoas no local. Também foram observados inúmeros focos de marimbondos ao longo de toda a extensão do equipamento, alertados previamente pela organização da visita.

A falta de manutenção ficou evidente pela incorporação dos arbustos às ruínas, que utilizam suas estruturas como base para as raízes. Assim como, a diferença entre as pedras utilizadas nas ruínas, fruto das modificações ocorridas durante as reformas no equipamento histórico – *Cf. Retrato 4*.

Visivelmente, os resquícios correspondem a menos da oitava parte da fortificação que restou da demolição ocorrida na década de 1950, e pouco lembram as ditas batalhas sangrentas travadas no período dos neerlandeses, as moradias utilizadas na década de 1940, e tampouco ter sido cenário da sétima arte antes de sua derrubada.

**Retrato 4** – Ruínas do Forte do Buraco tomadas pela vegetação.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Da estrutura, foi possível observar os resquícios do portal de entrada do forte e o corredor onde se encontram seteiras aparentes, pontos por onde os soldados realizavam disparos contra os invasores da fortaleza – *Cf. Retrato 5*.

**Retrato 5** – Portal de entrada da Fortificação do Buraco.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Um registro importante observado no local foi a presença de um trilho, provavelmente vestígio da via do transporte férreo utilizado para o transporte de materiais e trabalhadores na construção de Olinda no início do século XX – *Cf. Retrato 6*.

**Retrato 6** – Trilho remanescente da linha férrea da década de 1910.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Diante das imponentes ruínas do Forte do Buraco, foi inevitável refletir sobre a riqueza histórica e cultural que esse monumento já representou para a região. Testemunha silenciosa de batalhas passadas e marco de períodos cruciais da nossa história, o forte agora enfrenta um destino desolador, afundado no abandono e na ausência de políticas públicas eficazes de proteção.

Esse patrimônio, que um dia ressoou com estrondos de canhões e carregou consigo as histórias dos que o defenderam, encontra-se agora sufocado pelo descaso e pelo esquecimento.

A ausência de investimentos e iniciativas para a preservação destas ruínas não apenas comprometeu a integridade física do monumento, mas também ameaça apagar parte importante da narrativa local.

De igual maneira, a falta de manutenção ficou explícita, e as paredes que um dia abrigaram estratégias militares agora clamam por atenção e cuidado. A densa vegetação e o lixo que cercam as ruínas são testemunhas silenciosas da negligência a que foram submetidas.

É fundamental reconhecer a urgência de ações efetivas. O Forte do Buraco não é apenas uma construção de pedras, é um elo vivo com o passado, uma fonte de identidade e um símbolo de orgulho para a comunidade local.

Preservar a fortificação não é apenas um ato de conservação material, mas uma reafirmação do compromisso com a preservação da história e da cultura que moldaram a identidade desta região.

## APÊNDICE B – TABELAS DE REQUALIFICAÇÕES EM FORTIFICAÇÕES PARA USOS TURÍSTICOS E CULTURAIS

**Quadro 1** – Equipamentos com visitação, mas com pouca ação legal de preservação.

<i>FORTIFICAÇÃO</i>	<i>UF</i>	<i>MUNICÍPIO</i>	<i>OBSERVAÇÕES</i>
Forte da Serra da Escama	PA	Óbitos	Sem uso cultural. Abandonado.
Forte de Santo Antônio	PA	Gurupá	Sem uso cultural. Abandonado.
Arraial Novo do Bom Jesus	PE	Recife	Sem uso cultural. Abandonado.
Forte de Santa Tecla	RS	Bagé	Sem uso cultural. Abandonado.
Forte de Caçapava	RS	Caçapava	Sem uso cultural. Abandonado.
Fortaleza de N. Sr. <sup>a</sup> da Conceição de Araçatuba	SC	Florianópolis	Sem uso cultural. Abandonado.
Forte Marechal Moura	SC	Florianópolis	Sem uso cultural. Abandonado.

**Fonte:** Adaptado de CASTRO, 2013, p. 19.

**Legenda:** Os equipamentos listados neste quadro carecem de um programa de revitalização e uso mais urgente.

**Quadro 2** – Equipamentos com visitação e sem uso cultural adequado.

<i>FORTIFICAÇÃO</i>	<i>UF</i>	<i>MUNICÍPIO</i>	<i>OBSERVAÇÕES</i>
Fortaleza do Barbalho	BA	Salvador	Sem uso cultural.
Fortaleza do Monte Serrat	BA	Salvador	Sem uso cultural.
Fortaleza do morro de São Paulo	BA	Cairu	Sem uso cultural.
Forte Orange	PE	Ilha de Itamaracá	Sem uso cultural.
Forte de Nossa Senhora dos Remédios	PE	Fernando de Noronha	Sem uso cultural.
Forte de São Francisco	PE	Olinda	Sem uso cultural.
Fortaleza da ilha do Mel	PR	Paranaguá	Sem uso cultural.
Forte de São Mateus	RJ	Cabo Frio	Sem uso cultural.
Forte de Caetano Madeira	RJ	Rio de Janeiro	Sem uso cultural.
Forte de Santa Bárbara	SC	Florianópolis	Sem uso cultural.

**Fonte:** Adaptado de CASTRO, 2013, p. 20.

**Legenda:** Os equipamentos deste quadro são objetos de ações de preservação mais contínuas e, em alguns casos, têm sido feitos programas de restauração; no entanto, não são destinados ao uso cultural.

**Quadro 3** – Equipamentos com uso cultural limitado.

<i>FORTIFICAÇÃO</i>	<i>UF</i>	<i>MUNICÍPIO</i>	<i>OBSERVAÇÕES</i>
Fortaleza de São Pedro	BA	Salvador	Administrado pelo Exército. Visitas Agendadas.
Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção	CE	Fortaleza	Administrado pelo Exército. Visitas Agendadas.
Forte Junqueira	MS	Corumbá	Administrado pelo Exército. Visitas Agendadas.
Forte de Óbitos	PA	Óbitos	Administração da Polícia Estadual.
Fortaleza da Conceição	RJ	Rio de Janeiro	Administrado pelo Exército. Visitas Agendadas.
Forte de Gragoatá	RJ	Niterói	Administrado pelo Exército. Visitas Agendadas.
Forte Príncipe da Beira	RO	Costa Marques	Administrado pelo Exército. Visitas Agendadas.

**Fonte:** Adaptado de CASTRO, 2013, p. 20.

**Legenda:** Os equipamentos deste quadro estão abertos à visitação, embora, em alguns casos, haja restrições, pois nos seus interiores funcionam repartições com outras funções.

**Quadro 4 – Equipamentos com boa política de preservação.**

<b>FORTIFICAÇÃO</b>	<b>UF</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
Fortaleza de São José	AP	Macapá	Museu do Forte.
Fortaleza de Santo Antônio da Barra	BA	Salvador	Museu Naval e Oceanográfico. Administrado pela Marinha.
Forte de Coimbra	MS	Corumbá	Museu do Forte.
Forte do Castelo	PA	Belém	Museu do Forte.
Forte de Santa Catarina	PB	Cabedelo	Museu Oceanográfico de Cabedelo.
Forte de São Tiago das Cinco Pontas	PE	Recife	Museu da Cidade do Recife. Administrado pela Prefeitura do Recife.
Forte de São João Batista do Brum	PE	Recife	Administrado pelo Exército.
Sítio da Trindade (Arraial Velho do Bom Jesus)	PE	Recife	Parque. Sítio Arqueológico Exposto.
Fortaleza de Santa Cruz	RJ	Niterói	Administrado pelo Exército. Aberta à visitação.
Forte de Copacabana	RJ	Rio de Janeiro	Museu Histórico do Exército.
Forte Defensor Perpétuo	RJ	Parati	Museu do Forte.
Forte dos Reis Magos	RN	Natal	Museu do Forte.
Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	SC	Governador Celso Ramos	Administrado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Fortaleza de Santo Antônio de Ratonés	SC	Florianópolis	Administrado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Fortaleza de São José da Ponta Grossa	SC	Florianópolis	Administrado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
Fortaleza de Barra Grande	SP	Guarujá	Museu do Forte.
Forte de São Felipe	SP	Bertioga	Museu do Forte.

**Fonte:** Adaptado de CASTRO, 2013, p. 21.

**Legenda:** Os equipamentos listados neste quadro possuem programas de difusão cultural e atendimento ao turismo.

**ANEXO A – DOCUMENTAÇÃO REMETIDA, EM 1995, PELO IPHAN COM CABEÇALHO DO IBPC  
(ÓRGÃO EXTINTO EM 1994)**



*723-DEPROT  
21/09/95  
e*

**MINISTÉRIO DA CULTURA  
INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

Ofício CC/IPHAN/Nº 042/95 Em 20.09.95

Da: Secretária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural

Ao: Diretor do Departamento de Proteção

Senhor Diretor,

Por recomendação do Senhor Presidente, encaminho a Vossa Senhoria, para as providências que julgar oportunas, a documentação relativa à Fortaleza do Buraco, anexa, que lhe foi enviada pelo Conselheiro Germano Coelho.

*Atenciosamente,*  
*Anna Maria Serpa Barroso*

**Anna Maria Serpa Barroso**  
Secretária do Conselho Consultivo  
do Patrimônio Cultural

A Sua Senhoria o Senhor  
Sabino Barroso  
Diretor do Departamento de Proteção

À Sra. Chefe da Divisão de Proteção Legal  
arqtª Claudia Girão Barroso, em complemen  
tação à documentação existente.  
Em 22/9/95  
*Sabino Barroso*  
Sabino Barroso  
Diretor DEPROT

*Junte-se ao processo  
de tombamento,  
conforme solicitado.*

*em 22.09.95*  
*Cláudia Barroso*

CLAUDIA GIRÃO BARROSO  
Chefe da Divisão  
DEPROT/IPHAN  
Matr. 0223.287



**ANEXO B – DOCUMENTAÇÃO REMETIDA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA, EM 1995,  
AO IBPC (ÓRGÃO EXTINTO EM 1994)**



GOVERNO DA CIDADE  
**OLINDA**  
PATRIMÔNIO MUNDIAL

Olinda, 08 de setembro de 1995

Ofício nº 488/95-GP

Ilmo. Sr.  
Dr. Glauco Campelo  
MD. Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Insti-  
tuto Brasileiro do Patrimônio Cultural

Att: Ana Barroso

Prezado Senhor,

Com satisfação encaminho a esse Conselho a docu-  
mentação relativa à Fortaleza do Buraco, localizada no antigo istmo de  
Olinda com todos os comprovantes do processo de destombamento, para  
demolição daquele marco histórico em 1955 e a reabertura do processo  
de retombamento em 1986, ação essa, ao que parece, ainda não  
concluída.

Isso posto, solicito que o assunto seja objeto de  
discussão numa próxima reunião desse colegiado, ocasião em que outros  
elementos, de caráter iconográficos e históricos serão acrescentados.

Ao dispor para o que se fizer necessário,  
preveleço-me da oportunidade para renovar protestos de apreço e  
consideração.

Atenciosamente,

  
BERMANO COELHO  
Prefeito

**ANEXO C – LAUDO ARQUEOLÓGICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA PARA PROJETO  
TURÍSTICO E CULTURAL NO FORTE DO BURACO**



GOVERNO DA CIDADE  
**OLINDA**  
PATRIMÔNIO MUNDIAL

Olinda, 08 de setembro de 1995

DE: José Aylton - Arqueólogo - Apmag

PARA: Marieta Borges Lins e Silva  
Secretária da Secretaria do Patrimônio Cultural e Turismo

ASSUNTO: Informe técnico sobre a Fortaleza do Buraco - Olinda

Conforme solicitado em reunião realizada no dia 05/09/95 no Gabinete do Prefeito - Germano Coelho, no qual tratamos do Projeto Forte do Buraco, venho informar a V.Sa. as seguintes questões:

01. A pesquisa do Forte do Buraco, por mim realizada encontra-se praticamente finalizada no que se refere a documentação textual e iconográfica, além das fontes secundárias;
02. Através do material referido acima, sabemos que é aquela fortaleza um edifício do século XVII construído pelos portugueses para defesa da costa;
03. Situado no istmo de Olinda a margem do rio Beberibe no secular caminho para o Recife, foi tomada pelos holandeses quando ainda tinha suas características originais ou seja, construída em taipa;
04. Após a reatuação pernambucana a Fortaleza foi reconstruída no século XVIII com feição que preservou até o século atual, documentada em fotografias e plantas, possuindo 4 baluartes e 2 vertices, com portada voltada para o rio Beberibe/continente;
05. Foi tombada em 24/05/1938 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como Monumento Nacional;
06. Em 1953 começou a sua demolição. Em 1955, foi dinamitado por ordem do Almirante Cooks, e posteriormente teve o seu tombamento cancelado por ato do Presidente da República Café Filho;
07. A ação de demolição visou a integração do local às obras da Base Naval do Recife, conforme Lei Estadual nº 952 de 31/12/43 "a fim de não perturbar a religação do planejamento das imensas obras em realização";



GOVERNO DA CIDADE  
**OLINDA**  
 PATRIMÔNIO MUNDIAL

08. Em ofício do dia 30/09/1980 - nº 191/GP-80 o Prefeito de Olinda Germano Coelho solicitou do Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, com base no artigo 18, da Lei Municipal nº 4.119 de 28/09/79, publicada no Diário Oficial de Olinda de 12/03/80, o tombamento das áreas delimitadas pelos polígonos de tombamento da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN - notificações nº 1.004 de 21/03/68 e nº 1.155 de 04/06/79 - incluindo as áreas do Molhe de Olinda e Forte do Buraco nas adjacências da Escola de Aprendizagem de Marinheiro;
09. Publicado no Diário Oficial e no Jornal do Commercio em maio de 1982 o Edital de Notificação Pública, no qual fica tombado ex-ofício - processo nº 002-82 - as Ruínas do Forte do Buraco e área do Molhe de Olinda;
10. Em 1986 (documentos anexos) foi iniciado o processo de restauração do tombamento do forte do buraco pelo SPHAN, como reparação do Decreto Lei 25 de 30/11/1937, que foi infringido no seu art.17, quando da dinamitação do monumento (informação nº 04-AMC/86);
11. O ofício 03 de 18/01/90 da Coordenação de Proteção do SPHAN, Drª Jurema Kopke Eis Arnaut, ao Diretor da 4ª Diretoria Regional Dr. Hélvio Polito Lopes, pede confirmação do interesse da 4ª DR pelo restabelecimento do tombamento (processo nº 101-T-38) ao qual foi respondido positivamente no ofício nº 81/90/D de 18 de maio de 1990;
12. Faz-se necessário neste momento gestões no sentido, da conclusão do referido processo;
13. Atualmente o Forte/Molhe encontram-se a disposição do Patrimônio da União, Delegacia de Pernambuco, ao qual deve o Município de Olinda requerer a posse para o desenvolvimento mais objetivo do Projeto Arqueológico, de consolidação e uso para turismo cultural.

*José Aylton Coelho de Melo*  
 JOSÉ AYLTON  
 Arqueólogo - APMAG

## REFERÊNCIAS DE APÊNDICES E ANEXOS

ARAÚJO, Thalís. Após guerra de facções e troca de tiros, três homens morrem, na comunidade do V8, em Olinda. **Folha de Pernambuco**. Recife, 17 nov. 2023. Violência.

ASSIS, Mércia Cristina da Silva. **Entre pedras, prostituição e lamas: um estudo sobre as experiências das usuárias de crack em Santo Amaro, Recife/PE**. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Muralhas da memória: fortificações, patrimônio e turismo cultural. *In: Caderno Virtual de Turismo*. Edição Especial: turismo em fortificações. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 08-22, out. 2013. Disponível em: [ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/903/362](http://ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/903/362). Acesso em: 27 jun. 2022. (Quadros 1, 2, 3 e 4)

JESUS, A.B. Jesus. **Carcará sobre as Ruínas da Fortaleza do Buraco**. 2023. 1 fotografia. 4080 x 3060 pixels. Recife, 23 dez. 2023. Identificação: 20231223\_095636. (Retrato 3)

\_\_\_\_\_. **Dique seco na região do Forte do Buraco**. 2023. 1 fotografia. 4080 x 3060 pixels. Recife, 23 dez. 2023. Identificação: 20231223\_094436. (Retrato 1)

\_\_\_\_\_. **Portal de entrada da Fortificação do Buraco**. 2023. 1 fotografia. 4080 x 3060 pixels. Recife, 23 dez. 2023. Identificação: 20231223\_103534. (Retrato 5)

\_\_\_\_\_. **Praia Ponta del Chifre repleta de lixo**. 2023. 1 fotografia. 4080 x 3060 pixels. Recife, 23 dez. 2023. Identificação: 20231223\_111229. (Retrato 2)

\_\_\_\_\_. **Ruínas do Forte do Buraco tomadas pela vegetação**. 2023. 1 fotografia. 4080 x 3060 pixels. Recife, 23 dez. 2023. Identificação: 20231223\_095935. (Retrato 4)

\_\_\_\_\_. **Trilho remanescente da linha férrea da década de 1910 – entorno do Forte do Buraco**. 2023. 1 fotografia. 4080 x 3060 pixels. Recife, 23 dez. 2023. Identificação: 20231223\_105319. (Retrato 6)

OLINDA. **Plano de Gestão Integrada da Orla de Olinda**. 2015. Olinda: Prefeitura Municipal de Olinda/Secretaria do Meio Ambiente/Secretaria de Planejamento e Controle Urbano, jul. 2025.